Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH
Instituto de História – IH
Programa de Pós-Graduação em História Comparada – PPGHC

Roberto Leonardo de Araujo Lima

Imigração contemporânea de africanos, latino-americanos e caribenhos na atividade do comércio informal na cidade do Rio de Janeiro (1980-2025)

Rio de Janeiro
2026

Imigração contemporânea de africanos, latino-americanos e caribenhos na atividade do comércio informal na cidade do Rio de Janeiro (1980-2025)

Roberto Leonardo de Araujo Lima

Orientador: Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes
Orientador: Prof. Dr. Alain Pascal Kaly

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Comparada, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHC / UFRJ, na linha de pesquisa Poder e Discurso, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Doutor em História Comparada.

Rio de janeiro
2026

CIP - Catalogação na Publicação

A663 Araujo Lima, Roberto Leonardo de
Imigração contemporânea de africanos, latino americanos e caribenhos na atividade do comércio informal na cidade do Rio de Janeiro (1980-2025) / Roberto Leonardo de Araujo Lima. -- Rio de Janeiro, 2026.
264 f.

Orientador: Flávio dos Santos Gomes.
Orientador: Alain Pascal Kaly.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós Graduação em História Comparada, 2026.

1. Trabalho Informal. 2. Direitos Humanos. 3. Identidade. 4. Xenofobia. 5. Racismo. I. Gomes, Flávio dos Santos, orient. II.Kaly, Alain Pascal, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Roberto Leonardo de Araujo Lima

Imigração contemporânea de africanos, latino-americanos e caribenhos na atividade do comércio informal na cidade do Rio de Janeiro (1980-2025)

Material para exame de defesa submetido ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada.
Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial exigido para a obtenção do Título de Doutor em História Comparada.
Orientador: Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes
Orientador: Prof. Dr. Alain Pascal Kaly

Aprovada em: 23 / 02 / 2026

Professor Doutor Flávio dos Santos Gomes, UFRJ

Professor Doutor Alain Pascal Kaly, UFRRJ

Professor Doutor André Leonardo Chevitarese, UFRJ

Professora Doutora Iamara da Silva Viana, UFRJ

Professora Doutora Clícea Maria Augusto de Miranda, IPEAFRO

Professora Doutora Lucimar Felisberto dos Santos, Pref. Mun. de Duque de Caxias

Professor Doutor Wallace dos Santos de Moraes, UFRJ (suplente)

Professor Doutor Higor Figueira Ferreira, Colégio Pedro II (suplente)

Digitalizado com CamScanner

Dedicatória

Dedico esta tese aos meus pais Zélia e Wilson (in memoriam), a minha companheira e amada esposa Cristina, a ela peço desculpas pela minha presença ausente durante o período de trabalho na tese. Aos meus filhos Raphael e Bernardo. Aos meus netos Raphaela, Sophia, Matheus e Samira. À minha irmã Marisa. Aos meus sobrinhos Dábila, Diego e Gabriela. A todos os familiares e amigos que acompanharam o processo de construção da tese e estiveram na torcida para que tudo desse certo. À minha ancestralidade sempre comigo em pensamento, alma e coração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus orientadores, Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes e Prof. Dr. Alain Pascal Kaly pela dedicação e generosidade ao compartilharem seus conhecimentos, pelas orientações e, quando necessário, pelas críticas. Sinto-me privilegiado e grato pelas orientações recebidas.

Agradeço aos componentes da banca examinadora pelo tempo dedicado à leitura dessa tese: Prof. Dr. André Leonardo Chevitarese (PPGHC), Profa. Dra.Iamara da Silva Viana (PPGHC), Profa. Dra. Clícea Maria Augusto de Miranda (IPEAFRO) e Profa. Dra. Lucimar Felisberto dos Santos (Prefeitura Municipal de Duque de Caxias).

Agradeço a todo corpo docente do PPGHC e aos membros da secretaria (Mônica e Vanessa) pela paciência e dedicação.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), apoio que tornou possível a realização deste trabalho.

À Aline e Abel pela valiosa ajuda na elaboração das tabelas e gráficos. Agradeço a enorme paciência, presteza e carinho.

Agradeço aos profissionais das instituições, associações e movimentos (Cáritas- RJ, CRAI-RJ, DELEMIG, MUCA e UNAERJ), que trabalham com imigrantes, pela generosidade de dispor de seu tempo contribuindo para que este trabalho fosse realizado.

A todos os migrantes, de ontem e hoje, que saíram de suas casas por um período curto ou longo, para perto ou longe, aos que ficaram ou retornaram, aos que aprenderam e ensinaram algo novo, aqueles que enxergam o mundo de outro jeito e contribuem para que a vida de pessoas, famílias, comunidades, nações ou do nosso planeta se transforme em um lugar melhor.

E, especialmente, a Deus por me permitir a realização de mais este sonho.

RESUMO

Essa tese apresenta a análise do estudo do fenômeno urbano contemporâneo da imigração "espontânea" e a atividade do comércio de rua informal, especialmente de imigrantes africanos (angolanos, congoleses, senegaleses, ganeses e nigerianos), latino-americanos (venezuelanos, equatorianos, argentinos, peruanos, uruguaios e colombianos) e caribenhos (haitianos) para cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1980 e 2025. A pesquisa analisa os contextos históricos desses fluxos imigratórios, buscando identificar as ressignificações identitárias dos imigrantes trabalhadores informais na cidade. Consideramos inicialmente que a imigração contemporânea não europeia é muitas vezes tratada como homogênea, ao contrário de outros retratos imigratórios contemporâneos no Brasil. Buscamos entender os movimentos de construções de novas identidades, a transmigração (entendida aqui como estar entre dois lugares), a chamada imigração "trampolim" (usar o Brasil como forma de alcançar outros países), a questão do trabalho, da exclusão sociorracial e dos espaços (territórios de moradia, trabalho e cultura) criados por diversas comunidades de imigrantes africanas, latino-americanas e caribenhas no Rio de Janeiro. Nosso estudo revela como os imigrantes são alvo de xenofobia e racismo, não apenas durante sua atividade no trabalho informal, mas também no seu cotidiano (agentes da autoridade, atendimento em órgãos públicos e privados). Nossa análise se valeu dos resultados da pesquisa realizada para traçar o perfil dos imigrantes, trabalhadores informais na cidade do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Informal; Direitos Humanos; Identidade; Xenofobia; Racismo.

ABSTRACT

This thesis presents an analysis of the study of the contemporary urban phenomenon of "spontaneous" immigration and the activity of informal street vending, especially of African (Angolan, Congolese and Senegalese, Ghanaian and Nigerian), Latin American (Venezuelan, Ecuadorian, Argentinian, Peruvian, Uruguayan and Colombian) and Caribbean (Haitian) immigrants to the city of Rio de Janeiro between the years 1980 and 2025. The research analyzes the historical contexts of these migratory flows, seeking to identify the identity resignifications of informal immigrant workers in the city. We initially consider that contemporary non-European immigration is often treated as homogeneous, unlike other contemporary immigration portraits in Brazil. We seek to understand the movements of constructing new identities, transmigration (understood here as being between two places), so-called "stepping stone" immigration (using Brazil as a way to reach other countries), the issue of work, socio-racial exclusion, and the spaces (territories of housing, work, and culture) created by various African, Latin American, and Caribbean immigrant communities in Rio de Janeiro. Our study reveals how immigrants are targets of xenophobia and racism, not only during their informal work activities but also in their daily lives (authority agents, service in public and private institutions). Our analysis relied on the results of research conducted to profile immigrant informal workers in the city of Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Informal Work; Human Rights; Identity; Xenophobia; Racism.

SIGLAS

ACNUR	Agência da ONU para Refugiados
AIG	Aeroporto Internacional de Guarulhos
ASBEPE	Associação Beneficiente Projeto Elíquia
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CF	Constituição Federal
CNE	Carteira Nacional de Estrangeiro
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COVID-19	Corona Vírus Disease (Doença do Coronavírus)
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRAI – Rio	Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes do município do Rio de Janeiro
DELEMIG	Delegacia de Polícia de Migração
DNA	Ácido Desoxirribonucleico
DPU	Defensoria Pública da União
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EUA	Estados Unidos da América
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LATAM	Latin America (América Latina) – companhia aérea
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais
MBA	Master in Business Administration
MEI	Microempreendedor Individual
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MUCA	Movimento Unido dos Camelôs
NCO	Necrofilia-Colonialista-Outrocida
NI	Não Informado
NRE	Necro-Racista-Estados
NREB	Necro-Racista-Estado no Brasil

OIM	Organização Internacional para Migração
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PEC-G	Programa de Estudantes Convênio de Graduação
RNE	Registro Nacional de Estrangeiros
RNM	Registro Nacional Migratório
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SINCRE	Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros
SISMIGRA	Sistema de Registro Nacional Migratório
STF	Supremo Tribunal Federal
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNAERJ	União de Angolanos e Amigos de Angola no Rio de Janeiro
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

Lista de gráficos e tabelas

Gráfico 1 – País de origem X Motivação para emigrar..... 172
Gráfico 2 – Migrantes internacionais por sexo (OIM, 2021) 174
Gráfico 3 – Mobilidade Global (IBGE, 2022) 191
Gráfico 4 – Distribuição por país de origem 197
Gráfico 5- Distribuição de Sexo por Faixa Etária 199
Gráfico 6 – Escolaridade 200
Gráfico 7 – País de origem X Motivação para emigrar 201
Gráfico 8 – Sexo x Trabalho 206
Gráfico 9 – Distribuição por Renda Mensal 209
Gráfico 10 – Remessas Monetárias 213
Gráfico 11 – Renda Mensal x Habitação 215
Gráfico 12 – País de origem x Religião 218
Gráfico 13 – Distribuição por religião 219
Gráfico 14 – Distribuição por principal problema encontrado no Brasil 226
Gráfico 15 – País de origem x Racismo e Xenofobia.....229
Gráfico 16 – País de origem x Procurou o Consulado 236

Tabela 1 – Fatos e números dos relatórios sobre migração mundial 2000 e 2024 141

Lista de imagens

Imagem 1 – Abdou vendendo artesanato étnico 120
Imagem 2 – Magal de Touba, 13/08/2025 – Niterói – RJ 128
Imagem 3 – “Cegos querem vender” Diário de Notícias, 16 de janeiro de 1976 211
Imagem 4 - Jornal O Dia, 08 de março de 2024 212

SUMÁRIO

Introdução 16

1 - **Os Direitos Humanos, suas origens e evolução através dos tempos** 37
1.1 Direitos Humanos: Origens e Evolução 37
1.1.1 Como podem ser definidos os direitos humanos? 38
1.1.2 As Três Declarações 40
1.1.3 Os romances epistolares 41
1.1.4 Abolição da tortura 42
1.1.5 Os efeitos concretos das Declarações 43
1. 1.6 O século XX 45
1.1.7 O paradoxo 46
1.2 Direitos humanos sob uma perspectiva crítica: problemas e cenários na contemporaneidade 47
1.2.1 Os desafios e cenários dos direitos humanos na contemporaneidade 47
1.2.1.1 Quem tem direitos? 49
1.2.1.2 Quais são esses direitos? 49
1.2.1.3 Quais são os principais problemas e perspectivas quando tratamos da implementação dos direitos humanos no cenário contemporâneo? 50
1.3 Área restrita: Direitos Humanos ou a falta deles? 54
1.3.1 O Estudo de Caso – Morte na Área Restrita 54
1.3.2 A última viagem 57
1.3.3 Os princípios da reserva do possível e do mínimo existencial 60
1.3.4 Direitos fundamentais, dignidade da pessoa humana e o princípio do "não retrocesso" 62
1.3.5 As providências tardias e ineficazes 65
1.3.6 As origens do racismo: o mito de Cam 66
1.3.7 ... E o racismo científico 69
1.3.8 Decolonialidade 70
1.3.9 O Necro-Racista-Estado (NRE), a Necrofilia-Colonialista-Outrocida (NCO) e a prática do Necro-Racista-Estado no Brasil 73
1.3.10 República do Gana e Brasil: ação globalizada do necro-racista-estado 73
1.3.11 A trajetória de Evans 74

1.3.12 Evans Osei Wusu e o corpo-território 76
1.3.13 Aspectos da posição do Brasil (NREB) em relação à questão migratória 79

2 - **Os impactos sofridos pela identidade no processo migratório** 83
2.1 A relação entre a identidade e o processo migratório 83
2.2 A relação entre comunidade e identidade cultural 90
2.2. 1 A importância da comunidade para manutenção na essência identitária 92
2.3 Etnia, idioma, nacionalidade e religião: os alicerces da comunidade imigrante 95
2.3.1 A outra face da comunidade 100
2.4 Sociedades híbridas, multiculturais e interculturais 101
2.4.1 Assimilação e aculturação: semelhanças e distinções 105
2.5 Abdou, comércio informal e o islã mouride no Rio deJjaneiro do século XXI: um estudo de caso 112
2.5.1 Conhecendo Abdou 113
2.5.2 As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) 116
2.5.3 Trabalho e repressão 118
2.5.4 Abdou e o islã mouride no Rio de Janeiro 122
2.5.5 Magal de Touba e Jornada Khassida 127
2.5.6 O Tabaski e o Nguente 128
2.5.7 Morte e a Diale 129

3 - Teorias sobre migração e sua correlação com a realidade 135
3.1 A complexidade do fenômeno migratório 148
3.2 As teorias relativas à migração 154
3.3 A trajetória de Moïse 157
3.3.1 República Democrática do Congo e Brasil: ação globalizada do necro-racista-estado .160
3.3.2 Os quinze minutos que ainda não terminaram 162
3.4 A teoria neoclássica 166
3.5 A economia da migração: uma nova perspectiva 168
3.6 Teoria do mercado segmentado 169
3.7 A teoria do sistema mundo 170
3.8 Gênero e migração 174
3.9 A teoria das redes sociais migratórias 175
3.10 O transnacionalismo como teoria migratória 178

3.11 Migração e desenvolvimento 182

4 - Comércio informal na cidade do Rio de Janeiro: uma abordagem contemporânea .187
4.1 Breve relato sobre a imigração africana para o Brasil na contemporaneidade 187
4.1.1 As atuais rotas de migração entre os países africanos e o Brasil 188
4.2 A imigração contemporânea de sul-americanos para o Brasil 190
4.3 Breve relato histórico sobre a migração haitiana 197
4.3.1 As rotas da diáspora haitiana na contemporaneidade 199
4.4 Perfil dos imigrantes/refugiados que trabalham no mercado informal nas ruas e feiras da cidade do Rio de Janeiro 196
4.4.1 Escolaridade 199
4.4.2 Motivação para emigrar 201
4.4.3 O Brasil como opção 204
4.4.4 Ajuda de familiares na imigração 205
4.4.5 Trabalho 206
4.4.5.1 Renda mensal 209
4.4.5.2 Repressão 210
4.4.5.3 Remessas monetárias 212
4.4.6 Habitação 215
4.4.7 Religião 218
4.4.8 Comunidade unida 220
4.4.9 E a migração feminina nesse contexto? 220
4.4.10 A relação dos imigrantes com as instituições públicas e privadas 222
4.4.11 Políticas públicas de assistência social 224
4.4.12 Principais problemas enfrentados pelos imigrantes 226
4.4.13 Preconceito, racismo e xenofobia 229
4.4.14 A percepção do imigrante em relação ao Povo Brasileiro 233
4.4.15 Lazer e a integração com o Brasil 233
4.4.15.1 Assimilação de hábitos dos brasileiros 234
4.4.15.2 A construção da identidade hifenizada 234
4.4.16 Consulado 236
4.4.17 Retorno ao país de origem e naturalização 237
4.4.18 O sentimento de ser imigrante 237
4.4.19 Expectativas para o futuro 238

4.4.20 Trabalho análogo à escravidão 239

Considerações finais 242
Referências 248

APÊNDICE – Roteiro de entrevistas aplicado aos imigrantes que trabalham no comércio informal na cidade do Rio de Janeiro 261

Introdução

A migração internacional é um fenômeno global que molda a história e a sociedade há milhares de anos. A escala e a complexidade das migrações internacionais atingiram níveis sem precedentes. Entendemos que, desde o fim da segunda guerra mundial, o capitalismo e os radicalismos religiosos vêm propiciando novos movimentos migratórios no dentro e fora de países e continentes. Ninguém nasce imigrante ou refugiado. Isso é o resultado de uma série de fatores interligados, como conflitos armados, disputas e perseguições políticas, desastres naturais e mudanças climáticas decorrentes, geralmente, da procura desenfreada por lucros que gera crises humanitárias. No século XXI, assistimos milhões de imigrantes à procura de novos espaços, buscando melhores oportunidades. Entretanto, a falta de oportunidades é resultado, na maioria das vezes, de processos coloniais ainda existentes, o que torna a independência e o exercício da soberania dos países explorados uma tarefa quase impossível. E, para camuflar a continuidade das práticas coloniais, a responsabilidade passa a ser imputada aos governantes que são vistos como incapazes e incompetentes, mas, na realidade, estão defendendo e protegendo os interesses das grandes potências.

Nessa tese buscaremos os sentidos e significados do viver migratório e, para isso, analisaremos as causas, consequências e desafios da imigração de africanos, latino-americanos e caribenhos (haitianos) para a cidade do Rio de Janeiro. Compararemos as nacionalidades selecionadas para a pesquisa, buscando entender a dinâmica do trabalho informal utilizado por esses imigrantes como meio de garantir sua subsistência e de suas famílias. O resultado do trabalho realizado por esses imigrantes apresenta reflexos nos países de origem e destino e estão contemplados nesse estudo. Trata-se de um contexto complexo no qual os indivíduos que migram buscam alcançar objetivos pessoais e profissionais. E, a partir desses deslocamentos e de suas histórias particulares, se revelará a história mais geral do comércio informal na cidade do Rio de Janeiro.

Uma das histórias que acompanharemos é de um venezuelano, administrador de empresas, que tinha um cargo de gerência em uma grande empresa venezuelana, uma esposa professora universitária e um casal de filhos. Tudo estava bem até que a crise social, política e econômica na Venezuela piorou a tal ponto que a renda familiar bastava apenas para alimentação, com restrições. Decidiram emigrar. Foi necessário fazer um planejamento, uma vez que não havia mais voos direto para o Brasil. Não havia recursos para que todos viajassem juntos. Foi necessário dividir a família. Os primeiros a viajar foram a esposa e o filho. O ano era 2018 e, para custear a primeira etapa da viagem, ele vendeu seu carro. A mãe e o filho

seguiram de Caracas até Puerto la Cruz e depois até Boa Vista onde embarcaram em um voo até a cidade do Rio de Janeiro. Oito meses depois, em 2019, o Venezuelano se demitiu. O valor da indenização pelos cinco anos trabalhados foi suficiente apenas para custear as passagens para ele e a filha. Assim, repetiu o trajeto feito no ano anterior pela mulher e o filho e, enfim, a família estava novamente reunida. No Rio de Janeiro, buscaram novas possibilidades de existência. Ele cursou panificação e confeitaria no SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e a esposa passou a ensinar espanhol de forma remota. Hoje, a família reside em uma das comunidades da zona sudoeste da cidade. Alugou uma loja física para expor e vender seus produtos, mas desistiu de abrir ao público quando soube que teria que pagar uma taxa de "proteção" para a milícia local. Utiliza o espaço somente para fabricar seus pães e bolos que vende em feiras e eventos.

Outro caso será o de uma colombiana graduada em Engenharia de Sistemas, empresária, proprietária de uma empresa de telecomunicações e mãe de dois filhos. Ela tinha certa estabilidade, mas, em 2015, tudo mudou quando um grupo de narcotraficantes tentou cobrar um "imposto" a título de proteção[1]. Resolveu não se submeter à extorsão, encerrou as atividades da empresa e, temendo pela sua integridade física e de sua família, resolveu emigrar. Na primeira parte da viagem, ela e o casal de filhos, uma menina de oito e um menino de quatro anos, embarcaram em um voo de Bogotá até a cidade de Letícia (região da tríplice fronteira norte:Brasil, Colômbia e Peru). Para entrar no Brasil, bastou que atravessassem uma rua e estavam na cidade de Tabatinga, estado do Amazonas. A segunda etapa da viagem foi por via fluvial, Tabatinga com destino a Manaus, com três dias de duração. A terceira etapa também foi fluvial, de Manaus a Belém, mais três dias. A quarta etapa foi em um ônibus, mais três dias de Belém até a cidade do Rio de Janeiro. No total, foram 13 dias de viagem. Ela reside na cidade há dez anos e para sobreviver já vendeu sanduíches nas praias cariocas e atualmente vende bijuterias que fabrica com pedras brasileiras semipreciosas. Já residiu em alguns países: Equador, Peru, Argentina e México. Hoje mora em uma comunidade no bairro de Santa Teresa. Demonstra voz firme ao dizer que está no Brasil "em trânsito [...] afinal o mundo é grande e há muitas possibilidades".

Há, também, uma venezuelana, que é jovem e jornalista e chegou na cidade do Rio de Janeiro em 2022, motivada por um amigo que já estava no Brasil que sugeriu que ela partisse. Havia uma possibilidade. A única dificuldade seria aprender um novo idioma. O amigo disse: "Nossa! Você tem que sair agora porque vai ficar muito pior". O amigo insiste: "Vai ficar muito

[1] É importante destacar que essa realidade está presente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo e atualmente está crescendo em outras regiões do país. Isso não quer dizer que se trata somente de uma realidade colombiana.

pior e você não vai ter como sair depois. E eu não sei se poderei ajudar depois". Convencida, decidiu deixar a Venezuela. Afinal, naquele momento, tinha muito pouco a perder. Ganhava a vida ministrando aulas de jornalismo em uma universidade, no entanto, a remuneração não cobria suas despesas básicas. "Era muito difícil ver que você passou cinco anos em uma universidade, que você estudou com muito esforço, e depois vê que você estava ganhando menos do que as pessoas que vendiam na rua". A viagem até o Rio de Janeiro foi longa. A primeira etapa começou quando ela e mais três pessoas ingressaram em um "carrito por puesto", o que equivaleria a uma "lotada" no Brasil (carro particular que transporta pessoas ilegalmente por preços menores). Ela parte de sua cidade natal, Valência, capital do estado de Carabobo, localizada na região central do país e, após percorrerem 170 quilômetros, chegam à capital Caracas. Na segunda etapa da viagem, embarca em um voo de Caracas até a cidade de Puerto la Cruz, cidade situada no Mar do Caribe. A terceira etapa, assim como a primeira, acontece em transporte irregular. Ela segue em um carro da cidade de Puerto la Cruz e, após percorrer aproximadamente 1.050 quilômetros, chega à cidade de Pacaraima, Roraima, finalmente no Brasil. A quarta etapa da viagem é feita em um carro de "lotada" que parte de Pacaraima com destino à cidade de Boa Vista (Roraima). A quinta etapa ocorre em um voo de Boa Vista a São Paulo, onde permanece por um ano e meio. A sexta e última etapa da viagem é feita de ônibus até o destino final: a cidade do Rio de Janeiro. Para ganhar seu sustento, ela fabrica e vende sabonetes, essências e incensos em ruas e feiras da cidade.

A realidade sociopolítica que obrigou a colombiana a abandonar seu país vem se consolidando em outras regiões da América Latina, Central e Caribe. O surgimento e a consolidação dos narcotraficantes nas esferas do capitalismo paralelo e nos mundos políticos vêm revelando, na realidade, as consequências nefastas da apropriação do Estado e de suas estruturas, afastando grande parte das pessoas não brancas para as periferias, negando-lhes cidadania e condições básicas de sobrevivência. Apoiando-se na reflexão de Plumelle-Uribe (2001), percebe-se que este novo poder paralelo foi gestado pelas elites que se apropriaram do Estado intergeracionalmente desde suas independências.

As experiências vividas por esse grupo de pessoas – o casal venezuelano e seus dois filhos, a colombiana e seus dois filhos e a jovem venezuelana – indicam a diversidade de trajetórias e estratégias tecidas por esses imigrantes da América do Sul nas primeiras décadas do século XXI. Além disso, possibilitam perceber que as causas do abandono do país não são uma realidade incomum. Não tem a ver com a pobreza, mas com a insegurança e a vontade de continuar vivendo. A maioria dos países do subcontinente enfrenta crises, em maior ou menor grau, por períodos mais ou menos prolongados. As crises econômicas se devem ao fato dos

países serem exportadores de matérias-primas e, por dependerem quase exclusivamente dessa exportação, ficam muito vulneráveis às crises enfrentadas principalmente pelos países do Norte Global. As crises políticas têm acontecido pelo descrédito nas instituições democráticas, seguido de um histórico de intervenções externas. A mais recente aconteceu no dia três de janeiro de 2026, quando tropas dos Estados Unidos invadiram a Venezuela e sequestram o presidente Nicolás Maduro e Cilia Flores, a primeira-dama. Parece que estamos diante das realidades sociopolíticas dos tempos da Guerra Fria.

Poderíamos ter escolhido imigrantes de outras nacionalidades ou continentes para exemplificar a diversidade de trajetórias e estratégias? Sim. No entanto, justificamos nossa escolha pela preferência em utilizar três tipos de família: a nuclear, a monoparental e a unipessoal e, com isso, alcançar um espectro mais abrangente na amostra, o que pode representar melhor a realidade migratória contemporânea na cidade de Rio de Janeiro.

Cabe uma pergunta: além de terem em comum as dificuldades enfrentadas e as trajetórias de superação das adversidades surgidas durante os trajetos qual seria o outro ponto de semelhança entre os imigrantes nos três relatos apresentados acima? A resposta é que, agora, a despeito das experiências pessoais e profissionais em seus países de origem, todos estão nas ruas, praças, feiras e em outros locais da cidade do Rio de Janeiro nos quais seja possível, através do comércio informal, vender seus produtos e ganhar o sustento de suas famílias. Todas suas qualificações universitárias passaram a não ter nenhuma importância e valor no novo país. Isso acaba corroborando com o senso comum que acredita que as pessoas migrantes são pessoas sem qualificações ou com habilidades apenas para trabalhos braçais. Observá-los nesses espaços durante anos nos despertou a vontade de entender a resiliência desses imigrantes que a nível pessoal, profissional e identitário na contemporaneidade se (re)inventam de maneira compartilhada em nossa cidade. Quem são? De onde vieram? Por que escolheram a cidade do Rio de Janeiro? Como suas identidades são reordenadas? Esses são apenas alguns entre vários questionamentos. Buscar as respostas é nossa constante motivação para realização dessa tese de doutorado.

Nesta tese, apresentamos um estudo comparado relativo ao seguinte fenômeno urbano histórico contemporâneo: a imigração espontânea e a ocupação do comércio de rua informal, especialmente de imigrantes africanos (angolanos, congoleses, nigerianos, ganeses e senegaleses), latino-americanos (venezuelanos, argentinos, colombianos, equatorianos, uruguaios e peruanos) e caribenhos (haitianos) para cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1980 e 2025. Analisaremos os contextos históricos destes fluxos imigratórios, na perspectiva da História Comparada. Nossa análise busca identificar expectativas e perfis geracionais

variados, buscando desvendar os percursos de vida desses sujeitos diaspóricos nas inter-relações de uma dupla dimensão: ser outro (aqui entendido como não branco) e ser imigrante na sociedade carioca.

Nossa proposta é realizar um estudo do processo de ressignificação identitária através da comparação das experiências diaspóricas de três grupos de imigrantes: africanos, latino-americanos e caribenhos, trabalhadores do comércio informal nos espaços urbanos da cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de um campo analítico desafiador, na medida que traz à luz diversas camadas da vida desses imigrantes: a inserção no mercado de trabalho informal, as possibilidades de interação com a sociedade carioca, interações afetivas, interação nas redes sociais, interação entre os grupos de imigrantes, experiência com a violência urbana, entre outros.

Consideramos, inicialmente, que a imigração contemporânea não europeia é muitas vezes tratada como homogênea, ao contrário de outros retratos imigratórios contemporâneos no Brasil. Buscaremos entender, entre vários aspectos, os movimentos de construções de novas identidades, a transmigração (entendida aqui como estar entre dois lugares), a chamada imigração "trampolim" (usar o Brasil como forma de alcançar outros países), a questão do trabalho, da exclusão sociorracial e dos espaços (territórios de moradia, trabalho e cultura) criados por algumas comunidades de imigrantes africanos, latino-americanos e caribenhos no Rio de Janeiro.

Dentro da perspectiva histórica dos movimentos sociais e suas possibilidades de transnacionalismo, analisaremos as formas de proteção (narrativas, ações e argumentos) aos direitos humanos na temática da imigração. Trataremos da cidadania internacional, da incorporação étnica e das solidariedades translocais para imigrantes de nacionalidades africanas, latino-americanas e caribenhas. Consideramos a viabilidade acadêmica e intelectual deste estudo para também analisar outros fenômenos da imigração espontânea para o Rio de Janeiro levantando algumas questõeso: como estão distribuídos espacialmente – moradia, trabalho e lazer – as diferentes gerações de imigrantes africanos, latino-americanos e caribenhos na cidade? Verificaremos como certas abordagens para fenômenos sócio-históricos contemporâneos foram importantes para a história global da imigração atual e seus formatos de identidade e sociabilidades urbanas. Com isso, será possível encontrar camadas populacionais transnacionais até então invisíveis, como a comunidade dos senegaleses islâmicos da confraria mouride.

O que significa ser um imigrante africano, latino-americano ou caribenho no Brasil contemporâneo? Significa ser percebido como o estranho, o diferente. Essa marca os une.

Partiremos inicialmente das reflexões apresentadas por dois autores: Kaly e Justino. Começaremos pela abordagem de Alain Kaly (2001) fazendo alusão às suas próprias pesquisas sobre "meninos de rua" na cidade de Salvador. Ele destacou como não conseguiu ficar indiferente à questão racial no Brasil: Exclusão e discriminação baseadas na cor da pele estavam sempre presentes na vida cotidiana das cidades brasileiras. Havia um pensamento de que a discriminação sócio-racial no Brasil só estaria relacionada às condições sociais, atingindo apenas pessoas negras pobres. Kaly problematiza a questão, considerando a imigração contemporânea e as suas próprias experiências enquanto imigrante africano e pesquisador, citando um exemplo de quando ele próprio - único passageiro africano e negro - foi retirado da fila de embarque, diante de dezenas de outros passageiros, pouco antes do embarque para a Alemanha, onde havia sido convidado para participar de um seminário. Citando as abordagens de Stuart Hall, ele destaca o "olhar do migrante" enquanto o "mais verdadeiro", uma vez que os relatos da experiência dos migrantes no Brasil estariam mais próximos da realidade social, sem compromissos com formas e lugares de acolhimento.

Novas conformações e experiências estavam acontecendo com as migrações africanas contemporâneas, que alteraram suas fases e suas faces. Os exemplos do autor trazem como referência crítica a perda da identidade de estudantes de vários países e nacionalidades do continente africano que, ao chegarem ao Brasil, eram tratados como "africanos", na perspectiva generalizante e com toda a carga negativa que a palavra significaria para o conjunto da sociedade brasileira. Não haveria europeus, mas sim alemães, holandeses, franceses, espanhóis e portugueses. Não haveria asiáticos, mas coreanos, japoneses e chineses. Enfim, migrantes tratados a partir das suas próprias nacionalidades. Enquanto isso, haveria "africanos" no Brasil, sendo assim reconhecidos e identificados. Isso ocorre também com os caribenhos, que são tratados de forma genérica como "haitianos", e com os latino-americanos, que perdem sua identidade nacional e muitas vezes são tratados de maneira homogênea como "bolivianos".

A segunda abordagem importante para a nossa proposta de estudo é a de David Justino (2002). Ele foi pioneiro em estudar as faces da imigração de africanos para o Brasil contemporâneo e considerou um novo fenômeno, no caso, a "imigração espontânea" de angolanos para cidade do Rio de Janeiro, dando destaque para alguns aspectos, como: a construção de novas identidades, a transmigração, a imigração trampolim, a solidariedade e os espaços criados pela comunidade angolana na cidade. Entre as motivações que estimulariam tal imigração estariam a guerra civil e os problemas políticos, fazendo com que os angolanos saíssem em busca de melhores condições de vida. Na maioria das vezes, nas narrativas sobre estes imigrantes africanos – basicamente angolanos – os seus perfis étnicos ficavam invisíveis.

Sendo a maioria dos imigrantes angolanos jovem, muitos consideravam a tal opção imigratória algo com baixo risco. Em caso de insucesso, haveria tempo para novas tentativas de imigração e recomeço em outras regiões. Nas suas pesquisas etnográficas, Justino destacou de que maneira a maior parte destes imigrantes continuava ligada a familiares em Angola, com contatos permanentes. Tal imigração africana não significaria rompimento, pelo contrário, eles se sentiam de alguma forma presos às suas vidas em Angola. Assim, haveria um sentimento de deslocamento, de breves ausências e de não-pertencimento. Em termos de perfis, Justino observou que os imigrantes de primeira geração, independentemente de sua nacionalidade, desejam um dia retornar ao seu país. A falta de emprego, as dificuldades para conseguir moradia, discriminação, solidão e saudade são problemas frequentemente externados pelos imigrantes. Para alguns, o ideal seria permanecer no Brasil até conseguirem dinheiro e, em seguida, partir para algum país do Norte Global (imigração trampolim).

Com base nos estudos teóricos da globalização e das perspectivas sociológicas, históricas e antropológicas sobre imigração moderna, analisaremos o fenômeno da imigração "espontânea" africana, latino-americana e haitiana na sociedade carioca. Nossa intenção é oferecer "paisagens ecológicas" desses contingentes migratórios. Apresentaremos o enquadramento de fontes e perfis sobre o percentual dos imigrantes que efetivamente cumpriram seus planos iniciais, de acumulação recursos e/ou voltar para os seus países, alianças maritais, camadas entre clivagens socioeconômicas e outras expectativas dos fenômenos envolvidos na imigração "espontânea" contemporânea.

Cabe aqui justificar, após um breve esclarecimento, nossa opção pelo termo imigrante quando nos referimos ao objeto de estudo dessa tese. Imigrante é a pessoa que deixa seu país de origem ou de residência habitual para se estabelecer em outro por período determinado ou permanente. O imigrante escolhe se deslocar, pode retornar quando desejar a seu país de origem ou ao país onde vivia anteriormente, ou seja, essa pessoa não sofre risco ou ameaça. Há uma natureza jurídica do refúgio: a Proteção legal Internacional. Esse instituto está previsto em lei[2]. Todo aquele que tem sua vida ou integridade física ameaçada em seu país de origem tem direito a solicitar esse tipo de refúgio.

Existem ainda duas nacionalidades participantes da pesquisa que têm proteção especial: os haitianos e os venezuelanos. Para os haitianos, nossa legislação prevê uma autorização de residência específica[3]. O caso dos venezuelanos é diferente. O Brasil reconheceu a grave e generalizada violação de direitos humanos naquele país e, com isso, ao chegarem no Brasil,

[2] Lei nº 9.474/97
[3] Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 37, de 30 de março de 2023.

eles têm a opção de escolher entre solicitar refúgio ou autorização de residência, se entenderem não sofrer perseguição[4].

Isso tudo para dizer que todo refugiado é imigrante, mas nem todo imigrante é refugiado; ou seja, antes de tudo, todos são imigrantes. Durante as entrevistas realizadas em entidades que atendem aos imigrantes (devidamente mencionadas ao longo da tese), fomos informados que um número significativo solicita refúgio apenas para conseguir a documentação de forma mais rápida, mesmo que, depois de analisado, não consiga o refúgio. Assim, estabelecidas essas considerações, vamos nos referir a todo estrangeiro objeto de estudo dessa tese como imigrante.

A temática, consubstanciada nesse trabalho, surgiu da necessidade de melhor entender o mundo, agora ressignificado, desses imigrantes oriundos de várias nacionalidades: Senegal, Angola, Nigéria, Gana, República Democrática do Congo, Venezuela, Colômbia, Peru, Argentina, Uruguai, Equador e Haiti. A presença da diversidade étnica, cultural, linguística e religiosa desses imigrantes é uma realidade na cidade do Rio de Janeiro. Nessa perspectiva, considerando as diversidades e diferenças, é nesse "melting pot"[5] que as identidades se encontram e se transformam.

Nosso referencial teórico conta com as perspectivas de Benedict Anderson (2008) e as possibilidades analíticas colocadas pelos estudos de Bela Fieldman-Bianco (1993). Considerando esses estudos, nossa proposta foi realizar uma pesquisa em História Comparada com o objetivo de articular as dimensões dos campos da História, da Sociologia, da Antropologia e da Memória. Considerando a natureza das gerações de migrações cariocas, nossa intenção foi problematizar narrativas e fatores históricos, geográficos, sociais e políticos que pudessem influenciar as decisões de imigração e formas de adaptações e identidades para diversos africanos, latino-americanos e caribenhos na cidade do Rio de Janeiro. Também em termos teóricos, assim como destacou Barros (2014), comentando os estudos de Siegel, levamos em conta nesta tese as perspectivas de abordagem atlântica e transnacional das experiências históricas que envolvem a imigração contemporânea de africanos, sul-americanos e haitianos.

Consideramos ainda, nos termos propostos por Gilroy (2001), as experiências e as identidades dos imigrantes estudados neste trabalho a partir da ideia de um "Laboratório Transnacional": personagens e cenários transatlânticos que, em situações pontuais, podem

[4] Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 19, de 23 de março de 2021.

[5] Melting pot - Teoria de origem norte-americana segundo a qual as diferenças étnicas existentes num território que resultam da diversidade de indivíduos - em termos biológicos e étnicos - tendem a esbater-se com o tempo, dando origem, por fusão entre os membros que compõem a população, a uma nova sociedade. A diversidade existente é fator de criação de novos padrões de comportamento. Porto Editora – *melting-pot* na Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2023-06-15 11:38:38]. Disponível em https://www.infopedia.pt/$melting-pot

articular experiências complexas e visões dos mundos em que viviam, juntando Américas e Áfricas. Avançando para os séculos XX e XXI, temos a aventura analítica oferecida por Paul Gilroy, acadêmico inglês. De início, sua instigante abordagem escapa das armadilhas teóricas que propõem as ferramentas tanto das "origens" essencializadas como da "crioulização" e do "sincretismo" para explicar a gestação da cultura na diáspora. A partir da ideia *força* (e também uma categoria) de *atlântico negro*, o autor investe nas formas geopolíticas e geoculturais para explicar tal fenômeno. Adverte que o atlântico, enquanto experiência, poderia ser tomado pelos historiadores como uma unidade de análise complexa na perspectiva transnacional e intercultural. Gilroy avalia ser necessário rearticular solidariedade translocal, assim como processos trans e interculturais e contatos heteroculturais da formação e reprodução das culturas na diáspora. A ideia é que os imigrantes poderiam estar em vários locais ao mesmo tempo, compartilharem e, assim, construírem diferenças e semelhanças. Nesse sentido, o próprio conceito de diáspora deveria ser redimensionado à luz de parentescos sub e supranacionais. Assim, os conceitos de nação, raça, trabalho e etnia viajam, modificam-se e redefinem-se permanentemente. As culturas diaspóricas, posto que fruto de um compartilhamento, teriam afinidades complexas, translocais, planetárias, mais fluídas e menos fixas. Novas investigações, assim como abordagens que procurem reconhecer o universo multifacetado das trocas e diálogos e, também, as produções culturais, poderão revelar as complexas redes que envolveram saberes e ideias da imigração africana, sul-americana e caribenha. Entretanto, mesmo considerando que o trabalho de Gilroy é importante para nossa reflexão, é preciso ressaltar que ele não observou o fato de que o *atlântico negro* foi também responsável pela modernidade civilizacional euroamericana como as revoluções política, industrial e cultural e o surgimento do capitalismo e do Estado-nação.

Dessa maneira, é possível pensar as "narrativas históricas fragmentadas" da imigração contemporânea em contextos de história descentradas, nunca meramente história nacional, mas conectadas. Na perspectiva da História Comparada, consideramos Charles Maier (1992, 1993). Seu argumento inicial destaca a passagem da sociologia histórica para a sociologia comparada tanto nos métodos históricos comparativos adotados por Tocqueville, Max e Weber como no debate historiográfico de Marc Bloch e Hintze para as historiografias francesas e alemãs no alvorecer do século XX. As perspectivas sobre a democracia, o capital, o capitalismo, a revolução, a industrialização, etc. aparecem confrontadas, na busca da sua totalidade, singularização e racionalização. Para Alemanha e França do século XX, Marc Bloch e Hintze procuravam definir – entre preocupações comparativas mais amplas – os sentidos (psicológicos e culturais) das sociedades feudais e a formação dos Estados modernos entre outros temas. A

partir dessas bases e de seus desdobramentos, surgiram nos últimos 50 anos vários e diferentes estudos e investigações em História Comparada.

Maier (1992, 1993) destacou como várias dessas pesquisas e estudos se aproximaram ou se distanciaram (de forma mais direta ou invisível) das perspectivas comparadas sugeridas (o que Maier vai chamar de um quase programa analítico) por Marx, Tocqueville, Weber e também aqueles de perspectivas antropológicas. Em nossa pesquisa sobre imigração contemporânea, diáspora e história conectadas, consideramos as conexões entre as sociedades escravistas reforçada pelos exemplos que Maier cita sobre os estudos de Frank Tannenbaum e Stanley Elkins sobre a escravidão e os modelos de sociedades com uma dimensão comparativa. Esses exemplos podem iluminar a nossa própria perspectiva de comparação para pensar os fluxos imigratórios contemporâneos, as identidades e narrativas transnacionais, sinalizando para obstáculos, desafios, armadilhas, percursos e atalhos da perspectiva comparada em termos de metodologia.

Igualmente, consideramos o roteiro analítico de Azarian e Petrusenko (2011), adaptando a argumentação que os autores fazem com base nas reflexões propostas por vários autores e estudos. A questão foi pensar em tipologias e métodos nas perspectivas da história. Entre os procedimentos, estariam a identificação – o recorte – de particularidades, convergências e desvios. Destacamos ainda a obra de George Fredrickson (2002) sobre a história do racismo e nacionalismo como especialmente interessante para nosso trabalho, uma vez que considera as perspectivas das sociedades escravistas, seus processos históricos de racialização e formação das identidades nacionais: processo global, atlântico e transnacional. As bases comparativas podem ser encontradas nos modelos de colonização, nas reconfigurações pós-coloniais, na ideia de Estado e a organização sociopolítica. Essa é uma temática na qual a perspectiva comparativa pode ser tomada como um exercício metodológico. Ainda, assim, Azarian e Petrusenko chamam a atenção para os limites da comparação histórica. Mais do que um salvo conduto para qualquer abordagem histórica, a comparação deveria ser vista tanto como uma estratégia metodológica quanto um modo de análise. Em parte, a comparação – enquanto método e teoria – deve ser pensada como uma construção e não como uma ferramenta que opera num só momento mecânico sobre o tempo, espaços e experiências simétricas ou assimétricas. Isso permite ao historiador criar e reordenar realidades históricas que ele quer abordar. Mais do que contrapor realidades cristalizadas e definitivas, a comparação enquanto método pode ser um permanente exercício (desafio) analítico, ampliando o nosso conhecimento sobre estruturas, instituições e processos, assim como códigos, mentalidades, símbolos, comportamentos e emoções. Esta argumentação de Azariam e Petrusenko funciona como combustível para as

inúmeras possibilidades analíticas do nosso próprio objeto de estudo no campo da História Comparada.

***

Abordaremos, a seguir, o processo de desenvolvimento da pesquisa que utilizamos para obter os resultados acerca da questão do imigrante no trabalho informal na cidade do Rio de Janeiro.

Inicialmente foi feito o levantamento bibliográfico sobre as questões que envolvem a temática do imigrante a fim de fornecer embasamento e aprofundamento teórico para a pesquisa. Utilizamos diferentes técnicas de coleta de dados como: entrevistas, observação participante, conversas informais durante o trabalho de campo e análise de dados secundários gerados por organismos oficiais tais como: ACNUR, OIM, Polícia Federal (SINCRE/SISMIGRA), Cáritas-RJ e CRAI-RIO. Concomitantemente, continuamos com a leitura da bibliografia buscando aprofundamento sobre a temática.

A coleta de dados dos imigrantes foi realizada através de entrevistas estruturadas com objetivo de obter dados tanto quantitativos quanto qualitativos do objeto estudado. Iniciamos a aproximação frequentando os locais mais tradicionais do mercado informal da cidade do Rio de Janeiro: Rua Uruguaiana e arredores; Praias de Copacabana, Ipanema e Leme; Feira da Rua do Lavradio; Centro de Comércio Popular da Cidade de Rio de Janeiro (Camelódromo); Praça Saens Pena; Bairros de Madureira e Bonsucesso; ruas e praças nas imediações da Estação Ferroviária Central do Brasil (ruas Senador Pompeu e Conde da Gávea, Praças Cristiano Otoni e Procópio Ferreira) e a Feira Multicultural promovida pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro através do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI - RIO). E só, então, iniciamos as entrevistas. Os imigrantes entrevistados foram escolhidos de forma aleatória (dentro dos critérios da pesquisa: imigrante ou refugiado provenientes da América do Sul, África e Caribe) e utilizamos a técnica metodológica conhecida como Snowball (bola de neve), "[...] uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, que, por sua vez, indicam novos participantes e, assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto" (Baldin e Munhoz, 2012, p. 50).

A utilização da técnica de entrevista se deu pela necessidade de coletar "falas" que pudessem revelar a percepção, os sentimentos e a experiência do que é ser imigrante e trabalhador informal (camelô) na cidade do Rio de Janeiro.

Além das entrevistas, para uma melhor aproximação com o objeto de estudo, utilizamos a observação participante, conversas formais e informais, pois acreditamos que uma convivência maior facilitaria a nossa relação e aumentaria o grau de confiança e de interação com o grupo pesquisado (Eckert e Rocha, 2008). De acordo com Minayo (2007, p. 70):

> Definimos observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa.

Para isso frequentamos, por exemplo, alguns eventos dos senegaleses Mourides, a Feira Multicultural[6] organizada pelo próprio CRAI-RIO que acontece quinzenalmente na sede da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no bairro Cidade Nova. Nos períodos em que estávamos em campo aguardando para realizar as entrevistas, aproveitávamos para observar toda a dinâmica de convivência e trabalho, ou seja, tentar entender as relações entre os imigrantes de mesma nacionalidade, entre os de diferentes nacionalidades e entre eles e os trabalhadores informais brasileiros. Para isso, utilizamos o diário de campo para registrar as observações e impressões da interação com os imigrantes em todos os espaços, inclusive, em encontros casuais dentro de transportes públicos. Também estão registrados os encontros com profissionais que atendem esses imigrantes durante as visitas e as andanças nestes espaços.

De uma maneira geral, todos os entrevistados se mostraram receptivos para participar da pesquisa. Poucos foram os que em algumas questões se mostraram reticentes ao responder (geralmente nas questões que envolviam valores financeiros como renda mensal e valor do aluguel). Um caso inusitado foi de uma imigrante que, ao final da entrevista, quando perguntada se havia alguma questão não abordada e que ela gostaria de acrescentar, disse: “Não, eu nem queria falar” (Imigrante Senegalesa, 37 anos de idade, vivendo no Brasil há 12 anos). Acreditamos que ela nos concedeu a entrevista somente porque um imigrante, seu amigo, tenha insistido para que participasse e ela, para atendê-lo, aceitou.

Além disso, foram realizadas entrevistas com alguns profissionais que atuam no atendimento aos imigrantes em diversas fases e em diferentes instituições, como a Polícia Federal, Cáritas e o CRAI – RIO e, também realizamos entrevistas com o Presidente da União dos Angolanos no Estado do Rio de Janeiro (UNAERJ) e com a diretoria do Movimento Unido

[6] A feira é um espaço de troca cultural e uma grande vitrine para os imigrantes de diversos países que vivem no município do Rio de Janeiro. A proposta é que o espaço ofereça aos imigrantes a possibilidade de expor e vender seus produtos (geralmente artesanato, roupas e gastronomia).

dos Camelôs RJ (MUCA), com o objetivo de levantar as principais demandas e dificuldades enfrentadas pelos imigrantes. Foi feita análise de dados sobre imigração/refúgio dos registros dessas instituições.

No total, realizamos trinta entrevistas com imigrantes e nove com agentes de instituições que trabalham diretamente com aqueles, seja na chegada ou no apoio ou durante sua permanência no Brasil, tais como: um da Polícia Federal, um da Cáritas, cinco do CRAI - RIO (incluindo o Secretário de Direitos Humanos e Igualdade Racial), um da UNAERJ (União dos Angolanos no Estado do Rio de Janeiro) e uma entrevista coletiva com três integrantes do MUCA (Movimento Unido dos Camelôs). Todas as 39 entrevistas foram transcritas para facilitar a análise de conteúdo e a percepção de toda carga emocional presente no discurso.

***

Em um balanço, mediante revisão bibliográfica, percebemos que grande parte dos estudos realizados sobre a temática da imigração tem, como foco, os processos diaspóricos, os processos identitários e suas experiências culturais. Vamos relacionar os que mais nos influenciaram. O trabalho de Stuart Hall (2006) - ele mesmo um imigrante na Grã-Bretanha e reconhecido como uma pessoa de cor - é marcado pelo que ele próprio chegou a identificar, após entender a invisibilidade da identidade, uma vez que não há casa para voltar. O termo diaspórico, tido hoje como referência nos estudos relacionados à migração, foi criado por ele como um modo de representar não apenas a negociação entre as identidades atribuídas e assumidas, mas também como uma forma de conciliar a tensão dos diaspóricos, sempre deslocados, porém, mesmo assim, se adaptando e produzindo cultura para sobreviver. Hall não entende a colonização como um efeito unilateral da predominância europeia, invadindo e tomando espaços, mas sim um fato histórico global. Com essa perspectiva, ele desloca o foco da Europa moderna para as áreas periféricas mundiais. Ele não celebra a diversidade cultural da periferia, mas a entende como efeito da recusa e persistência daqueles que estão longe do poder. Simultaneamente, Hall consegue identificar no racismo, assim como nos termos relativos ao gênero e a sexualidade, aquilo que considera exceções à regra na qual a diversidade é entendida como produto cultural. Racismo e sexismo são utilizados para naturalizar as diferenças e foram fundamentais para o sucesso da colonização e dos sistemas de poder mundial.

Abdelmalek Sayad (1998) é uma referência nos estudos sobre imigração. Em sua obra, faz uma reflexão teórica sobre o processo de imigração, que ele define como um “processo total”, ou seja, deve ser entendido levando-se em consideração as condições apresentadas desde

a emigração até as formas de inserção do agora imigrante no país destino. Sayad sustenta que o imigrante é sinônimo de força de trabalho e passa a ser um problema, uma vez que o mercado de trabalho é circunstancial. Nesse sentido, o imigrante é considerado um ser provisório, mesmo que esse estado de provisoriedade se estenda por mais de 30 anos. O imigrante será sempre um estrangeiro, um estranho aos olhos da França colonizadora, segundo Sayad.

Para o sociólogo, a ideia do retorno estará sempre presente entre os imigrantes, uma vez que eles mantêm laços estáveis com suas famílias e a comunidade do país de origem. Sayad levanta dois questionamentos muito pertinentes quanto a utilização dos estudos sobre imigração e ao uso de histórias de vida: Qual o estatuto do estudo do imigrante para a ciência? O que representa o uso das "biografias constituídas" necessárias para o estudo sociológico dos imigrantes? Ele responde afirmando que escolher o imigrante como um "objeto" de estudo é o mesmo que escolher um "objeto social e politicamente dominado" o que, segundo ele, pode comprometer o resultado do trabalho, que pode ter como resultado uma ciência "pobre" e "pequena". Sayad desmistifica a utilização das histórias de vida, embora considere o método importante, recomenda cuidado. Elas devem ser utilizadas como fontes, um meio de superar a falta de documentos, dados oficiais ou falta de arquivos que permitam as comparações. Ele continua afirmando que não é suficiente explicar o significado das palavras ao leitor, é preciso ir além: é necessário situar as histórias de vida ou biografia no conjunto das condições do momento histórico e social de onde se origina.

Marcus Rediker (2011) é outro teórico a somar em nosso estudo. Ele analisa a questão da escravidão sob uma ótica globalizada. Os estudos sobre escravidão, em sua maioria, abordam a figura do escravizado a partir do desembarque nos portos brasileiros, continuando até que fossem incorporados às relações de trabalho. Rediker nos apresenta uma outra proposta, ele lança luz nesse caminho completo e complexo dando novas formas à escravidão no mundo moderno. Ele mostra o tráfico humano como mais que uma empresa colonial na qual as forças do capitalismo, ainda em seus primeiros passos, se defrontam com a demografia africana e com a tragédia daqueles que entulhavam as entranhas dos negreiros. Nossa proposta é trazer um outro olhar ao "navio negreiro" de Rediker na construção da modernidade. A máquina que transportou os africanos os lançou nas Américas como seres inferiores. No entanto, esses africanos nunca desistiram da sua humanidade. Essas pessoas foram responsáveis por semear nas Américas a proposta de uma sociedade multiétnica e multirracial, combinando os conhecimentos que trouxeram consigo com os adquiridos nas Américas.

Existem algumas questões a serem respondidas: Por que os imigrantes escolheram o Brasil? Eles desejam retornar aos seus respectivos países? Em quanto tempo tais retornos

possíveis seriam avaliados? Os retornos são vistos como definitivos? Os imigrantes valorizam as experiências migratórias? Como manipulam tais símbolos e memórias dessas experiências? Regressos seriam vistos como fracassos? Existem alguns imigrantes, que, por conta da transmigração, estão investindo recursos em seus países? As redes sociais propiciam recursos aos migrantes, a nível de assistência e informação, para que eles sejam trazidos ao Brasil por iniciativa dos que aqui se encontram? Para a nossa tese, em termos de hipótese, consideramos a construção do Brasil com espaços "permissivos" em termos de classes e perspectivas étnicas em várias destas expectativas de imigração africana, latino-americana e haitiana.[7] Seria possível identificar em que medida foram configurados planos mediados por tais concepções? O Brasil representaria uma etapa da perspectiva de emigração para várias comunidades translocais de jovens africanos, latino-americanos e haitianos? Emigrar novamente é uma possibilidade considerada por eles?

Também vamos buscar respostas para descobrir se esses imigrantes continuam ligados aos laços familiares e, aos que permaneceram em seus países de origem, verificar se continuam articulados em termos étnicos. Analisaremos se seria possível avaliar se há entre eles sentimentos e percepções sobre deslocamentos, ausências, familiaridade e não-pertencimento. Até que ponto conseguir emigrar é visto entre eles como diferenciador quanto ao status social? Percebemos, assim, que, em termos de mercado de trabalho e adaptações sociais formais – família, moradia e religião – destas gerações de imigrantes africanos, latino-americanos e haitianos, surgem inúmeras e complexas questões. De que forma eles estão sendo absorvidos pelo mundo de trabalho carioca? Esses imigrantes estão conseguindo exercer aqui as mesmas atividades que exerciam em seus países?

Vamos verificar também se esses novos imigrantes "espontâneos" conseguiram reservar para si alguns espaços e nichos de mercado em nossa cidade. Pretendemos identificar quais são e como se dá essa distribuição e a convivência entre eles, levando-se em conta as diversas nacionalidades envolvidas no estudo. Importante também perceber, entre os imigrantes que exercem atividade informal, quais suas estratégias para sobrevivência em ambientes de hostilidades e rejeição. Quais seriam as áreas mais duras e as mais flexíveis destas adaptações sociais, espaciais, étnicas e laborais? Também destacamos como igualmente úteis na construção do trabalho os conceitos e abordagens em História Social, especialmente apresentados por Sharpe (1992) e Thompson (1998; 2006) tanto da chamada de "história vista de baixo" como

[7] Em termos de classe social e perspectivas teóricas consideramos aqui as abordagens de E.P. Thompson: THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Vol. I – A árvore da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, prefácio.

das dimensões de “processos”. As dimensões teóricas de “experiência” de Thompson e aquelas de Koselleck (2006) de “horizontes das expectativas” e “espaços das experiências” foram fundamentais para o nosso estudo.

Foi também nosso objetivo elaborar ferramentas teóricas para entender as dimensões de memória, saudades, pertencimento, isolamentos e alianças destes imigrantes. Levando em conta as diversas gerações de imigrantes no Rio de Janeiro e as respectivas inúmeras nacionalidades, pretendemos esquadrinhar as características e padrões em várias delas. Seria possível falar de uma dimensão imigratória africana X dimensão imigratória latino-americana X dimensão caribenha? Considerando também tais diversas nacionalidades há expectativas de fixação? Em quais sentidos? Quais as camadas e os percentuais de imigrantes que efetivamente conseguiram cumprir os planos iniciais, especialmente na acumulação de recursos ou desdobramentos para novos projetos imigratórios? Entendendo que esses novos imigrantes têm identidades reordenadas, pretendemos descobrir de que forma ela é produzida e quais os tipos de inserção social desses grupos na cidade do Rio de Janeiro. Abordamos também o fenômeno da transmigração “estar lá e estar aqui” a fim de determinar se nas comunidades existe um sentimento de provisoriedade e de não-pertencimento. Nossa intenção foi avaliar se essas questões influenciam a inserção desses imigrantes na sociedade carioca.

No estudo comparado, também nos propomos a analisar se existe homogeneidade na construção da identidade destes imigrantes em nossa sociedade, ou seja, é possível dizer que existem “memórias culturais e étnicas”? A temática da inserção desses imigrantes na sociedade carioca parece ser uma questão ampla e complexa; mergulhar a fundo nesse tema foi necessário. Um de nossos objetivos foi descortinar se e como estes grupos reagem e quais as estratégias de defesa quando se veem diante da discriminação e/ou do racismo. Nossa investigação seguiu buscando respostas para outras perguntas: Existe alguma forma de resistência comum a todos? É importante saber se esses imigrantes contemporâneos estabelecem trincheiras a fim de se defender e como são construídas. Até que ponto tais trincheiras impedem ou dificultam a inserção dos imigrantes na sociedade carioca? Outras questões importantes para qual buscamos respostas foram as seguintes: a diversidade étnica encontrada nos imigrantes que escolheram nossa cidade influencia ou não na formação da identidade destes grupos? Essa diversidade étnica e suas hierarquias se mantêm reproduzidas na cidade do Rio de Janeiro? Ou, levando-se em conta a nova realidade encontrada, surgiria um reordenamento em termos étnicos e espaciais? Essa nova ordem teria como referência as sociedades de origem destes imigrantes? Em outras palavras, existe interação entre estes grupos? Há algum tipo de hierarquia entre eles? Outro questionamento enfrentado e desvendado foi saber se existe solidariedade entre

imigrantes, ou seja, descobrir até que ponto os mesmos costumes, valores morais, idioma e sentimento compartilhado pelas adversidades encontradas geram solidariedade entre eles. A solidariedade entre eles existe ou não? Se existe, de que modo ela se expressa? Em quais situações ela se apresenta e com qual intensidade? Foi necessário, também, levantar quais processos podem transformar a combinação de desemprego, excedente populacional e pobreza em campo fértil para potencializar os fenômenos da imigração espontânea.

Em termos de análise, foi necessário verificar, na perspectiva teórica, até que ponto a globalização e a internacionalização da produção afetam e estimulam as migrações internacionais. Sobre a perspectiva das "histórias transnacionais", a historiadora Seigel (2005, p. 73) "examina unidades que transbordam e vazam (infiltram-se) através de fronteiras nacionais, unidades que podem ser tanto maiores como menores do que o Estado-nação". Foi fundamental avaliar como se constituíram esses fluxos migratórios e quais fatores podem contribuir para manter ou modificar seus padrões.

Um de nossos objetivos foi recuperar as rotas das imigrações africanas, latino- americanas e caribenhas para o Rio de Janeiro e assim conseguir esquadrinhar os perfis, expectativas e narrativas-memórias dessas imigrações, entre os anos de 1980 e 2025. A finalidade é avaliar as motivações das escolhas, primeiras reações, formas de adaptações e o mundo do trabalho.

A dinâmica expositiva da tese está estruturada em Seis Segmentos nos quais buscamos a concatenação e coerência interna. Os segmentos apresentam diferentes tópicos ou subtítulos, abrangendo o conteúdo trabalhado. Ao longo do texto, procuramos, na medida do possível, equilibrar as abordagens analíticas no interior de cada segmento, tentando dar conta dos temas propostos.

No primeiro capítulo, intitulado **"Os Direitos Humanos, suas origens e evolução sob a perspectiva do imigrante**", analisaremos os Direitos Humanos, suas origens e evolução através dos tempos. Nosso ponto de partida foi o consenso da doutrina internacional quando afirma que os direitos fundamentais foram o alicerce para o reconhecimento dos direitos elencados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Veremos, ainda, como essa mesma doutrina afirma que a aceitação das ideias contidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos levou os Estados nacionais a se moverem em direção a uma incorporação desses direitos, tidos como essenciais em seus ordenamentos jurídicos internos. Abordaremos a ilusão em acreditar que somos uma só família humana e que, com isso, estaríamos dando um salto civilizatório, reforçado pelo princípio do não-retrocesso, destacando o que poderíamos chamar de uma abordagem clássica dos Direitos Humanos. No entanto, entendemos que esse direitos podem ser analisados sob uma perspectiva crítica, essa, a nosso ver, a que mais se adapta ao

nosso tema.

Na segunda parte deste capítulo, abordaremos os Direitos Humanos sob uma perspectiva crítica. Para isso, utilizamos abordagens teóricas que fogem das análises simplificadoras. Durante o processo de abordagem crítica dos Direitos Humanos, nos desviamos das perspectivas essencialistas que não vislumbram a necessidade de contextualizar os direitos, das que veem como uma abstração a noção do universalismo desses direitos e das análises que percebem as singularidades dos mecanismos políticos da contemporaneidade. Procuraremos mostrar que a visão tradicional dos Direitos Humanos, feita de maneira simples e rasa, em que esses direitos são definidos como prerrogativas que já os possuímos pelo simples fato de sermos humanos, numa verificação meramente formal e dissociada de uma análise mais acurada da realidade social, não reflete a realidade. Veremos que essa visão reducionista prejudica a efetiva compreensão dos Direitos Humanos, uma vez que não se debruça sobre os bens que tais direitos devem garantir, nem nas condições materiais necessárias para exigi-los, tampouco o papel das lutas sociais na sua concepção e consolidação.

Terminaremos o capítulo com um estudo de caso, sob a perspectiva decolonial, em que demonstraremos como a ausência, a demora na implementação ou a não-observância dos preceitos legais na aplicação dos Direitos Humanos, causada por nossas autoridades, de forma culposa ou dolosa, podem produzir para o imigrante um leque de consequências danosas, inclusive a morte.

No segundo capítulo, intitulado **"Os impactos sofridos pela identidade no processo migratório",** trataremos da questão identitária, uma vez que ela permeia grande parte do nosso trabalho, sendo um dos principais temas abordados. Assim, percebemos que se faz necessário contextualizar o tema e definir o nosso conceito de identidade, tendo como referência os imigrantes na atividade do comércio informal. Para isso, traremos autores que já se debruçaram sobre essa temática: Muniz Sodré, Manuel Castells, Zygmunt Bauman, entre outros.

Discutiremos as características relativas à identidade contextualizando as definições de identidade cultural e comunidade tendo como referência o processo migratório. Buscaremos entender como se dá a aculturação e a assimilação do migrante no novo território (destino) em meio a que Stuart Hall (2001, p. 9) chama de "descentração do sujeito", ou seja, a perda do sentido de si (raízes, laços familiares, origens, tradições etc.). Abordaremos, ainda, o multiculturalismo e o interculturalismo, uma vez que as migrações dialogam diretamente com a interação entre culturas através do contato entre as sociedades. Analisaremos, também, como a formação de novas comunidades na cidade do Rio de Janeiro, considerando todo o sentimento de pertencimento envolvido, pode influenciar essas comunidades e aprofundar os elos dos

envolvidos a partir da etnia, nacionalidade, idioma e religião.

Terminaremos apresentando um estudo de caso. Nossa intenção é demonstrar a possibilidade da multiplicidade de identidades (papéis) em uma pessoa, considerando os espaços físicos ocupados e as atividades sociais desempenhadas.

No terceiro capítulo, **"Teorias sobre migração e sua correlação com a realidade**", faremos uma abordagem sobre a temática da migração, seu conceito e as teorias que consideramos mais relevantes para a pesquisa. Destacaremos a complexidade do tema como uma unanimidade entre os estudiosos. Ao longo desse capítulo, a fim de tornar o texto mais dinâmico e aproximá-lo da realidade fática, oportunamente incluiremos trechos das entrevistas nas quais as falas dos imigrantes e dos profissionais que trabalham com eles mostrassem relação com a teoria discutida. No tocante às remessas enviadas ou recebidas pelos imigrantes, discutiremos sua importância na estabilidade sociopolítica dos países de origem para mostrar uma via de mão dupla. Ou seja, o imigrante contribui no desenvolvimento econômico, cultural e político dos países de origem e de destino. Discutiremos neste capítulo a impossibilidade dos conceitos ocidentais darem conta de determinados tipos de deslocamentos, pois eles os entendem apenas como necessidade de sobrevivência, ignorando, muitas vezes por desconhecer, os deslocamentos por motivos ritualísticos espirituais e familiares. Discutiremos, ainda, a posição de Sayad (1998), quando ele trata dos argelinos que, com seu trabalho após a segunda guerra mundial, ajudaram a reconstruir a França, não para que eles mesmos desfrutassem, mas imaginando que seus descendentes pudessem fazê-lo. Isso não aconteceu na medida em que eles sejam considerados cidadãos franceses, mas "periféricos". Sayad não enxergou que esses mesmos "periféricos", não-brancos, iriam mudar os debates intelectuais e acadêmicos quando iniciassem as discussões sobre os limites institucionais da França: igualdade, liberdade e fraternidade. Destacaremos como os processos da globalização e modernidade civilizacional tiveram sua origem nos movimentos migratórios (in)voluntários.

Tudo começou no continente africano quando os primeiros seres humanos, ao deixarem o continente para povoar outras regiões, lançaram as bases do primeiro processo de globalização da modernidade civilizacional. Nossa intenção é mostrar que aqueles movimentos migratórios, assim como todos os que vieram a seguir, foram e continuam sendo os impulsionadores das revoluções civilizacionais. Também tratamos da racialização do "ser migrante" e apresentamos um estudo de caso sobre a história do imigrante congolês Moïse Kabagambe — sua trajetória, agonia e morte. No contexto do crime, é possível perceber a presença do racismo, dos preconceitos e da xenofobia. Nossa intenção foi, com as contextualizações e o estudo de caso apresentados, dar alma e fazer o texto pulsar.

No quarto capítulo, intitulado **"Comércio informal na cidade do Rio de Janeiro: uma abordagem contemporânea",** abordaremos brevemente os fatos históricos que marcaram o passado dos povos africanos, sul-americanos e caribenhos. Buscar o significado dessa herança nos permitirá compreender o quadro de desigualdade que há séculos definiu o destino dessas populações. Assim, nosso objetivo é compreender a razão dos fluxos migratórios atuais, que aumentam a cada dia. A ideia é entender como o quadro de momento se desenhou. Iremos à procura de respostas que esclareçam a razão da cidade do Rio de Janeiro ter sido a opção para esses imigrantes. Em seguida, abordaremos os fenômenos da transmigração (entendida como estar em dois lugares) e a imigração trampolim (usar o Brasil para alcançar outros países). Nosso objetivo é entender se o planejamento migratório inicial foi concluído ou não. Veremos como as ruas da cidade do Rio de Janeiro, espaço catalizador de transformações, sempre foi cenário de tensões entre camelôs, comerciantes estabelecidos legalmente e o poder público e em que momento os imigrantes africanos, latino-americanos e caribenhos passaram a fazer parte desse contexto. Analisaremos a capacidade da cidade do Rio de Janeiro em regular a presença desses imigrantes nas ruas e como isso acontece. A rua Uruguaiana e seus arredores, assim como outros bairros, serão utilizados como exemplo, uma vez que nesses espaços, há muitos anos, estão sendo ocupados por camelôs, muitos deles, imigrantes. Analisaremos como, mesmo diante de tantas dificuldades, as ruas da cidade do Rio de Janeiro continuam abertas e tolerantes para que os imigrantes possam se estabelecer, desde que sigam as regras estabelecidas; nesse caso, não apenas pelos poderes constituídos, mas também por um "acordo de cavalheiros" (pessoas que tomam posse de locais públicos e praticam extorsão com os camelôs para que estes possam trabalhar nestes espaços) praticado nas ruas do Rio de Janeiro. Através da análise dos dados coletados objetivamos traçar o perfil social desses imigrantes, procurando identificar as condições socioeconômicas dessa população; as motivações para emigrar; os principais problemas enfrentados; por que o Brasil?; a relação com os familiares que ficaram no país de origem; a questão de trabalho e renda; a luta para continuarem trabalhando nas ruas da cidade do Rio de Janeiro frente à repressão exercida pelos órgãos governamentais de tempos em tempos; como se dá a questão das remessas monetárias para o país de origem; a situação de moradia e a questão da solidariedade entre imigrantes da mesma nacionalidade (eles formam comunidades?); a questão do gênero, como se dá a migração feminina e seus principais desafios; a visibilidade e o trabalho desenvolvido pelas instituições da sociedade civil e órgãos públicos que trabalham com a imigração; como ocorre o acesso às políticas públicas; qual a percepção dos imigrantes sobre a questão dos preconceitos (racismo, xenofobia e homofobia); a religião é ou não uma forma de manutenção da identidade?; a questão

do lazer e a interação com a população local; a relação dos consulados com os imigrantes; a percepção que esses imigrantes têm do povo brasileiro; como fica a identidade desses imigrantes com o passar dos anos; o sentimento de ser imigrante e as expectativas para o futuro. E, para finalizar, trataremos brevemente a questão do trabalho análogo à escravidão que tem pairado o dia a dia desses imigrantes. Afinal, quem é esse imigrante que encontramos todos os dias trabalhando nas ruas da cidade do Rio de Janeiro?

Em suma, uma vez que a maioria de nossas inquietações serão respondidas no capítulo 4, optamos por priorizar nas **considerações finais** uma análise crítica sobre algumas questões enfrentadas pelos imigrantes, tais como: a invisibilidade das instituições que trabalham com os mesmos; a questão da necessidade de políticas públicas voltadas para a população imigrante e a responsabilidade de estados e municípios trabalharem juntamente com o Governo Federal, para que tais políticas sejam efetivadas; o atendimento da DELEMIG que muitas vezes termina por hierarquizar o atendimento aos imigrantes; a questão da imagem negativa do imigrante divulgada, muitas vezes, pela mídia, causando medo, racismo e xenofobia. Trataremos também de como acontece a ressignificação das identidades dos imigrantes quando influenciados pela cultura brasileira ainda em seus países de origem. Mostraremos, ainda, que, com o aumento da imigração Sul-Sul, houve uma alteração no perfil do imigrante. Observou-se, também, que o aumento do fluxo migratório forneceu visibilidade à questão do trabalho análogo à escravidão.

1. Os Direitos Humanos, suas origens e evolução através dos tempos

1.1 Direitos Humanos: Origens e Evolução

Desde sempre a humanidade migra. Os primeiros seres humanos eram caçadores e coletores e, por esse motivo, tudo leva a crer que seriam nômades. A migração não é um fenômeno novo. No início, havia a busca por novas terras, a exploração de novos recursos, além de movimentos migratórios na caça de grandes animais. As migrações foram essenciais para a sobrevivência e adaptação das populações humanas em diferentes ambientes e para a expansão da espécie humana em todas as partes do mundo. Essas migrações e a adaptação a diferentes condições ambientais foram fundamentais para a colonização de novos territórios. Esses movimentos eram naturais, uma forma de viver. Na contemporaneidade, as pessoas continuam se deslocando de seus países de origem. Agora, imigrantes econômicos e refugiados buscam melhores condições de vida ou mesmo apenas sobreviver, fugindo da violência das guerras ou da crueldade da fome.

> Imigrantes econômicos vêm para a cidade e transformam-se em símbolos dessas misteriosas - e por isso mesmo inquietantes - forças da globalização. Vêm sabe-se lá de onde e são ... mensageiros de desventuras. Trazem consigo o horror de guerras distantes, de fome, de escassez, e representam nosso pior pesadelo: o pesadelo de que nós mesmos, em virtude das pressões desse novo misterioso equilíbrio econômico, possamos perder nossos meios de sobrevivência e nossa posição social. Eles representam a fragilidade e a precariedade da condição humana, e ninguém quer se lembrar dessas coisas horríveis todos os dias, coisas que preferimos esquecer. Assim, por inúmeros motivos, os imigrantes tornam-se os principais portadores das diferenças que nos provocam medo e contra as quais demarcamos fronteiras (Bauman, 2009, p. 79-80).

Aqui podemos fazer uma reflexão: aqueles que hoje lançam olhares preconceituosos em relação aos imigrantes são os mesmos que emigraram em outros momentos da história. Entre os séculos XVIII e as primeiras décadas do século XIX, europeus (espanhóis, portugueses, franceses, ingleses, holandeses, alemães ...) migraram fugindo da fome, da pobreza e das perseguições religiosas para o "novo eldorado". Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século seguinte, milhões deles migraram para as colônias na África, na Ásia e no Pacífico. Ou seja, os europeus esqueceram que também já foram migrantes econômicos.

Nos países para onde decidem seguir, ou para onde é possível chegar, são vistos como estranhos. O "diferente" muitas vezes gera medo, ansiedade e indiferença, pelo simples fato de fazer parte do desconhecido. Em muitos casos, esses "estranhos" recém-chegados são submetidos a um processo de desumanização. Manter distância do imigrante é um equívoco e,

para aqueles que têm essa intenção, o afastamento pode ser um alívio momentâneo que os mantém separados do outro, mas, sem dúvida, a longo prazo, essa posição se destina ao fracasso. Entendemos que a solução passa pela aproximação e solidariedade. Os seres humanos, ao invés de muros devem, sempre, construir pontes para tornar possível o reconhecimento das semelhanças e principalmente da aceitação das diferenças entre si.

> Eu sempre achei que era impossível relacionar-me adequadamente com um lugar ou uma pessoa sem relacionar-me com todas as histórias daquele lugar ou pessoa. A consequência de uma única história é esta: ela rouba das pessoas sua dignidade. Faz o reconhecimento de nossa humanidade compartilhada difícil. Enfatiza como nós somos diferentes ao invés de como somos semelhantes (Adichie, 2019, p. 27).

Há muita relação entre a construção dessas "pontes" que buscam a aproximação entre os seres humanos respeitando as diferenças e os direitos humanos. No entanto, para que esses direitos existam como tal, são necessários três elementos: a naturalidade (deve estar na essência dos seres humanos); a igualdade (não pode haver distinção entre os seres humanos) e a universalidade (deve alcançar todas as partes do globo). Ou seja, para que esses direitos alcancem o status de direitos humanos eles devem alcançar a todos, em todos os lugares, com igualdade, simplesmente pelo fato de sermos todos seres humanos. Percebemos que, na prática, parece haver concordância apenas quanto ao elemento da naturalidade, as outras duas condições, igualdade e universalidade, ainda não se aplicam a todos os seres humanos. A humanidade ainda não conseguiu compreender e aplicar em sua plenitude os conceitos de igualdade e universalidade.

1.1.1 **Como podem ser definidos os direitos humanos?**

Inicialmente é preciso analisar alguns conteúdos fundamentais para poder entender em que se constituem os Direitos Humanos. Eles são sempre o resultado de uma história que acontece no desenrolar de um ininterrupto processo. O termo inicial dessa história não é pacífico na doutrina. Giuseppe Tosi (2004) aponta que é possível reconstituir a evolução dos direitos humanos no Ocidente partindo de duas premissas:

> (...) a história social que enfatiza os acontecimentos, lutas, revoluções e movimentos sociais, que promoveram os direitos humanos, e a história conceitual que se debruça sobre as doutrinas filosóficas, éticas, políticas, religiosas que influenciaram e foram influenciados pelos acontecimentos históricos (Tosi, 2004, p. 9).

Hanna Arendt (1989) entende que os Direitos Humanos não são um dado pronto, mas um processo de construção humana, em uma dinâmica constante de desconstrução e reconstrução, refletindo um espaço simbólico de luta e ação social.

Joaquín Herrera Flores (2009), por sua vez, entende os direitos humanos como uma

racionalidade de resistência, ou seja, são espaços de luta pela dignidade humana. Flores defende a teoria crítica dos Direitos Humanos para enfrentar a ambivalência na utilização desses direitos que ao mesmo tempo se prestam à expansão colonialista e à luta contra opressões e injustiças.

Costas Douzinas (2011) identifica nos Direitos Humanos o objetivo de resistir de forma legítima à dominação e à opressão, seja ela pública ou privada, sempre preocupando-se com quais deveres os cidadãos devem ter em um governo legitimamente eleito.

A combinação desses processos deu origem a vários textos com teor ético-político, como, por exemplo, as Declarações de Direitos e outros com teor jurídico que surgem quando os preceitos relativos à ética das Declarações são detalhados e publicados em protocolos e tratados internacionais. Com essa positivação, os Direitos Humanos continuam como norma de conduta, ganham novo status e se transformam em obrigações jurídicas, passando a ter força de lei, vinculando, interna e externamente, as relações dos Estados.

Abordaremos o surgimento dos Direitos Humanos, na modernidade e no Ocidente, tendo como referência os estudos de Lynn Hunt (2009). Entendemos que suas ideias se destacam pelo fato de a historiadora abordar a participação dos indivíduos no processo de transformação da história. Ela destaca como alterações internas nos seres humanos influenciaram na mudança de comportamentos, opiniões e no estabelecimento de novos paradigmas. Hunt sustenta que essa mudança de comportamento é consequência da transformação na mente dos indivíduos e que isso tornou possível uma nova forma de enxergar o mundo gerando transformações importantes no decorrer do século XVIII. Essas foram as bases para os pressupostos contidos na Declaração de Independência Americana em 1776 e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789.

É de fundamental importância destacar que as Declarações de 1776 e de 1789 criaram as condições para a abolição da escravidão. No entanto, não podemos perder de vista as características racistas das mesmas, ao atenderem apenas os interesses das classes dominantes. Os Estados Unidos precisaram de uma guerra civil (1861-1865) para abolir a escravidão, mas não trouxe com ela os direitos básicos. No século XX, foram necessárias outras lutas para a garantia dos direitos civis para os negros. Pode-se dizer que foram as lutas intergeracionais de afroamericanos que garantiram as conquistas previstas na Declaração de Independência Americana. Isso vale também para a França, que aboliu a escravidão somente em 1848 e os negros passaram do status de escravizados para colonizados sem nenhum direito e submetidos a trabalho forçado até 1948.

1.1.2 **As Três Declarações**

Os três documentos, a Declaração de Independência dos Estados Unidos, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Declaração Universal dos Direitos do Homem têm algo em comum na sua criação: todos foram elaborados a partir de momentos históricos conturbados e surgiram como resposta a problemas que exigiam respostas significativas (marcantes). Faremos uma abordagem histórica desses documentos.

O Jusnaturalismo, tido como inato e baseado na ideia de uma ética universal, defende a existência de um direito natural, é anterior ao ser humano, e se destaca como um elemento importante quando tratamos dos Direitos Humanos. John Locke e Thomas Hobbes, entre outros, são teóricos que, ao afirmar que a Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) confirmavam direitos que já existiam e eram tidos como indiscutíveis, admitiam a tese do jusnaturalismo. No entanto, ao confirmar esses direitos, revolucionaram a soberania dos Estados então existentes e nos que viriam a se formar, criando um pressuposto: o reconhecimento e a garantia de direitos fundamentais e universais.

As treze colônias, ao romperem a subordinação política com a coroa britânica, aplicaram na Declaração de Independência dos Estados Unidos os princípios iluministas ao declarar a igualdade de todos os homens e seus direitos inalienáveis como verdades autoevidentes: “vida, liberdade e busca da felicidade”. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão avançou e estabeleceu que todos os homens são iguais perante a lei e todos possuem os mesmos direitos, não sendo mais consideradas sua origem (nascimento em família nobre, por exemplo). A partir daí, passa a ser reconhecida a tolerância religiosa, a liberdade, a autonomia e a independência dos homens.

Nos textos, estava evidenciada a ideia de direitos pré-existentes. Nas duas declarações, os direitos universais foram reconhecidos e não distinguiam cor, classe ou religião. Isso significou o surgimento de um pensar diferenciado no decorrer do século XVIII, gerando uma questão: uma vez que os direitos são autoevidentes, por que necessitam ser declarados? Hunt, ao responder essa pergunta, argumenta que a construção e reconhecimento desses direitos é contínua. É um processo.

Em seu momento histórico, as Declarações representaram a materialização de entendimentos sobre temas importantes discutidos no século XVIII. Houve uma ruptura com a estrutura de poder vigente até então. Podemos dizer que naquele momento surgiu um novo contrato social, baseado nas relações entre os homens, com a religião sendo retirada dessa

relação. Acabava o absolutismo. Desmoronava o direito divino dos reis. A base da autoridade deixou a estrutura religiosa e se colocou no interior da estrutura humana. Dessa maneira, um novo acordo social surge entre o homem autônomo que interage com outros homens igualmente autônomos.

É preciso observar que essa nova estrutura de poder só pode acontecer a partir do momento em que o homem passou a se enxergar de uma nova maneira. Ou seja, o homem passou a se entender como alguém livre e com domínio de si mesmo, aquele que é capaz de decidir seu destino e viver em sociedade. A capacidade de decidir pode ser entendida como autonomia e, ao mesmo tempo, ser considerada como uma aposta na maturidade dos indivíduos. Essa nova forma de ver o mundo alterou, inclusive, a teoria educacional adotada na época, dando-lhe um novo norte. Agora, moldada pela influência dos pensamentos de John Locke e Jean-Jacques Rousseau, a teoria educacional deixa de lado a obediência, que, uma vez não observada, poderia levar a castigos, para dar lugar ao uso da razão na formação desse novo homem, agora crítico e independente. Ao mesmo tempo, surge uma nova maneira de se entender o corpo humano. Ele passa a ser exclusivamente do indivíduo. Seu destino e a vontade exercida sobre ele agora não mais pertencem ao corpus social ou religioso. O indivíduo passa a ser senhor de si, seu corpo é autônomo e inviolável.

1.1.3 **Os romances epistolares**[8]

Um agente importante para a disseminação e o reconhecimento dos Direitos Humanos no século XVIII e grande responsável por determinar uma nova ordem social e política, segundo Hunt, foram os romances epistolares. A popularização dos romances foi responsável por abrir caminhos para o enraizar de ideias filosóficas sobre Direitos Humanos e igualdade. Nessas cartas, as protagonistas expuseram as emoções humanas aos leitores. As personagens do inglês Samuel Richardson, Pamela (trata da história de Pamela Andrews, uma jovem servente que resiste às investidas de seu patrão, Mr. B, e o conquista com sua demonstração de virtude e integridade) e Clarissa (romance que trata da tragédia que se abate sobre a personagem Clarissa Harlowe, jovem seduzida e, posteriormente, abandonada pelo personagem Robert Lovelace). Júlia, personagem de Rousseau, também divide com os leitores problemas que poderiam ser vividos por pessoas de classes sociais diferentes. O romance conta a história de um humilde

[8] Romance epistolar: É um gênero literário em que a narrativa é contada por meio de cartas e diários ou outros documentos escritos. Esse formato permite uma visão íntima e subjetiva dos pensamentos, sentimentos e motivações dos personagens criando empatia, sensação de realismo e proximidade entre leitor e personagens.

professor, Saint-Preux, que se apaixona por Júlia, uma aluna que se encontra numa classe social superior a sua. Diante de tal sentimento proibido, o jovem mestre resolve se despedir, mas não sem antes declarar o seu amor, tendo uma surpresa: o sentimento é correspondido. Assim, temos o início da conturbada relação entre os dois personagens. Isso fez com que os leitores percebessem que todos têm seus sonhos, querem tomar decisões e conduzir suas próprias vidas. O que fez com que esses romances fossem muito criticados pela igreja e por integrantes da sociedade tidos como mais conservadores. A ideia central desses romances era pensar que as pessoas, em sua essência, independentemente de sua condição social, eram iguais. Hoje, a ideia de seres humanos semelhantes em sua essência é ponto pacífico, mas naquela sociedade os marcadores de diferença entre as classes estavam muito bem definidos e, com poucas possibilidades de ascensão, seria muito difícil supor a possibilidade de haver igualdade entre os seres humanos e que alguém pudesse imaginar a condição de que no íntimo todos fossem iguais. Desta forma, ao ter contato com os romances, as pessoas sentiam empatia[9], sentimento biológico, universal e preexistente que foi estimulado e emergiu por conta dos romances epistolares. Esse sentimento estava além do comportamento social vigente. Com isso, um novo tipo de comportamento passou a existir, o outro passou a ser compreendido como semelhante, não necessariamente na política, mas como pessoa passível de sentir as mesmas emoções. A empatia é parte do alicerce que tornou possível o surgimento de pressupostos como a liberdade, autonomia, independência e igualdade.

> Meu argumento depende da noção de que ler relatos de tortura ou romances epistolares teve efeitos físicos que se traduziram em mudanças cerebrais e tornaram a sair do cérebro como novos conceitos sobre a organização da vida social e política. Os novos tipos de leitura (e de visão e audição) criaram novas experiências individuais (empatia), que, por sua vez, tornaram possíveis novos conceitos sociais e políticos - os direitos humanos (Hunt, 2009, p. 32).

1.1.4 **Abolição da tortura**

A campanha contra o uso da tortura como forma de punição é exemplo de outro movimento que, no século XVIII, buscava reconhecer os direitos humanos. O processo contra Jean Calas serve como exemplo, pois despertou novamente na sociedade francesa a empatia, ou seja, o exercício de se colocar no lugar do outro. Voltaire usou pela primeira vez a expressão

[9] Empatia é a aptidão de se colocar no lugar de outra pessoa, sentir o que sentiria outra pessoa, buscando agir ou pensar da forma como ela pensaria ou agiria, empatia é compreensão. É tentar compreender sentimentos e emoções, procurando experimentar o que sente outro indivíduo. Esse sentir leva as pessoas a ajudarem umas às outras.

"direito humano" em seu livro “Tratado sobre a tolerância” (1763). Nele, o filósofo francês discute a morte de Jean Calas, que fora torturado e condenado à morte em 1762, acusado injustamente de ter assassinado o próprio filho. A leitura dos romances epistolares e dos relatos de tortura causaram “mudanças cerebrais” (Hunt, 2009), alterações de comportamento que reverberaram na forma da organização da sociedade.

A maioria das sentenças prolatadas pelos tribunais franceses na última metade do século XVIII, de modo geral, incluíam alguma forma de castigo corporal, algumas vezes em público. No entanto, a partir da década de 1760, surgiram campanhas que levaram à abolição da tortura sancionada pelo Estado e uma crescente moderação nos castigos físicos. O italiano Cesare Beccaria e o inglês William Blackstone ajudaram a estabelecer o entendimento de que a lei criminal deveria estar em consonância com os princípios da verdade, justiça, dos sentimentos humanitários e dos direitos indeléveis da humanidade (Hunt, 2009). A abolição do uso da tortura e a adesão à aplicação de uma punição mais humanizada se consolidaram, na década de 1760, não apenas na França, mas em outros países europeus e nas colônias americanas. Em 1789, o governo revolucionário francês renunciou a todas as formas de tortura judicial. A guilhotina começou a ser usada em 1792 e tinha a intenção de tornar a execução da pena de morte uniforme e o mais indolor possível. No final do século XVIII, a maioria da opinião pública exigia o fim da tortura judicial e de muitas indignidades infligidas aos corpos dos condenados.

Passou a haver um descrédito no modo de ver o mundo, paradigmas foram postos em dúvida. Isso gerou uma inflexão apontando um entendimento diferente daquele onde todos eram tidos como pecadores. Emerge o modelo do homem rousseauniano, aquele que acredita na predominância da bondade humana. Essa visão se soma à nova representação do corpo, agora na esfera do privado. Isso ajudou na elaboração de um novo código penal, que, ao mesmo tempo em que eliminava a tortura de seu ordenamento, destacava a ressocialização do condenado. Não era mais necessário torturar, causar dores aos corpos como punição, como vingança da sociedade e, assim, através do terror, estabelecer exemplos para o povo. Houve uma mudança, o corpo do indivíduo passou a ser um tema privado, o objetivo passou a ser a honra social do indivíduo.

1.1.5 **Os efeitos concretos das Declarações**

Essas transformações tornaram exequíveis as Declarações. A ação de declarar deve ser entendida como um ato político, portanto houve uma alteração quanto ao exercício da

soberania. Ela agora alcança todo o Estado, tem caráter “erga omnes” e está baseada no acordo de vontades firmado entre homens iguais perante a lei. A religião foi retirada desse contexto. As Declarações serviram para consolidar o processo de mudanças ocorrido no século XVIII. Elas são a expressão dos direitos entendidos como autoevidentes. Seus criadores inovaram ao legitimar um governo a partir de sua capacidade em garantir direitos fundamentais e universais aos cidadãos. Mas, a partir deste momento, surgem problemas relativos à aplicação dos direitos estabelecidos, levando-se em conta a realidade do século XVIII. A vontade da lei é de que todos tenham os mesmos direitos e isso significava dizer que todos, inclusive as minorias, são livres com igualdade de direitos. Indo mais além, isso significaria libertar os escravizados. No entanto, acreditava-se que isso colocaria em xeque algumas economias europeias daquele período, sustentadas pelo sistema escravista nas colônias.

Deste momento em diante, outros direitos mais específicos começaram a ser debatidos, como, por exemplo, a liberdade de culto para os protestantes e para os judeus, assim como a possibilidade de participação política para ambos. Esses direitos foram concedidos gradualmente, de maneira que, dois anos após a Declaração de 1789, essas minorias haviam ganhado direitos iguais para manifestar suas práticas religiosas. No ano de 1792, os franceses concederam direitos políticos (em condições de igualdade com os outros cidadãos) aos negros livres e emancipou os escravos no ano de 1794, sendo os primeiros a reconhecer e formalizar esses direitos aos negros. Seguindo nessa direção, os ingleses encerraram sua participação no infame comércio no ano de 1807 e aboliram a escravidão de forma definitiva em suas colônias em 1833. Os Estados Unidos decidiram abolir definitivamente a escravidão em 1865. Embora as religiões e as mulheres tenham ficado fora das Declarações, o ato de declarar direitos produziu efeitos fora dos Estados Unidos e da França, transformando a maneira como os indivíduos participariam das sociedades muito rapidamente, dando maior alcance ao nível de discussão sobre o tema. É fato que as mulheres não foram contempladas no que se refere a direitos políticos no século XVIII, elas não ganharam o direito de votar nas eleições nacionais de nenhum país do mundo até o final do século XIX. Vale observar que os direitos políticos das mulheres não foram sequer discutidos nas arenas públicas, mesmo que não os tivessem ganhado, o tema ao menos poderia ter sido discutido. É como se as mulheres, em sua essência, não fossem iguais aos homens em capacidade e direitos.

Interessante perceber o perturbador contrassenso daqueles que com tanta segurança declaravam, no final do século XVII, que os direitos eram universais. Na verdade, os Direitos Humanos não estavam e, ainda não estão, reservados a todos. É possível perceber, na citação a seguir, que os “estrangeiros” de ontem, assim como os “imigrantes” de hoje, continuam com a

marca da exclusão de direitos plenos: “Não ficamos surpresos por eles considerarem que as crianças, os insanos, os prisioneiros ou os estrangeiros eram incapazes ou indignos de plena participação no processo político” (Hunt, 2009, p. 16).

A discussão sobre a universalidade dos direitos foi perdendo força ao longo do século XIX. É possível observar um movimento de nacionalização dos Direitos Humanos, que passaram a estar vinculados à ideia de nacionalidade. Nessa nova atmosfera protetora, o nacionalismo em alguns países assumiu um caráter xenófobo e racista, intimamente relacionado com a etnicidade, alimentado por uma ênfase crescente das explicações biológicas para justificar as diferenças. Tratava-se do “racismo científico”[10]. Cientistas pregavam a superioridade da raça branca em relação à raça negra, alertando para os perigos da miscigenação. Teorias da etnicidade representaram um enorme retrocesso ao ideal de igualdade entre os seres humanos, pois defendiam uma determinação biológica da diferença, uma falsa ideia de raças, criando, assim, hierarquia e subordinação e, por conseguinte, justificando e legitimando o colonialismo. Nessa ideologia social, apenas algumas raças poderiam chegar à civilização. Esse pensamento rompe com o ideal de universalidade.

1.1.6 **O século XX**

No século XX, aconteceram duas Guerras Mundiais, com milhões de mortos, sendo a maioria civis. No entanto, o ápice desse panorama nacionalista e racista foi a Segunda Guerra, que, com os milhões de civis mortos, representou naquele momento o que poderíamos chamar de uma “falência” dos direitos humanos. A falácia da supremacia de uma raça sobre outras, intolerância religiosa e xenofobia eram as palavras de ordem. As estatísticas assombrosas e o julgamento de Nuremberg trouxeram à tona a necessidade de um esforço visando um compromisso internacional com os Direitos Humanos. O resultado foi a criação da Organização das Nações Unidas, a assinatura da Carta das Nações Unidas, e a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 10/12/1948.

Tudo isso tinha status de um compromisso moral, não contendo poder coercitivo para a comunidade internacional. Apesar do reconhecimento da urgência desse compromisso, foi preciso convencer as potências aliadas a assinarem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, visto que havia um temor de perder colônias e áreas de influência. A Declaração de 1948 foi assinada porque deixava claro que a Organização das Nações Unidas (ONU) não iria

[10] Sobre racismo científico abordaremos o tema no estudo de caso, na última parte do capítulo.

se sobrepor à soberania dos países signatários. Importante salientar que alguns desses países ainda mantinham colônias na África e Ásia. Além disso, essas mesmas potências e mais o Estado de Israel irão apoiar o novo regime segregacionista da África do Sul até final da Guerra Fria. Na prática, a Declaração tinha status de compromisso moral, mas não continha meios coercitivos para a comunidade internacional, era "um espírito sem corpo". Com o passar do tempo, foi possível observar que as Organizações Não-Governamentais (ONGs) como Anistia Internacional (fundada em 1961), Anti-Slavery International (uma continuação da Sociedade Antiescravidão), Human Rights Watch (fundada em 1978) e Médicos sem Fronteiras (fundada em 1971) foram, muitas vezes, mais importantes para a manutenção e defesa dos Direitos Humanos ao redor do mundo do que a própria ONU.

> A Declaração Universal não reafirmava simplesmente as noções de direitos individuais do século XVIII, tais como a igualdade perante a lei, a liberdade de expressão, a liberdade de religião, o direito de participar do governo, a proteção da propriedade privada e a rejeição da tortura e da punição cruel. Ela também proibia expressamente a escravidão e providenciava o sufrágio universal e igual por votação secreta. Além disso, requeria a liberdade de ir e vir, o direito a uma nacionalidade, o direito de casar e, com mais controvérsia, o direito à segurança social; o direito de trabalhar, com pagamento igual para trabalho igual, tendo por base um salário de subsistência; o direito ao descanso e ao lazer; e o direito à educação, que devia ser grátis nos níveis elementares (Hunt, 2009, p. 206).

1.1.7 **O paradoxo**

A discussão acerca dos Direitos Humanos feita por Hunt termina por ressaltar o quão paradoxal é esse tema, uma vez que, além da dificuldade de conter "atos bárbaros" até os dias atuais, fala de "gêmeos malignos" trazidos pela noção de direitos universais: "A reivindicação de direitos universais iguais e naturais estimulava o crescimento de novas e às vezes até fanáticas ideologias da diferença" (Hunt, 2009, p. 214). Ou seja, existe uma grande quantidade de Direitos Humanos lícitos e justificáveis, que aparentemente estão em conflito, são paradoxais. Como exemplo, temos o direito da mãe ao aborto e o direito do feto ao nascimento, esses são os "gêmeos malignos" referenciados por Hunt.

Embora as formas modernas de comunicação tenham tornado possível uma maior difusão nos meios de sentir empatia pelos outros, elas não têm sido capazes de assegurar que os homens ajam com base nesse sentimento de afinidade, uma vez que se observa o contínuo desrespeito aos direitos das mulheres, dos estrangeiros (nosso principal tema nesse trabalho), das crianças, idosos, entre outros. Assistimos, cada vez mais, trabalhadores sendo resgatados de condições análogas à escravidão, casos da tortura, genocídios, etc. Atualmente estamos vivenciando um paradoxo: nossa sociedade, por um lado, define e proclama uma relação crescente de Direitos

Humanos; por outro, se mostra impotente para combater os crimes, desrespeitos e abusos praticados contra os mesmos direitos humanos que tenta proteger. Na prática, o formalismo abstrato desses direitos não consegue se converter em realidade protetora concreta no ambiente das práticas sociais e estatais.

> A estrutura dos Direitos Humanos, com seus órgãos internacionais, cortes internacionais e convenções internacionais, talvez seja exasperadora na sua lentidão para reagir ou na sua repetida incapacidade de atingir seus objetivos principais, mas não existe nenhuma estrutura mais adequada para confrontar essas questões. As cortes e as organizações governamentais, por mais que tenham alcance internacional, serão sempre freadas por considerações geopolíticas. A história dos Direitos Humanos mostra que os direitos são afinal mais bem defendidos pelos sentimentos, convicções e ações de multidões de indivíduos, que exigem respostas correspondentes ao seu senso íntimo de afronta (Hunt, 2009, p. 215 - 216).

Verifica-se que a luta pela efetiva observância dos Direitos Humanos é constante e está longe do fim. Ainda que já estejam reconhecidos vários desses direitos: políticos, sociais, difusos e coletivos, ainda há muito pelo que se lutar. A conscientização, a educação das massas e a modificação interior de cada indivíduo podem funcionar como catalisador do reconhecimento desses direitos pela sociedade como um todo, o que pode resultar em sua efetiva aplicação. A noção de "direitos do homem", assim como a própria Revolução Francesa, abriu espaço para essa discussão, para os conflitos e eventuais mudanças. A promessa de direitos pode ser negada, suprimida ou simplesmente não cumprida, entretanto, a luta por eles jamais morre.

1.2 **Direitos humanos sob uma perspectiva crítica: problemas e cenários na contemporaneidade**

1.2.1 **Os desafios e cenários dos direitos humanos na contemporaneidade**

Quando falamos de Direitos Humanos em nossos tempos entendemos ser preciso fazer algumas ponderações: Como entender o significado dos direitos humanos em nossos dias? Qual a herança da Declaração Universal do Direitos Humanos? Quais são os principais problemas e perspectivas quando tratamos da implementação dos Direitos Humanos no cenário contemporâneo? Na primeira questão, enquanto aspirações morais, os direitos humanos surgem quando é preciso e quando é possível. Norberto Bobbio (2004) nos ensina que os Direitos Humanos não surgem todos de uma vez e nem de forma definitiva. Para Hannah Arendt (2012), os Direitos Humanos não nos são dados como um presente, mas sim construídos: são uma invenção humana em constante processo de construção, aperfeiçoamento e reconstrução. Ou

seja, esses direitos se constituem de valores conquistados no passado e reivindicados no presente, sempre em um contexto de lutas e mobilizações sociais. Joaquín Herrera Flores (2009) entende que os Direitos Humanos fazem parte do constructo da nossa racionalidade e resistência e a busca por esses direitos se traduz em processos que fazem surgir e cimentam espaços de luta pela dignidade humana, apresentando duas possibilidades, uma voltada à proteção da dignidade humana e outra que busca evitar o sofrimento humano. É preciso lembrar que esses processos nunca se apresentam de forma linear e neles não se observam apenas vitórias e tampouco somente derrotas. Vitórias e derrotas se alternam ao longo desse processo. Essa inconstância deve ser vista com naturalidade na luta pela prevalência dos Direitos Humanos, uma vez que essa sempre foi uma característica desse tipo de enfrentamento.

No aspecto das batalhas travadas pela prevalência dos Direitos Humanos em diferentes condições (abordando temas de diferentes gerações), é possível observar na agenda brasileira essa temática tratando de questões pré-republicanas, como o enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão e o encontro em regiões remotas de nosso país, ou mesmo nas periferias das nossas metrópoles, de pessoas indocumentadas. Questões como essas persistem e podem coexistir com outras demandas consideradas “temas sensíveis” na contemporaneidade, como, por exemplo, o uso de células-tronco embrionárias para fins de pesquisa científica, os “novos direitos” concernentes à tecnologia que se conectam e solucionam as questões geradas pela era digital e a grave crise imigratória de nossos dias. Ou seja, cada tempo histórico tem seus “temas sensíveis”: “o que se define por sensível muda com o tempo, a idade, o lugar ou o ponto de vista (...) o sensível é o compartilhar de um conjunto de evidências sensíveis comum ao grupo social” (Andrade; Gil; Balestra, 2018, p. 6). Temas sensíveis são aqueles controversos e que atualmente estão na pauta das discussões em nossa sociedade e geralmente violam os Direitos Humanos, como exemplos podemos citar a grave crise migratória contemporânea e o feminicídio.

Os Direitos Humanos têm sua motivação baseada em duas premissas: o reconhecimento da dignidade humana e evitar o sofrimento dos seres humanos. Os seres humanos são, simultaneamente, fontes e agentes capazes de promover mudanças mesmo sob condições adversas, mas para que isso aconteça, é preciso vontade e ação. Nos Direitos Humanos, ética e empatia trabalham no mesmo diapasão. É a conduta humana, guiada pela empatia, que faz com que enxerguemos os outros como pessoas iguais a nós e, portanto, merecedoras de respeito e consideração, com direito a desenvolverem suas potencialidades com liberdade e em sua plenitude. Sob esse aspecto, vamos abordar o momento histórico que motivou a elaboração da Declaração Universal do Direitos Humanos no ano de 1948. Ela foi criada como resposta às

atrocidades e aos horrores da barbárie totalitária do regime nazista de Adolf Hitler. A Declaração estabeleceu sentido contemporâneo à temática dos Direitos Humanos ao positivar duas questões: Quem tem direitos e quais são esses direitos?

1.2.1.1 **Quem tem direitos?**

A Declaração afirma que os Direitos Humanos têm caráter universal. O documento anuncia a extensão desses direitos de forma universal, estabelecendo que a condição de pessoa humana é a única condicionante exigida para exercer titularidade sobre esses direitos, ou seja, todas as pessoas têm esses direitos. O espírito da Declaração é que o "homem" é um ser que tem a moral em sua essência e tem a dignidade como um princípio indissociável da condição humana. Assim, é possível entender a firme oposição feita pela Declaração ao regime nazista, uma vez que este defendia a tese de que apenas arianos puros seriam sujeitos de direito. A dignidade humana é valor essencial à condição dos seres humanos, ela existe independentemente de "raça", religião, nacionalidade ou qualquer outro divisor.

1.2.1.2 **Quais são esses direitos?**

A indivisibilidade dos direitos humanos está confirmada na Declaração. Seus artigos nos trazem direitos civis e políticos e, ao analisá-los, percebemos que se trata de direitos econômicos, sociais e culturais. A Declaração traz uma mensagem importante quando diz que todos os direitos têm a mesma importância. Ou seja, todos os direitos têm o mesmo valor dos direitos civis e políticos. O direito de ter respeitada sua liberdade de expressão é tão importante quanto os direitos à saúde, à educação ou ao trabalho. Por outro lado, morrer sob tortura, de fome ou sem assistência médica, têm o mesmo peso. É preciso enxergar os Direitos Humanos na Declaração com o olhar da unicidade. Se assim for feito, é possível perceber que a Declaração faz uma composição entre direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais, estabelecendo, dessa forma, uma relação de interdependência e indivisibilidade. Eles têm o mesmo valor e um depende do outro para serem gozados em sua plenitude. Não existe liberdade sem igualdade, assim como não existe igualdade sem liberdade.

Esse é o panorama pleno, holístico, da Declaração, e é nele que o sentido contemporâneo dos Direitos Humanos se orienta. Esse ambiente torna possível que os Direitos Humanos tenham proteção a nível internacional. Hoje, ao falar em sistemas de proteção dos Direitos Humanos, estamos falando de direitos protegidos a nível local, regional e global. São três níveis

que se inter-relacionam e que a todo tempo dialogam.

1.2.1.3 **Quais são os principais problemas e perspectivas quando tratamos da implementação dos Direitos Humanos no cenário contemporâneo?**

Trataremos das maiores inquietações, tensões e desafios relativos à proteção dos direitos humanos na contemporaneidade. Analisaremos sete problemas que desafiam a implementação desses direitos.

O primeiro deles é o tensionamento entre universalismo e relativismo cultural. Essa tensão paira sobre dois pontos: em que se fundamentam os Direitos Humanos? E, por que nós, seres humanos, temos esses direitos? A corrente universalista entende que existe um elemento ético irredutível: a dignidade, que seria um valor intrínseco a todos os seres humanos. Os relativistas defendem que a fonte dos direitos humanos é a cultura e, por essa ótica, não seria possível se falar na universalidade da ética. Dessa forma, a imensa pluralidade de culturas seria um fator impeditivo para a formação de uma moral universal. Nesse sentido, o multiculturalismo emancipatório do sociólogo português Boaventura de Souza Santos (2009), para nós faz mais sentido. Ele propõe uma concepção multicultural dos Direitos Humanos baseada no diálogo entre as culturas. Dessa maneira, não seríamos alcançados pelo localismo globalizado[11] ou pelo globalismo localizado[12]. Entendendo globalização como sendo "o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, se desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival" (Santos, 2009, p. 12). A globalização acontece sempre quando determinado localismo mais forte consegue impor sua força-influência a nível global. Diante disso, temos a seguinte equação quando nos referimos a divisão internacional da produção da globalização: "os países centrais especializam-se em localismos globalizados, enquanto aos países periféricos cabe tão só a escolha entre várias alternativas de globalismos localizados", (Santos, 2009, p.

[11] Localismo globalizado "consiste no processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso, seja a atividade mundial das multinacionais, a transformação da língua inglesa em língua franca, a globalização do *fast food* americano ou da música popular, ou seja, a adoção mundial das leis de propriedade intelectual ou de telecomunicações dos EUA." (Santos, 2009, p. 12)

[12] Globalismo localizado "consiste no impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais. Tais globalismos localizados incluem: desmatamento e destruição em larga escala dos recursos naturais para pagamento da dívida externa (...) "compra" pelos países do Terceiro Mundo de lixo tóxico produzido nos países capitalistas centrais para gerar divisas externas; conversão da agricultura de subsistência em agricultura para exportação como parte do "ajustamento estrutural"; alterações legislativas e políticas impostas pelos países centrais ou pelas agências multilaterais que eles controlam." (Santos, 2009, p. 12).

12). Para não cairmos nessa armadilha, entendemos que uma possível solução seria o caminho do universalismo de confluência, aquele que leva em consideração o ponto de chegada e não o ponto de partida. É preciso haver diálogo e não sobreposição entre as culturas. O diálogo, quando bem-sucedido, nos toca criando espaços para atuação da força transformadora capaz de nos conduzir ao caminho da tolerância e respeito às diferenças. Se levarmos em conta a relação causa e efeito, será possível perceber o localismo globalizado como causa, enquanto o globalismo localizado é consequência, podendo ser considerado uma das forças geradoras dos fluxos migratórios contemporâneos.

O segundo problema diz respeito ao Estado laico em oposição ao fundamentalismo religioso. Acreditamos que a laicidade estatal é *conditio sine qua non* para o exercício pleno dos Direitos Humanos. Admitir a confusão entre Estado e religião significa oficializar dogmas tornados incontestáveis. A imposição de uma única moral inviabiliza qualquer intenção que tenha como objetivo uma sociedade pluralista, aberta a culturas diversas e acima de tudo democrática.

O terceiro problema trata da tensão entre o direito ao desenvolvimento para todos e as assimetrias globais na distribuição da renda. A Organização das Nações Unidas (ONU), em 1986, estabeleceu a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, 146 Estados votaram a favor, um Estado votou contra (Estados Unidos da América) e oito abstenções. O direito ao desenvolvimento está apoiado em três pilares: o primeiro é o democrático, que se destaca a relevância da participação na elaboração de políticas públicas nacionais com transparência e democratização; o segundo é o da proteção às necessidades básicas de justiça social e o terceiro atua adotando programas e políticas nacionais, assim como parcerias de cooperação internacional. Quanto às assimetrias globais, o Relatório Mundial da Desigualdade (2022) mostra os efeitos brutais da economia global e revela o quadro da iniquidade: os 10% mais ricos detêm 76% da riqueza produzida e 52% da renda; enquanto metade da população mundial fica com apenas 2% da riqueza e 8,5% da renda produzida.

Observa-se que, sob forte influência do hemisfério norte, a orientação visando proteção aos Direitos Humanos concentrou-se, inicialmente, na tutela dos direitos civis e políticos. Atualmente é perceptível uma maior abrangência dessa agenda objetivando incorporar novos direitos. Esse movimento, que pode ser entendido como um processo, visa tutelar os direitos sociais fundamentais. Está consolidada a posição que reconhece nos direitos sociais a salvaguarda das necessidades fundamentais dos seres humanos. É preciso entender que direitos sociais são direitos tão importantes quanto os direitos civis e políticos, não são caridade ou condescendência estatal, são direitos. Assim sendo, se os direitos civis e políticos sustentam a

democracia, os direitos sociais servem de proteção aos possíveis abusos dos mercados, das grandes multinacionais e do próprio Estado.

A quarta inquietude trata da defesa dos direitos sociais frente ao avanço da globalização econômica. Nos anos 90, século XX, as políticas neoliberais baseadas no livre mercado, na austeridade econômica e nos programas de privatização promoveram uma forte aproximação dos Estados aos "mercados". O Estado se afastou da economia política e de sua atividade fim, como por exemplo: garantia dos diretos individuais e coletivos; ordenação das relações econômicas, financeiras e sociais. As desigualdades sociais têm sido agravadas pelos efeitos da globalização. O desmonte sistemático das funções estatais não é o meio adequado para resolver os problemas das economias, isso gera pobreza que, por sua vez, ameaça a estabilidade em um mundo cada vez mais globalizado. É importante redefinir a função do Estado fortalecendo seu papel como promotor dos direitos econômicos, sociais e culturais. Ou seja, o Estado deve agir promovendo a igualdade social e enfrentando os desequilíbrios gerados pelos "mercados".

O quinto problema é o da diversidade versus a intolerância. A atenção a esse tema se faz necessária porque a violação aos Direitos Humanos atinge principalmente os grupos sociais mais vulneráveis como afrodescendentes, refugiados e imigrantes, entre outros. Esse seria o exemplo de etnização da pobreza. Lembramos que, no primeiro momento, a proteção aos Direitos Humanos foi marcada por generalização e abstração. Havia o temor de que a diferença prevalecesse. Na ocasião, a ideia era que a lei garantisse igualdade formal a todos, sem distinção. No entanto, é preciso lembrar que não é suficiente tratar o indivíduo de forma igualitária, é preciso ir além: ele deve ser reconhecido como sujeito de direito. Migrantes, mulheres, crianças, afrodescendentes, pessoas com necessidades especiais, de diferentes orientações sexuais, e demais minorias, demandam um olhar diferenciado. Percebemos que as mais graves e perversas violações de Direitos Humanos têm a mesma raiz: negar ao outro a condição plena de sujeito de direito; ver no outro um objeto, uma coisa ou um ser apequenado em sua dignidade. Daí surge a urgência do combate a toda e qualquer forma de racismo, sexismo, homofobia, xenofobia e outras formas de intolerâncias correlatas. Não é possível ser indiferente às diferenças. Sim, existe direito à igualdade, mas é preciso observar o respeito às diferenças e à diversidade.

> (...) temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (Santos, 2003 p. 56).

O sexto problema, infelizmente muito presente em nosso tempo, trata de como combater o terrorismo e, ao mesmo tempo, preservar os direitos individuais e coletivos. Vamos fazer uso

do atentado terrorista de 11 de setembro de 2001. A busca pela máxima segurança, a partir desse evento, escalou a níveis nunca vistos antes, a ponto de comprometer preceitos civilizatórios como a liberdade de ir e vir. O unilateralismo passou a ser a pauta principal. O atentado estabeleceu precedente para uma agenda global com forte tendência à restrição de direitos. A xenofobia passou a ser uma das palavras de ordem e isso teve forte impacto nas migrações contemporâneas. Os países do norte, sob alegação de terem suas soberanias violadas, passaram a praticar flagrantes desrespeitos aos Direitos Humanos. O terrorismo é ato abominável, assim como o terrorismo de Estado, aquele em que um governo instaura um regime de violência e arbitrariedades como instrumento de governabilidade. Entendemos que é preciso haver equilíbrio. É certo que não há desenvolvimento sem segurança, da mesma forma não teremos segurança sem desenvolvimento, e muito menos a soma de segurança e desenvolvimento existirá sem a observância dos Direitos Humanos. Existe uma interdependência entre os três fatores.

O sétimo problema é aquele que trata da dualidade entre unilateralismo versus multilateralismo. No cenário das relações internacionais, o unilateralismo acontece quando um Estado, tratando de política externa, adota medidas sem consulta ou cooperação de outros Estados. O multilateralismo, ao contrário, ocorre quando, nas relações internacionais, vários Estados trabalham em conjunto para solucionar um problema. Vale destacar que, além dos Estados, a sociedade civil (ONGs) também atua na busca de soluções para os problemas que afligem a humanidade nos dias atuais. Entre esses problemas, destacamos a imigração contemporânea, que é global (causa), mas cujos efeitos podem ser percebidos localmente, como exemplo citamos a presença de imigrantes nas ruas da cidade do Rio de Janeiro (consequência). Essas entidades civis desempenham um importante papel, elas são o visível, o palpável, o concreto. Muitas vezes, a única mão estendida aos imigrantes. O multilateralismo e sociedade civil (nacional e internacional), através das ONGs, são forças capazes de frear ou, no mínimo, amenizar os abusos descritos no sexto problema. Essa união é capaz de fazer com que a força do direito prevaleça em detrimento do direito da força.

Acreditamos que os Direitos Humanos devam ser entendidos como uma maneira de manter nossa racionalidade e resistência, nossa tábua de salvação, uma ferramenta emancipatória de nossa realidade. Os Direitos Humanos, como dissemos anteriormente, não nos são oferecidos como um presente, mas uma construção, resultado de incessantes lutas. Por sua vez, violar os preceitos dos Direitos Humanos é também uma construção, isto é, injustiças, exclusões, discriminações e intolerâncias são uma construção histórica. Nosso permanente desafio é quebrar a inércia, sair de nossa zona de conforto, enfrentar e vencer a cultura que

banaliza e naturaliza as exclusões e desigualdades. A defesa dos Direitos Humanos se traduz no exercício teórico cotidiano da ética e nos leva à reflexão sobre o certo e o errado e que tipo de sociedade queremos construir.

1.3 **Área restrita: Direitos Humanos ou a falta deles?**

Os Direitos Humanos evoluíram pautados por abordagens a temas delicados e controversos, os chamados "temas sensíveis", que sempre avançam à medida que novas violações de direitos acontecem. Eles estiveram presentes em diferentes períodos históricos, como: voto feminino, jornada de trabalho e escravidão. Sobre esses períodos históricos, Milton Santos (2001, p. 33) nos ensina que "um período sucede o outro, mas não podemos esquecer que os períodos são, também, antecedidos e sucedidos por crises, isto é, momentos em que a ordem estabelecida entre as variáveis, mediante uma organização, é comprometida". Importante destacar que algumas violações de Direitos Humanos permanecem presentes e latentes, hoje, em nossa sociedade. Vamos apresentar um estudo de caso sobre um dos "temas sensíveis" na contemporaneidade que trata do ponto abordado em nossa tese, a imigração contemporânea em um evento no qual os Direitos Humanos são flagrantemente violados.

Todo imigrante passa pela experiência da recepção, seja no país destino ou nas escalas até o fim da viagem. Essa etapa pode ocorrer de várias formas e ter finais distintos. Quando vemos imigrantes nas ruas, feiras, praças e praias da cidade do Rio de Janeiro não podemos esquecer que todos passaram pela experiência da recepção, que pode ter deixado marcas positivas ou negativas. Seja como for, atualmente, com a globalização e as modernas tecnologias de comunicação, de modo geral, todos os imigrantes tomam conhecimento, em tempo real, de todos os acontecimentos, estando mais atentos àqueles que mais os afligem.

> Com essa grande mudança histórica, tornamo-nos capazes, seja onde for, de ter conhecimento do que é o acontecer do outro. Nunca houve antes essa possibilidade oferecida pela técnica à nossa geração de ter em mãos o conhecimento instantâneo do acontecer do outro. Essa é a grande novidade, o que estamos chamando de unicidade do tempo ou convergência dos momentos. (SANTOS, 2001, p. 28).

Vamos ao estudo de caso. O fato é recente, emblemático e serve como exemplo para muito do que foi dito até aqui.

1.3.1 **O Estudo de Caso** – morte na área restrita

Evans Osei Wusu nasceu em Gana (África ocidental) e morreu aos 39 anos, depois de

permanecer sete dias retido no Aeroporto Internacional de Guarulhos (AIG) em São Paulo. A morte de Evans aconteceu no dia 13 de agosto de 2024. Essa foi a data final de seu suplício, mas a jornada do ganês se iniciou muito antes... Vamos estabelecer um histórico com as circunstâncias e possíveis motivações desse exemplo de tragédia humanitária, em que estão presentes o descaso das autoridades com a integridade física, o direito à vida do estrangeiro e a inobservância dos princípios referentes aos Direitos Humanos que, em nosso entendimento, foram flagrantemente violados.

O objetivo deste estudo é determinar a relação entre a morte de Evans (africano - preto) e o Estado brasileiro enquanto promotor dos princípios estabelecidos pela colonialidade do poder, do racismo e do capitalismo. Além disso, iremos demonstrar a inobservância da legislação em vigor, dos princípios que norteiam os Direitos Humanos e a falta de empatia, enquanto Evans estava na área restrita do aeroporto Internacional de Guarulhos, andaram de mãos dadas com a negligência daqueles que tinham a obrigação de zelar por sua vida e bem-estar. A "surdez moral" dessas pessoas, algumas prepostas do Estado e outras representantes de pessoas jurídicas de direito privado, não permitiu que ouvissem os apelos de Evans enquanto implorava por atendimento médico. O resultado, como veremos, foi a morte do ganês solicitante de refúgio em nosso país. Por isso, o evento morte de Evans será nosso eixo. Entendemos que esse descaso pode servir como um espelho onde poderemos ver refletida a imagem verdadeira de nossa sociedade. Buscaremos entender por que essa morte foi recebida por nós inicialmente com indignação e como, logo depois, a indiferença e a inação nos tomaram por completo. Seguimos nossas vidas, cada um olhando para si mesmo. Neste caso, entendemos que a soma dessas individualidades forma um arremedo de coletivo que nada harmoniza com o conceito de humanidade. Transcorridos séculos de luta por Direitos Humanos, para todos os seres humanos, é possível perceber que a empatia não venceu a indiferença, pois não se aplica a todos. Evans estava na lista dos excluídos, dos não merecedores desses direitos, aos olhos dos que poderiam e tinham como dever de ofício prestar socorro efetivo ao ganense. É fato que existe uma dificuldade em definir e implementar os Direitos Humanos, Lynn Hunt (2009, p. 25) nos ensina que:

> Os direitos humanos são difíceis de determinar porque sua definição, e na verdade a sua própria existência, depende tanto das emoções quanto da razão. A reivindicação de autoevidência se baseia em última análise num apelo emocional: ela é convincente se ressoa dentro de cada indivíduo. Além disso, temos muita certeza de que um direito humano está em questão quando nos sentimos horrorizados pela sua violação.

Com a ausência da ressonância, apontada por Hunt, o que observamos é a execução de um roteiro há muito estabelecido e praticado em nosso país onde a garantia aos Direitos

Humanos, apesar de positivada, ainda encontra muita dificuldade para ser plenamente implementada. Dessa forma, a sequência de fatos que culminou com a morte de Evans Osei Wusu transcorreu dentro daquilo que consideramos uma cruel "normalidade", em que estão presentes a soma efêmera de compaixão e indignação, um mal-estar que nos incomoda por pouco tempo quando, em nosso entendimento, deveria nos manter permanentemente indignados e combativos na busca da igualdade plena.

O caso de Evans pode nos levar a um panorama abrangente capaz de retratar a realidade dos imigrantes e solicitantes de refúgio em nosso país, frente aos princípios que orientam os Direitos Humanos. Vamos "ouvir" o ganense através daqueles que o conheciam e de outros que compartilharam com ele o mesmo espaço na área restrita do Aeroporto Internacional de Guarulhos. Faremos isso analisando as reportagens veiculadas nas principais mídias. Jim Sharpe (1992, p. 54) nos ensina que a história vista de baixo "abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história".

A vida de Evans nos permitirá compreender o contexto da dura realidade à qual estão submetidos imigrantes e refugiados oriundos do continente africano, especialmente dos negros retintos da região subsaariana, assim como analisar de maneira crítica a estrutura existente no Brasil para a recepção de estrangeiros em situação semelhante à de Evans. Nosso recorte espacial é o Aeroporto Internacional de Guarulhos (AIG), mas entendemos que os protocolos e as práticas encontradas neste estudo de caso podem se replicar em outros espaços destinados à recepção de imigrantes e solicitantes de refúgio em nosso país. Vamos tentar entender como essa realidade atingiu Evans, ceifando sua vida, e conhecer qual a mensagem que o Estado Brasileiro passa a todos aqueles que ele entende que são iguais a Evans.

Para nos ajudar a compreender o que aconteceu com Evans, utilizaremos autores decoloniais e outros que estudam os Direitos Humanos. Wallace de Moraes (2020), criador do conceito Necrofilia Colonialista Outrocida, estabelece que no Governo Brasileiro (2019 a 2022) existia um desejo pela morte de pessoas ou de alguns grupos em particular. Assim, o Estado se omite no dever de zelar pela vida destas pessoas ou age de forma a promover ações que conhecidamente resultarão no assassinato de pessoas destes grupos. Ou seja, esse Estado falta com sua obrigação por ação ou omissão. Anibal Quijano (2005) desenvolve o conceito de colonialidade do poder, entendido como a criação de um poder mundial capitalista, que é, ao mesmo tempo, moderno, colonial, eurocentrado e desenvolvido a partir do conceito fictício de raça. Essa ideia é uma construção em que a biologia foi utilizada para criar a falsa verdade na qual haveria seres humanos superiores e inferiores. Essa criação serviu para naturalizar os

colonizadores como superiores e os colonizados como inferiores. Frantz Fanon (2022) problematizou o fenômeno da colonização-causa e, com isso, conseguiu iluminar um de seus efeitos mais nefastos, a colonialidade-consequência. Fanon chama a atenção para o essencialismo europeu, propõe uma luta contra o epistemicídio a fim de que coexistam todas as formas de conhecimentos e saberes. Para ele, a produção do conhecimento africano, das américas e asiático pode evidenciar e ajudar a resolver problemas que afligem toda a humanidade. Eduardo Miranda (2022) desenvolveu o conceito de corpo-território. Segundo Miranda, o corpo, sobretudo o corpo afro-diaspórico, chegou nas terras latino-americanas desprovido de qualquer bem material; ou seja, sem bagagem, móveis ou utensílios e, mesmo assim, esses corpos trouxeram uma bagagem cultural e, ainda que fora do continente africano, conseguiam se reorganizar e criar outras possibilidades de existência. Ramón Grosfoguel (2016), levando em consideração que um dos mecanismos da matriz de poder colonial é a exclusão do lugar de fala de todos aqueles tidos como colonizados e subalternos, desenvolveu o conceito de corpo-política. Esse conceito defende a legitimidade do lugar geopolítico e do corpo-político do sujeito que fala, ou seja, ele prioriza o direito de pensar e existir, política e geopoliticamente de negros, índios, asiáticos, mulheres, assim como outros grupos considerados inferiores terem o direito de existir e se manifestar em condições de igualdade diante do contexto ocidental, patriarcal, moderno e colonial. Lynn Hunt (2009) é referência na história da revolução francesa, além de ter seu trabalho reconhecido em História Cultural, gênero e história dos Direitos Humanos, com ênfase na empatia. Joaquim Herrera Flores (2009) entende que os Direitos Humanos são, em sua essência, neoliberais e eurocêntricos. Ele propõe uma reinvenção desses direitos, observando que eles são resultado de lutas, devendo ser considerados conquistas. Herrera Flores é considerado um autor crítico e nos convida a experimentar um outro olhar, a partir do ponto de vista dos despossuídos.

1.3.2 **A ÚLTIMA VIAGEM**

Vamos a seguir fazer a reconstituição dos últimos dias da vida de Evans. São onze dias entre a partida de Gana até sua morte em São Paulo. No dia 2 de agosto de 2024, Evans decolou de Gana para o Qatar e, em seguida, embarcou em um voo para São Paulo, onde fez uma conexão para o México. Ao desembarcar no México, teve seu ingresso no país negado pela imigração e obrigado a fazer a viagem de volta.

De acordo com o relato de Priscila Osei Wusu, prima de Evans, ele sofria de uma doença na coluna vertebral e precisava ser submetido a uma cirurgia, sendo orientado a tentar um

procedimento menos invasivo nos Estados Unidos ou no México. Esses dois países, ainda segundo Priscila, teriam equipamentos médicos capazes de realizar a cirurgia, equipamentos inexistentes em Gana. Evans teve seu pedido de visto negado pelos Estados Unidos, mas concedido pelo México. Ele tinha em seu poder uma carta do médico mexicano confirmando a realização da cirurgia que custaria U$$ 22.000,00 (vinte e dois mil dólares). “Acontece que ele foi barrado e a gente não sabe por quê, podem ter pensado que ele queria, na verdade, entrar nos EUA, mas ele mostrou todos os relatórios médicos, pediu para ser escoltado pela imigração até o hospital para comprovar que iria mesmo ser operado” (Sales, 2024), mesmo assim foi impedido de ingressar em território mexicano, afirma a prima do ganês.

Ao chegar ao Brasil, agora na conexão de retorno ao Quatar, Evans solicitou refúgio para receber tratamento médico adequado e possivelmente ser submetido à cirurgia que precisava. Não podemos esquecer que Evans possuía recursos para custear as despesas médicas. Evans relatou a familiares que o pedido de refúgio foi necessário porque ele não tinha condições físicas de fazer a viagem de volta à Gana.

No aeroporto internacional de Guarulhos, Evans ficou retido na “área restrita” - um setor do aeroporto onde ficam os imigrantes ainda não admitidos, ou seja, aqueles que não ingressaram no país oficialmente por estarem sem visto ou documentos. Em nosso entendimento, esse espaço se caracteriza por um acentuado aspecto de desumanização, contexto inserido em uma “crise migratória” que parece sem solução, e pode ser compreendido como um limbo onde alguns dos retidos podem até mesmo duvidar da própria humanidade. Priscila informa ainda: “ele mandou mensagem para um dos meus tios dizendo que estava com dor e que já tinha pedido quatro vezes por ajuda para as autoridades do aeroporto” (Sales, 2024), sem sucesso. Evans, na área restrita, estaria dentro do que Bauman (2017, p. 102) chama de mundo off-line:

> “Dentro do mundo off-line eu estou *sob controle* – espera-se que me submeta ao controle de circunstâncias contingentes, voláteis, e muitas vezes sou forçado a isso - para que obedeça, me ajuste, negocie meu lugar, meu papel, assim como o equilíbrio de direitos e deveres - tudo isso vigiado e imposto pela sanção, explícita ou suposta, da exclusão e da expulsão” (Bauman, 2017, p. 102).

Com o passar do tempo e sem assistência médica, Evans se mostra cada dia mais debilitado. Evans foi finalmente levado para o Hospital Geral de Guarulhos no dia 11 de agosto. Segundo Priscila: “Ele enviou mensagem para o meu tio informando sobre como ele está sofrendo e as autoridades o ignoraram. "Foram necessários alguns africanos irem lá (no aeroporto) para protestar antes que eles organizassem uma emergência” (Sales, 2024). Era tarde demais, o ganês faleceu dois dias depois, no dia 13 de agosto de 2024. A causa da morte foi

uma infecção generalizada após um quadro inicial de infecção urinária. A notícia da morte de Evans chegou à família três semanas depois, no dia dois de setembro.

O pesquisador do Fórum Fronteiras Cruzadas da Universidade de São Paulo, Daniel Perseguim[13] localizou, em Gana, a família de Evans e fez o seguinte comentário:

> "Se o Evans fosse uma pessoa dos Estados Unidos, do Canadá ou da Europa isso não teria acontecido com ele. Ele não teria ficado durante sete dias deitado no chão do aeroporto sem nenhum tipo de assistência. A pessoa ficar dessa forma no maior aeroporto da América Latina, se encontrar nessas condições..." (Sales, 2024).

Após a morte de Evans, o Governo Brasileiro alterou as regras quanto aos pedidos de acolhimento a imigrantes em busca de refúgio. Desde o dia 26 de agosto, uma nota técnica do Ministério da Justiça orienta que passageiros de voos que tenham como destino outros países sejam impedidos, pela Polícia Federal, de ingressar no Brasil caso não apresentem visto de entrada. O secretário Nacional de Justiça, Jean Uema, informa que foi identificado, em 2024, um aumento exponencial no número de solicitações de refúgio a partir do aeroporto de Guarulhos, destacando que essa medida restritiva se aplica única e exclusivamente na situação pontual de passageiros em trânsito no Brasil que tenham como destino países seguros onde suas vidas não estejam em risco. A orientação da secretaria é para que as companhias aéreas façam com que esses passageiros prossigam suas viagens até o destino final. No entanto, o Defensor Público da União (DPU), Murillo Martins, esclarece que no caso de Evans, mesmo de acordo com as novas regras, ele teria direito a fazer a solicitação de refúgio, uma vez que se tratava de uma pessoa em situação de vulnerabilidade e com a saúde comprometida. Em tese, pessoas nessa condição devem, ou deveriam, ser encaminhadas para o hotel dentro da área restrita do aeroporto Internacional de Guarulhos. O DPU relata, ainda, que:

> No período em que Evans permaneceu no aeroporto, a 'área restrita' contava com um número aproximado de 500 pessoas. É fácil entender que quanto mais tempo esses imigrantes permanecem nesse local mais precária se torna a situação de cada um deles, uma vez que suas necessidades básicas, como alimentação, higiene pessoal e assistência médica não são supridas a contento. A morte de Evans indica que, na prática, a estrutura básica para satisfazer as condições mínimas de dignidade humana não estavam funcionando" (Sales, 2024).

No dia 15 de agosto, a Defensoria Pública da União (DPU) realizou uma vistoria na "área restrita" do terminal três do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a fim de elaborar um "diagnóstico da situação e avaliação de medidas cabíveis". De acordo com o relatório, havia

[13] Daniel Cardoso Perseguim de Oliveira é Pesquisador-colaborador Sociologia-FFLCH-USP. Mestre em Artes no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte (PGEHA-USP/2020). Bacharel em comunicação social com habilitação em jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero (2010). Bacharel em Ciências Sociais (FFLCH-USP). Co-fundador do Fórum Internacional Fontié ki Kwaze - Fronteiras Cruzadas (LAPS-FFLCH-USP)

"*reiteradas situações de violação de direitos humanos*" na retenção dos imigrantes em uma área restrita do aeroporto. O relatório continua:

> Foram encontradas crianças, adolescentes, pessoas dormindo no chão e uma crescente demanda por atendimento de saúde, com muitas pessoas apresentando sintomas gripais. A situação atual está bastante agravada pelo frio, muitos não receberam cobertores e passam as noites sem qualquer agasalho. (Sales, 2024)

Somada às violações de Direitos Humanos encontradas na vistoria, a DPU anexou ao relatório a imagem de um cartaz contendo ordem restringindo qualquer tipo de apoio, além de proibir a saída dos inadmitidos da área restrita. A mensagem, manuscrita, estava assinada pela "supervisão" (AIG), orientando que os "inads" (passageiros inadmitidos) não fossem levados a "nenhum lugar", como, por exemplo: comprar água, café ou ir à farmácia. Havia, ainda, um reforço na mensagem: "não saem de forma alguma".

Ainda no relatório, a Defensoria Pública da União (DPU) faz uma denúncia sobre o tratamento dispensado às pessoas retidas na área restrita: "As imagens são representativas de um tratamento inadequado com os migrantes, contrariando a legislação nacional e o dever de tratamento humanitário aos migrantes e potenciais requerentes de refúgio." (Sales, 2024).

As palavras do DPU, Murillo Martins, e o relatório resultado da vistoria nos remetem a cinco princípios - alguns relativos ao Direito e outros que versam sobre Direitos Humanos - que dialogam entre si e podem nos ajudar a compreender o iter até a morte do ganês. A apresentação desses princípios terá como função facilitar o exercício da análise comparativa. De um lado, a realidade desumanizante e, do outro, como deveria ter sido o tratamento dispensado a Evans. São eles: princípio da "reserva do possível", ao qual, a nosso ver, o defensor se ancora; o princípio do "mínimo existencial", como contraponto; os direitos fundamentais; a dignidade da pessoa humana e o princípio do "não retrocesso" como garantia da manutenção dos direitos e garantias já conquistadas. O Estado não pode mitigar ou extinguir esses direitos sem que implemente uma contrapartida compatível.

1.3.3 **Os princípios da reserva do possível e do mínimo existencial ...**

Sempre que provocado quando o tema é a tutela da saúde, o Estado, a fim de justificar sua incapacidade no atendimento integral e irrestrito das necessidades da população, lança mão do princípio da "reserva do possível". Ele lança mão desse princípio quando acontecem situações em que os recursos públicos são insuficientes para atender a uma demanda social que parece não ter limites. Nesses casos, caberia ao Estado fazer uso de um dos poderes da

administração pública, o poder discricionário. Ele é um dos instrumentos de trabalho da Administração e pode ser definido como aquele que "o Direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, autorização para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo" (Meirelles, 2003, p. 114). No entanto, neste caso, esse entendimento não procede, uma vez que o direito à saúde é considerado elementar ao ser humano, e, diga-se de passagem, uma das razões da criação do próprio Estado. A destinação orçamentária com o objetivo de atender às necessidades da prestação de saúde deve ser entendida como prioridade da administração e considerada mais importante, por exemplo, que verbas destinadas à representação ou à propaganda governamental. Ou seja, é esperado que a administração pública faça um controle de verbas que atenda a elaboração e a execução do orçamento. O STF (Supremo Tribunal Federal) tem posição firmada sobre o assunto onde o relator, Ministro Celso de Mello, se mostra favorável ao resguardo de um núcleo essencial "mínimo Existencial", in verbis:

> Arguição de descumprimento de preceito fundamental. A questão da legitimidade constitucional do controle e da intervenção do poder judiciário em tema de implementação de políticas públicas, quando configurada hipótese de abusividade governamental. Dimensão política da jurisdição constitucional atribuída ao Supremo Tribunal Federal. Inoponibilidade do arbítrio estatal à efetivação dos direitos sociais, econômicos e culturais. Caráter relativo da liberdade de conformação do legislador. Considerações em torno da cláusula da "reserva do possível". Necessidade de preservação, em favor dos indivíduos, da integridade e da intangibilidade do núcleo consubstanciador do "mínimo existencial". Viabilidade instrumental da arguição de descumprimento no processo de concretização das liberdades positivas (ADPF nº 45-9/DF). Direitos constitucionais de segunda geração.

Diante do que foi dito até aqui, fazemos uma provocação: Seria Evans sujeito de direito dessa proteção estatal? O Brasil estaria, por força de lei, obrigado a prestar atendimento médico eficaz a Evans? Para os dois questionamentos, nossa resposta é sim. A fundamentação jurídica para nossa resposta está guardada em nossa Constituição Inciso III, art. 1º c/c § 1º art.5º c/c inciso XXXVI, art. 5º C.F.[14], combinados com o artigo 30 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Aceitar entendimento diverso seria uma afronta aos princípios constitucionais e a acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário (DUDH), além de macular o princípio do "não retrocesso".

[14] Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
III - a dignidade da pessoa humana.
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata. XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Ainda em resposta às perguntas formuladas no parágrafo anterior, entendemos que, não sem razão, nossa Magna-Carta apresenta de forma expressa o preceito "dignidade da pessoa humana", inciso III, art. 1º. As palavras são abstratas, mas a vontade do legislador foi a de transmitir concretude ao sentido da expressão. Trata-se de um dos pilares do nosso Estado, funciona como valor-fonte, orientando a aplicação e a interpretação de todas as normas subsequentes de nosso ordenamento jurídico. Esse "poder", sob o aspecto nacional, encontra suporte na supremacia constitucional quando comparado às outras normas jurídicas e sob a ótica da internacionalidade das convenções e tratados relativos aos Direitos Humanos que de forma particular utilizam o sentido de "dignidade" para legitimar outros valores. Ou seja, é razoável o entendimento que em nosso ordenamento jurídico tudo que se refere a direitos fundamentais deve obediência ao princípio da dignidade humana. A continuação desse raciocínio nos leva a entender que existe uma consonância, no que se refere a esse princípio, nas esferas nacional e internacional. O ordenamento jurídico do Brasil caminha de mãos dadas com esse entendimento, deixando evidente a vontade de que esse princípio seja um farol para as demais normas, além de se mostrar receptivo a adotar com status de norma constitucional todos os tratados e convenções internacionais relativos a Direitos Humanos. Essa combinação de normas jurídicas deveria garantir a Evans direitos que não lhes foram efetivamente prestados. (Artigo 4º, II, C.F.)[15]

1.3.4 **...Direitos fundamentais, dignidade da pessoa humana e o princípio do "não retrocesso"**

Direitos fundamentais são aqueles "sem os quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive; são fundamentais do homem no sentido de que a todos, por igual, devem ser, não apenas formalmente reconhecidos, mas concreta e materialmente efetivados." (Silva, 2005, p. 178).

Os direitos considerados fundamentais são resultado de um processo ininterrupto que atravessa séculos. Suas origens são diversas, entre elas: a tradição judaico-cristã, a filosofia grega, a jurisprudência romana e a teologia medieval. No entanto, do modo que se apresentam hoje, estão relacionados com os enfrentamentos às monarquias absolutistas durante o século XVIII. Neste período, se estabeleceu o firme pensamento de que os indivíduos possuíam direitos imprescritíveis, inalienáveis e oponíveis ao Estado. A historicidade perpassa a evolução

[15] Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: II - Prevalência dos direitos humanos.

desses direitos. Isso significa dizer que os direitos e garantias fundamentais não estão imunes aos processos históricos e às frequentes mudanças que ocorrem nas sociedades. É possível perceber que eles se adaptam às novas realidades e necessidades e mudam os paradigmas das sociedades enquanto caminham no tempo.

As Constituições nacionais promulgadas após as lutas contra monarquias absolutistas passaram a adotar alguns desses direitos, entre eles: o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à propriedade e o direito de votar e de ser votado, sendo esses os direitos sociais ligados à proteção individual, civil e política em oposição ao poder estatal, chamados de primeira geração[16]. No século XIX, problemas começaram a surgir quando a desigualdade econômica atingiu as massas trabalhadoras não permitindo que, de fato, tivessem acesso aos direitos garantidos nas Constituições.

Ainda nesse cenário, surgiram e se desenvolveram os chamados direitos sociais de segunda geração, que podem ser definidos como: o direito ao trabalho e a um salário-mínimo que atenda às necessidades básicas do trabalhador; limitação da jornada laboral; proteção do menor e da gestante no trabalho; direito de fazer greve e formar sindicatos; direito à saúde e educação; direito ao amparo na velhice, na doença e no desemprego.

No século seguinte, com a chegada da globalização, surgem no cenário outros direitos sociais. São transindividuais e seguem o princípio do desenvolvimento sustentável agora ligados à solidariedade (especialmente no que se refere ao sistema de saúde pública) e à fraternidade. Eles são chamados de terceira geração e alguns exemplos são: o direito à paz; à autodeterminação; ao desenvolvimento e ao meio ambiente. Lembramos que a maioria desses direitos se encontra em tratados e acordos internacionais.

Na sequência, vêm os direitos sociais de quarta geração que estão vinculados aos mais recentes estudos da biotecnologia e manipulação genética. Esses direitos protegem ainda a intimidade, a privacidade e o patrimônio genético das pessoas contra o uso inapropriado da informática na bioengenharia.

Em nosso entendimento, hoje estamos testemunhando o surgimento e a consolidação dos chamados direitos sociais de quinta geração que tratam da vida humana na era digital, tendo como principal fundamento a proteção dos dados pessoais e coletivos. Cada uma dessas

[16] Em seus estudos sobre direitos fundamentais, o filósofo e historiador italiano Norberto Bobbio (2004) chama a atenção para as maneiras como esses direitos têm sido selecionados levando-se em conta sua representatividade nos avanços sociais. É preciso considerar que outros estudiosos têm preferido o uso do termo "dimensão de direitos" no lugar de "geração de direitos" (termo criado por Bobbio). Esses doutrinadores alegam que o termo do historiador italiano traz consigo a ideia de substituição e, sendo assim, direitos anteriores perderiam sua validade. Neste artigo, entendendo que o termo criado pelo jurista italiano está consagrado pela doutrina, optamos por manter o uso da expressão "geração de direitos".

gerações de direito encontra legislação nacional e internacional, algumas ratificadas em nossa ordem legal, outras ainda não. Assim, os Direitos Humanos na era digital podem ser entendidos como todo o documento veiculado obrigatoriamente pela grande rede com capacidade de gerar efeitos no mundo jurídico no tocante a direitos fundamentais, assim como no direito internacional. É possível perceber que estamos diante de uma infinidade de possibilidades que necessariamente precisam ser reguladas pelo Direito. Assim, às quatro gerações citadas anteriormente deve-se somar o aspecto da digitalização, uma vez que, a partir disso, devemos levar em conta fatores como: a enorme quantidade de informações transmitidas; a possibilidade de manipulação com a utilização da inteligência artificial; as possibilidades camaleônicas das redes em se adaptar às novas realidades e contextos que a todo tempo se apresentam.

Entendemos que a veiculação de dados nas redes sem nenhum controle deve ser considerado crime, a depender dos efeitos danosos que causarem. Com relação a imigrantes e refugiados, assistimos à disseminação de inverdades e desinformações do tipo: “são todos criminosos”; “vêm para tomar nossos empregos” e “trazem doenças”. Na verdade, imigrantes e refugiados chegam para somar, nunca para dividir ou diminuir. Neste caso, não cabe pensar em nós e eles, sempre seremos nós, como um todo, uma família humana. Nessa toada, se faz imprescindível, a todo o tempo, estar aberto a recepcionar o outro, entendendo a importância das trocas culturais: “em cada nação e projeto há pensadores e artistas de todos os tipos de trajetória de vida (...). Estou aprendendo com os seus argumentos: orais, escritos, visuais e auditivos.” (Mignolo, 2019, p. 12).

Falsas verdades somadas à xenofobia e ao racismo visceral contra as pessoas de cor preta oriundas dos países africanos podem ter contribuído para selar o destino de Evans. Vale destacar que está em tramitação o Projeto de Lei 2.804/2024, que, em resumo, visa responsabilizar civilmente as plataformas que veicularem conteúdos antidemocráticos, que incitem práticas criminosas e certamente os que atentem contra os Direitos Humanos. Isso para dizer que, em nosso entendimento, é impossível dissociar os conceitos de humanização e desumanização das cinco gerações dos Direitos Humanos. Ou seja, independentemente da geração a que pertençam, soma a favor dos direitos fundamentais, em especial dos sociais, o princípio do “não retrocesso” estabelecido no art. 30 da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, da ONU:

> Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

A breve análise das cinco gerações de direito nos permite concluir que o princípio do “não retrocesso” não autoriza que, com a justificativa de não conseguir superar dificuldades

econômicas, o Estado, sem apresentar uma compensação adequada, revogue ou anule direitos fundamentais que, em essência, são resultado de lutas e conquistas do povo. Caso contrário, seria admitir a reversão de direitos adquiridos, além de pôr em prática a insegurança jurídica, contrariando direitos constitucionalmente garantidos. Esses direitos equivalem a um mínimo existencial, que podem ser definidos como o conjunto de bens materiais e imateriais sem os quais os seres humanos não conseguiriam viver com dignidade. Fique claro que aqui estamos tratando de Direitos Humanos "*latu sensu*" (Inciso III, art. 1º c/c § 1º art.5º c/c inciso XXXVI, art. 5º CF).

1.3.5 - **As providências tardias e ineficazes**

A Secretaria Nacional de Justiça informou que tomou conhecimento da morte de Evans no dia 16 de agosto e que imediatamente o Ministério da Justiça e Segurança Pública enviou um ofício ao Ministério das Relações Exteriores solicitando que a embaixada de Gana fosse comunicada, o que de fato foi feito pelo Itamaraty.

A Polícia Civil de São Paulo instaurou inquérito a fim de apontar a existência de algum delito, assim como possíveis responsáveis. Mas, diante da repercussão, a Polícia Federal, atendendo solicitação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, instaurou procedimento de investigação no dia 13 de setembro, considerando que o local do fato é de competência da União.

Por sua vez, a administração do Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, informa que, após solicitação à Polícia Federal, os passageiros, enquanto aguardam o resultado do processo de admissão no país, passaram a ficar sob os cuidados das companhias aéreas até a conclusão do processo. Informou, ainda, que no dia 11 de agosto de 2024, a equipe do aeroporto, ao ser acionada, providenciou imediatamente atendimento e encaminhamento do passageiro ao Hospital Geral de Guarulhos.

A companhia aérea LATAM informou que, após o passageiro solicitar atendimento médico, acionou o serviço médico do aeroporto, acompanhou o atendimento prestado, e comunicou às autoridades de Gana e do Brasil após a confirmação do óbito.

De acordo com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, o Hospital Geral de Guarulhos também informou a morte de Evans ao consulado e à embaixada de Gana; No entanto, decorridos 16 dias sem resposta, acionou o serviço funerário local. Evans foi sepultado no dia 29 de agosto. Priscila faz o que consideramos um desabafo: "em Gana respeitamos os mortos, existem várias coisas que precisamos fazer antes de um enterro. Por que o ignoraram

no aeroporto? Qualquer ser humano normal deveria saber que ele não estava bem.” (Sales, 2024).

Daniel Perseguim, durante as pesquisas que realizou para localizar os parentes de Evans Osei Wusu, descobriu que houve um rei chamado Osei Wusu, o mesmo nome do Evans. Um dos tios de Evans afirmou que ele era de fato tataraneto de um rei ganês, e continua dizendo que antes de fazer a viagem Evans adotou três sobrinhos e, dessa forma, tinha se responsabilizado por essas pessoas que agora ficaram desassistidas em consequência de um tratamento desumano ao qual ele foi submetido no Brasil. Retornamos à declaração de Daniel Perseguim: “se o Evans fosse uma pessoa dos Estados Unidos, do Canadá ou da Europa isso não teria acontecido com ele. Ele não teria ficado durante sete dias deitado no chão do aeroporto sem nenhum tipo de assistência, a pessoa ficar dessa forma no maior aeroporto da América Latina” (Sales, 2024). Como exercício, vamos manter o nome e alterar o fenótipo: esse Evans agora tem a pele branca, olhos azuis, cabelo liso e loiro, vamos acrescentar o sangue azul, marca de ascendência da nobreza. Teria sido dispensado a esse Evans o mesmo tratamento dado ao ganês? Teria ele padecido no limbo da “área restrita”? Estaria vivo? Nossa sugestão é que cada um faça uma reflexão e formule suas respostas.

Entendemos que nessa declaração está contida uma ideia que guarda em si alguns conceitos que podem nos ajudar a entender os porquês da morte do ganês. São eles: racismo e suas origens; decolonialidade; Necro-Racista-Estado e Necrofilia-Colonialista-Outrocida.

1.3.6 **As origens do racismo: o mito de Cam...**

Entendemos que a Evans foi atribuída uma inferioridade, e que esse olhar depreciativo foi uma das causas que levaram à sua morte. Por trás de tudo, em nosso entendimento, está a determinação da condição de não-humanidade que, em determinado momento histórico, foi atribuída aos negros. As origens dessa marca estão no racismo, fundado e legitimado pela religião católica em meados do século XVIII, pela pseudociência, nessa ordem.

> Ao contrário do que atesta o senso comum contemporâneo, o "racismo de cor" não foi o primeiro discurso racista. O "racismo religioso" ("povos com religião" versus "povos sem religião" ou "povos com alma" versus "povos sem alma") foi o primeiro elemento racista do "sistema-mundo patriarcal, eurocêntrico, cristão, moderno e colonialista" (Grosfoguel, 2011) formado durante o longo século XVI. (...) A lógica da argumentação era a seguinte: 1. se você não tem uma religião, você não tem um Deus; 2. se você não tem um Deus, você não tem uma alma; e, por fim, 3. se você não tem uma alma não é humano, mas animal. (Grosfoguel, 2016, p. 36).

Vamos agora, brevemente, tentar estabelecer a relação entre a religião católica, o imaginário judaico cristão e a ciência. Nesse contexto, o racismo, uma vez sistematizado, passa

a ser o elemento central e fundante da modernidade, pairando até os dias atuais sobre todos aqueles considerados inicialmente pelos europeus como inferiores. Essa herança nefasta permanece como um marcador indelével, que, na prática, estabelece diferenças e hierarquias na aplicação, por exemplo, dos princípios dos Direitos Humanos (*lato sensu*), e, de maneira mais pontual, para falar apenas de Evans, os da dignidade humana.

O caminho percorrido até a escravização dos negros africanos teve grande influência do que foi acordado na Controvérsia de Valladolid, que decidiu o destino da população autóctone, que ocupava o território invadido pela coroa espanhola e nominado por eles como América. A questão de mérito dessa convenção girava em torno da possibilidade dessa população, chamada pelos invasores espanhóis de índios, serem dotadas ou não de alma. A sentença deste julgamento nunca foi prolatada e há entendimento de que, por esse motivo, não possa ser tecnicamente chamado de julgamento. Depois de algum tempo, os dois lados se declararam vencedores. A Coroa do império espanhol, para encerrar a questão, "decidiu" que os índios tinham alma e, portanto, não poderiam continuar na condição de escravizados. E, por terem alma, deveriam ser convertidos ao cristianismo. Esta conversão se deu, muitas vezes, à força, com os índios sendo obrigados a renunciar suas crenças e cultura.

Os africanos tiveram um destino ainda mais cruel, uma vez que foram tidos como povos sem alma. Foram sequestrados em África e trazidos para as Américas a fim de substituir a mão de obra escravizada indígena. Neste ponto, observamos uma inflexão. Até então, o racismo nas Américas se baseava exclusivamente no critério religioso e, com a decisão de trazer os negros africanos, passava a ser determinado pela cor da pele.

Uma das maiores contribuições para selar o destino dos negros africanos foi o imaginário judaico cristão sistematizado na obra de Isidoro de Sevilla (560-636), que foi considerado o primeiro autor cristão a tentar registrar todo o conhecimento humano da época em uma grande enciclopédia, o que hoje poderia ser comparado a um verdadeiro banco de dados. A enciclopédia foi publicada após sua morte. A obra se chama Etymologiae, tem 20 volumes e foi a primeira a servir como um modelo ideal pelo cristianismo.

A obra de Santo Isidoro de Sevilla descortinou novas possibilidades discursivas no período medieval, sendo utilizada, também, nos séculos XV e XVI, por ocasião das navegações e das invasões das regiões que hoje conhecemos como América e África. Os que consultavam a enciclopédia de Santo Isidoro de Sevilla tinham o objetivo de tentar descobrir nos textos a etimologia das palavras e, através deste entendimento, encontrar o real sentido contido nelas. Essa obra foi importante porque serviu como base para se entender e dar sentido a todo o mundo até então conhecido.

Podemos encontrar no fundamento do cristianismo algumas explicações que serão a base teológica para dar legalidade e legitimidade à escravidão dos negros africanos. Hátrês argumentos: o primeiro vincula a escravidão africana aos descendentes camitas, o segundo é o argumento geográfico e o terceiro é o linguístico.

O primeiro argumento, que estabelece a relação entre os descendentes de Cam e o filho amaldiçoado por Noé consta na Bíblia. O livro de Gênesis aponta Noé como pai de três filhos: Sem, Cam e Jafé. Eles teriam recebido a missão de povoar a terra. O texto sagrado diz que Noé plantou uma vinha e, ao beber o vinho, embriagou-se e se pôs nu dentro de sua tenda. Cam, pai de Canaã, presenciou a nudez do pai e contou a seus dois irmãos. Então, Sem e Jafé pegaram uma capa, puseram-na sobre os ombros de ambos e, andando de costas, com os rostos desviados, cobriram a nudez do pai, sem que a vissem. Noé, ao acordar do seu vinho, soube o que lhe fizera o filho mais moço e disse: "maldito seja Canaã; seja servo dos servos aos seus irmãos." (Gênesis 9: 20-25).

Baseado no mito de Cam, estava validada a tese que viria justificar a argumentação de que os negros africanos seriam descendentes de Cam, o filho mais novo que Noé amaldiçoou e sua escravização seria um fato, uma condição autorizada por Deus. A maldição lançada por Noé a seu filho Cam haveria de selar o destino de milhões de pessoas, uma vez que recairia sobre todos os negros africanos que, assim como Cam e seus descendentes, estariam destinados à escravidão. Durante a expansão ultramarina portuguesa, já estava sedimentada a vinculação da África aos camitas. Desta maneira, a vinculação dos africanos negros à Cam ganhou destaque nos manuais religiosos cristãos, abrindo as portas para a justificativa religiosa da escravização das populações do continente africano, em sua maioria, de pele negra e, portanto, relacionadas ao mal e relegadas à condição de inferioridade por maldição divina.

O argumento geográfico está mencionado na Etymologiae de Santo Isidoro de Sevilla. Para ele, o orbe seria composto por três partes sendo representado por um círculo, dividido igualmente ao meio no sentido Leste-Oeste e a parte inferior também dividida de forma igual no sentido norte-sul. Essa configuração procurava dar conta da totalidade do espaço e do tempo concedidos ao homem pelo Criador. O "T" evocava a cruz, remetendo a Cristo – epicentro da salvação (Ivo e Jesus, 2019). Com entendimento da cosmovisão judaico-cristã consolidado, ele passa a ser a referência cartográfica do período medieval. O Terrarum Orbis, designação dada ao mapa mundi, dava conta do ecúmeno até então conhecido. A Ásia era habitada pelos descendentes de Sem, a Europa pelos descendentes de Jafé e a África pelos descendentes de Cam.

Foi reforçado no imaginário judaico-cristão a ideia de que a cor negra da pele dos

africanos estaria relacionada à ausência de luz, o que equivaleria dizer trevas e seria, portanto, o lugar originário do espírito do próprio demônio. Abaixo, temos um trecho que podemos observar o entendimento dos pensadores do período medieval sobre a influência que o clima tivera sobre os africanos.

> É preciso enfatizar que as obras dos pensadores da Antiguidade tiveram uma influência decisiva na forma de se pensar os africanos tanto no medievo europeu como no começo da era moderna. Ideias como o calor intenso e insuportável, as influências causadas pelo clima nas características físicas das sociedades e a crença de que abaixo do Equador somente criaturas animalescas poderiam sobreviver, teriam uma participação chave nas explicações dos teólogos e geógrafos medievais e nos viajantes do início da Idade Moderna sobre o continente localizado ao sul da Europa. É certo afirmar que, próximo ao ano mil (...), as referências sobre a Aethiopia se encontravam completamente tangidas pelo imaginário da cristandade. A transposição da Cosmografia Celestial sobre a geografia terrestre, nascida das interpretações teológicas cristãs, articulava-se à difusão da teoria camita sobre as origens das populações negro-africanas. Mais do que isso, associava-se a essas imagens a ideia de que a cor negra representaria a escuridão bíblica ou a maldade em seu estágio demoníaco. Esse conjunto de crenças acabou por reforçar a posição de desprestígio geográfico e cultural que a tradição greco-romana já havia concedido à África, somando, agora, o elemento espiritual. (Oliva, 2008, p. 4).

O critério etimológico utilizado pelos estudiosos medievais reforçou, portanto, o mito de que a maldição de Noé teria transformado Cam, Canaã e todos os seus descendentes em negros, mas a Bíblia em nenhum momento faz referência a isso. Temos então a seguinte relação entre os filhos de Noé: Sem (“nomeado” ou “fama”) como ancestral dos semitas povoando a Ásia; Jafé (“aberto”, “loiro” e “luz”) como ancestral dos caucasianos povoando a Europa e Cam (“quente’, “queimado” ou “trevas”) como ancestral dos negros povoando a África. Assim temos os europeus, brancos, caucasianos, descendentes de Jafé, filho da benção que seriam, por direito estabelecido na Bíblia e determinado por Deus, os senhores dos descendentes de Cam, negros africanos, condenados à servidão.

1.3.7 **... E o racismo científico**

Além do critério religioso surge, em meados do século XIX, para determinar as diferenças entre os seres humanos, o critério científico. A teoria evolucionista de Charles Darwin, baseada na seleção natural, afirma basicamente que as espécies transmitem às gerações futuras características que as tornariam melhores; e, assim, estaria assegurada a sobrevivência de algumas espécies em detrimento de outras. Baseados nesta teoria, firmou-se o entendimento de que da mesma forma como havia várias espécies de animais, havia também diferentes raças humanas e, dentre estas, algumas superiores e outras inferiores, com o argumento de que a espécie humana mudou após um processo genético e biológico complexo, em que algumas raças

teriam evoluído mais que outras. E isso vai potencializar as teorias racistas que, baseadas no evolucionismo de Darwin, vão contribuir para o surgimento de ideias de dominação, e até mesmo, de eliminação das raças vistas como inferiores.

> A Ciência tinha ganho contra a Igreja a dura guerra pela prerrogativa de falar a verdade sobre a natureza e a sociedade, tinha se associado à técnica e à indústria, tinha criado instituições poderosas nas quais produzia-se um discurso que era sinônimo de pertinência e potência. Este discurso, com seu raciocínio abstrato, sua linguagem descritiva e argumentativa, suas quantificações, técnicas e métodos específicos estabeleceu "objetivamente" a superioridade racial das elites europeias, o que conotava sua superioridade cultural, religiosa, moral, artística, política, técnica, militar e industrial. Tudo cientificamente comprovado. As doutrinas racistas exerceram, em seguida, uma fortíssima influência sobre os meios de comunicação de massa emergentes, sobre a indústria cultural nascente, sobre a educação pública e as diversas manifestações artísticas, legitimando a mais ambiciosa arrancada imperialista de que se tem notícia. (Silveira, 1999, p. 90)

O racismo científico foi uma parte importante na estruturação de um poder hegemônico que, pela primeira vez, foi global. Os cientistas, homens brancos europeus, na segunda metade do século XIX, remodelaram a ciência até então conhecida e passaram a ditar novos dogmas que contribuíram direta ou indiretamente para a legitimação do racismo.

Essa teoria ajudou, por exemplo, a estabelecer legalidade e legitimidade à partilha da África, que viria a desestruturar toda a sociedade, a economia e a cultura do continente africano. Isso perdura até nossos dias e é uma das principais causas do incessante fluxo migratório, obrigando milhões de africanos a deixarem seus países para buscar trabalho, alimento, moradia e, no caso de Evans, tratamento médico adequado em outros países.

Entendemos ser importante falar sobre as origens do racismo, sob a ótica do imaginário judaico-cristão, e sua "evolução" através dos tempos, quando, em meados do século XIX, uma pseudociência certificou a suposta inferioridade racial dos negros, porque assim iluminamos o quadro atual e nos faz enxergar com mais nitidez a situação dos negros no Brasil, sejam cidadãos natos, imigrantes ou solicitantes de refúgio, como Evans. Nossa realidade é consequência dessas construções.

1.3.8 **Decolonialidade**

Decolonialidade pode ser entendida como um conjunto de categorias explicativas e analíticas, cuja função é fazer uma crítica ao moderno sistema colonial e a colonialidade.

O conceito de decolonialidade parte do pressuposto de que o fim do colonialismo histórico, aquele que organizava a sociedade colonial do ponto de vista econômico, político e social, não significou o fim das soluções e práticas coloniais. Isso acontece porque, a partir do

momento em que a estrutura colonial está montada e que organiza a sociedade de uma maneira específica, podemos observar uma interferência muito forte na organização do espaço e na composição do imaginário de um povo. Essa estrutura está presente até mesmo na linguagem e tem implicação direta na forma como essas sociedades pensam ou elaboram seus critérios estéticos, morais e como esse povo entende o que é ou não é verdade, assim como como esses povos enxergam a si próprios. Tudo isso para estabelecer a diferença entre o colonizador como superior e o colonizado como inferior.

O caso brasileiro é exemplar, pois tivemos uma estrutura escravocrata em todas as instâncias sociais. O racismo contra o negro sempre foi um grande dispositivo de regulação da desigualdade social no Brasil. Podemos perceber que práticas racistas iniciadas na modernidade se somam às xenofóbicas no contexto contemporâneo. É verdade que avanços no sentido contrário aconteceram, mas o racismo e a xenofobia ainda são uma realidade presente na sociedade brasileira que atinge os diferentes, os "outros". Diante dessa realidade, e fazendo uso da empatia, é possível nos imaginar no lugar de Evans, como estrangeiro (africano) e negro retinto.

A certeza de que a colonialidade não desapareceu faz surgir a necessidade de uma intervenção teórica e prática. Neste momento, surgem os pensadores decoloniais. Vale uma ressalva: esse termo engloba pensadores e pensadoras de matizes muito diferentes. Os intelectuais que fazem parte do que chamamos hoje de pensamento decolonial não pensam da mesma forma. Eles podem ter influências distintas e, muitas vezes, têm suas origens em campos epistemológicos diferentes, mas têm sempre um ponto de vista em comum: pautam, em suas teorias e nas suas práticas, uma crítica intensa e contundente contra o mundo capitalista, eurocêntrico, cristão, moderno, patriarcal e colonialista.

Um dos efeitos da colonialidade na produção do conhecimento é o que chamamos de racismo epistêmico. Esse é um conceito que foi forjado dentro de correntes de pensamento denominadas epistemologias do sul, "uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder" (Santos; Meneses, 2010). Percebemos que outras correntes começaram a usar essa expressão para enunciar e denunciar uma predominância de um tipo de pensamento criado, geralmente, por homens brancos europeus que acabam dominando os currículos em todas as áreas do saber dentro da academia de países colonizados. Excluindo, quase que totalmente, a possibilidade do lugar de fala para que outras vozes possam contribuir na produção de conhecimento.

> No fim do século XVIII, quando as ditas universidades deixaram de ser cristãs e teológicas e se transformaram em seculares e humboltianas, utilizou-se a ideia antropológica kantiana de que a racionalidade está encarnada no homem branco ao

> norte dos Pirineus. A Península Ibérica foi relacionada ao estigma da irracionalidade, ao lado dos povos de pele negra, vermelha e amarela. As pessoas "sem racionalidade" foram epistemologicamente excluídas das estruturas de conhecimento das universidades. É a partir da estrutura kantiana que o cânone da universidade ocidental é fundado. (GrosfogueL, 2016, p. 43).

Em nosso entendimento, esse ponto requer atenção pois estamos falando de epistemicídio na medida em que não se permite que outros povos falem, que outras culturas se manifestem, que possam ser ouvidas, que possam se expressar, falar de suas realidades, ou da maneira como entendem o mundo em que vivem; ou seja, são contrários ao processo permanente que une diferentes gentes e saberes e, ao nosso ver, faz parte do manifesto que tem por objetivo a aplicação prática dos Direitos Humanos positivados para todos os seres humanos. “Após 500 anos de colonização do saber, não existe qualquer tradição cultural ou epistêmica, em um sentido absoluto, que esteja fora da Modernidade eurocêntrica” (Grosfoguel, 2016, p. 44).

A colonialidade se caracteriza por um pensamento exclusivamente masculino, branco, europeu que permanece dentro da academia para estabelecer o que é verdade, nos colocando diante de uma produção que reflete um pensamento parcial. A realidade, como entendemos, não pode ser compreendida exclusivamente através de um único ponto de vista. O padrão de pensamento estabelecido por poucos, que não representam o todo, é contraproducente, indo de encontro às principais teses que ensinam a realidade verdadeira como a síntese de muitos entendimentos. Sabemos que precisamos de muitas perspectivas para conseguir entender a realidade. Não podemos de modo algum dar predominância para uma perspectiva, excluindo a possibilidade de outras soluções, outras experiências e vivências de outros povos. A multiplicidade cultural é enriquecedora. É necessário ir além da Modernidade para se chegar a uma verdadeira diversidade epistêmica, isso é sinônimo de Transmodernidade.

> A transmodernidade é um convite para que se produza, a partir de diferentes projetos epistêmicos políticos que existem no mundo hoje, uma redefinição dos muitos elementos apropriados pela Modernidade eurocêntrica e tratados como inerentes à Europa, rumo a um projeto decolonial de liberação para além das estruturas capitalistas, patriarcais, eurocêntricas, cristãs, modernas e coloniais. (Grosfoguel, 2016, p. 45).

A decolonialidade, enquanto um caminho de resistência, é uma corrente de pensamento que vem ganhando muitos adeptos. Cada vez mais, pensadores e pensadoras estão revendo uma série de verdades tidas como absolutas, construídas ao longo do tempo e que nos impedem de minimamente compreender o mundo e somar para a construção de uma sociedade equânime.

1.3.9 **O Necro-Racista-Estado (NRE), a Necrofilia-Colonialista-Outrocida (NCO) e a prática do Necro-Racista-Estado no Brasil**

Wallace de Moraes (2020) defende uma proposta em que conclui que o Estado Brasileiro descende do princípio do poder soberano de matar, princípio que fundou o Estado Moderno europeu. Baseado nisso, ele desenvolveu o conceito da Necrofilia Colonialista Outrocida.

Os Necro-Racista-Estados (NRE) seriam aqueles que usam a força do militarismo, apoiados pelas igrejas cristãs e que, com o advento da modernidade, passaram a tratar indígenas e negros como sub-humanos.

A Necrofilia-Colonialista-Outrocida (NCO) é um conceito que tem por característica um singular desejo em matar negros, indígenas e seus descendentes, ou seja, aqueles considerados como “outros”, quando não se submetem às regras impostas pela modernidade.

A prática do Necro-Racista-Estado no Brasil (NREB) seria a combinação do NRE com o NCO. Nesse caso, ou o Estado não tem condições ou falta vontade política para atender às necessidades básicas daqueles que até hoje sofrem os efeitos do colonialismo. Sendo assim, o Estado somente garante os interesses dos ricos, brancos e poderosos.

Isso explicaria por que negros, índios e seus descendentes estão, em sua maioria, nos presídios, cemitérios, nos subempregos, residindo em favelas... O que nos permite entender a modernidade como um processo racista, colonial, capitalista, patriarcal e branco. Todas essas práticas estariam garantidas através de “políticas institucionais postas em prática pelo necro-racista-Estado brasileiro” (De Moraes, 2020. p. 6).

A prática do Necro-Racista-Estado no Brasil mantém pessoas como Evans na condição de colonizado, ou seja, o considerando um sub-humano. Sua cultura é tida como inferior e sem nenhum valor. A exploração colonial permanece até os dias atuais com outra roupagem.

1.3.10 **República do Gana e Brasil: ação globalizada do necro-racista-estado**

A República do Gana sofre de um mal que atinge a maioria dos países do continente africano: apesar de serem países formalmente independentes, continuam sob forte influência econômica e cultural das antigas metrópoles. Observamos que, na realidade, houve apenas uma mudança na forma de dominação. Durante a última década do século XX, a relação bipolar entre a antiga metrópole colonial e suas ex-colônias desapareceu, dando lugar a uma relação multilateral em todos os níveis. Organizações internacionais passam a intervir na África, entre elas o FMI (Fundo Monetário Internacional), a OMC (Organização Mundial do Comércio) e o

Banco Mundial. Com isso, as potências europeias são obrigadas a cumprir as novas regras do jogo, determinadas por estas instituições e que nem sempre lhes são favoráveis. As antigas metrópoles nunca deixaram de explorar, no sentido de rapinagem. Elas se adaptaram e passaram a exercer outra forma de dominação. Agora, os interesses de países como Inglaterra, França, Bélgica, entre outros, continuam representados através de suas multinacionais.

> Assim, hoje, há um novo tipo de partilha da África que não confessa seu nome, mas que se faz através da invasão capitalista, sobretudo financeira, nas diferentes zonas do continente. Isso mostra claramente que os povos não interessam em nada a essa gente. Há guerras que são apoiadas e sustentadas – o tráfico de armas incluído – por essas organizações e companhias mineradoras multinacionais. Por vezes, elas não hesitam em suscitar rebeliões para enfraquecer o país com o qual negociam, porque elas podem intervir quando há adversários – o que lhes permite fazer chantagem – mas se não há rebeliões, elas ficam enfraquecidas para negociar. (Ki-Zerbo, 2006, p. 46).

A escolha do Brasil como país de destino para imigrantes pretos ou solicitantes de refúgio, especialmente os retintos, pode ser considerada a escolha do mal "menos pior", tendo em vista a realidade da maioria dos países africanos. Nosso país tem uma sociedade que é, mas não se reconhece, racista. Aqui, 78% das pessoas assassinadas são negras, assim como 67% das mulheres mortas também são negras. Em média, a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado. Somos o quinto país em número de feminicídios, o primeiro em número de assassinatos de homossexuais e pessoas trans. Certamente, não somos o país mais indicado para oferecer algum tipo de proteção às pessoas negras que tentam escapar de tragédias humanitárias, guerras e da violência em seus países de origem.

Apesar de ser regido por leis que estabelecem proteções e direitos, o Estado brasileiro não consegue ou não quer garantir sua efetiva implementação. Evans foi uma das vítimas deste Estado que, de forma positiva garante, mas, na prática, deixa a desejar naquele que é o primeiro e o mais importante valor fundamental a ser protegido: o direito à vida.

1.3.11 **A trajetória de Evans**

A intenção inicial de Evans era a de se submeter a uma cirurgia no México. Com sua entrada negada pelas autoridades mexicanas, foi obrigado a retornar a Gana. Quando chegou a São Paulo, solicitou refúgio com a esperança de conseguir atendimento médico.

Evans certamente esperava encontrar no Brasil um ambiente mais amigável, não imaginou encontrar irmãos que não se reconhecem. Afinal de contas, estava no país onde 54% da população se declara negra. Aqui, durante aproximadamente 350 anos, chegaram milhões de escravizados oriundos de várias regiões do continente africano, incluindo a região da África Ocidental onde hoje se localiza a República do Gana. Ele certamente tinha conhecimento, ou

pode mesmo ter convivido, com alguns descendentes dos retornados de Pierre Verger. Gana, assim como, Benin, Nigéria e Togo foram, entre os séculos XIX e o alvorecer do XX, o destino de aproximadamente 8.000 pessoas. Inicialmente ex-escravizados expulsos do Brasil, após uma série de revoltas, como a dos Malês (Bahia, 1835), e depois, após esse primeiro movimento, no início do século XX, libertos em busca de uma nova vida longe da opressão do Estado brasileiro completaram o refluxo. (Verger, 1987, p. 612).

Conseguir o status de refugiado significa dizer que Evans teria acesso a alguns direitos garantidos por força de lei, entre eles: inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Certamente, o que mais lhe interessava quando solicitou ser reconhecido como refugiado foi o primeiro deles. Evans, antes de tudo, queria sobreviver. O acesso a esses benefícios se mostra garantido quando combinamos o artigo 5º, caput Carta Magna[17]; o artigo 5º da Lei nº 9.474/97[18] e do artigo 4º, VIII da Lei nº 13.445/2017[19]. Importante lembrar que, apesar de estarem garantidos por leis, na prática, o Estado Brasileiro não é capaz de garantir todos esses direitos nem mesmo à totalidade de seus cidadãos natos ou naturalizados.

Acreditamos que Evans não sabia que, ao longo de sua história, o Estado Brasileiro sempre tentou se eximir da obrigação de promover a reparação necessária à população negra. Ele negou e nega as consequências nefastas do período escravocrata, sem garantir dignidade e direitos à população negra, além de promover até hoje políticas que, de alguma forma, retomam a elementos da escravidão e a violência que a caracteriza. Essa manutenção oficial e deliberada das desigualdades sociais e raciais é uma das faces do racismo. Evans solicitou refúgio exatamente no Brasil, país que nunca pretendeu ser negro e que conhece muito pouco sobre as Áfricas, apesar da sua evidente africanidade. País que promoveu uma falsa abolição e teve como política de Estado o embranquecimento da população, instituindo em políticas de miscigenação racial (1888-1920) e adotou o mito da democracia racial tentando fazer crer a todos que o Brasil

[17] Constituição da República Federativa do Brasil, art. 5º, caput: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

[18] Lei nº 9.474/97, art. 5º: O refugiado gozará de direitos e estará sujeito aos deveres dos estrangeiros no Brasil, ao disposto nesta Lei, na Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e no Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967, cabendo-lhe a obrigação de acatar as leis, regulamentos e providências destinados à manutenção da ordem pública.

[19] Lei nº 13.445/2017, art. 4º, VIII: Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:
VIII - acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória.

seria um país cordial e amigável.

Na verdade, o que temos todo o tempo são exemplos de desrespeito aos Direitos Humanos. Prova disso é que hoje continuamos assistindo descasos, abusos e violência policial, que, na lógica de nossa sociedade racista, rende votos, mesmo sendo um paradoxo quando comparada aos princípios que orientam os Direitos Humanos. Temos, ainda, os que morrem nas lotadas salas de espera dos hospitais públicos ou, ainda, de frio nas calçadas das cidades. Há um nítido desprezo pela vida humana.

Seja como for, sentindo uma desconfortável sensação, misto de resignação combinado com alguma esperança de que prevaleça a "humanidade" nos seres humanos, acreditamos que, para aqueles tidos como "outros" (pretos, pobres, mulheres, estrangeiros como Evans e todos os considerados não humanos), a mudança não será fácil, pois depende de um processo contínuo de luta a fim de que sejam observados o pleno respeito aos princípios dos Direitos Humanos. Posto desta forma, a morte de Evans se faz compreensível, já que faz parte da nossa essência enquanto sociedade. Somos o que somos. No entanto, para aqueles que se mantêm vigilantes para uma eficaz aplicação das leis e têm em mente o real significado da dignidade humana, os exemplos acima citados e toda situação que envolve a morte de Evans são inaceitáveis.

O ocorrido com Evans nos mostra que as vítimas desse tipo de descaso não são aleatórias. Os corpos preferencialmente atingidos refletem um repertório social a respeito de quem são os extermináveis. É impossível dissociar a morte de Evans de sua condição, africano e negro (retinto). Esses marcadores o colocam na penúltima posição de nossa pirâmide social - a mais baixa está reservada para as mulheres negras - e, portanto, em condição de grande vulnerabilidade, sendo vítima de sistemática negação de direitos pelo Estado brasileiro. Nesse caso, é preciso levar em consideração a estrutura, ou melhor, a falta dela, enquanto o ganense definhava na "área restrita" do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Entendemos que existe nexo de causalidade entre ação ou omissão daqueles que tinham o dever de zelar pela saúde de Evans (Estado brasileiro) e a morte do ganense. Esse episódio demonstrou, da maneira mais sombria, nossas controvérsias relativas aos Direitos Humanos e, principalmente, naquilo que se refere à concepção de humanidade em nossa sociedade.

1.3.12 **Evans Osei Wusu e o corpo-território**

Para se pensar o corpo-território, é preciso entender que nosso corpo não é constituído única e exclusivamente de matéria física, é nele também que a perspectiva da ancestralidade está contida e se manifesta. Nesse sentido, a simples presença de Evans seria indesejável, na

medida em que seu fenótipo remete a imagem do escravizado, o sub-humano, a quintessência do mal.

> Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal. A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor, nunca habitaram o mundo colonizado. O indígena é declarado impermeável à ética. Ausência de valores, e também negação de valor. Nesse sentido, ele é o mal absoluto (Fanon, 2005, p. 58).

Isso explicaria, não exclusiva, mas, parcialmente, a negligência na imediata prestação do atendimento médico solicitado por Evans, em quem tinha o dever de prestar socorro o enxergava como "outro".

Para entender melhor o contexto, vamos nos utilizar do pensamento de René Descartes: "penso, logo existo". Ora, quem tinha o direito de pensar naquele período, e ainda hoje julgam ter, são os que defendem e/ou se beneficiam da estrutura do NREB. Nesse sentido, Evans é o "outro". Seu corpo passa, então, a ser visto como subalternizado, colonizado, animalesco, um corpo não humano, um objeto passível de ser descartado.

> O único ser dotado de uma episteme superior era o homem ocidental (...) De acordo com Maldonado-Torres (2008b), o outro lado do "penso, logo existo" é a estrutura racista/sexista do "não penso, não existo". O último expressa uma "colonização do ser" (Maldonado-Torres 2008b), pela qual todos os sujeitos considerados inferiores não pensam e não desfrutam de uma existência inteira, pois sua humanidade é questionada. Eles pertencem à zona que Fanon denomina "zona do não ser" e que Dussel chama de "exterioridade" (Grosfoguel, 2016, p. 43, apud Maldonado- Torres, 2006).

As ações que se seguiram são a materialização da negação das garantias mais elementares e inerentes ao ser humano: o direito à vida. Ao negligenciar o atendimento a Evans de forma comissiva ou omissiva, em nosso entendimento, a intenção, mesmo que de forma inconsciente, foi de humilhar, infligir dor, fazer sofrer, marcar inferioridade, despojar o corpo de qualquer humanidade e, por fim, eliminar. É forte, sob a ótica do colonialismo moderno, a ideia de ver como objeto qualquer corpo que esteja fora dos padrões epistemológicos e dos limites geográficos da Europa. Dessa maneira, os corpos encontrados nas Américas, na África e na Ásia são corpos que, na perspectiva do colonizador, são vistos naturalmente como objetos, não tendo sequer direito a existir.

O desprezo à vida se apresenta claramente neste caso, quando aqueles que tinham o dever de zelar pela vida e bem-estar do ganês e, no mínimo, foram negligentes, contribuindo para a morte de Evans. É difícil apontar quem é o responsável principal por sua morte. Todos os envolvidos se justificaram. Talvez a resposta esteja em uma combinação sequencial de ações e inações coletivas. É como se quisessem nos fazer crer que a responsabilidade fosse da própria vítima. É possível que, para aqueles que não enxergaram Evans como igual, os pedidos de

socorro podem ter lhes causado asco, sentimento que está alinhado com nossa sociedade impregnada com fortes traços de racismo e xenofobia. Faltou-lhes a responsabilidade, definida por Bauman (2021 p. 54) como a "condição última e indispensável da moralidade nas relações humanas". Para o filósofo, apenas as pessoas capazes de atuar em condições ambíguas e incertas provenientes da diferença e diversidade seriam capazes de assumir suas responsabilidades. Esses seriam seres humanos dotados do sentido de moral em sua completude, pessoas que se desenvolveram ao nível "de precisar do desconhecido, de se sentirem incompletos sem uma certa anarquia em suas vidas", que aprenderam a "amar a 'alteridade'."

Entendemos que é preciso, individual e coletivamente, desnaturalizar a desumanidade que há em nós e esse é um desafio contínuo. Se trata de um processo, seu sucesso depende do engajamento de todos. Ainda há um longo caminho a percorrer.

Não podemos assistir o fenecer de Evans, assim como o de todos os outros "Evans", como se isso fosse um padrão moralmente aceitável. Mantendo fechados nossos olhos, ouvidos, boca e almas, continuamos nossas refeições, impassíveis, assistindo ao noticiário enquanto aguardamos a próxima tragédia. Onde está a humanidade em nós?

> Revoltar-nos é assumir a testemunha da história. Como disse Júlio Cortázar, a esperança não pertence a nós, sujeitos variáveis e, frequentemente, indiferentes; a esperança ..., pertence à vida, é a própria vida se defendendo, inclusive da nossa perigosa tendência à passividade e ao abandono da luta. Ativemos aquilo que nos faz "seres humanos completos": vamos dar uma mão à esperança. (Herrera Flores, 2009, p. 54).

A agonia de Evans, assistida por centenas de "outros" na "área restrita", pode ser entendida como uma mensagem com teor mandatório, uma forma de colocar tudo em seu devido lugar. Fisicamente, o local reservado aos que aguardam resposta ao pedido de refúgio, "área restrita", está muito próxima do espaço onde outros passageiros embarcam e desembarcam com motivações diversas. Essa área, artificialmente isolada do resto do complexo, longe dos olhares, poderia ser comparada a um tapete para onde nós, enquanto sociedade, varremos a "sujeira" para debaixo. Não tornar essa área invisível poderia causar, no mínimo, constrangimento. É possível imaginar os demais passageiros em férias ou em compromissos de trabalho sentindo o mau cheiro e assistindo a centenas de pessoas deitadas no chão ou vagando pela área. Esse flagrante desrespeito aos Direitos Humanos não harmoniza com a imagem do Brasil: é melhor varrer a sujeira para debaixo do tapete.

No corpo sem vida de Evans ficou gravada uma mensagem conjunta do Estado e da sociedade brasileira, ainda racista e xenófoba, para todos os "outros" iguais a ele. Assim é possível, mesmo que de forma metafórica, ver mantida a hierarquia entre colonizador e colonizado. A ordem é mantida.

1.3.13 **Aspectos da posição do Brasil (NREB) em relação à questão migratória**

Em dezembro de 2018, o Brasil, juntamente com outras 164 nações, aderiu ao Pacto Global para Migração Segura, Regular e Ordenada. Trata-se de um acordo estabelecido pela ONU com o objetivo de oferecer mais segurança e trazer dignidade aos imigrantes, procurando estabelecer um padrão mundial quanto às questões migratórias com a criação de um banco de dados internacional com informações sobre os fluxos migratórios.

No Brasil, o que ocorreu a seguir foi um retrocesso, pois menos de um mês após a assinatura do pacto, o país se retirou do acordo. O governo de Jair Bolsonaro, eleito para o quadriênio 2018-2022, executando uma política negacionista em relação aos Direitos Humanos, agiu na contramão das políticas internacionais relativas ao tema. A retirada do Brasil causou um "desconforto diplomático", indicando uma alteração na postura do país em relação à questão humanitária, além de ter impacto significativo em relação aos milhões de brasileiros que moram no exterior e de romper com uma abordagem histórica relativamente bem-sucedida do país em relação às políticas de migração e refúgio.

O Brasil tem sua política migratória definida e regida pela Lei nº 13.445/2017, art. 3º, em que destacamos os incisos I, II, III, IV, V e VI[20] como os que melhor dialogam com nosso tema. Ao se retirar do pacto, o Governo Brasileiro à época, alegando que a permanência no Pacto feria a soberania do país, deixou de participar de fóruns sobre migrações e, por conseguinte, deixou de influenciar em regulamentos internacionais sobre esse tema. A falta de participação em um espaço internacional tão importante também empobreceu os meios para lidar de forma eficiente com o 1,3 milhão de estrangeiros estabelecidos aqui. Essa ausência de intervenção estatal na proteção dos direitos dos migrantes produziu efeitos cada vez mais deletérios. Entre esses efeitos está o aumento da animosidade contra os refugiados em terras brasileiras. Esse é o ponto ao qual queríamos chegar. Esse hiato, marcado por silêncio e animosidade, somado a uma sociedade racista e ainda sob forte influência de uma herança escravocrata, reforça a falsa certeza da desigualdade entre os seres humanos e certamente não contribui para enxergar o outro como um igual e muito menos estimula ações voltadas para o cumprimento de políticas

[20] Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:
I- universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;
II- repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;
III- não criminalização da migração;
IV- não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional;
V- promoção de entrada regular e de regularização documental;
VI- acolhida humanitária.

voltadas aos Direitos Humanos. Esse somatório ajuda a estabelecer a política da diferença como regra, não fosse dessa forma Evans poderia estar vivo.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito para o quadriênio 2023-2026, em um claro sinal de reaproximação com as políticas humanitárias internacionais, reintegrou o Brasil ao Pacto Global para Migração Segura, Regular e Ordenada no dia 05/01/2023. Assim, o país retornou ao cenário dos debates e discussões do qual, em nossa opinião, nunca deveria ter deixado de participar, uma vez que o Pacto tem como objetivo maior a aplicação ampla e efetiva que garantam dignidade aos imigrantes e refugiados. Em nosso entendimento, essa política está incluída nos Direitos Humanos "*lato sensu*".

O ocorrido com Evans poderia ter sido um evento de pouca ou nenhuma repercussão, uma vez que silêncio e invisibilidade costumam ser a regra nesses casos. A excepcionalidade ficou por conta da indignação manifestada por alguns iguais a Evans, como relatou Priscila, prima do ganense, ao dizer que "ele enviou uma mensagem para o meu tio informando sobre como ele está sofrendo e as autoridades o ignoraram. Foram necessários alguns africanos lá no Aeroporto Internacional de Guarulhos (AIG) para protestar antes que eles (autoridades e responsáveis) organizassem uma emergência". Esse protesto foi o suficiente para chamar a atenção da imprensa nacional e internacional. Evans enfim se fez ouvir. A divulgação de sua morte serviu para retirar a marca da invisibilidade dos outros "condenados da terra" (Fanon, 2021), que como ele compartilhavam a "área restrita". É como se fossem uma espécie de "seres humanos de segunda categoria", como se não merecessem a proteção que a lei garante a todos. Não fosse esse "grito", a morte de Evans provavelmente se somaria às estatísticas oficiais e seria só mais um número. As manifestações e protestos foram muito importantes para iluminar um cenário quase sempre relegado e destinado ao esquecimento. Ao longo dos dias seguintes, diante da cobrança de organizações não governamentais e formadores de opinião, o caso repercutiu, ganhou visibilidade e gerou mobilizações, fazendo as investigações avançarem.

Não podemos dizer que a morte de Evans é um caso isolado, uma vez que essas são algumas das experiências cotidianas vivenciadas por muitas pessoas que compõem a comunidade de imigrantes e refugiados em nosso país. Da mesma forma, não podemos afirmar que esse caso romperá com práticas de violação dos Direitos Humanos, isso porque elas, infelizmente, refletem parte de nossa herança escravocrata e estão perpetuadas em nossa sociedade marcada pelo racismo estrutural. Quando observamos o cotidiano de imigrantes humanitários e refugiados, percebemos que, na grande maioria, suas rotinas são atravessadas por preconceito e dificuldades em diferentes graus. O direito dos refugiados está previsto em lei e é um dever humanitário. Ninguém nasce refugiado. As pessoas se tornam refugiadas na

medida que são afetadas por guerras e outras adversidades que as levam a sair de seus países a fim de preservar suas vidas, como no caso de Evans.

O racismo, a xenofobia, assim como outras formas de preconceito e discriminação estão presentes na sociedade brasileira. Isso é fato. O combate a essas práticas é um dever permanente de todos nós brasileiros e estrangeiros, enquanto família humana. A Constituição Federal garante a igualdade entre nacionais e não-nacionais. Ela assegura o direito à vida, à liberdade e segurança, valorização da dignidade humana, prevalência dos direitos humanos, a não-discriminação e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. A execução desses direitos fundamentais em sua plenitude deve acontecer como prática rotineira e isso só será possível quando substituirmos a atual cultura do preconceito, racismo e xenofobia por outra que os direitos humanos sejam a regra e não exceção em nosso país.

O Brasil é signatário de tratados e convenções internacionais que tratam sobre Direitos Humanos, migração e refúgio. Há legislação específica para os refugiados garantindo, entre outros direitos, uma acolhida humanitária e o repúdio à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação. Essas leis garantem direitos aos estrangeiros, tais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (art. 26); o Estatuto de Refugiados de 1951; o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados; a Declaração de Cartagena de 1984; o princípio da igualdade perante a lei e as garantias individuais a brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, nos termos do art. 5º. da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; as diretrizes da Lei 9.474, de 22 de julho de 1997, conhecida como a Lei do Refúgio, passando pelos princípios e garantias da política migratória brasileira, estabelecidos na Lei 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração). No entanto, a realidade nos mostra que ainda existem muitas dificuldades para a implementação destes dispositivos legais e, consequentemente, para a implementação de políticas públicas que efetivem o acesso a estes direitos.

Não podemos esquecer que Evans é aquele que implorou por socorro e não foi ouvido no exercício de seu justo e assegurado direito constitucional. A indiferença e o preconceito unidos lhe entregaram a morte como resposta, então, de nada adiantaram os recursos para custear a cirurgia e seu sangue nobre. Nossa herança escravocrata foi novamente posta em prática. Imaginemos Evans agonizando na "área restrita" certo de que era percebido como um ser humano igual a todos os outros e com os mesmos direitos, e, para sua decepção, essa viagem lhe mostrou regras e protocolos provando o contrário. Considero que a morte de Evans foi o epílogo no qual tudo seguiu sua ordem natural, visto pela perspectiva do NREB. Enfim, seja qual for a tradução das palavras feitas pelo imigrante africano, elas evidenciam o mal no corpo

e na alma do ganês, e podem ser entendidas como um alerta para a cegueira moral que aponta o sinistro caminho trilhado por nossa sociedade. “Ele está falando de coração dele que está muito, muito ruim, está muito dolorido”.

Capítulo 2 - **Os impactos sofridos pela identidade no processo migratório**

2.1 **A relação entre a identidade e o processo migratório**

As dificuldades que os imigrantes encontram na viagem para o país destino pode ser por nós apenas imaginada, pois a realidade pode ser muito pior, já que muitas vezes enfrentam enormes problemas que desconhecemos. Na maioria das vezes, o que os aguarda é a discriminação e o desemprego, o que os leva, por falta de opção, para o trabalho informal. O que se observa é que a situação de instabilidade e incerteza é um desordenamento característico do processo migratório. A migração é um processo que apresenta como característica a desigualdade quando se refere ao desenvolvimento. O sentimento de perda e a identidade pluralizada ou multiplicada são típicos de uma situação marcada por indefinição e transitoriedade. Entendemos que a maioria dos imigrantes podem ser incluídos entre as vítimas do que Milton Santos (2001, p. 69) nomina como pobreza estrutural.

> [...] a pobreza estrutural, que de um ponto de vista moral e político equivale a uma dívida social. Ela é estrutural e não mais local, nem mesmo nacional; torna-se globalizada, presente em toda parte do mundo. Há uma disseminação planetária e uma produção globalizada de pobreza, ainda que esteja mais presente nos países já pobres.

A imigração pode ser entendida como um processo no qual o indivíduo ou grupos de indivíduos buscam realocação, durante determinado período, em países diferentes daqueles tidos como os de origem. As razões que motivam a migração são as mais diversas: a miséria extrema, epidemias, eventos climáticos extremos, fome, subdesenvolvimento econômico, guerras, instabilidade política, busca por objetivos pessoais, entre outras. As estimativas do relatório da OIM (Organização Internacional para Migração) da ONU (Organizações das Nações Unidas), no final de 2022, mostram que cerca de 281 milhões de pessoas estavam vivendo fora dos seus países de origem. Essa é uma quantidade tão expressiva que nunca havia sido registrada até então, se compararmos com o movimento migratório que partiu do continente europeu para a América no início do século passado. O cálculo, nessa ocasião, dava conta de que aproximadamente 50 milhões de pessoas saíram dos seus países de origem em busca de uma vida nova, principalmente nos Estados Unidos da América. Segundo o Relatório sobre a Migração Mundial 2024, OIM – ONU, migração pode ser definida como: “o movimento de pessoas para longe de seu local de residência habitual para um novo local de residência, seja através de uma fronteira internacional ou dentro de um Estado”. Essa foi a definição que escolhemos, por entender ser a que melhor dialoga com nosso trabalho. Existem várias definições que foram desenvolvidas em diferentes contextos, inclusive algumas com

características singulares. Por exemplo, o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas define uma especialidade ao tratar do migrante. O órgão estabelece “migrante de longo prazo” como a pessoa que vive fora de seu país de origem por pelo menos 12 meses.

Mas o que devemos considerar não são apenas os motivos que levam esses imigrantes a buscar novos caminhos, mas como irão sobreviver no país que os recebe. É importante descobrir, levando em consideração nosso recorte espacial, se eles estão conseguindo exercer na cidade do Rio de Janeiro as mesmas atividades que exerciam em seus países de origem, e se estão sendo absorvidos pelo mercado do trabalho carioca. Além disso, entender de que maneira e em que grau suas identidades estão sendo, ou não, reordenadas.

Antes de avançar, vamos deixar nosso entendimento sobre a diáspora. Ela não se resume apenas a um deslocamento geográfico no qual indivíduo ou indivíduos deixam seus países de origem pelas diversas causas apontadas anteriormente. Ela vai além: a diáspora pode ser entendida como um local de encontro, sínteses e lutas. Nesse espaço, através de comparações, as diferenças são estabelecidas e os indivíduos, agora, com suas identidades reordenadas, lutam contra as forças dominantes que de alguma forma estigmatizam esses indivíduos e grupos menos favorecidos. Em Stuart Hall (2006, p. 32-33): “O conceito fechado de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um ‘Outro’ e de uma oposição rígida entre o dentro ou o fora”.

Sobre o termo “imigração”, concordamos com o sociólogo Abdelmaek Sayad (1998, p. 105), que o entende como um sistema: “é igualmente dotada de uma lógica própria, tem seus efeitos e suas causas próprias, bem como suas condições quase autônomas de funcionamento e de perpetuação”. Entretanto, neste trabalho, entendemos ser mais adequado tratar imigração como um processo. Isso porque ela acontece ao longo de um período, onde situações se sucedem até atingirem o centro dessa reflexão que aborda o conceito de identidade cultural e tem como alvo dois pontos; o primeiro deles busca entender de que forma acontece a aculturação e a assimilação do imigrante no país destino, essa “perda de um sentido de si” pode ser também chamada, segundo Stuart Hall (2001), de “descentração dos indivíduos”. Ela é motivada pela desvinculação do imigrante da sua família e cultura originárias somada ao multiculturalismo e ao interculturalismo, uma vez que o imigrante, nesse novo momento, está inserido em uma nova sociedade; o segundo é entender se e como formam-se comunidades e, uma vez formadas, como elas podem influenciar na aculturação e na assimilação reforçando os vínculos entre esses indivíduos, tendo como ponto de partida suas nacionalidades, etnias, religiões e idiomas.

> [...] o imigrante é atopos, sem lugar, deslocado, inclassificável. Aproximação essa que não está aqui para enobrecer, pela virtude da referência. Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o 'imigrante' situa-se nesse lugar 'bastardo' de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não-ser social. Deslocado, no sentido de incongruente e de importuno, ele suscita o embaraço; e a dificuldade que se experimenta em pensá-lo [...] apenas reproduz o embaraço que sua inexistência cria. (Bourdieu apud Sayad, 1998, p. 11).

Para ser entendido, o conceito de identidade cultural depende do contexto em que está sendo analisado, então, é preciso levar em conta suas várias interrelações. A questão se torna ainda mais complexa quando tratamos de processos migratórios nos quais é possível perceber deslocamentos em vários níveis: espaciais, sociais, econômicos, culturais, entre outros. Desse modo, a identidade cultural não pode ser percebida como essencialista, uma vez que depende de estratégias e posicionamentos. Sendo assim, podemos entender a identidade como um *lugar* assumido, uma escolha. Ela sempre está relacionada à outra identidade com a qual se compara, sempre dependerá de outra para existir. Ela nunca está pronta e acabada, não é essência, substância estática a ser examinada. Nas palavras de Stuart Hall:

> Utilizo o termo "identidade" para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos 'interpelar', nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode "falar" (Hall, 2000, p. 111 - 112).

Vale lembrar que Stuart Hall[21], ao explicar o conceito de identidade, destaca que ele parece indicar como origem um passado histórico com o qual o indivíduo ainda manteria relações. Ele desfaz a ideia de que a identidade está tatuada em nosso DNA, como uma herança genética. Ao contrário, para ele as identidades são constituídas no interior de nossas representações:

> Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões "quem nós somos" ou "de onde nós viemos", mas muito mais com as questões "quem nós podemos nos tornar", "como nós temos sido representados" e "como essa representação afeta a forma de como nós podemos representar a nós próprios". Elas têm tanto a ver com a invenção da tradição quanto com a própria tradição, a qual elas nos obrigam a ler não como uma incessante reiteração, mas como "o mesmo que se transforma" (Hall, 2000, p. 109).

A fim de melhor esclarecer o conceito de identidade, trouxemos para o debate mais dois autores que apresentam olhares diferentes ao tratarem do tema. O primeiro é Manuel Castells, que entende identidade como fonte de significado de um povo.

> [...] entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionado,

[21] Stuart Hall analisa o conceito de identidade na pós-modernidade. Manuel Castells trabalha a mesma temática no espaço denominado por ele de "sociedade em rede".

> o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo pode haver identidades múltiplas (Castells, 1999, p. 23).

Castells estabelece uma diferença entre identidade e papel. Para ele, as identidades como fontes são mais importantes em significações do que os papéis desempenhados, se levarmos em conta o processo de construção envolvido. "[...] identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções" (Castells, 1999, p. 23).

O segundo é o sociólogo Muniz Sodré, para ele, identidade é "o conjunto organizado de condições que rege e classifica a ação do indivíduo ou mesmo de um grupo numa situação interativa, permitindo-lhe agir como ator social" (Sodré, 2015, p. 38)". Ele entende a identidade como um atributo representacional do sujeito, como uma propriedade ou uma característica do ser. Isso com base em Aristóteles que diz: "... o princípio da identidade [...] apresenta-se como unidade, isto é, a possibilidade de se falar repetidamente de uma coisa como sendo a mesma, garantida pela representação" (Aristóteles apud Sodré, 2015, p. 41). No léxico, a origem da palavra "identidade vem de idem (versão latina do grego tó autò, 'o mesmo'), que resulta no latim escolástico em *identitas*, isto é, a permanência do objeto, único e idêntico a si mesmo, apesar das pressões de transformação interna e externa" (Sodré, 2015, p. 39).

> A expressão 'identidade cultural' evoca a ideia ou o sentimento de pertencer ao Labenswelt ou 'mundo vital', que rege o horizonte normativo de uma determinada cultura. Nos termos de Habermas, o mundo vital é constituído tanto pela racionalidade partilhada pelos indivíduos no interior de uma comunidade quanto pela tradição ou transmissão, de uma geração a outra, de textos e narrativas pertinentes a questões historicamente levantadas pelo grupo. [...] Outro aspecto é a tendência de um grupo a explicitar a sua particularidade, aquilo que o distingue de outras formações culturais. Neste caso, identidade cultural diz respeito à totalidade dos campos identitários (psicológicos, lógicos e políticos) e à cultura como singularização do grupo. (Sodré, 2015, p. 54- 55).

Diante do que foi dito até agora, é importante, como primeiro ponto de análise, compreender identidade como um processo não acabado, algo que se forma ao longo do tempo, sempre com a possibilidade de alteração, dependendo da escolha do indivíduo. Nesse sentido, não basta nascer no Brasil para ser brasileiro, no Senegal para ser senegalês ou no Equador para ser equatoriano. Para que se estabeleça a identidade aqui proposta, é preciso estar presente o sentimento de pertencimento. Para a construção das identidades, Manuel Castells (1999) elenca quatro elementos constitutivos, são eles: territorialidade, nacionalismo, religião e etnia. O sentimento de pertença surge quando o indivíduo está vivenciando uma realidade e sente que existe uma identificação. Esse sentimento surge dentro de um sistema de representações no qual etnia, cultura, tradições e idioma são elementos formadores essenciais. Assim é possível entender, por exemplo, quando alguma pessoa que, apesar de ter nascido em Angola, vive no

Brasil desde a infância e, por isso, se considera brasileiro. Nesse exemplo, fica evidente que o indivíduo não vivenciou a realidade angolana, sendo assim, não houve possibilidade de formar um sistema com as representações angolanas com as quais se identificasse. Isso aconteceria mesmo se considerássemos a possibilidade de um contato direto com ascendentes angolanos, sua realidade seria a brasileira.

Dito isso, passamos ao segundo ponto na análise da identidade que é entendê-la como algo dinâmico que pode se alterar, a depender da condição de vida a qual a pessoa está submetida. Essa condição se potencializa na diáspora. Entendemos que é uma característica do ser humano não se fixar em modelos de pertencimento cultural fechados ou homogêneos, o que se torna mais evidente quando sua sobrevivência está em risco. No entanto, isso não significa renunciar à sua cultura, entendida aqui não como um conjunto de valores e tradições fixas, como por exemplo, o terreno das práticas, representações, linguagens e costumes concretos, mas como um espaço de disputas no qual, simultaneamente, os significados são construídos, contestados e negociados (Hall, 2006). Assim, fazer uso da cultura para conseguir se identificar no novo lugar e se sentir parte de processos maiores[22]. Não são raros os casos de imigrantes que se consideram verdadeiramente com dupla nacionalidade[23], conhecida como "identidades hifenizadas" (Lesser, 2001). Assim, podemos ter o congolês-brasileiro, o boliviano-brasileiro, etc. Isso é mais comum quando o imigrante teve constituído seu sistema de referências de identificação em seu país de origem e migra para outro país, no nosso caso para o Brasil. Sobre esse assunto, Hall (2006, p. 26) afirma que "[...] a 'identificação associativa' com as culturas de origem permanece forte, mesmo na segunda ou terceira geração, embora o local de origem não seja mais a única fonte de identificação".

No caso dos imigrantes, inseridos no contexto da globalização, onde integração social, econômica, cultural e política entre países, povos e culturas de todo o mundo se fazem presentes, essa "condição de vida" se destaca. Importante ressaltar que, durante séculos, houve o entendimento de que a cultura desses indivíduos por ser, equivocadamente, considerada inferior e de menor importância, seria absorvida ou anulada pelas culturas dos países considerados mais desenvolvidos através dos processos de massificação e homogeneização, característicos da globalização. Percebemos que isso não é uma regra. Em muitos casos, o que

[22] A cultura não nasce conosco, não faz parte de nossa herança genética, "a cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar". (Hall, 2003, p.44)

[23] Aqui estamos excetuando aqueles que buscam ascendentes, geralmente de países do Norte, a fim de solicitar dupla cidadania para, por exemplo, conseguir um passaporte que facilite o trânsito no continente europeu

se constata é o inverso. O ato de resistência à globalização cria espaços onde algumas identidades nacionais ou locais se tornam mais potentes.

Nosso terceiro ponto de análise trata da pluralidade da identidade cultural. Significa dizer que, simultaneamente, um indivíduo pode apresentar diversas identidades e estas podem se sobrepor, tudo vai depender da situação e local em que o indivíduo se encontrar. Desse modo, irá predominar a identidade que o indivíduo julgar mais adequada ao ambiente que se apresenta. Nessas situações, os papéis se confundem com a própria identidade – função/significado - de acordo com a ocasião vivida. Como exemplo, considerando o modelo cívico de nacionalidade, aquela em que a identidade nacional é essencialmente política, podemos citar o caso de brasileiros natos descendentes de ucranianos que migraram para a região sul do Brasil. São brasileiros, mas, com a guerra entre Ucrânia e Rússia, se alistaram no exército ucraniano para lutar contra as forças russas e, para alguns deles, essa foi sua última viagem. Temos duas identidades: eles, apesar de brasileiros, cresceram imersos na cultura ucraniana, se identificando com ela a ponto de pôr a própria vida em risco. Assim, temos a identidade nacional, que, de acordo com o modelo cívico, é "[...] a escolha do indivíduo de pertencer a uma comunidade baseada na associação de indivíduos de opinião semelhante. A versão étnica, ao contrário, sustenta que a identidade nacional é puramente cultural. A identidade é dada ao nascer; ela se impõe sobre o indivíduo" (Fromm apud Bauman, 2021, p. 66).

O quarto e último ponto de análise sobre as identidades trata da diferença. Ou seja, como nos definimos e, através de comparações, nos distinguimos dos outros. Segue um exemplo: quando alguém diz que é jovem, brasileiro e negro, sua identidade assume autonomia. Isso acontece porque não houve comparação com outra pessoa. No entanto, quando outra pessoa diz que é idoso, alemão e branco, se as duas forem comparadas, estará estabelecida a diferença. Podemos concluir que uma pessoa é jovem porque não é idosa; é brasileira porque não é alemã e é negra porque não é branca. Assim, identidade e diferença têm como característica a autorreferência, coexistem e são interdependentes.

> [...] é a diferença que vem em primeiro lugar. Para isso seria preciso considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como processo mesmo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença (compreendida, aqui, como resultado) são produzidas. (Silva, 2000, p. 76).

Temos, então, identidade e diferença como criações culturais e sociais. Assim sendo, aplicando a comparação, as diferenças se tornam evidentes e passam a exercer a função de regular, oferecendo novo sentido aos traços identitários apresentados antes da comparação. A questão da diferença é um fator importante para que o indivíduo possa significar sua identidade:

ele precisa do Outro, do diferente, para se comparar e, assim, definir a sua identidade. No entanto, atualmente, existe uma recusa sistemática em ignorar aquele que é diferente. Nesse contexto, está presente a incapacidade de aceitar outras possibilidades humanas. É neste momento que muitas vezes surge a incapacidade de aceitar a diversidade no mesmo espaço de convivência. "Quanto à diferenciação, é preciso notar que a multiplicidade tem principalmente a ver com possibilidades e não com identidades. A diferença não é um ponto de partida, mas de chegada - ponto de partida são as possibilidades concretas de diferenciação" (Sodré, 2015, p. 17).

> [...] A identidade afirma-se primeiro como um processo de diferenciação interna e externa, isto é, de identificação do que é igual e do que é diferente, e em seguida como um processo de integração ou organização das forças diferenciais, que distribui os diversos valores e privilegia um tipo de acento. (Muniz Sodré, 2015, p. 52).

Dessa forma, entendemos que a identidade cultural é formada por quatro características: construção, mobilidade, pluralidade e diferença. A construção dessa identidade depende, ao mesmo tempo, do espaço físico (que vai das residências aos Estados, passando por bairros e cidades) e do espaço virtual (que é individual e pode ser definido como o "espaço" interior da representação humana)[24]. Mas, ao mesmo tempo, dependem do fator tempo, no qual passado, presente e futuro se apresentem conectados de maneira contínua, quando analisados sob perspectiva histórica. Dessa maneira, os fatores tempo e espaço permeiam a trajetória do migrante, fazendo com que o ato de migrar se transforme na origem de toda instabilidade e controvérsias impostas pela decisão de migrar. "Não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento da provisoriedade." (Sayad, 1998, p. 45).

Entendemos que, se a migração carrega em sua essência os fatores tempo e espaço e que a identidade cultural para se constituir também necessita dos fatores tempo e espaço, logo, a descentração do sujeito é irremediável. Isso ocorre porque a migração cria pluralidades identitárias em um ambiente que se caracteriza pela desigualdade. Esse é o ambiente em que surgem as comunidades, que na diáspora se apoiam na nacionalidade, etnia e idioma para tomar forma e sentido. Importante destacar que, ao sair de seus países de origem, observamos que a maior parte dos imigrantes faz um grande esforço para resguardar suas tradições e cultura. Além disso, existe ainda a possibilidade de retorno para casa. É assim que alguns dos entrevistados

[24] Muniz Sodré (2015, p. 48) entende que o espaço onde a identidade cultural se desenvolve é a consciência e, por essa razão, permanece no campo do imaginário. "[...] diz respeito apenas às representações e aos objetos sobre os quais se podem fazer projeções intelectuais."

se referem a seus países de origem. Stuart Hall (2003, p. 28) nomina esse fenômeno como "retorno redentor"; para ele "toda disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor". Ressalvamos que em muitos casos esse retorno pode não se realizar.

2.2 **A relação entre comunidade e identidade cultural**

Como dissemos anteriormente, o surgimento de uma comunidade necessita, para sua formação, de três fatores atuando de forma interdependente: nacionalidade, etnia e idioma. Iremos trabalhar o conceito de comunidade e sua relação com a identidade cultural. Durante o processo migratório, acontece o deslocamento espacial e temporal do imigrante, ou grupo de imigrantes. Isso gera a "descentração do sujeito". Dessa forma, a identidade cultural, que em sua essência tem as condicionantes espaço e tempo, necessita de um espaço no interior da representação para se formar. Destacamos que esse espaço (comunidade) pode ser físico ou virtual.

Neste ponto, pode surgir uma dúvida quanto ao termo comunidade, sobretudo, no que diz respeito ao espaço físico, entendido aqui como território ou local em que essa comunidade está inserida. Na verdade, existe uma dificuldade em determinar o espaço comunitário como um local de maneira definitiva; isto é, a comunidade não se confunde com uma cidade, um bairro, uma rua, segmentos religiosos, étnicos ou acadêmicos. "A comunidade se situa dentro de um espaço local, e o espaço local é sempre mais amplo e diversificado do que uma comunidade [...]. Ela pressupõe a existência de elos mais profundos e não meros aglomerados humanos" (Peruzzo, 2003, p. 55). Isso não quer dizer que o local não exerça influência na formação de uma comunidade, uma vez que nesse ambiente a camaradagem e a auto identificação com o grupo acontecem. "A história, na verdade das coisas, se passa nos quadros locais, como eventos que o povo recorda e a seu modo explica. É aí, dentro das linhas de crenças coparticipadas, de vontades coletivas abruptamente eriçadas, que as coisas se dão" (Ribeiro, 1995, p. 269).

Não podemos esquecer que, em alguns casos, o local é fruto de decisões técnicas e urbanísticas, "às vezes não passa de uma circunscrição projetada por uma autoridade, em razão de princípios que vão desde a história a critérios puramente técnicos" (Bourdin, 2001, p. 29).

A equivocada percepção de homogeneidade, quando se trata de imigrantes, pode levar ao entendimento de que qualquer espaço ocupado por imigrantes – parte de um bairro ou um conjunto habitacional – pode ser considerado uma comunidade, o que não é verdade:

> É, sem dúvida nenhuma, a tendência a perceber os imigrantes como uma categoria homogênea que mais incita a querer, reunindo-os num mesmo habitat, constituí-los como uma comunidade integrada, quando formam apenas, apesar de tudo, um

> amálgama de indivíduos ou de grupos separados, apesar do estatuto e da condição social que partilham, toda uma série de diferenças nos percursos particulares, na história social de cada movimento nacional de emigração, na posição dos indivíduos dentro dessa história etc. [...] A percepção ingênua [...] que se tem dos imigrantes como sendo todos semelhantes encontra-se no princípio dessa comunidade ilusória. (Sayad, 1998, p. 85).

O fato de se sentir pertencente a uma comunidade não exige como condição que haja um determinado espaço físico para que ela se forme. Uma comunidade já formada pode parecer se desfazer, em um primeiro momento, por exemplo, com o processo migratório e, no entanto, continuar a existir no inconsciente coletivo. Essa capacidade de transportar dentro de si o sentimento do que era a comunidade torna mais fácil aos imigrantes o "reassentamento" em outras terras. "[...] A ideia de comunidade, explícita ou implícita, é a de expressão do espírito coletivo, para além das exigências de tradição e território" (Muniz Sodré, 2015, p. 236).

O conceito de comunidade está relacionado com a capacidade de sentir afeto em relação ao outro e não necessita, à priori, de local ou endereço, mas, sim, de um espaço, que pode até mesmo ser virtual. Em outras palavras, a identidade cultural e a identidade não necessitam prioritariamente de um espaço físico para existir. Entendemos que elas se sustentam em fatores como: reconhecimento, reciprocidade, afinidade e conexão. Esses fatores inter-relacionados darão sentido à vida – entendemos que isso se aplica a qualquer indivíduo, imigrantes ou não.

> São características da comunidade que têm perdurado no tempo, embora assumam novas feições, linguagens e interpretações: sentimento de pertença; participação; interação; objetivos comuns; interesses coletivos acima dos individuais; identidades; cooperação; confiança; cultura comum etc. (...) Comunidade nos dias de hoje carrega noções de 'coisas' em comum, de laços fortes entre os membros de um 'movimento' em torno do coletivo que supera as amarras do individualismo. (Peruzzo, 2003, p. 56)
> [...] definindo-se aqui a comunidade por ao menos dois dos três fatores seguintes: fortes interações entre seus membros no cotidiano, proximidade dos modos e/ou estilos de vida, acentuadas referências comuns (identitárias, religiosas, sociais), bem como pela capacidade de exprimir esta proximidade em instituições coletivas. (Bourdin, 2001, p. 199)

Na realidade vivida, a todo tempo são feitas escolhas desses lugares, sejam eles físicos ou não. Nosso sentimento de pertencimento social e espacial são determinados pelas necessidades que se apresentam e que algumas vezes nos agradam e outras não. Essa realidade faz parte da experiência do imigrante seja ele africano, latino-americano ou caribenho em relação à cidade do Rio de Janeiro.

> Uma escolha de localização procede, em termos ideais, de um conjunto de critérios explícitos, entre os quais, por exemplo, em matéria econômica, a acessibilidade e os custos que ocupam um grande lugar. [...] O lugar constitui, pois, uma utilidade para a ação, em função de três fatores: a probabilidade de nele encontrar os bens ou os serviços procurados, o nível dos recursos mobilizáveis que facilitam a procura desses bens ou serviços, a capacidade de controle da situação que o ator se atribui. (Bourdin, 2001, p. 159-160).

Atualmente, quando a temática se refere ao espaço, é fato que precisamos levar em consideração o que está além do espaço físico propriamente dito, ou seja, é preciso levar em conta o desenvolvimento das tecnologias de comunicação que torna real a possibilidade de uma comunidade se constituir mesmo quando seus integrantes estejam separados geograficamente. É a tecnologia atuando em favor de novas possibilidades de existência. Isso ajuda a explicar o surgimento das comunidades de imigrantes nos países que escolhem como destino, "[...] ou seja, onde antes o espaço ocupava um fator intransponível. Assim, o homem torna-se livre para solidarizar-se, cooperar, amar uma pessoa escolhida por critérios diversos daqueles de sangue - no caso dos parentes - e de solo - os vizinhos e conterrâneos" (Paiva, 2003, p. 73).

No entanto, essas comunidades, que carregam em si a identidade cultural como parte de sua essência, estão sujeitas a influências que podem alterar as características originais, sejam individuais ou coletivas. Uma delas é o fator tempo.

Desse modo, a tradição atua como um conjunto de conhecimentos, experiências, memórias e acordos compartilhados. Os indivíduos buscam nas tradições a força necessária para dar sentido ao mundo em que vivem, na maioria das vezes, sem se deixar dominar por elas. Não se trata dos efeitos que as tradições causam no sujeito, mas sim de como o sujeito faz uso dessas tradições. É sempre uma questão de escolha. As situações cotidianas às quais os sujeitos são submetidos fazem com que surjam essas escolhas. É um processo, estamos sempre em formação, que acontece ao longo do tempo. Não existe fixidez nas identidades culturais que, no entanto, podem se apresentar em estado de suspensão ou transição diante das situações que se apresentam.

> Assim como ocorre na maioria das diásporas, as tradições variam de acordo com a pessoa, ou mesmo dentro de uma mesma pessoa, e constantemente são revisadas e transformadas em respostas às experiências migratórias. Há notável variação, tanto em termos de compromisso quanto de prática, entre as diferentes comunidades ou no interior delas — entre as distintas nacionalidades e grupos linguísticos, no seio dos credos religiosos, entre homens e mulheres ou gerações. Jovens de todas as comunidades expressam certa fidelidade às 'tradições' de origem, ao mesmo tempo em que demonstram um declínio visível em sua prática concreta. Declaram não uma identidade primordial, mas uma escolha de posição do grupo ao qual desejam ser associados. (Hall, 2006, p. 63-64).

2.2.1 **A importância da comunidade para manutenção da essência identitária**

Por que razão nos processos migratórios é perceptível a relevância dada à comunidade? Por qual motivo, quando tratamos dos senegaleses ou equatorianos que tenham escolhido, por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro para viver e trabalhar, os tratamos como "comunidade senegalesa" e "comunidade equatoriana"? Responder essas perguntas com afirmações

conclusivas certamente seria incorrer em erro. É preciso ir além dos conceitos estabelecidos tecnicamente nos dicionários para as definições de identidade, comunidade ou imigração. Se faz necessário encontrar as correlações entre os termos e pensar em como essas correlações e os conceitos influenciam o indivíduo e a sociedade em que vivemos. A isso Alain Bourdin (2001, p.32) chama de "evidência da falta":

> Ainda quando a situação de uma minoria emigrada é satisfatória, o sentimento de exílio, a nostalgia, o desejo de encontrar novamente sua terra, de estar na própria casa muitas vezes se afirma. Eles se exprimem facilmente numa reivindicação nacional, particularmente entre as minorias em perigo, mas também na dolorosa ausência de um 'em-casa', no lar, no bairro, na aldeia.

Assim, é possível compreender que as comunidades se formam pela aproximação de indivíduos que compartilham a "evidência da falta". Entendemos que essa é uma solução que chega quase de maneira natural aos imigrantes, uma vez que estar em uma comunidade atende ao instinto básico de sobrevivência, fazendo com que o "sujeito descentrado" (Hall, 2001) tenha condições de se reintegrar a uma vida associativa, além de satisfazer a necessidade do imigrante estar entre seus iguais. Isso acontece graças aos vínculos sociais que são novamente estabelecidos. Esses vínculos atendem às necessidades de complementaridade e troca, ao sentimento de pertencimento e de proximidade. São de vital importância, amálgama para manutenção e reordenamento das identidades dos imigrantes no país destino. Dessa forma, "[...] ainda que estes [movimentos étnicos] veiculem outras coisas, em particular referências históricas e a ideia de um destino comum que pode autorizar algumas semelhanças, eles têm um forte componente de afirmação e semelhança". (Bourdin, 2001, p. 77).

Os fatores afirmação e semelhança, somados à mobilização desses indivíduos, são importantes no quadro aqui analisado, mas não são os únicos. A convivência, a sensação de pertença, a solidariedade e a união em torno de um objetivo comum devem estar presentes, assim como ao sentimento comunitário. O ser humano, por natureza, é um ser social, o isolamento pode acontecer, mas não está em sua essência, não é a regra. Mas, não necessariamente, essas uniões e organizações se tornam comunidades. Surge, então, uma pergunta: Quando de fato uma organização se torna uma comunidade?

As comunidades são construções coletivas e se mantêm através da memória e servem como fontes para a formação das identidades Castells (1999) nominou esse fenômeno como "identidade cultural comunal": "Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações, incontroláveis e em ritmo acelerado" (Castells, 1999, p. 84). Essas reações defensivas, causadas pela desordem global, fazem parte dos efeitos nocivos da globalização. Milton Santos (2001)

nos ensina que essa globalização é aquela em que o grupo dos poderosos, numericamente inferior, se apodera das maiores e melhores partes do território, deixando migalhas para os outros, numericamente superiores. Esse processo perverso de globalização separa a riqueza da pobreza e tenta, de todas as formas, e a qualquer preço, consolidar seu poder globalmente destrutivo. Nesse turbilhão de acontecimentos, a tentativa de manutenção das identidades surge como um ato de resistência das comunidades, formadas pelos menos favorecidos e espalhadas pelo planeta.

Existem algumas possibilidades distintas quanto às comunas culturais e seu papel na formação das sociedades. Segundo Castells: "[...] as comunas culturais de cunho religioso, nacional ou territorial parecem ser a principal alternativa para a construção de significados em nossa sociedade" (Castells, 1999, p. 84). As "comunas culturais" têm características próprias e singulares, são três: surgem como uma reação às predisposições sociais preponderantes; fazem parte da essência das identidades sociais defensivas, tidas como local seguro, (o espaço onde o exercício da solidariedade acontece, servindo ainda como proteção à dura realidade do mundo exterior); e são construções culturais, ou seja, estão ancoradas em um conjunto determinado de valores nos quais o significado e o uso compartilhado são grifados por preceitos particulares de autoidentificação, por exemplo, uma comunidade religiosa.

As comunidades de imigrantes compostas por africanos, sul-americanos e caribenhos, quando criam espaços autônomos para defender sua identidade frente aos efeitos da globalização e ao tratamento homogeneizado, podem ser entendidas como comunas sociais. Essas comunidades, mantendo vivas suas culturas atrás de trincheiras, constroem aquilo que Castells chama de identidades de resistência.

> Quando o mundo se torna grande demais para ser controlado, os atores sociais passam a ter como objetivo fazê-lo retornar ao tamanho compatível com o que podem conceber. Quando as redes dissolvem o tempo e o espaço, as pessoas se agarram a espaços físicos, recorrendo à sua memória histórica. (Castells, 1999, p. 85).

Entendemos que, após a apresentação desses conceitos e reflexões, é possível compreender a classificação de comunidade dada a alguns grupos aqui estudados, como os senegaleses, congoleses, angolanos, ganeses, nigerianos, venezuelanos, equatorianos, colombianos, peruanos, argentinos, uruguaios e haitianos que escolheram a cidade do Rio de Janeiro para residir e trabalhar. Quando o imigrante chega ao país destino, inevitavelmente, enfrenta desafios como a diferença entre as culturas e o idioma, sem contar a dificuldade econômica. Esses desafios provocam uma espécie de reação natural que leva o imigrante a buscar proteção em comunidades que se formam, na maioria das vezes, de maneira consciente,

podendo ser fechadas ou não, mas nos dois casos são marcadas pela preservação da identidade cultural.

> Eles criaram importantes laços de união em seus grupos, principalmente através de clubes, associações e igrejas. Em alguns casos, fundaram escolas para ensinar a seus descendentes a língua e a cultura natal. [...] conseguiram retomar a vida associativa e deram novo impulso às comunidades. (Freitas, 1999, p. 52).

O fator tempo pode afetar a integridade das comunidades, fazendo com que ela flexibilize algumas de suas características essenciais para se adequar à cultura do território receptivo. Essas alterações podem ser entendidas como um caminhar natural, uma vez que as sociedades, assim como as identidades, não são estáticas. Para entender essas comunidades, é preciso conhecer quais são os elos da corrente que mantém unidos seus integrantes.

2.3 **Etnia, idioma, nacionalidade e religião: os alicerces da comunidade imigrante**

Vimos que a comunidade, ou o que pode ser compreendido como sentimento comunitário, tem a ver com o espaço-tempo, que pode ser físico ou virtual, e que neste espaço se manifestam as representações individuais e coletivas. A comunidade e tudo que a constitui assegura e preserva a identidade cultural. É assim porque os integrantes das comunidades têm a capacidade de se manterem enquanto tal suportando as agruras do deslocamento migratório. Essa resiliência é garantida por um forte alicerce. Nacionalidade, etnia, idioma e religião comuns são origem de significados e reconhecimento entre os membros de uma comunidade. É evidente que qualquer desses quatro fatores, atuando isoladamente, não garantem a formação da comunidade com todas as características e consequências que esta deve ter ou proporcionar. No entanto, a união desses quatro fatores - etnia, idioma, nacionalidade e religião - atuando em conjunto e de maneira simultânea, faz surgir o que podemos chamar de um sistema de identificação. Esse sistema é o alicerce que, uma vez estabelecido, possibilita o surgimento e a manutenção dos elementos necessários à formação da comunidade.

Alguns autores estabelecem a diferença entre etnia e raça. Castells (1999) afirma que raça e etnia são diferentes, uma vez que suas formas de manifestação parecem ser profundamente alteradas pelas atuais tendências relativas às sociedades. Para ele, raça seria um conceito sem fixidez e, ao mesmo tempo, um mecanismo de exclusão (no caso dos atos de preconceito e racismo) e um modo de resistir e lutar por direitos contra a exclusão.

> Sustento a ideia de que, embora a questão racial seja importante, e provavelmente mais do que nunca uma fonte de opressão e discriminação, a etnia vem sendo especificada como fonte de significado e identidade a ser integrada não com outras etnias, mas de acordo com princípios mais abrangentes de autodefinição cultural, como religião, nação ou gênero (Castells, 1999, p. 71-72).

Por sua vez, Stuart Hall (2006, p. 66-67) entende que apenas estabelecer a diferença entre etnia e raça não é o suficiente: "Raça é uma construção política e social", isto é, justifica as diferenças sociais e culturais em termos de distinções genéticas e biológicas, ou seja, da natureza. A aplicação dessa suposta diferença é fonte do racismo. Já etnia "gera um discurso em que a diferença se funda sob características *culturais e religiosas*".

> Quanto maior a relevância da "etnicidade", mais as suas características são representadas como relativamente fixas, inerentes ao grupo, transmitidas de geração em geração não apenas pela cultura e a educação, mas também pela herança biológica, inscrita no corpo e estabilizada, sobretudo, pelo parentesco e pelas regras do matrimônio endógeno, que garantem ao grupo étnico a manutenção de sua "pureza" genética, e, portanto, cultural. (Hall, 2006, p. 67).

O sociólogo Muniz Sodré entende que existe uma emersão de comunidades étnicas que seria:

> [...] um nome próprio coletivo, um mito de linhagem comum, memórias históricas partilhadas ou um ou mais elementos diferenciadores de cultura comum, associação a uma terra natal específica em sentido de solidariedade em setores significativos da população. (Smith apud Sodré, 2015, p. 239-240).

Muniz Sodré não conceitua etnia, mas sim Ethincs, dizendo que este, no contexto norte-americano, tem características genéricas, podendo se referir a negros ou indígenas, assim como a minorias de origem europeia. Porém, nos parece importante destacar o esclarecimento que Sodré dedica ao possível alcance político do termo, uma vez que podem surgir dúvidas. Assim, é importante comparar e estabelecer a diferença entre etnia e Ethincs. No entanto, o que nos interessa aqui é a explicação do autor para o alcance "político" do termo etnicidade, na sua opinião, ambíguo: "Esta se reserva, de fato, aos grupos destinados à 'identidade da diferença' pelo fato de uma desigualdade social. Assim como 'racial' é sempre o Outro, 'étnico' é o Outro do Mesmo hegemônico, sempre reivindicador de uma igualdade." (Sodré, 2015, p. 292).

Dessa forma, entendemos ser oportuno trazer ao debate o pensamento do historiador Jeffrey Lesser (2001). Para ele, os imigrantes vão além das conceituações simplistas de raça, adicionando um novo componente: a etnicidade, dando origem ao que ele chama de "etnicidade-hifenizada", que faz parte da "identidade-hifenizada", já abordada anteriormente.

> As etnicidades trazidas e construídas por esses imigrantes eram situacionais, e não "identidades primordiais imutáveis". Em diversos momentos, os imigrantes e seus descendentes puderam abraçar sua "nipocidade" ou sua "libanicidade", tanto quanto sua "brasilidade". A etinicidade muitas vezes cruzava como nacionalismo (brasileiro ou não), tornando extremamente flexíveis essas identidades. (Lesser, 2001, p. 27).

Entendemos que, com o passar do tempo, a consolidação das comunidades de imigrantes africanos, sul-americanos e caribenhos e a sucessão de gerações pode repetir na cidade do Rio de Janeiro do século XXI o fenômeno da "etnicidade-hifenizada", e, com isso, tenhamos, por exemplo, os senegaleses-brasileiros, os equatorianos-brasileiros e os haitianos-brasileiros.

Quanto à linguagem, Muniz Sodré (2015, p. 56) defende que "às vezes, um idioma pode sustentar uma identidade, com finalidade eventualmente estratégica". Como exemplo, podemos citar o caso de senegaleses que, na cidade do Rio de Janeiro, entre si, se comunicam em seu idioma ancestral, o Wolof. Entendemos que, no Brasil, isso acontece como forma de lembrar de onde vieram e resguardar suas identidades e, quando estavam no Senegal, resistir à prática do idioma francês, imposto pelos invasores. Esse assunto será novamente abordado no estudo de caso, na parte final desse capítulo. A ideia da utilização do idioma como forma de resistência também foi abordada por Manuel Castells (1999, p. 70): "a língua, como expressão direta da cultura, torna-se a trincheira da resistência cultural, o último bastião do autocontrole, o reduto do significado identificável."

Assim, temos a possibilidade de o idioma servir como lugar seguro para a prática de novas formas de associação e preservação da memória. No caso dos imigrantes, mesmo que aprendam e se expressem no idioma do país destino, as lembranças são experiências vividas e divididas no idioma de sua terra mãe. No entanto, entendemos que é preciso considerar um maior ou menor grau de isolamento das comunidades imigrantes na preservação de seus idiomas ancestrais. Ou seja, em um novo território, quanto maior o contato com outras culturas e, consequentemente, outro idioma, essa "resistência" tenderia a ser atenuada, acelerando a diminuição da prática do idioma ancestral nas comunidades imigrantes.

Outra questão a ser abordada é o nacionalismo e sua relação com os imigrantes. Vamos partir do entendimento de que nação é uma comunidade simbólica. A nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos, ou seja, um sistema de representação cultural.

> As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu 'poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade. (Schwarz apud Hall, 2001, p..49).

> [A nacionalidade] resulta antes de mais nada da percepção que os próprios cidadãos têm de formarem uma coletividade humana [...] dado que essa coletividade tem uma existência histórica, será necessário [...] não esquecer que a identidade nacional foi revestindo formas sucessivamente diferentes ao longo dos tempos. (Mattoso apud Brito; Martins, 2004, p. 72).

Assim sendo, o nacionalismo oferece possibilidades ao sujeito: ele pode ser membro do Estado-Nação e se identificar com a cultura nacional. Essa cultura, apesar do conceito de nação nos passar a ideia de unidade, nunca se apresenta dessa forma. Isso acontece porque os indivíduos não são iguais e as variações culturais podem ser infinitas - a diversidade é a regra. Em outras palavras: "não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para

representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional" (Hall, 2001, p. 59).

A religião tem papel importante nas comunidades imigrantes. Ela, assim como etnia, idioma e nacionalidade, vistos anteriormente, faz parte da biologia das expressões culturais, atuando na elaboração e na sistematização das subjetividades e representações dos indivíduos; serve como farol, ordena a conduta e aponta uma maneira de enxergar o mundo. É possível perceber que a religião pode atuar como elemento constitutivo da ética, da moral e da coesão das comunidades de imigrantes. Ela tem papel significativo nas relações dessas comunidades com as comunidades do "mundo exterior" com as quais elas se relacionam.

Como exemplo podemos citar o que consideramos ser um tipo de demarcação cultural. No Brasil, país de maioria católica, os sul-americanos, também com maioria de católicos, teriam sua aculturação facilitada, se comparados com os senegaleses, uma vez que estes, em sua maioria, são seguidores do islã. A afinidade entre os católicos torna possível uma melhor receptividade dos sul-americanos, tendo em vista que partilham o mesmo credo da maioria dos brasileiros. Nesse sentido, os seguidores do islã, em um primeiro momento, são tidos como exóticos e estigmatizados pela associação equivocada de sua religião islâmica com o terrorismo.

Percebemos que, na prática, etnia, idioma, nacionalismo e religião podem ter sua utilização ligada a finalidades específicas. As comunidades têm a necessidade de se distinguirem umas das outras e assim marcar suas identidades, e fazem isso através "de códigos de identificação fundamentais para a coesão interna e para proteger-se frente a estranhos" (Canclini, 1998, p. 164). Dessa forma, etnia, idioma, nacionalidade e religião podem ser utilizadas pelos imigrantes nesse caminho para estabelecer a singularidade. Percebemos que as comunidades de imigrantes encontradas nas ruas da cidade do Rio de Janeiro falam e ensinam a seus filhos seu primeiro idioma. Nesse sentido, enaltecer suas etnias e exaltar seus nacionalismos são manifestações destinadas a preservar a identidade cultural da comunidade, ou mesmo, a sua própria existência.

Sabemos que a língua é um sistema social e não individual. Ela existe além do indivíduo. Falar um idioma não indica apenas expressar nossos sentimentos e pensamentos mais íntimos; é um apontamento também para se ativar e reviver o infinito conjunto de significados que já estão embutidos em nossa língua, em nossos sistemas referenciais e culturais, "[...] a língua, reconhecida como um processo histórico, é uma das dimensões da pertença identitária e, como tal, depende não apenas do conhecimento que dela se tem, mas também do reconhecimento que dela se faz" (Brito; Martins, 2004, p. 70).

Constatamos que etnia, idioma, nacionalismo e religião, atualmente, se apresentam cada

vez mais livres de fronteiras. Isso se mostra mais evidente nos processos migratórios. No entanto, é condição primordial para a continuidade existencial das comunidades que o coletivo atue para que esses fatores sejam elemento-força na sustentação e manutenção das comunidades imigrantes. A sobrevivência das comunidades depende do reconhecimento da importância desses quatros fatores. Além disso, entendemos ser preciso haver uma manifestação de vontade, uma escolha em aderir à comunidade, o que aqui chamamos de "validação coletiva". Esta, por sua vez, faz com que etnia, idioma, nacionalismo e religião, atuando de maneira interdependente, se tornem sustentáculo e razão de existir dessas comunidades. Sobre a forma de conservar a comunidade nos países destino, Bourdin (2001, p. 43) diz que "distante da comunidade de sangue, a prática de um mesmo território e a referência a um conjunto de regras comuns da vida diária e de bens culturais constituem os únicos meios de ancoragem realmente eficazes."

Dessa maneira, entendemos a pertinência da expressão "identidade hifenizada". Assim, adjetivos pátrios como congolês-brasileiro ou boliviano-brasileiro, nigeriano-brasileiro ou equatoriano-brasileiro, entre outros que podem ser encontrados no comércio informal das ruas da cidade do Rio de Janeiro, apresentam em comum a marcação de "brasileiros". Teoricamente a possibilidade existe, bastando apenas o autorreconhecimento para que se torne uma realidade. O permanente contato desses imigrantes com a cultura brasileira e, mais especificamente, com a cultura carioca, torna inevitável a absorção de muitas características da cultura dominante na cidade do Rio de Janeiro. Importante ressalvar que esse espaço onde diferentes culturas se encontram, verdadeiro "*melting pot*", é uma via de mão dupla para todos os envolvidos: os imigrantes absorvem alguns traços culturais dos cariocas, assim como os cariocas que tenham contato com esses imigrantes podem absorver traços das culturas de outrem.

A atividade no comércio informal nas ruas da cidade do Rio de Janeiro os deixa nesse permanente contato. Isso gera algumas situações inusitadas. Uma delas aconteceu quando, em observação participante, na rua Uruguaiana, testemunhamos o que vamos chamar de uma estreita relação de confiança entre dois trabalhadores informais (camelôs). Uma equatoriana entregou seu filho, uma criança com aproximadamente dois anos de idade, aos cuidados de um senegalês, enquanto precisou sair do local para resolver algum problema. Apesar de outras famílias equatorianas estarem próximas, a mãe confiou seu filho e suas mercadorias aos cuidados do senegalês. Ele e a criança equatoriana ouviam pagode e, enquanto o senegalês cuidava das vendas nas duas barracas. Esse é um exemplo em que culturas diferentes, convivendo no mesmo espaço e tempo, demonstram solidariedade e, simultaneamente, se mostram expostas e afetadas por aspectos da cultura carioca dominante.

Quando tratamos de etnia, idioma, nacionalismo e religião, na relação com as comunidades imigrantes, é preciso considerar que elas não são uniformes, pelo simples fato de as pessoas não serem iguais. Assim, podemos ser levados a acreditar que as comunidades se caracterizam pela ideia equivocada de que elas apresentam uma identidade uniforme. Mas essa não é uma verdade, como veremos a seguir.

2.3.1 **A outra face da comunidade**

O que foi visto até agora nos permite dizer que as comunidades têm em sua essência elementos geradores de significado e reconhecimento, tais como, etnia, idioma, nacionalismo e religião. Alguns dos efeitos desses elementos nos membros das comunidades são: sentimento de pertença, solidariedade e proteção. A homogeneidade não é uma característica das comunidades: elas são formadas por indivíduos que têm muito em comum, mas que guardam diferenças, justamente porque, antes de tudo, são seres humanos. A questão da diversidade acompanha a evolução humana. Entendemos que o mundo se apresenta mais civilizado quando as diferenças são reconhecidas e respeitadas. O problema surge quando o outro não é exatamente a imagem do nosso reflexo. O parâmetro da diversidade foi substituído pelo da uniformidade. O indivíduo ou grupo fora do padrão é discriminado. No entanto, é preciso reconhecer que os homens e as comunidades são diversos em seus hábitos e costumes.

> O termo “comunidade” (como em “comunidades de minorias étnicas”) reflete precisamente o forte senso de identidade grupal que existe entre esses grupos. Entretanto, isso pode ser algo perigosamente enganoso. Esse modelo é uma idealização dos relacionamentos pessoais dos povoados compostos por uma mesma classe, significando grupos homogêneos que possuem fortes laços internos de união e fronteiras bem estabelecidas que os separam do mundo exterior. As chamadas ‘minorias étnicas’ de fato têm formado comunidades culturais fortemente marcadas e mantêm costumes e práticas sociais distintas na vida cotidiana, sobretudo nos contextos familiar e doméstico. Elos de continuidade com seus locais de origem continuam a existir. [...] Mas existem ainda diferenças que se negam a ser consolidadas. [...] Todas essas comunidades são étnicas e racialmente miscigenadas. [...] Nenhuma é segregada em guetos raciais ou étnicos (Hall, 2006, p. 62-63).

O sociólogo Muniz Sodré também se mostra apreensivo quando encontra o termo homogeneidade relacionado às comunidades. Para ele, a situação se agrava quando se leva em conta a globalização. Segundo Sodré, é nessa conjuntura, “na tardomodernidade”, que as identidades encontram mais dificuldade para serem definidas e identificadas. Isso acontece porque, nesse espaço, os padrões simbólicos, aqueles que replicam a realidade, estão sujeitos a mudanças rápidas e constantes. Isso é consequência dos movimentos migratórios e das hibridizações culturais que alteram as imagens e a percepção do mundo ao nosso redor.

> Na circulação veloz dos signos, universo próprio da cultura pública contemporânea, não há mais lugar para uma só identidade ou uma só cultura hegemônica, apesar dos reiterados esforços das elites nacionais dominantes para predefinir (identitariamente) as situações tecnoculturais. Torna-se visível o deslocamento do poder simbólico que sustenta a identidade nacional (graças à imposição de padrões de 'raça' ou de 'etnia') por diferenças humanas que podem estar presentes nos mitos fundadores da nação, mas não exercem tradicionalmente papel ativo no jogo da cidadania. (Sodré, 2015, p. 143).

Corroborando com o entendimento de Muniz Sodré, Stuart Hall (2006, p.79) afirma que é preciso estarmos atentos e resistir à ideia de se homogeneizar as comunidades:

> As comunidades migrantes trazem as marcas da diáspora, da "hibridização" e da différance[25] em sua própria constituição. Sua integração vertical a suas tradições de origem coexiste como vínculos laterais estabelecidos em outras "comunidades" de interesse, prática e aspiração, reais ou simbólico. Stuart Hall (2006, p.79).

2.4 **Sociedades híbridas, multiculturais e interculturais**

É possível perceber que os autores anteriormente citados chamam a atenção para a identidade cultural. Ela se constitui, entre outros fatores, pelas tradições, etnia, idioma e religião. A sobrevivência dessa identidade é objeto de estudo, diante dos desafios que se apresentam com o advento da globalização, que traz em seu bojo a sensação da ausência de fronteiras, a tendência à homogeneização, a sensação de desterritorialização, entre outros fatores que passam a sensação de uma fragmentação das nações. Ao mesmo tempo, esses autores emitem alertas no sentido de que as identidades culturais, ao contrário do que se poderia imaginar, não estão sendo destruídas, mas, mostrando resiliência, se transformando, se multiplicando e se adaptando. E, ao final desse processo, surgem renovadas e híbridas. "O hibridismo, a impureza, a mistura, a transformação que vem de novas e inusitadas combinações dos seres humanos, culturas, ideias, políticas, filmes, canções é como a novidade entra no mundo." (Rushdie apud Hall, 2003, p. 34).

O antropólogo argentino Néstor Garcia Canclini (1998, p. 19), em seus estudos relacionados à hibridação nos ensina que:

> Menciono ocasionalmente os termos sincretismo, mestiçagem[26], e outros empregados para designar processos de hibridação. Prefiro este último porque abrange diversas

[25] "Différance caracteriza um sistema em que cada conceito (ou significado) está inscrito em uma cadeia ou em um sistema, dentro do qual ele se refere ao outro e aos outros conceitos (significados), através de um jogo sistemático de diferenças." (Derrida, apud Hall, 2003, p. 58).

[26] O sociólogo Muniz Sodré (2015, p. 93) apresenta uma definição para mestiçagem que nos parece pertinente nessa reflexão: "a mestiçagem promove uma conciliação ideológica entre diferenças étnicas, éticas e culturais, apontando para as singularidades."

> mesclas interculturais — não apenas raciais, às quais costuma limitar-se o termo 'mestiçagem' — e porque permite incluir as formas modernas de hibridação melhor do que 'sincretismo', fórmula que se refere quase sempre a fusões religiosas ou de movimentos simbólicos tradicionais. Néstor Garcia Canclini (1998, p. 19).

Uma vez concluído o processo migratório, os fatores hibridismo e multiculturalismo começam a atuar no cotidiano do imigrante. Ele agora, em uma nova realidade, com outros povos e culturas diferentes, percebe a necessidade de estar pronto para as inevitáveis "trocas" culturais. É certo que sua identidade não irá desaparecer. Não se trata de esvaziar um arquivo abrindo espaço para que novos dados sejam arquivados. Sua identidade permanece, agora transformada pelo resultado da mistura. Na prática, haverá o predomínio de uma ou outra, tudo dependerá da necessidade, do momento vivido. Um dos efeitos da diáspora é o processo resultante das trocas, no qual são afetadas, ao mesmo tempo, a identidade dos imigrantes e a identidade dos indivíduos de outras comunidades no país destino que com eles convivem.

> [...] a imigração é uma das principais experiências socioculturais que move hoje o campo acadêmico a nomear de multicultural as sociedades contemporâneas e a situar na dinamicidade e potencial de intervenção que encerra a categoria interculturalidade as possibilidades de compreensão das inter-relações e tensões entre economia e cultura, entre mercados e identidades culturais. (Cogo, 2004, p. 465).

O ser humano, como espécie, apresenta como característica a variedade fenotípica, resultado das adaptações a novos ambientes - a migração está no nosso DNA. Essas mudanças proporcionam alterações e adaptações nas identidades dos sujeitos envolvidos, redefinindo os conceitos preconcebidos em relação às fronteiras nacionais e povo. Assim, é possível perceber a relação entre o hibridismo e a formação das identidades.

Sob o ponto de vista da teoria cultural contemporânea, Tomaz Tadeu da Silva (2000, p.87) aponta que "o hibridismo, - a mistura, a conjunção, o intercurso entre diferentes nacionalidades, entre diferentes etnias, entre diferentes raças, coloca em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas, divididas, segregadas". O hibridismo pode ser entendido como conjunção, sincretismo, mestiçagem, miscigenação e tudo mais que signifique sinônimo de mistura, envolvendo etnias, nacionalidades e raças e se contrapõe ao processo que admite a identidade como um conceito estático. O hibridismo acontece porque a identidade nunca está pronta, ela não é uma essência, não é um dado, não é um fato, não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente, homogênea, definida, acabada, tampouco idêntica; ela é sempre o resultado de escolhas que acontecem ao longo da vida de cada indivíduo.

Na contemporaneidade, em qualquer metrópole brasileira, vamos citar a cidade do Rio de Janeiro como exemplo, é pouco provável a possibilidade de encontrar identidades culturais essencialmente intactas. Trata-se de uma cidade multifacetada. São vários mundos dentro de

um mundo ainda maior, os antagônicos convivendo dentro do mesmo espaço geográfico: camelôs e executivos dividindo as calçadas do centro da cidade no horário do almoço; trabalhadores domésticos residentes em Santa Cruz atravessando a cidade para trabalhar nos apartamentos do Leblon; a filha de santo e o pastor evangélico na Cinelândia, (ela pedindo doações para sua iniciação e ele no exercício do proselitismo religioso); as favelas e os condomínios de luxo da Barra da Tijuca são outros exemplos. Esse compartilhamento de espaço, que fique claro, sem dividi-lo, confere à cidade um modo de se reconhecer. O processo migratório traz os imigrantes para dentro dessa realidade onde todos se encontram e tudo se mistura, gerando um solo fértil para o hibridismo.

Seguindo na direção apontada por Canclini, entendemos que a hibridização acontece em uma temporalidade histórica diversa. Isso potencializa seu fator heterogêneo, além de transformar a sociedade em um espaço de encontros e trocas, e, ao mesmo tempo, permite o convívio das produções simbólicas já existentes e as novas que virão a ser resultado desse cruzamento. Em outras palavras, a hibridização é a causa dessa nova roupagem que a cultura apresenta após o intercâmbio entre culturas diferentes. Cada indivíduo entra nesse processo com uma "reserva cultural", a convivência entre as culturas acontece, os indivíduos envolvidos aceitam absorver traços de outras culturas, e esse resultado nunca é final, é sempre parcial. Segundo Canclini (1998, p. 201), a hibridização "é produto de uma encenação, na qual se escolhe e se adapta o que vai ser representado, de acordo com o que os receptores podem escutar, ver e compreender".

Aplicando o conceito de hibridação ao processo migratório daqueles que escolheram a cidade do Rio de Janeiro como destino, as culturas envolvidas podem ser entendidas como culturas de fronteira. Não estamos tratando, neste caso, da fronteira geográfica, aquela que separa um ou mais países, mas sim do espaço onde culturas e indivíduos de diferentes nacionalidades se encontram e estabelecem trocas culturais. Com o passar do tempo, as culturas deixam de apresentar o vínculo exclusivo com seus países de origem e passam a apresentar ganhos nos processos de comunicação e conhecimento. Ou seja, os vínculos, até então, exclusivos com seus países de origem, e que são a fonte de suas identidades, não se apresentam mais como entidades rígidas, mas como um quadro, parte viva da memória. Como resultado, a identidade afetada pela hibridação não pode ser definida como identidade X ou identidade Y. Ela passa a ser algo novo, uma Identidade Z, formada por elementos constitutivos das identidades X e Y.

> Não é unilateral; nem o imigrante é inteiramente absorvido pela cultura nacional, nem mantém íntegra suas características culturais próprias. Ao contrário: ao passo que se integra na cultura brasileira, aceitando seus valores ou padrões, também o imigrante

> transmite valores ou padrões originários. Daí o sentido mais pluralista que unilateral como se tem desenvolvido, no Brasil, o processo de assimilação cultural dos grupos imigrados." (Diégues Jr., 1964, p. 278).

Vem de Canclini (1998, p. 354) o termo que consideramos oportuno e que soa como resultado da hibridização nas comunidades afetadas, "sociedades híbridas":

> As sociedades híbridas que as cidades contemporâneas induzem nos levam a participar de forma intermitente de grupos e cultos populares, tradicionais e modernos. A afirmação do regional ou do nacional não tem sentido nem eficácia com a condenação geral do exógeno: deve ser concebida agora como a capacidade de interagir com as múltiplas ofertas simbólicas internacionais a partir de posições próprias.

Denise Cogo (2001, p. 164) aborda outra possibilidade nas experiências de hibridização, ela aponta as "matrizes culturais" como fonte.

> Por matrizes culturais entendemos os referentes e processos que se produzem a partir do entrelaçamento, interação, combinação e disputas envolvendo uma variedade de repertórios e experiências de identidade derivados do étnico, do rural, do urbano, do gênero etc., constitutivas de sujeitos e instituições situados socioculturalmente.

Cogo, citando Glodberg, levanta a possibilidade de uma comunidade apresentar cultura híbrida e simultaneamente ser multicultural apresentando aspectos do multiculturalismo.

> Uma sociedade pode apresentar uma cultura híbrida, ao mesmo tempo em que pode ser multicultural e apresentar como uma de suas características o multiculturalismo, [...] hibridização ou hibridismo [podem ser] entendidas enquanto modalidade em e através das quais as condições multiculturais são acabadas e renovadas (Glodberg apud Cogo, 2001, p. 25).

No entanto, vale destacar que termos como multicultural e multiculturalismo podem apresentar diferenças em seus significados, segundo Stuart Hall (2006, p. 50):

> Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade "original". Em contrapartida, o termo "multiculturalismo" é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. É usualmente utilizado no singular, significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta as estratégias multiculturais.

Entendemos que, na contemporaneidade, no que se refere à comunidade imigrante, os termos multiculturais e multiculturalismo são interdependentes. As comunidades imigrantes apresentam o multiculturalismo como uma de suas características; é isso que Stuart Hall (2006) denomina como multiculturalismo pluralista, aquele que: "avaliza diferenças grupais em termos culturais e concede direitos de grupo distintos a diferentes comunidades dentro de uma ordem política comunitária" (Hall, 2006, p. 51).

> Aos que migram pela primeira vez, se somam os migrantes descendentes de migrantes, intensificando tensões, crises e conflitos e ao mesmo tempo significados, vivências e horizontes que vão impondo, ampliando e multiplicando as experiências de transculturação, pluralidade e relatividade [...] essa complexa teia de relações

> sociais repercute na conformação dos processos identitários a partir da construção de múltiplas e fluídas identidades fundamentadas ao mesmo tempo nas sociedades de origem e nas "adotivas". Enquanto alguns migrantes identificam-se mais com uma sociedade do que com a outra, a maioria parece desenvolver várias identidades, relacionando-se simultaneamente com mais de uma nação. Daí a noção de multiculturalismo. (Cogo, 2001, p. 29).

Em uma grande cidade como o Rio de Janeiro, é possível encontrar algo além do multiculturalismo, o interculturalismo. Neste caso, culturas completamente diferentes coabitam e interagem trazendo uma roupagem ímpar para a cidade, como se fosse uma digital. Certamente não estamos excluindo as contradições, dificuldades e diversidades, essas permanecem. Mas, esse é o cenário que assistimos ao caminhar pelas ruas dessa cidade e, na maioria das vezes, não nos damos conta. O interculturalismo acontece no cruzar de culturas; é a experiência do convívio no mesmo tempo e espaço. É possível perceber que questões como identidade, diferença, aceitação, respeito ou a simples recusa do "Outro", acontecem muitas vezes motivadas pelo fato desse estranho ser produto de outra cultura e ter outra cosmovisão. Não podemos esquecer de uma outra característica do interculturalismo, que é entregar à cidade do Rio de Janeiro uma identidade, mesmo que nossa percepção não detecte de imediato. A soma de diversas etnias, nacionalismos e idiomas aos poucos transformam a cidade, não em cápsulas isoladas, mas em uma "polis" singular e rica em diversidade.

2.4.1 **Assimilação e aculturação: semelhanças e distinções**

Quando tratamos do processo no qual o imigrante se fixa no país destino, entendemos que é preciso mencionar a participação desses indivíduos nesse processo em dois momentos: assimilação e aculturação; são, respectivamente, maneiras de incorporação e interação importantes porque têm relação direta com a identidade cultural, tanto na sua formação quanto na manutenção. Convém determinar os conceitos de assimilação e aculturação antes de avançar na reflexão e, para isso, vamos adotar o que estabeleceu o sociólogo e antropólogo Emilio Willems. Na sua opinião, o caminho da assimilação se caracteriza por um período de confusão do indivíduo; esse evento tem duração e intensidade variadas, pois irá depender dos diferentes fatores que se apresentem ao longo do processo. "A assimilação pode ser definida como mudança da personalidade realizada pela substituição de combinações de atitudes e valores, por novas combinações de atitudes e valores que vêm a integrar o indivíduo em uma sociedade culturalmente diferente" (Willems, 1980, p. 16). Enquanto o conceito de aculturação "[...] compreenderia "os fenômenos resultantes do contato direto e contínuo entre grupos de indivíduos representantes de culturas diversas, e as subsequentes mudanças nas configurações

culturais de um ou de ambos os grupos" (Willems, 1980, p. 21).

Assim, entendemos que a assimilação pode ser compreendida como o resultado do processo sócio-psíquico e a aculturação pode ser entendida como o caminho percorrido pelo imigrante no país destino em contato com outras culturas. Ou seja, o imigrante imerso em um novo ambiente multicultural está sujeito a inevitáveis trocas culturais que podem gerar alterações identitárias, resultado da exposição a outras culturas, muitas vezes necessária para garantir a sobrevivência. Importante destacar que o atuar da aculturação pode implicar em transformações culturais, no caso de contato simultâneo entre dois ou vários grupos de imigrantes. Assim, assimilação e aculturação "são aspectos do mesmo processo: a assimilação é o seu aspecto 'subjetivo' porque envolve a personalidade; enquanto a aculturação lhe representa o aspecto 'objetivo' porque afeta os valores culturais". (Willems, 1980, p. 21).

Vamos observar, em uma perspectiva macro, como se encontra a situação dos fluxos migratórios atualmente. Inversamente ao que ocorreu no começo do século XX, quando imigrantes se deslocavam da Europa para a América e eram recebidos de braços abertos, hoje o fluxo de imigrantes oriundos da África, América Latina e Ásia que se dirige à Europa e Estados Unidos enfrenta muitas dificuldades. De acordo com o relatório de 2024 do Departamento Censitário dos Estados Unidos (United States Census Bureau), o número de imigrantes de origem hispânica totaliza 65 milhões de pessoas, o que equivale a 19,5% da população norte-americana no ano de 2023. Essa inflexão no fluxo migratório indica que, no primeiro movimento, o imigrante branco europeu era tido como necessário para a força de trabalho, recebido de braços abertos e sinônimo de desenvolvimento. Agora, a paleta de cor e as nacionalidades são diferentes e africanos, latino-americanos e asiáticos são indesejados e tidos como invasores, transmissores de doenças, estupradores e criminosos integrantes de gangues. Percebemos que a questão da crise migratória faz parte da história da humanidade, não é algo pontual, mas um fenômeno global, sistemático e cíclico. Sobre o tema Milton Santos diz o seguinte:

> O processo da crise é permanente, o que temos são crises sucessivas. Na verdade, trata-se de uma crise global, cuja evidência tanto se faz por um meio de fenômenos globais como de manifestações particulares, neste ou naquele país, neste ou naquele momento, mas para produzir o novo estágio da crise (Santos, 2001, p. 35).

É nessa política anti-imigratória que considera o imigrante como indesejável que, atualmente, se apoia o governo norte-americano para impor diversas restrições à entrada de imigrantes e promover verdadeira caçada, aprisionamento e deportação em massa. Ao mesmo tempo, os países europeus se unem para tentar impedir a entrada de imigrantes sob a alegação, vista por nós como infundada, de que o número cada vez maior e incessante de imigrantes pode

desestabilizar a economia de alguns países do bloco e, mais grave que isso, vinculam o islamismo ao terrorismo, visto que muitos desses imigrantes são seguidores do Islã. Esse sentimento de aversão se torna política de Estado, dando origem a um aparato que combinou uma nova ordem para a repressão sem precedentes, após os atentados nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. Os atentados, imediatamente, deram causa ao rompimento com normas e tratados internacionais referentes aos Direitos Humanos, posicionando a migração internacional como um problema de segurança nacional.

Dessa forma, as políticas migratórias, criadas com o intuito de ordenamento e proteção, passam a ser interpretadas, principalmente pelos países do Norte, como política anti-imigração. Isso, na prática, torna ainda mais precarizado e desprotegido o trabalho do imigrante. Ao mesmo tempo, como parte da política de anti-imigração, surge a implementação da restrição na emissão de vistos de entrada, uma maior militarização das fronteiras e a construção de campos de quarentena, que mais se assemelham a campos de refugiados. O estrangulamento daquilo que antes foi uma política migratória, que precisava ser aperfeiçoada, agora, somada a investimentos em países do Sul Global, fez surgir, no início do século XX, ondas de desenvolvimento nessas regiões do mundo. Assim, países como o Brasil, que tem uma política migratória mais humanizada, quando comparada com os países do Norte, passam a receber um contingente maior de imigrantes. Entendemos que, quando falamos de países, tratamos de territórios, mas não somente a área do espaço geográfico delimitado por fronteiras. Milton Santos (2001) nos mostra outra possibilidade. Sob a ótica interdisciplinar, isso significa reconhecer o diálogo entre duas disciplinas: geografia e sociologia. O novo território é o espaço onde os imigrantes tentam reconstituir e reorganizar suas identidades.

> O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isso é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando de um território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro [...] primeiro fazemos as nossas casas, depois elas nos fazem... (Santos, 2001, p. 96-97).

Nesse contexto, o Brasil se tornou parte da rota de circulação e de destino para imigrantes originários de países que, assim como o Brasil, fazem parte do grupo de países das economias periféricas. Com isso, o Brasil passa a ocupar um lugar de destaque no fluxo Sul-Sul. Atualmente, muitos são os cenários possíveis quando se trata de migração. Vem crescendo o número de países que integram a dinâmica de emigração e migração, termos que, na verdade, fazem parte de um mesmo movimento. A diferença surge a partir do ponto de vista de onde estão sendo observados (saída-entrada, respectivamente), ganhando assim suas nomenclaturas.

A imigração pode se concretizar em paraíso ou tragédia. Pessoas e/ou famílias oriundas do Sul Global partem para os países do Norte com a esperança de encontrar trabalho e melhores condições de vida. No entanto, onde quer que esteja o imigrante sempre será um deslocado, nunca estará inteiro em nenhum lugar; a sensação de desconforto está presente todo tempo. Para ele, se explicar é um ato de ofício. É preciso ser polido e, algumas vezes, passar despercebido, ou, por necessidade é preciso se mostrar, propor negócios para conseguir se manter (Bauman, 2021).

Na tentativa de chegar ao país destino, os perigos são muitos, sendo o pior deles a morte. Os naufrágios, as polícias de fronteira, os muros e as políticas de imigração de diversos países são alguns dos obstáculos enfrentados. Os que conseguem completar a viagem, com frequência, percebem que as dificuldades não terminaram, mas apenas superaram mais uma etapa do plano inicialmente traçado. Muitas vezes, xenofobia e racismo se somam na recepção do imigrante ao completar a viagem. A partir deste momento, surgem a exploração, o subemprego ou o trabalho informal como opção de sustento. Mesmo assim, alguns Estados adotam retóricas xenófobas e racistas, criminalizando os imigrantes e atribuindo a eles a perda dos postos de trabalho e a diminuição dos salários de suas populações. Essa postura pode ser observada hoje nas plataformas dos partidos de extrema direita que se multiplicam em países da Europa, como França, Portugal, Alemanha, Itália, entre outros. A esse quadro, já perturbador, adicionamos a disputa pela liderança econômica, política e militar entre EUA e China.

Considerando todos os problemas enfrentados, a migração internacional pode ser tomada como uma forma de ter acesso a melhores recursos. As famílias tentam minimizar os riscos e superar as dificuldades econômicas, escolhendo um ou mais de seus integrantes para fazer a migração. A entrada e a permanência nos mercados de trabalho de outros países, especialmente os do Norte, proporciona melhores salários e torna possível a remessa de recursos (dinheiro) que beneficiam a família no país de origem. Esse fluxo contínuo, muitas vezes a única renda da família, pode tornar possível a aquisição de bens imóveis, o investimento em novas atividades econômicas ou a melhoria e a ampliação de atividades já existentes.

Nos países de destino, esses fluxos migratórios encontram uma barreira que estabelece uma divisão entre os trabalhadores nacionais e os imigrantes. São segmentos distintos e desiguais no mercado de trabalho, tornando real uma hierarquia entre esses trabalhadores. Aos trabalhadores nacionais, que atendem às condições exigidas pelo mercado formal, estão reservados os postos que requerem maior qualificação, recebem melhores salários e têm melhores condições de serviço. Os imigrantes acessam um mercado de trabalho que podemos chamar de secundário, que tem, entre suas características, baixa qualificação, salários menores,

alta rotatividade, benefícios reduzidos e, muitas vezes, estão sujeitos a condições de trabalho degradantes. Eles são vistos como trabalhadores de segunda classe. Isso não significa dizer que os imigrantes não sejam tão ou mais qualificados[27] que os trabalhadores nacionais, esses fatos provam o preconceito ao qual eles são submetidos.

Retornando às ruas da cidade do Rio de Janeiro, em nosso entendimento, as barreiras criadas pelos países do Norte, Europa e Estados Unidos, tornam o Brasil uma das opções viáveis para receber um número maior de imigrantes. Com isso, houve um aumento do fluxo migratório para o Brasil e, consequentemente, a dificuldade de inserção desses imigrantes no trabalho formal, tendo como única opção o trabalho informal (barbeiros, trancistas, garçons, camelôs etc.). No entanto, precisamos levar em consideração o modo como a sociedade brasileira se mostra organizada frente aos, cada vez mais intensos, fluxos migratórios. Essa maneira de enfrentar a questão está diretamente relacionada a uma possível integração das diversidades culturais, ou na rejeição dos novos grupos étnicos. Nesse caso, surge a possibilidade de relacionar a diferença como uma ameaça à cultura predominante e, em casos extremos, à segurança nacional.

As diferenças étnicas se apresentam em vários aspectos, que vão desde a variação cultural até o leque fenótipo. Isso traz à tona e mantém muito próximas as representações e as ações baseadas no conceito de raça, o que, algumas vezes, leva a atitudes racistas. Com essa realidade, os imigrantes traçam estratégias em que se identifiquem etnicamente a fim de se defender, resistir e criar a possibilidade de um melhor convívio no espaço compartilhado com a população autóctone. Ao mesmo tempo, viabilizam uma série de possibilidades para sobreviver e obter melhores resultados frente à competição do mercado; um exemplo dessa prática é a venda do artesanato étnico.

Essas opressões determinam assimetrias no mercado de trabalho e, portanto, diante da reestruturação produtiva, há segmentos sociais mais afetados pela precarização. Standing (2015) observou o aumento da mobilidade dos trabalhadores com a globalização, destacando que os migrantes constituem grande parte desse contingente em condições precarizadas. Caracterizam esta condição a instabilidade do trabalho, baixos salários ou mesmo trabalhos não remunerados, ausência de direitos e garantias trabalhistas e sociais. Essa massa de despossuídos a procura de melhores oportunidades e, na maioria das vezes, a procura de qualquer oportunidade para continuar existindo é consequência daquilo que Milton Santos (2001) chama de “pobreza estrutural globalizada”. Esse estágio de pobreza é precedido por outros dois. O

[27] Pesquisa realizada pela ONG Visão Mundial em 2024 aponta que 85,3% dos imigrantes entrevistados não estão trabalhando em suas áreas de formação.

primeiro momento é o da pobreza incluída, aquela com características acidentais. Ela atinge locais que não se adaptam aos processos gerais de mudança. Ela é pontual e acontece em um lugar e não se expande para outros. O segundo momento é aquele onde a pobreza é considerada uma patologia da civilização. Ela se caracteriza e é mensurada pela capacidade que os indivíduos têm de consumir. Dessa forma, convivem a pobreza absoluta, que marca aqueles sem capacidade de consumir, e a pobreza relativa, que cria uma hierarquia na capacidade e na maneira como os indivíduos praticam o consumo de bens e serviços. O terceiro e atual momento, ainda segundo Milton Santos, é o da "pobreza estrutural globalizada". Ele entende que a globalização cria, ao mesmo tempo, espaços de riqueza e de pobreza. Os locais atingidos pela pobreza não são beneficiados pelo dinheiro global. Hoje, a geração de pobreza é tida como uma banalidade, é tratada com naturalidade e como algo impossível de se evitar, tudo em nome da ganância e do desenvolvimento somados à falta de escrúpulos. É como se fosse um preço a ser pago. Esse fenômeno acontece em regiões, países ou continentes atingidos pela pobreza que os contamina em uma escala global, gerando a massa humana que engrossa o atual fluxo migratório. Parte dele está nas ruas do Rio de Janeiro. Essa pobreza é o resultado "[...] da convergência de causas que se dão em diversos níveis, existindo como vasos comunicantes e como algo racional, um resultado necessário do presente processo, um fenômeno inevitável, considerado até mesmo um fato natural." (Santos, 2001, p. 72).

Tudo isso coloca o imigrante em uma situação de fragilidade que o expõe a possíveis alterações de sua personalidade. Assim, ao deixar seu lugar de origem, ele parte, muitas vezes, desestabilizado emocional e economicamente. O choque cultural é inevitável e, diante disso, o desejo de um "retorno redentor" surge como uma opção possível. No entanto, o convívio entre indivíduos e comunidades, no mesmo espaço, tende a gerar transformações quanto à identidade dos migrantes, fazendo com que eles percam alguns de seus elementos culturais originais ao mesmo tempo em que adquirem novos, num processo de hibridização, multiculturalismo e interculturalismo.

Uma vez que se encontre no novo ambiente, as mudanças que irão alterar aquilo que o imigrante entende como cultura são graduais. Diferentes valores culturais são aos poucos assimilados e, nesse ritmo, transforma a cultura inicial do estrangeiro.

> Se o imigrante estiver isoladamente exposto ao impacto das expectativas de um grupo totalmente estranho, o ajustamento tornar-se-á uma questão de sobrevivência. Da proporção em que o imigrante incorporar os valores novos, dependerá o papel que lhe será atribuído na sociedade adotiva. E inútil dizer que tais reajustamentos nunca dependem exclusivamente do imigrante, mas em grande parte da intensidade das atitudes etnocêntricas que venha a encontrar no novo meio. (Willems, 1980, p. 6).

No decorrer de nossa pesquisa, percebemos que algumas famílias de imigrantes congoleses vivendo na diáspora e que estão no Brasil há duas ou três gerações apresentam um discurso nostálgico e alimentam a expectativa de um dia retornar à República Democrática do Congo. Stuart Hall (2006, p. 28) afirma que "cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor". Isso acontece com mais frequência com os indivíduos de primeira geração. Mas, é unânime entre todos a esperança de um futuro mais próspero no Brasil.

> [...] à medida que os imigrantes ou seus filhos se 'habituam' às condições diferentes vão surgindo novas atitudes-valores fazendo com que pareça 'natural' o que a princípio constituía motivo de desespero. Em outras palavras: a natureza coativa das primeiras experiências em que as novas atitudes-valores se baseiam, não impede que se tornem etapas no caminho da assimilação. (Willems, 1980, p. 7).

Porém, quando o imigrante percebe que o "retorno redentor" não irá acontecer, o processo de assimilação e aculturação se completa. Importante destacar que se trata de um processo de mão dupla.

> Não é unilateral; nem o imigrante é inteiramente absorvido pela cultura nacional, nem mantém íntegra suas características culturais próprias. Ao contrário: ao passo que se integra na cultura brasileira, aceitando seus valores ou padrões, também o imigrante transmite valores ou padrões originários. Daí o sentido mais pluralista que unilateral como se tem desenvolvido, no Brasil, o processo de assimilação cultural dos grupos imigrados. (Diégues Jr., 1964, p. 278).

Mas, para melhor tratar a questão da identidade e todas as suas possibilidades, talvez seja conveniente entender, através de um exemplo, como isso acontece nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. As ruas são o exemplo de lugar onde a experiência humana se forma, ganha força, é compartilhada e ganha sentido, podendo, assim, ser assimilada e negociada durante o processo de formação das identidades. Os trabalhadores informais (imigrantes) que hoje encontramos nas ruas cariocas são, em sua maioria, pessoas que, em seus países de origem, perderam todos os meios de se sustentar, tornando-se gente supérflua (Bauman, 2021), sendo obrigados a se deslocar em busca de melhores oportunidades, se transformando em imigrantes econômicos. Ou seja, a escassez de recursos nos países de origem, na maioria das vezes, é a causa principal dos deslocamentos dessas pessoas tendo, como efeito, o fluxo migratório. Esses estrangeiros, que hoje vendem suas mercadorias em barracas ou nas calçadas da cidade do Rio de Janeiro, trazem consigo a marca da força devastadora da globalização. A simples presença desses imigrantes muitas vezes nos coloca frente a frente com aqueles que trazem notícias desagradáveis, mas que fazem parte da realidade mundial, como guerras, fome e escassez. Esses são alguns dos motivos que fazem desses imigrantes figuras da diferença, aquelas que causam medo e estabelecem limites (Bauman, 2009). Entendemos que essas barreiras devem ser postas abaixo. Afinal, viver em uma metrópole, como a cidade do Rio de Janeiro, no século XXI,

significa, necessariamente, conviver com estrangeiros. E é disso que vamos tratar a seguir.

2.5 A**bdou[28], comércio informal e o islã mouride no Rio de Janeiro do século XXI: um estudo de caso.**

Este estudo surgiu de observações feitas a partir de caminhadas pelas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro, sem que a pressão exercida pela falta de tempo, devido aos compromissos que nos automatizam a ponto de produzir como resultado apenas um deslocar robotizado cujo objetivo se resume a cumprir tarefas. Nossa proposta parte de outra premissa, um caminhar mais atento, observando não apenas o que está imediatamente à nossa frente. Treinar o olhar que vê, mas, às vezes, não repara: Desenvolver a sensibilidade e a visão periférica. Esse exercício pode proporcionar gratas surpresas. Examinaremos ao longo deste texto a questão da possibilidade de um mesmo indivíduo apresentar várias identidades na cidade do Rio de janeiro do século XXI, a depender do momento e do papel desempenhado. Abordaremos, portanto, a questão da identidade, aquela que o conjunto de elementos como etnia, nacionalidade, língua, religião, história comum, costumes, instituições e processo subjetivo de identificação oferece ao indivíduo a possibilidade de se auto reconhecer e se definir (Sodré, 2015).

Em uma dessas caminhadas, encontramos o senegalês Abdou (pseudônimo) que vai se tornar nosso personagem central. E, através de seus relatos, vamos conhecer a Comunidade Senegalesa Mouride[29] do Rio de Janeiro. Buscamos entender o que os Mourides fazem para manter sua essência identitária e, ao mesmo tempo, como os "*modu modu*"[30] interagem com a sociedade carioca. Este é um estudo de caso, em que, através de entrevistas e observação participante, procuramos captar a rica e plural história de vida do entrevistado, buscar a relação entre o ontem e o hoje, saber como está organizada a memória do entrevistado no processo de construção da sua identidade e, a partir das informações coletadas, determinar seu papel na manutenção da identidade coletiva da comunidade Mouride do Rio de Janeiro.

Nosso objetivo foi conhecer a trajetória migrante dos Mourides na cidade do Rio de Janeiro e perceber como o campo da religiosidade caminha lado a lado com os aspectos

[28] Nome fictício.

[29] Mouridismo é uma das vertentes do islamismo, e a que tem maior dimensão na África Ocidental. E, devido à diáspora, tem presença na Europa, nas Américas e na Ásia.

[30] modu modu traduzido do wolof (idioma senegalês) para o português significa trabalhador ambulante.

econômicos, proporcionando estrutura à transnacionalidade da comunidade analisada. Além de verificar como, no campo das manifestações culturais, o aspecto religioso é responsável por construir e organizar representações e subjetividades na conduta dos Mourides. Assim, percebemos a influência da religião no ato de migrar Mouride nas sociedades de origem e destino e descobrimos como ela atua no processo da constante construção identitária dos Mourides individual e coletivamente.

Primeiramente, apresentamos nosso personagem Abdou, quem é, como e por que veio para o Brasil, além de seu trabalho pelas ruas da cidade; saberemos como surgiu a comunidade senegalesa na cidade de Niterói; seu papel como presidente da Associação dos Muçulmanos Mourides no Rio de Janeiro e o papel das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Posteriormente, trataremos a relação de Abdou com o Islã; o significado das bençãos dos guias Mourides aos emigrantes senegaleses; os encontros coletivos mais importantes dos Mourides, o Magal de Touba e a jornada Khassida; a singularidade dos Mourides em relação às outras denominações islâmicas e, por fim, os Mourides e a morte no Brasil e no Senegal.

2.5.1 **Conhecendo Abdou**

Em maio de 2024, em uma de nossas caminhadas pelo centro do Rio de Janeiro, conhecemos Abdou na feira da Rua do Lavradio. Um senegalês de 66 anos nascido na cidade de Mbacke, Diourbel, região central do Senegal, da etnia fula. Abdou fala fluentemente wolof[31], francês, português, inglês e espanhol. Os fulani se dividem em três subgrupos: os laube, que em sua maioria são tradicionalmente artesãos - o trabalho com esculturas, utensílios de cozinha e máscaras em madeira é forte entre eles; os peuhls, com tradição no pastoreio, e os toucouleurs, com predomínio na atividade pesqueira. Abdou é um artesão laube. Segundo suas palavras: “meu pai e meu avô me disseram que todos os nossos ancestrais também eram artesãos”.

Abdou trabalha de segunda a sexta-feira no calçadão da praia de Ipanema, por isso esse foi o local de escolha para nossos encontros. Eles aconteceram sempre às 11hs. Abdou chega às 10hs, pois precisa de uma hora para organizar, cuidadosamente, suas mercadorias em três lençóis que estende sobre a calçada. São pulseiras, colares, brincos, anéis, máscaras e animais da fauna africana esculpidos em madeira. Só então começamos nossas conversas.

Abdou não conhecia o Brasil. Chegou com outros dez senegaleses, também artesãos.

[31] Wolof é o idioma falado na África Ocidental, principalmente no Senegal, mas também em Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia ou Maurícia. O Senegal, com população aproximada de 20 milhões de pessoas (40 % da população) têm o «wolof» como língua mãe, e é usado em todas as capitais regionais do Senegal como língua veicular.

Todos convidados pelo consulado senegalês para participar da 43ª Feira da Providência no Riocentro. O ano era 2003. Emigrar sempre esteve em seus planos como possibilidade de proporcionar melhor qualidade de vida para sua família. A necessidade de migrar se dá por diversos fatores:

> Impulsionadas pela pobreza, pela seca, pela fome, pelo subdesenvolvimento econômico e por colheitas fracassadas, pela guerra civil e pelos distúrbios políticos, pelo conflito regional e pelas mudanças arbitrárias de regimes políticos, pela dívida externa acumulada de seus governos para com os bancos ocidentais, as pessoas mais pobres do globo, em grande número, acabam por acreditar na 'mensagem' do consumismo global e se mudam para os locais de onde vêm os 'bens' e onde as chances de sobrevivência são maiores. (Hall, 2001, p. 81).

Após o término da feira, Abdou e outro artesão percorreram várias cidades do interior de São Paulo oferecendo sua arte, mas acabou percebendo que o Rio de Janeiro era mais receptivo ao seu trabalho. Assim, Abdou e quatro conterrâneos decidiram permanecer no Rio de Janeiro. Os outros seis integrantes do grupo partiram para outros países, como Argentina, Portugal e Itália. Inicialmente, os cinco alugaram um apartamento em Copacabana. Mas o valor do aluguel era muito elevado. Uma amiga senegalesa, que também participou da feira, os apresentou a outros dois senegaleses que residiam em Niterói, onde os aluguéis eram mais baixos. O grupo alugou um apartamento no centro da cidade de Niterói e mudou-se para lá. A partir daí, todos os senegaleses que chegavam ao Rio de Janeiro buscando trabalho, apoio e aluguéis mais baixos passaram a tê-los como referência e iam morar em Niterói. Uns próximos aos outros. Não necessariamente nos mesmos prédios. E assim nasceu a comunidade senegalesa de Niterói.

Abdou veio sozinho para o Brasil. Depois de dez anos, trouxe uma das esposas, B., e o filho mais novo chegou em 2023 para estudar. Observamos que ser um senegalês, seguidor do islã, Mouride e migrante pode significar ter uma família transatlântica. Abdou explica que, para os seguidores do Islã, é possível casar-se com até quatro mulheres. Ele tem duas, uma que reside com ele no Brasil e outra no Senegal. Esclarece que o tratamento deve rigorosamente ser o mesmo para ambas, "R$ 20,00 para uma R$ 20,00 para outra". Quando envia *popot* (dinheiro no idioma *wolof*) para a esposa M. e seus filhos no Senegal, o mesmo valor deve ser gasto com a esposa aqui; qualquer coisa diferente disso é considerado pecado pela religião islâmica. Abdou passa a maior parte do ano no Brasil, cerca de nove meses e outros três meses no Senegal. Quando estão todos em Mbacke coabitam, em total harmonia, em uma casa de seis quartos construída por ele mesmo. Enquanto está no Brasil, o quarto de sua esposa B., no Senegal, permanece trancado. Abdou esclarece que se casou inicialmente com M., em 1988 e com B. em 1994. Ele e suas esposas são do mesmo tronco ancestral, têm parentesco na linha colateral, são primos.

A comunidade senegalesa de Niterói se organizou e hoje é uma associação devidamente formalizada. O ato constitutivo da Associação Dahira Nuru Dareyni da Comunidade Mouride do Estado do Rio de Janeiro está registrado no 4º Ofício de Justiça de Niterói[32]. Sua sede está situada na rua Visconde de Sepetiba, nº 630, 1º andar, centro, Niterói, RJ. Abdou é, desde a regulamentação, seu presidente. A associação, sem fins lucrativos, foi fundada por ele e mais quatro senegaleses no ano de 2009. Abdou se alegra em dizer que essa foi a primeira associação Mouride fundada no Brasil. Com o passar dos anos, mais senegaleses chegaram, se estabeleceram em outros estados e, também, fundaram associações Mourides, é o caso de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Bahia. Os presidentes estaduais criaram um grupo de mensagens e se comunicam com frequência, especialmente quando o problema exige a colaboração de toda a comunidade Mouride brasileira. Abdou tem orgulho em dizer que foi um dos que primeiros a colaborar na construção da Grande Mesquita da Tijuca, "ajudei a escolher o local, a fazer o projeto e acompanhei as obras até ela ficar pronta".

A associação é muito atuante e tem como meta atender interesses e objetivos comuns da comunidade. Isso permite que os Mourides, quando necessário, sejam representados legalmente pela associação de forma coletiva. Os novos projetos são a criação de feiras para promover a cultura senegalesa através da gastronomia, artesanato e dar continuidade aos torneios de futebol entre senegaleses e brasileiros. Essa competição existe há alguns anos. A disputa acontece nos campos do Aterro do Flamengo, sempre a partir das 18hs, quando todos os participantes já terminaram suas jornadas de trabalho. Abdou informa que a associação acredita que essas iniciativas são importantes para uma melhor aproximação. Funciona como uma grande família, uma comunidade. As pessoas são solidamente amparadas em todos os sentidos. Entendemos que seria um "estender a mão" e permitir que o outro se aproxime, construir pontes, o que vai além da aceitação das diferenças e facilita a inclusão dos senegaleses na sociedade carioca (Sodré, 2015). A nosso ver, esse encontro pode ser uma via de mão dupla: os senegaleses ganham e os brasileiros também. O contato com imigrantes proporciona enriquecimento cultural, estético e social, proporciona a troca de experiências, ideias e valores, além disso, o exercício da aceitação de diferenças soma na construção de uma sociedade diversa e inclusiva.

No auge, entre os anos de 2009 e 2013, a comunidade chegou a contar com cerca de 100 indivíduos. Segundo Abdou, que hoje está em torno de 60, esses números não são fixos e oscilam de acordo com a capacidade dos senegaleses, ainda em seu país, de acumular recursos para a viagem e dos ciclos econômicos mundiais favoráveis à recepção de imigrantes. Parte das

[32] 4º Ofício de Justiça de Niterói - Av. Ernani do Amaral Peixoto, nº 500 - loja 102.

etnias senegalesas tem o nomadismo como uma de suas características, acostumados a se deslocar de um lugar para outro, muitas vezes, migrantes em seu próprio país. Uma vez no Brasil, após amealhar algum recurso, muitos partem para outros países como Estados Unidos, França e Itália (Bauman, 2017). Esse movimento, na maioria dos casos, é parte de um plano pré- determinado que identificamos como imigração trampolim, aquela onde o imigrante, por não conseguir inicialmente ir diretamente ao país desejado (muitas vezes pela falta do visto de entrada e do valor exigido para permanência), escolhe um país com regras de entrada mais flexíveis, como o Brasil. Abdou já testemunhou famílias senegalesas na sua comunidade acumulando recursos durante algum tempo para que um de seus membros consiga fazer a etapa final da viagem, conseguir trabalho e enviar recursos para que outro familiar consiga viajar. O processo se repete até que toda a família consiga novamente se reagrupar.

A imigração trampolim pode ser um dos motivos, mas não o único, que contribui para a diminuição no número de senegaleses residentes na cidade de Niterói. De acordo com Abdou, esse fato não ocorreu pela diminuição do fluxo migratório, mas porque houve alteração na escolha do local de moradia: “atualmente, os custos com aluguel e transporte ficam menores quando se está mais próximo do local de trabalho”, diz ele. Por isso, muitos dos que residiam na comunidade de Niterói e os novos imigrantes senegaleses têm preferido dividir o aluguel em Copacabana ou no Centro da cidade do Rio de Janeiro. Mas, de acordo com Abdou, apesar desta dispersão espacial, nada mudou no que se refere à unidade da comunidade, na qual todos se conhecem, muitos são parentes e o grupo se mantém como uma grande família.

2.5.2 **As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)**

Quando cheguei a um dos nossos encontros, na praia de Ipanema, Abdou estava em uma chamada de vídeo conversando com seu neto que reside na Itália. Mas nem sempre foi tão fácil. Quando chegou ao Brasil, era preciso comprar R$ 10,00 ou R$ 20,00 em fichas e usar um telefone público (orelhão) para falar aproximadamente trinta segundos. Esse foi um período difícil, o valor do serviço era elevado e períodos entre 15 e 30 dias sem falar com os familiares eram comuns. Ele continua dizendo que “hoje está muito mais fácil, e, caso tenha vontade, posso falar com a família todos os dias. É possível ver meus filhos e netos no Senegal muito facilmente”. Entendemos que os movimentos diaspóricos, assim como os atuais fluxos migratórios, estão significativamente transformados pelos constantes avanços das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Essas inovações possibilitam a permanência e reforçam as relações de identidade e afetividade com a cultura e sociedade originária, além de formar

novas relações no espaço local e transnacional.

Aqui se observa o papel das TICs nos fluxos migratórios contemporâneos, sua importância e as significativas transformações que essas inovações proporcionam ao processo migratório. A análise das realidades dessas comunidades na utilização das TICs contribui para formar uma paisagem mais abrangente do fenômeno da formação de novas identidades transnacionais. Tudo leva a crer que podemos falar em migrações e formação de novos espaços identitários transnacionais em dois momentos; antes e depois do uso das TICs (ElHajji, 2012).

Um traço marcante do nosso presente é ter como base em sua estrutura a funcionalidade e a rapidez dos meios de comunicação. Praticamente tudo pode ser assistido em tempo real. Chegamos a quase onipresença. O processo de globalização está a todo momento fornecendo novas formas à estrutura social e ao modo como entendemos o mundo em que vivemos. Um de seus efeitos mais perceptíveis é a maneira como percebemos o globo terrestre. Ele "diminuiu" sensivelmente devido à disseminação e a maior facilidade dos meios de comunicação e transporte (Cogo, 2012). Isso pode ser percebido quando Abdou relata que hoje, para os jovens senegaleses, homens ou mulheres, que decidem emigrar, está muito mais fácil: "qualquer um pode fazer ligações de videochamada. Isso facilitou muito a tomada de decisão de viajar e a adaptação no país para onde escolhemos ir". Ou seja, ainda no Senegal, o futuro imigrante pode ver o local onde vai morar e as ruas e praias do Rio de Janeiro onde vai trabalhar. Isso facilita a adaptação, diminui, ou até evita que o imigrante seja afetado pelo luto migratório[33]. No caso dos Mourides, a religião e a utilização das TICs têm papel fundamental para minimizar, ou mesmo, eliminar esse processo.

Fica evidente a relação entre as migrações e as TICs que se estabeleceram de forma orgânica como uma das etapas desse processo. É um fato que pode ser constatado já no planejamento, antes da viagem propriamente dita, isso porque, neste momento, o processo imigratório já está acontecendo nas redes sociais. A utilização das recentes tecnologias disponíveis nos meios de comunicação facilita a concretização do objetivo do migrante ao mesmo tempo que mantém seu vínculo com o país e cultura de origem. Assim, ao migrante é possível tornar concretos os laços com os países de origem e destino (ElHajji, Cogo, 2012). Acreditamos que a transnacionalidade, essa vivência posta em prática pelos imigrantes na contemporaneidade, tem relação direta na maneira como os Mourides se mantêm conectados de forma simultânea nos espaços das mídias a vários universos sociais, à religião e a sua cultura de origem. Tais conexões auxiliam essas pessoas na manutenção de suas identidades e

[33] Luto migratório é o processo emocional e psicológico que muitas pessoas experimentam ao deixar seu país de origem para viver em um novo lugar. Está associado a uma grande mudança na vida de uma pessoa.

demonstrarem uma solidariedade que ultrapassa os limites das fronteiras legais estabelecidas pelos países que escolheram como destino. Além disso, possibilitam a formação de novas relações no espaço local e transnacional.

> Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo, tempo há várias 'casas'. (...) Eles são o produto das *novas diásporas* criadas pelas imigrações pós-coloniais. Eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas. As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia. (Hall, 2001, p. 88-89).

2.5.3 **Trabalho e repressão**

Com relação ao trabalho, Abdou esclarece que a grande maioria da comunidade Mouride, assim como ele, trabalha informalmente. Oferecem produtos e serviços nas praias, ruas, praças e feiras. Comercializam óculos de sol, bonés, aparelhos eletrônicos, chinelos e artesanato étnico. Nesse espaço, predominantemente masculino, foi possível observar um pequeno grupo de mulheres Mourides, em duplas ou trios, oferecendo aos frequentadores das praias seus serviços na elaboração de tranças. Elas também vendem roupas femininas, de estilo africano, e elaboram pratos típicos da culinária senegalesa quando a comunidade é convidada a participar de alguma feira.

Abdou relata que, no início, ele mesmo fabricava as máscaras e as estátuas de madeira que vendia. Mas, há alguns anos não faz mais: "o ébano é uma madeira muito dura, precisa muita força, estou velho e cansado. Hoje quando vou ao Senegal seleciono as peças, compro dos meninos e trago para vender aqui. Eu agora só faço pulseiras, brincos e anéis". Além disso, também compra no Senegal turbantes, conjuntos femininos, vestidos feitos com tecidos típicos da moda senegalesa, cortes do mesmo tecido e bouye[34] para serem vendidos por sua esposa B: "ela tem uma barraca e vende as roupas aos sábados. No primeiro sábado do mês na rua do Lavradio e nos outros sábados na feira da Praça XV".

Hoje existe um fluxo constante de produtos e mercadorias étnicas africanas para o Brasil. Abdou conta com uma rede de apoio. Quando precisa repor mercadorias no Rio de Janeiro ou enviar mercadorias para o Senegal, conta com a ajuda dos senegaleses que estão vindo para o

[34] Bouye: traduzido do wolof - semente da árvore baobá, nome científico Adansonia digitata, também conhecida como embondeiro ou imbondeiro. A semente desidratada tem acidez suave e é muito apreciada no continente africano.

Brasil ou indo para o Senegal - eles transportam as mercadorias. Nesses casos, toda a negociação no Senegal é feita através de videochamadas, onde é possível, para ele, ver, escolher as peças e negociar preços. Africanos importando mercadorias para o Brasil não é um fato inédito; Alberto da Costa e Silva relata que:

> "Foi a partir dessa nova identidade que novas teias de solidariedade se teceram. Era por intermédio de Salvador que se importavam de Lagos ou de Ajudá nós-de-cola, cauris, azeite de dendê, sabão e pano da costa. Passou-se, assim, no Rio de Janeiro, algo muito semelhante ao que acontecera com os africanos que retornaram do Brasil à África (...) e desenvolveram uma nova identidade grupal, a de 'brasileiros'." (Silva, 2011, p. 183).

A venda de artesanato nas ruas do Rio é a única fonte de renda de Abdou, mas ele ressalta que "houve tempos mais prósperos quando ganhei o suficiente para construir, sem nenhuma ajuda, uma casa de seis dormitórios em Mbacke, minha cidade natal, mas hoje as coisas estão muito difíceis". Abdou afirma que o número de turistas diminuiu, principalmente depois da pandemia de COVID-19 e que hoje ganha não muito além do suficiente para pagar as despesas com a alimentação, o aluguel da casa de um quarto, onde mora com sua esposa e o filho de 18 anos, além de enviar dinheiro mensalmente para a outra esposa que reside no Senegal. Quando perguntado se consegue fazer reserva de algum dinheiro para enfrentar tempos mais difíceis, ele responde que antes era possível, mas, hoje, tem como prioridade a educação de seu filho mais novo que veio para o Brasil estudar. Ele está matriculado em uma escola estadual, mas faz um curso técnico na área de petróleo e gás com mensalidades no valor de R$ 350,00. Ele justifica a escolha do curso falando do momento que o continente africano está vivendo: "a África para os africanos, temos um novo presidente, Bassirou Faye. Os franceses precisam sair da África. O Senegal é rico em recursos minerais. (...) Espero que meu filho possa aproveitar as oportunidades que irão surgir". Nesta passagem, é possível perceber o sentimento anti-França que recentemente tomou conta de países que foram suas colônias, Senegal, Gabão, Chade, Burkina Faso, Mali, Níger e Guiné. Esses países foram colônias, se tornaram formalmente independentes, mas passaram a sofrer com a colonialidade do poder. Os efeitos do colonialismo não desapareceram, mas transcenderam e a dependência se mantém. Ou seja, saem os países colonizadores, mas seus interesses continuam de forma dissimulada, agora representados por empresas multinacionais (Quijano, 2005).

Ao longo dos últimos 20 anos, Abdou pôde ser visto vendendo suas mercadorias nas ruas da Assembleia, 7 de setembro, Ouvidor, Rosário, Buenos Aires, Uruguaiana, assim como nas Avenidas Rio Branco e Presidente Vargas. Atualmente, expõe e vende suas mercadorias na Praia de Ipanema de segunda a sexta-feira e na rua do Lavradio (todo primeiro sábado do mês). Ele destaca que nunca teve problemas com a fiscalização, mas percebe que, em alguns períodos,

determinadas regiões da cidade se mostram menos receptivas ao comércio ambulante: “é preciso saber fazer essa leitura e buscar outros pontos de venda”, diz ele.

Imagem 1 – Abdou vendendo artesanato étnico

Fonte: Roberto Lima

Uma rua em particular nos chama a atenção entre as citadas por Abdou: a Uruguaiana. Brasil Gerson (1965, p. 122) nos convida a “recordar a Uruguaiana do tempo em que ela era a rua da Vala (e o foi por mais de dois séculos)”. Porém, a história da rua remonta a um passado mais remoto. A rua servia inicialmente para escoar as águas da Carioca, onde havia uma fonte.

> A pequena distância da vala para o escoamento das águas da Carioca, aberta em 1641 à margem da rua que tinha sido, entre outros, de Pedro da Costa seu morador, e que daí em diante da Vala passou a ser, levantou-se um muro defensivo segundo os planos do Brigadeiro Massé. Sem cobertura alguma, era onde os da vizinhança jogavam seu lixo e demais imundices. (Gerson, 1965, p. 123).

Hoje, tradicional rua do comércio ambulante no centro da cidade do Rio de Janeiro, onde até recentemente poderiam ser encontrados mais de uma centena de trabalhadores do comércio informal vendendo suas mercadorias; entre eles, aproximadamente 15 senegaleses. O comércio ambulante é uma atividade tradicional na rua Uruguaiana. Flávio dos Santos Gomes (2003, p. 10), ao mencionar a antiga rua da Vala, atual Uruguaiana, lembra que “nas paisagens contemporâneas, existem muitos camelôs (como agora são chamados os vendedores de ruas e ambulantes modernos) e pedintes. Um pouco do passado misturando-se com o presente.”

Abdou comenta que, apesar dele nunca ter tido problemas nem atritos entre a prefeitura da cidade e vendedores ambulantes, eles acontecem e são cíclicos. Durante algum tempo, há uma aparente paz, uma tolerância que em algum momento se rompe. Entendemos que essa repressão foi resultado da pressão exercida pelos comerciantes regularmente estabelecidos nas lojas da rua Uruguaiana e arredores. Esses donos de loja testemunharam parte de seus possíveis clientes serem seduzidos pelos camelôs que ofereciam mercadorias similares às deles por preços

menores e o aumento no número de vendedores ambulantes naquela rua, que dificultava até mesmo o caminhar dos pedestres. O embate era apenas uma questão de tempo.

Jane Santucci (2008) nos mostra a cidade do Rio de Janeiro e sua face histórica de cidade rebelde. Abrindo uma janela no tempo, perceberemos que os confrontos entre setores da população e as forças de segurança sempre existiram e destacam a relevância das ruas como espaço de convivência e manifestação do popular, assim como a disposição do carioca (nativos e adotados) para o protesto, para a crítica e para a luta por direitos (Santucci, 2008). Entendemos, que no século XXI, os imigrantes, trabalhadores informais (camelôs), estão inseridos na dinâmica das ruas da cidade do Rio de Janeiro traçando estratégias de sobrevivência juntamente com os camelôs brasileiros. Essa massa de trabalhadores é testemunha das tensões que marcam o cotidiano da cidade. Nesse cenário, temos, de um lado, os camelôs tentando ocupar as melhores posições para oferecer suas mercadorias e, do outro, as forças de segurança (Guarda Municipal e Polícia Militar) no combate à desordem urbana. Eles são atores sociais que deixam à mostra as contradições de uma cidade historicamente desigual. Ao mesmo tempo, esse estado permanente de alerta no qual a ordem urbana, promovida pelos entes municipal e estadual enfrenta a resistência dos camelôs, tida por eles como opção de sobrevivência, faz parte do amálgama necessário ao processo de construção da identidade urbana e cultural da cidade do Rio de Janeiro.

Seguindo essa lógica, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, na figura da Guarda Municipal, no final do mês de fevereiro de 2024, interveio a fim de retirar os camelôs da rua Uruguaiana e deu início a um “choque de ordem”. Confrontos aconteceram. A resistência dos vendedores ambulantes em permanecer na rua e as negociações com a prefeitura se arrastaram por dois meses. Abdou, se referindo aos camelôs, diz que “é gente miúda, não havia como suportar a pressão diante de tamanha desigualdade de forças”. Após negociações, a prefeitura flexibilizou sua decisão anterior e cadastrou os vendedores ambulantes interessados em continuar trabalhando na rua Uruguaiana, e, através de sorteio, permitiu que 75 voltassem à atividade no local. Entre os sorteados, apenas um senegalês foi contemplado. Nessa polêmica, o ponto que mais nos interessa surge a partir deste momento. O que aconteceu com os 14 senegaleses não-contemplados no sorteio promovido pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro? A associação se preocupa com todos os senegaleses, especialmente os mais jovens, a quem Abdou chama de “meninos”. Entre os 14 não contemplados, três tiveram suas mercadorias apreendidas durante a resistência em desocupar a rua Uruguaiana. A comunidade senegalesa, através de sua associação, se mobilizou, levantou recursos e cada um deles recebeu ajuda para adquirir novas mercadorias e recomeçar sua atividade em outros pontos da cidade.

Dois exemplos dessas novas possibilidades são as ruas Ramalho Ortigão e Riachuelo, ambas na região central. Essa é uma demonstração de resiliência e do compromisso Mouride, sempre posto em prática quando integrantes da comunidade precisam de algum tipo de apoio. Essa demonstração de solidariedade na conduta dos Mourides vai na contramão da regra geral que reflete a crise contemporânea de cooperação e solidariedade. Em nosso entendimento, o comportamento da comunidade Mouride faz parte do constructo de sua identidade coletiva. Esse modelo é chamado por Stuart Hall (1999, p. 24) de identidade de resistência:

> [... É aquela] criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade ou mesmo opostos a estes últimos.

2.5.4 **Abdou e o islã mouride no Rio de Janeiro**

A religião é uma construção humana inserida no conjunto das expressões culturais. A experiência religiosa elabora e organiza subjetividades e representações. É usada como modelo de conduta, de cosmovisão, de expectativa em um futuro melhor, além de dar sentido às experiências sociais. Weber (1982, p. 310) oferece estudos relevantes sobre como a religiosidade e os modelos de conduta se relacionam: "É claro que o modo de vida determinado religiosamente é, em si, profundamente influenciado pelos fatores econômicos e políticos que operam dentro de determinados limites geográficos, políticos, sociais e nacionais."

Em todos os momentos, a religião se faz presente na vida de um Mouride. Na partida, o emigrante recebe uma bênção do seu guia com o objetivo de que ele não se esqueça quem é, de onde partiu, que tem o apoio dos membros da confraria e qual é seu objetivo. A esse respeito, Abdou comenta: "essa benção nos dá força, esperança e confiança. É o contrário do que acontecia, no passado, com aqueles que eram enviados para a Ilha de Gorée[35]. Nós sabemos, quem ia para lá não tinha mais esperança, tudo acabado, estava morto". Para os sequestradores e traficantes, tanto a ilha de Gorée quanto a "porta do não-retorno"[36] teriam a mesma função, reiniciar as identidades dos sequestrados, apagar tudo o que foi vivido por eles até aquele momento, eliminar qualquer traço da identidade do indivíduo. Os Mourides têm plena ciência

[35] A Ilha de Gorée, situada na costa senegalesa, serviu como "estoque" e "loja" onde os africanos sequestrados eram mantidos enquanto aguardavam os possíveis compradores. Uma vez negociados, os sequestrados eram levados até a "porta do não-retorno, através da qual era feito o embarque no navio do comprador."

[36] "Porta do não-retorno": monumento em memória dos escravizados que deixaram o porto de Ouidah, no Benin, para não mais retornar, tendo o Brasil como principal destino. Era uma passagem de mão única, para os sequestrados era a última porção de solo africano pisado por eles.

desses fatos históricos. A benção hoje tem o objetivo de preparar o emigrante para a viagem onde a esperança, e não a falta dela, se faça presente. O guia vai acompanhá-lo por toda jornada. Se for necessário, ligações telefônicas são realizadas, os problemas são expostos e as bênçãos recebidas. Podemos, mais uma vez, constatar o efeito das TICs na preservação das identidades e na manutenção dos fortes laços com a cultura e religião de origem.

Todos que seguem o Islã seguem o mesmo Deus, Allah, e o mesmo profeta, Maomé, mas há particularidades. No caso do mouridismo, a especificidade fica por conta do marabuto[37] Cheikh Ahmadou Bamba Mbaké[38] e sua interpretação do Livro sagrado islâmico. A confraria Mouride foi fundada no final do século XIX, no Senegal, por Ahmadou Bamba e pode ser considerada uma maneira de se opor aos invasores franceses sem o uso da violência. Uma das maiores contribuições do Mouridismo foi o uso da língua wolof nas suas pregações e no culto ao seu guia. É nesse contexto de resistência que a confraria Mouride se expande rapidamente atraindo a população local. O temor dos franceses fez com que Ahmadou Bamba fosse por duas vezes exilado, a primeira vez para o Gabão (1902-1907), e a segunda para a Mauritânia (1902-1907). Os princípios do mouridismo são: trabalho, não-violência, obediência e cooperação; eles estão intimamente relacionados ao seu criador, uma figura envolta em misticismo que é uma das características do sufismo[39]. As interpretações e os versos de Ahmadou Bamba estão reunidos em várias Khassidas[40]. Ou seja, ser temente a Deus (Allah), ao profeta Maomé, fazer o salat, fazer parte de uma dahira e ter lado a lado o Alcorão e a Khassida o tornam um Mouride. A base para todas as denominações é a mesma: o Alcorão. As diferentes interpretações do Livro, feitas por diferentes marabutos originam as denominações. Como dissemos anteriormente, a base da fé em Allah e Maomé é comum a todos os muçulmanos, sendo assim, todos podem se reunir na Grande Mesquita da Tijuca.

Importante ressaltar que os islâmicos fazem a *salat* (oração diária) cinco vezes por dia. Abdou relatou que faz as orações às 4h, 12h, 17h, 18h e 2h, a maioria das vezes nas ruas da cidade. Estas orações podem ser realizadas em qualquer lugar, mas sempre em direção à cidade

[37] Marabuto - termo utilizado para indicar aquele que é uma liderança religiosa e política.

[38] Cheikh Ahmadu Bamba Mbaké (1850-1927) fundou a confraria Mouride e como conhecedor profundo dos ensinamentos do profeta Maomé se tornou um reconhecido líder religioso e espiritual.

[39] Sufismo: Misticismo maometano, originário da Pérsia do século VIII. Desenvolveu um simbolismo complexo, muito usado pelos poetas. Os adeptos se inspiram na figura do líder que apresenta características de identificação com o grupo. (Weber, 1982, p. 508)

[40] Khassida é um livro contendo poemas e interpretações de trechos do Alcorão, de autoria de Shake Amadou Bamba.

sagrada de Meca. O seguidores do Islã, alheios ao estranhamento de alguns passantes, realizam suas orações cumprindo assim seu compromisso de fé.

Como já foi dito anteriormente, Abdou pertence à etnia fula. Os fulani têm seu modo de vida orientados pela tendência de um Islã mais puro, são sufistas e seguem uma aplicação rigorosa dos preceitos do Alcorão. Para Abdou: "O Islã é uma dahira, escola muito boa. Em Mbacke, minha cidade natal, e no Senegal de modo geral, havia liberdade para que dahiras e confrarias se estabelecessem". Lembra, também, que, na sua adolescência:

> "A dahira acontecia na rua. À noite, uma fogueira era acesa. A luz possibilitava a leitura do Alcorão e, ao mesmo tempo, nos aquecia. Éramos vizinhos, todos amigos, crescemos juntos. Sentados em círculo, usávamos tábuas e giz para fazer as anotações enquanto ouvíamos a leitura do Livro Sagrado, e dessa maneira acontecia o aprendizado e as conversões ao Islã".

Hoje a comunidade Mouride promove encontros em sua associação para leitura, debates e estudo do Alcorão. Esses encontros acontecem todas às quintas-feiras, à noite. Abdou lembra que "hoje a fogueira, as tábuas e o giz foram substituídos por luz elétrica, papel e caneta, mas, apesar disso, é como se estivéssemos no Senegal". Essa lembrança "do passado" é parte do processo de construção da identidade que ocorre nesse exato momento. Nesses encontros, o cuidado com as questões sociais relativas aos membros da comunidade também é levado em conta. Essas reuniões também servem para saber se alguém do grupo tem algum problema e para descobrir qual a melhor forma de ajudar. Nessas dahiras cada Mouride participante contribui com R$ 20,00; esses valores são acumulados durante um ano e, na época do Magal de Touba[41], um representante dos Mouride no Brasil viaja até a cidade de Touba e entrega o total arrecadado às lideranças Mouride. Abdou nos conta que essa dinâmica é padrão em todas as comunidades de imigrantes Mourides ao redor do mundo. Ou seja, todo Mouride tem um dever a cumprir: o de se manter conectado espiritual e materialmente à cidade de Touba através das doações e das viagens à cidade sagrada, berço e referência do mouridismo. A associação assume papel protocolar quando recebe marabutos oriundos de outros países; Abdou, como presidente da associação Mouride do Rio de Janeiro, é contactado e prepara a recepção para essas lideranças itinerantes: "eles fazem contato avisando quando irão chegar, eu os recebo no aeroporto e os levo até o hotel. Eles ficam aqui por algum tempo, participam dos nossos encontros e orações na associação e depois partem para outros estados". Entendemos que essas

[41] Magal de Touba é o maior evento internacional da comunidade Mouride. Todos celebram o retorno do exílio de Cheikh Ahmadu Bamba Mbacké, imposto pelos colonizadores franceses. A confraria orienta que, se possível, todo Mouride faça a peregrinação à cidade sagrada de Touba. As comunidades Mouride ao redor do globo organizam as comemorações que são abertas a todos, O objetivo é diminuir distâncias divulgando os princípios da confraria Mouride

visitas têm como objetivo verificar se posturas, preceitos, valores e costumes do mouridismo estão sendo preservados. Isso ajuda a preservar a identidade do grupo nos países onde se estabeleceram, além de reforçar os laços com o país de origem.

Observamos, em nossos encontros com outros senegaleses que trabalham em Ipanema, que, antes de ir para a areia vender suas mercadorias, se dirigem a Abdou e lhe fazem um cumprimento Mouride. Ele é reconhecido como uma liderança. Os Mourides, quando o veem, vão em sua direção e o cumprimentam com pedidos de benção e proteção. Seguram sua mão direita, abaixam suas cabeças e, em seguida, tocam as costas da mão de Abdou em suas testas, em sinal de respeito, porque ele é uma das maiores autoridades mourides do Brasil. Para os(as) brasileiros(as), Abdou é apenas um imigrante senegalês, mais um africano que veio ao Brasil à procura de melhores condições de vida - um pobre. Ora, para aqueles senegaleses, ele é uma autoridade, um erudito dando exemplo para que se ganhe dignamente a vida. Ele é a referência, o conselheiro, o guia espiritual, o professor de teologia. Outro exemplo de respeito acontece no ônibus da linha 740, Niterói-Ipanema, usado pelos senegaleses para irem de casa até o local de trabalho nas praias da zona sul carioca: "quando estou no ônibus, com os meninos, eles não permitem que eu pague a passagem e, caso eu já tenha feito, eles fazem questão de devolver meu dinheiro", relata Abdou.

Foi interessante perceber que, quando os Mourides conversam entre si, sempre o fazem utilizando o idioma wolof. Abdou falou que: "é um acordo entre nós, não apenas entre os Mourides, mas de um modo geral entre os senegaleses". Entendemos que a recusa em falar francês é uma forma de resistir ao invasor e, agora, no Brasil, é uma maneira de manter sua identidade. Abdou complementa: "Temos que ensinar wolof para as crianças e os jovens, não podemos deixar o wolof morrer[42]". Esse comentário demonstra que está vivo, e muito forte, o intuito de preservar a identidade coletiva na comunidade Mouride e no Senegal como um todo. Joseph Ki-Zerbo (2006, p. 47) sobre esse tema diz o seguinte:

> No âmbito do neocolonialismo, os países colonizadores têm sua carta a jogar, sobretudo através da língua, que tem um impacto econômico, político e geoestratégico [...]. Os franceses promovem a língua porque é a sua muralha inexpugnável [...]. No entanto, a longo prazo, creio que os países africanos francófonos exigirão cada vez mais o uso da sua língua nacional na escola.

Observa-se aqui uma forma de enfrentamento ao epistemicídio, que:

> [...] é o processo político-cultural através do qual o conhecimento produzido por grupos é morto ou destruído grupos sociais subordinados, como forma de manter ou aprofundar essa subordinação. Historicamente, o genocídio tem sido frequentemente associado ao epistemicídio. Por exemplo, no Epistemicídio da expansão europeia

[42] Isso explica porque o novo governo do Senegal está instituindo o ensino das línguas nacionais desde o ensino fundamental.

> (destruição do conhecimento indígena) era necessário para 'justificar' o genocídio do qual os povos indígenas foram vítimas. (Santos, 1998, p. 208).

É perceptível no conceito de Boaventura Santos (2010) que a tônica principal está centrada na colonialidade e no domínio do pensamento. Os colonizadores promoveram um processo de desmonte da política, das estruturas sociais, econômicas e da cultura dos povos colonizados. Entendemos que a epistemologia está vinculada, neste particular, à instituição cultural dos povos Isso ocorre porque, sendo a língua um ativo cultural, podemos entender que, quando ela é coercitivamente substituída pelo idioma do invasor, o epistemicídio está presente. A comunidade Mouride quando, de forma consciente, promove a prática do wolof no seu cotidiano demonstra, sem violência, o seu espírito combativo contra o opressor.

A cultura se manifesta de várias formas, produzindo significados e estabelecendo maneiras de comportamento nas relações sociais. Esse modo de fazer e de se comportar é um ritual que se estende em todos os aspectos no nosso dia a dia. Algumas identidades podem ser definidas pelo que as pessoas comem ou não. No caso dos Mourides, os alimentos que eles não comem são um traço singular na sua identidade. Isso acontece porque esses alimentos fazem parte de uma proibição que está na essência da sua cultura. As normas muçulmanas proíbem o consumo da carne de porco e o álcool (Woodward, 2000).

Outra forma de preservar a identidade do grupo pode ser observada nos atos relativos à alimentação e sua preparação.

> A cozinha é também uma linguagem por meio da qual “falamos” sobre nós próprios e sobre nossos lugares no mundo. Talvez possamos adaptar a frase de Descartes e dizer “como, logo existo”. Como organismos biológicos, precisamos da comida para sobreviver na natureza, mas nossa sobrevivência como seres humanos depende do uso das categorias sociais que surgem das classificações culturais que utilizamos para dar sentido à natureza. Aquilo que comemos pode nos dizer muito sobre quem somos e sobre a cultura na qual vivemos. A comida é um meio pelo qual as pessoas podem fazer afirmações sobre si próprias. (Woodward, 2000, p. 42-43).

No Rio de Janeiro, quando está em sua casa ou de algum amigo senegalês, Abdou e outros do grupo fazem suas refeições do mesmo modo: uma toalha estendida no chão, ou em uma mesa baixa, onde o alimento é servido em um único vasilhame. O exemplo dado por ele é o Thieboudienne[43]. Sim, a comida é importante, mas tão ou mais que ela é o ritual que acontece no momento da alimentação. Nas festividades, homens e mulheres se sentam separados, em círculo, ao redor do prato e comem usando as mãos. O alimento só é servido quando todos estão presentes. É o momento em que os mais velhos ensinam aos mais jovens boas maneiras na

[43] Thieboudienne - prato muito apreciado no Senegal, preparado com peixe fresco, peixe seco, arroz, molho de tomate e cebola, acompanhado de legumes como abóbora, mandioca, berinjela e cenoura.

divisão do alimento. É também espaço para resolução de conflitos. O cuidado com o grupo acontece a todo momento. Abdou observa que, se alguém comer menos que o habitual, pode ser sinal de algum problema. O grupo tentará identificar qual é e ajudar da melhor forma possível. Manter todos unidos é uma forma de assegurar as identidades individuais e ao mesmo tempo a do grupo.

2.5.5 **Magal de Touba e Jornada Khassida**

A comunidade senegalesa Mouride se reúne uma vez ao ano para o Magal de Touba[44], que acontece no dia 18 de safar do calendário muçulmano[45]. Em 2025, aconteceu no dia 13 de agosto e ocorreu no mesmo dia e horário ao redor do mundo, levando-se em conta os diferentes fusos. A definição aconteceu na cidade de Touba, no Senegal, onde se encontram as lideranças do mouridismo. Abdou, como presidente da Associação Mouride do Rio de Janeiro, é o responsável por organizar o evento na associação. Canções louvando e agradecendo a Allah, ao Profeta Maomé e ao guia dos Mourides, Cheikh Amadou Bamba Mbacké, são executadas. As canções, além de trechos do Alcorão, são interpretações e poemas de autoria de Amadou Bamba reunidos em livros chamados Khassidas. Esses poemas tiveram origem a partir da escolha de palavras do Livro Sagrado dos muçulmanos e de cada letra das palavras escolhidas. Ahmadou Bamba compôs um poema. Nesse evento, foi possível constatar, que, além dos senegaleses, havia uma família composta por quatro equatorianos e aproximadamente dez brasileiros. Todos compartilhando a música, a comida, a bebida e assistindo à celebração religiosa dos Mourides. O mesmo espaço compartilhado com tolerância e respeito é exemplo de aceitação do diferente e do multiculturalismo.

Outro evento muito esperado são as jornadas Khassidas. Aqui, ao contrário do Magal de Touba, as associações locais têm autonomia para determinar quando e onde os eventos irão acontecer. Trata-se de um dia inteiro de celebrações louvando e agradecendo a Allah. O evento é aberto a toda comunidade e pode acontecer na associação ou em local público. “Não estamos na nossa terra, a intenção é mostrar nossa cultura e religião para que todos conheçam”, diz Abdou. A culinária senegalesa é oferecida e os trajes típicos são usados pelos Mourides. O grupo encontra espaço para tentar guardar sua essência e manter intactos elementos

[44] Convidado pelos senegaleses participamos do Magal de Touba.

[45] Essa data comemora o retorno do exílio de Cheikh Ahmadou Bamba Mbaké no Gabão.

constitutivos de sua identidade coletiva. As tradições senegalesas são preservadas, mas todos são bem-vindos e recebidos de braços abertos independente de religião ou nacionalidade.

Imagem 2 – Magal de Touba, 13/08/2025 – Niterói - RJ

Fonte: Roberto Lima

Obs.: Homens ficam separados das mulheres durante as orações.

2.5.6 **O Tabaski e o Nguente**

A convite de Abdou, participamos da cerimônia do Tabaski[46] que é celebrado pelos islâmicos uma vez por ano. Esse evento simboliza o sacrifício do carneiro e tem referência tanto no Alcorão 37:102; como na Bíblia, livro de Gênesis 22:1-8. A cerimônia aconteceu na associação Mouride do Rio de Janeiro. Teve início com orações feitas por um marabuto (mestre encarregado de fazer as orações) que ficou à frente do grupo, um auxiliar a seu lado segurava o Alcorão para que o marabuto pudesse ler e fazer as orações, todos estavam de pé. Trajavam roupa tradicional Mouride de várias cores chamada *bay lahat*[47]; essa vestimenta foi criada especificamente para os Mourides e pode ser considerada uma marcação simbólica em relação a outras identidades. "A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído" (Woodward,

[46] Tabaski em wolof, Qurbani ou Uḍḥiya em árabe – é a prática do sacrifício de animais para Allah. Essa prática comemora o sacrifício milenar de Ibrahim (o Profeta Abraão), que estava pronto para sacrificar seu filho Isaque em obediência a Allah quando foi parado pelo anjo do Senhor. Deus então abençoou Ibrahim (Abraão) e seus descendentes. Essa passagem pode ser encontrada no Alcorão, 37:102 e na Bíblia no livro de Gênesis 22:1-8).

[47] Bay Lahat: bata larga e comprida que vai até um pouco abaixo dos joelhos e uma calça comprida ela foi idealizada por um dos filhos do Cheikh Amadou Bamba Mbacké, seu nome é Abdou Lahat.

2000, p. 14). Entendemos que a *bay lahat* (vestimenta típica dos Mourides), como um sinal diacrítico, guarda em si um significado simbólico e atua como significante na identidade dos Mourides.

Após cinco minutos de orações, apenas o marabuto e o auxiliar permaneceram de pé, os outros sentaram-se, de lado, em duas linhas nos tapetes estendidos no chão; todos, inclusive o marabuto, voltados para a luz que entrava pela janela. Dos vinte e um Mourides que participavam das orações, dezessete acompanhavam as leituras das orações através dos telefones celulares. "Os garotos agora têm o Alcorão no telefone, são novos tempos" diz Abdou. Ao mesmo tempo, em outro local, o ritual seguia e um carneiro estava sendo sacrificado como parte da cerimônia. Posteriormente, a carne do animal seria dividida entre os Mourides. Percebemos que o sagrado depende da classificação simbólica atribuída, ou seja, o carneiro, no ritual, até ser sacrificado, representava o sagrado, após o abate, e terminada a cerimônia, o sagrado sai de cena e a carne do animal é partilhada entre os participantes. Ao final das orações, todos ficaram de pé e se cumprimentaram. Importante observar que durante o Tabaski havia mulheres presentes na Associação, mas todas ficaram na cozinha e, em nenhum momento, participaram das orações.

Logo após, foi servido o *lakh*[48] aos presentes e, então, todos conversaram por cerca de meia hora. Foram momentos de confraternização. Em seguida, deu-se início à outra cerimônia: o *Nguente* (batizado), que acontece no oitavo dia após o nascimento, coincidiu com o *tabaski*. O pai trouxe o filho e o entregou à mulher mais idosa que estava presente na associação. Ela, então, levou a criança ao centro da sala onde todos os homens estavam, em silêncio, sentados em círculo, e entregou a criança ao marabuto que fez algumas orações inaudíveis e finalizou sua participação soprando suavemente a testa do menino. Em seguida, passou a criança para o colo do senegalês que estava mais próximo dele, à sua esquerda, e ele fez orações e soprou na testa da criança, o que foi repetido por todos os presentes. No final, a criança foi entregue ao pai. O batizado estava concluído.

2.5.7 **Morte e a Diale**

De acordo com as leis do islamismo, alguns rituais fúnebres precisam ser observados para que o falecido descanse em paz. A morte de um senegalês ou senegalesa Mouride fora de seu país é um evento que o grupo não hesita em demonstrar união, solidariedade e firme

[48] Lakh: mingau feito com cuzcuz de milho, leite de coco, manteiga e frutas secas

determinação em resistir e preservar suas tradições. Abdou nos diz que "se o corpo tiver condições, será preparado para o translado. Se não for possível, será sepultado em algum cemitério no Brasil. Nesse caso, o ritual para a morte estabelecido pelos Mourides se resumirá às orações". Quando o óbito ocorre no Rio de Janeiro, como presidente da Associação, Abdou é o responsável por dar início a esse processo, acionando as associações de senegaleses de outros estados da federação para dar início ao trâmite do traslado. Como o valor é alto, podendo chegar a R$ 30.000,00, imigrantes senegaleses de todo Brasil são acionados. Cada um contribui dentro de suas possibilidades. A quantia é levantada e o pagamento pelo serviço efetuado. Apesar das dificuldades que enfrentam no dia a dia, nesse momento, o dinheiro não é o mais importante: é preciso preservar as tradições e, ao mesmo tempo, manter suas identidades. "O corpo precisa voltar para casa, retornar ao Senegal", diz Abdou.

Já no Senegal, a família recebe o corpo no aeroporto, segue para o cemitério e o entrega a uma pessoa conhecedora do ritual secreto exigido para a cerimônia que virá a seguir. Essa pessoa pode ser ou não um guia, o indispensável é que conheça o "segredo" (orações adequadas à cerimônia) e que esteja autorizada pela religião islâmica a fazer o "sang neu"[49]. A cerimônia da lavagem do corpo é realizada com orações específicas e, segundo Abdou, mantidas em segredo entre aqueles autorizados a fazê-la. Os Mourides traduzem essa expressão como "lavar a morte". O banho e as orações fazem parte do ritual que marca a retirada das impurezas espirituais. Em seguida, o corpo é completamente envolto em um tecido branco. Aqui é possível fazer uma comparação entre essa etapa da cerimônia Mouride e sepultamentos de africanos na corte do Rio de Janeiro do século XIX: "Os vestígios de costumes fúnebres dos reinos africanos também podem ser percebidos no predomínio do uso da cor branca nas mortalhas (fossem elas feitas com tecidos baratos de algodão ou com os caros tafetás, lãs, cetins e veludos)" (Rodrigues, 2018, p. 327). Ataúdes não são usados nos sepultamentos islâmicos. O cortejo parte. O corpo é levado até a cova onde um guia espiritual (que pode ou não ser o mesmo que efetuou o "*sang neu*") inicia novas orações. Abdou relata que, quando o sepultamento ocorre no Senegal, é possível a um Mouride, na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, solicitar que seu guia vá ao sepultamento e faça orações em seu nome. Neste caso, o guia é um "procurador" do Mouride solicitante.

Após o sepultamento, acontece uma nova sessão de orações em homenagem ao falecido e essa etapa está concluída.[50] Em seguida, todos deixam o cemitério e são convidados para

[49] "sang neu": o termo é francês. Tradução, "sangue novo". Significa limpeza do corpo e purificação da alma.
[50] Os Mourides, em geral, não permitem a filmagem ou transmissão através de videochamada dos sepultamentos, são regras do Islã.

comparecer à casa da família do falecido onde acontecerá a *diale*[51]. A família receberá as condolências e haverá uma grande celebração. Acontecem mais orações em homenagem ao falecido. Bebida e comida são oferecidas pela família aos presentes ao velório, Abdou relata que essa celebração "pode acontecer em um ou mais dias, podendo chegar, em alguns casos, a mais de uma semana, tudo vai depender da distância a ser percorrida por parentes e amigos mais próximos da família do falecido". Dependendo da condição financeira da família, bois, carneiros, frangos, além de bebidas, são oferecidos aos convidados. A atmosfera é festiva. Essa etapa, que ainda faz parte do ritual de morte dos Mourides, pode ser transmitida por videochamada para possibilitar que toda a diáspora Mouride participe. Não estão presentes fisicamente, mas se mantêm unidos pela religião e mais uma vez é possível perceber a utilização das TICs como ferramenta facilitadora nesse processo.

Quando os Mourides preservam, com tanto empenho, seus rituais fúnebres, tratam de preservar sua cultura como forma de resistência. Sobre o tema, Kwame Appiah (2016, p. 26) diz o seguinte: "todos vivenciamos o poder persistente de nossas próprias tradições cognitivas e morais: na religião, em eventos sociais como os funerais, em nossa experiência da música, em nossa prática da dança e, é claro, na intimidade da vida familiar."

Iniciamos esse estudo apresentando Abdou, nosso entrevistado. Sua trajetória migrante, as dificuldades na chegada ao Brasil, os caminhos percorridos até definir o centro da cidade de Niterói como local de moradia e como essa decisão fez surgir uma comunidade senegalesa naquele local, além das dificuldades diárias para conseguir o sustento de sua família vendendo sua arte nas ruas do Rio de Janeiro.

Através das entrevistas, foi possível constatar que, na trajetória dos migrantes Mourides, a religião islâmica orienta suas condutas e os ajuda a suportar as agruras diárias e, muitas vezes, os olhares preconceituosos da sociedade nos países que escolheram como destino. Foi possível perceber que o mouridismo está ancorado na figura de seu fundador Cheikh Ahmadou Bamba Mbaké, pois os dois momentos de seu exílio são percebidos por seus seguidores como migrações forçadas e dão aos imigrantes força para suportar todas as dificuldades encontradas nesse processo. De acordo com Aboud, quando um Mouride decide emigrar ganha destaque em sua comunidade, pois, ao mesmo tempo, passa a enviar recursos para sua família, se torna preposto e disseminador da religião islâmica e de sua confraria, além de contribuir com recursos

[51] Diale: momento após o sepultamento reservado para que a família do falecido receba as condolências e ao mesmo tempo ofereça uma festa aos participantes

financeiros para manutenção e desenvolvimento da cidade sagrada de Touba.

Quanto à relação entre a dahira e a associação Mouride da cidade do Rio de Janeiro, concluímos que em terras estrangeiras estes espaços se confundem. Os imigrantes Mourides escolhem o país de destino e, na cidade onde se estabelecem, fundam associações com a finalidade de se reunir para fazer orações, levantar e solucionar problemas da comunidade.

Isso leva a esfera religiosa para dentro das associações, fazendo com que estas atendam, ao mesmo tempo, critérios objetivos (quando ajudam imigrantes Mourides recém-chegados a encontrar moradia e trabalho) e subjetivos (quando a comunidade ajuda a minimizar a saudade da terra natal e a sensação de solidão). Percebemos que as associações acabam funcionando como *dahiras*, uma vez que elas são o destino dos marabutos externos quando estão em visita ao Brasil. De acordo com Aboud, essa dinâmica se replica em outros países onde existem Mourides estabelecidos.

Observa-se a importância da religião em múltiplos aspectos da vida do imigrante, principalmente pela grande possibilidade da perda de referência identitária e familiar que a emigração pode produzir. O mundo religioso auxilia na conformação de papéis sociais até mesmo no interior da família. O imigrante Mouride tem como prioridade sustentar sua família que permaneceu no Senegal. O imigrante mantenedor, geralmente o homem, uma vez que são a maioria dos que emigram, recebe da confraria Mouride prestígio e autoridade pela escolha posta em prática. Aboud relata: "eu trabalho para satisfazer as minhas necessidades e da minha família, não tenho folga, não tenho lazer, apenas trabalho e participo dos encontros nas *dahiras*". Quanto à mulher Mouride, passa a ser dela, única e exclusivamente, a responsabilidade pelos cuidados e educação dos filhos, sempre observando os preceitos da confraria.

Podemos perceber que todo esse caminho percorrido do Senegal para o Brasil, a forma e a determinação de se manterem firmes na fé e nos costumes de seu país de origem, são fatores cruciais para que os Mourides tenham o sentimento de pertencimento à comunidade e mantenham sua identidade, ainda que ao longo da trajetória esta identidade vai sofrendo transformações, uma vez que a identidade nunca é dada, ela está sempre em construção (Bauman, 2005).

Com relação à cidade do Rio de Janeiro, importante observar que na Corte do Rio de Janeiro, no século XIX, tivemos a presença de negros muçulmanos, alguns vindos da Bahia.

> "A senhora Carmen Teixeira da Conceição serve de exemplo. Nascida em 1877, ela foi para o Rio de Janeiro em 1893, onde continuou a praticar a religião muçulmana. Já adulta, tornou-se cristã. Talvez se tenha sentido sem forças para seguir o islame em solidão e segredo. Talvez necessidade de

> companhia na fé. Monoteísta, juntou-se aos que eram como ela, ainda que lessem um outro Livro. Morreu como católica devota, e das muitas devotas, pois era membro de cinco confrarias religiosas e, por mais de cinquenta anos, assistiu, todos os domingos a duas missas. Apesar disso, numa conversa de fim de vida, os seus olhos marejaram-se de lágrimas, ao recordar a sua crença de menina e moça e os velhos muçulmanos no Rio de Janeiro" (Silva, 2011, p. 184).

Entendemos que este quadro apresentado por Alberto da Costa e Silva não se repetirá no século XXI. Tudo indica que o Islã veio para ficar. Ficar à sua maneira, com um atuar singular, planejado, onde alguns se estabelecem e servem de apoio para que novos imigrantes cheguem, podendo estes ficar ou seguir para outros destinos, ampliando assim a rede religiosa dos Mourides. Nessa dinâmica, Aboud tem participação de liderança em sua comunidade. Os vários papéis desempenhados (trabalhador, pai, marido e presidente da Associação Dahira Nuru Dareyni da Comunidade Mouride do Estado do Rio de Janeiro) o tornam um ator coletivo e mostra sua multiplicidade identitária. Entendemos que elas são possíveis e se justificam, considerando o contexto vivido por ele. Castells (1999, p. 22) diz que: "para um determinado indivíduo, ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na autorrepresentação quanto na ação social".

Castells chama a atenção para a importância da diferença entre identidades e papéis. Estes seriam estabelecidos por regras ditadas por instituições e organizações da sociedade, como os exemplos dos vários papéis desempenhados por Aboud mencionados no parágrafo anterior. A definição do papel desempenhado vai depender de escolhas, transações e pactos entre os sujeitos e as instituições e as organizações. As identidades, por sua vez, são a origem daquilo que traz o sentido das coisas para os sujeitos. Se trata de um processo de individuação no qual os sujeitos, por meio de escolhas, moldam suas próprias identidades. Ainda segundo Castells, as identidades se sobrepõem aos papéis "[...] identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individuação que envolvem. [...] Pode-se dizer que identidades organizam significados enquanto papéis organizam funções" (Castells, 1999, p. 23).

Neste estudo de caso, pudemos observar que etnia, idioma, nacionalidade e religião atuam em conjunto, possibilitando a identificação entre os indivíduos e contribuindo para a sustentação e manutenção da comunidade Mouride. Neste caso, a identidade coletiva dessa comunidade é marcada por um núcleo essencial que os diferencia de outras comunidades, isso é, ser um Mouride.

Observamos, também, como os fatores hibridismo e multiculturalismo estão atuando no cotidiano desses imigrantes, uma vez que se pode perceber as "inevitáveis trocas culturais"

entre os indivíduos quando compartilham o mesmo espaço. No estudo de caso, por exemplo, através da música (senegaleses e equatorianos ouvindo pagode), a presença em festas (família equatoriana e brasileiros presentes na festa mais importante dos senegaleses Mourides, o Magal de Touba). Nessa oportunidade, equatorianos e brasileiros consumiram bebidas e comidas típicas do Senegal. As trocas continuam e podem ser observadas, por exemplo, nas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro, onde é possível observar, agora, não apenas equatorianos e senegaleses, mas africanos e sul-americanos de várias nacionalidades, trabalhando como camelôs, sentados ao lado de suas barracas comprando e consumindo as "quentinhas" e almoçando feijão com arroz, prato típico da culinária brasileira.

No estudo de caso, foi possível perceber que as culturas apresentam sistemas de classificação para estabelecer limites simbólicos entre o que está dentro e fora e, dessa maneira, determinar as práticas culturais que serão aceitas pela comunidade; esse é um processo que faz parte da construção das identidades. A identidade é marcada pela diferença. O que está dentro é o igual, considerando um determinado grupo identitário, e o que está fora é o diferente. No entanto, identidade não é o contrário da diferença, a identidade, para existir, necessita da diferença. A diferença é o parâmetro que vai referendar a identidade. Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 96) enfatiza que: "A identidade e a diferença não são entidades preexistentes, que estão aí desde sempre ou que passaram a estar aí a partir de algum momento fundador, elas não são elementos passivos da cultura, mas têm que ser constantemente criadas e recriadas".

Mudam os atores e o tempo histórico, mas as ruas da cidade do Rio de Janeiro continuam a testemunhar através dos tempos a troca de experiências, transformação, reordenamento e construção de novas identidades. Allah Akbar[52]!

[52] Traduzido do árabe para om português, Deus é grande!

Capítulo 3 - **Teorias sobre migração e sua correlação com a realidade**

A migração é um tema que apresenta muitos desafios, exigindo uma análise igualmente cuidadosa, e, ao mesmo tempo, é um assunto instigante. Diferentes disciplinas, como História, Geografia, Demografia, Economia, Direito, Sociologia, Psicologia, Psicologia social, Ciências Cognitivas, Antropologia em suas diversas vertentes, Linguística, Sociolinguística, Ciência Política, entre outras, oferecem variadas perspectivas sobre esse fenômeno, evidenciando a complexidade de seus diversos aspectos. Essas áreas do conhecimento são fundamentais para compreender e articular as diversas possibilidades de entendimento sobre esse tema, observando o deslocamento da população, os recursos materiais envolvidos, as interações sociais, as garantias políticas que podem ou não existir, os impactos psicológicos sobre os migrantes[53], as reações das populações dos países que os recebem, além de elementos culturais, linguísticos e religiosos que também devem ser considerados.

O fenômeno da migração reflete processos e transformações sociais e econômicas profundas, muitas vezes invisíveis (Sayad, 1998). Entendemos que essa invisibilidade acontece porque, mesmo com todos os recursos tecnológicos disponíveis na atualidade, sempre irão existir particularidades desse fenômeno que dificilmente serão monitoradas. Assim, é um tema que carece de uma abordagem atenta, sensível e paciente. Logo, como todas as disciplinas, não possui uma essência própria que permita seu estudo de maneira isolada. O foco da análise não deve se limitar a uma única área do conhecimento científico. Na realidade, o tema é interdisciplinar.

Definir a migração humana é uma tarefa desafiadora, pois não há consenso sobre o tema. Contudo, apesar das dificuldades de definição, o mais importante e indiscutível é que a migração é o pilar da modernidade civilizacional da humanidade. Contudo, é importante começar a discussão teórica apresentando algumas possibilidades de entendimento sobre o tema encontradas na doutrina: o modo como é retratada na literatura, nas instituições, sua complexidade e o papel central do Estado nesse contexto, antes de abordarmos a conexão entre migração, transnacionalismo e desenvolvimento. Dentre as várias perspectivas sobre migrações, algumas adotam uma visão macroestrutural, enquanto outras concentram seu foco no indivíduo migrante. Além dessas, existem abordagens relacionadas ao gênero, às redes sociais, e à transnacionalidade.[54]

[53] O termo é abrangente e engloba imigrantes, emigrantes, refugiados, deslocados internos, entre outros.

[54] Piché, 2013; Rea, 2021; Sassaki e Assis, 2000; Portes, 2007.

O posicionamento dos países com relação à migração internacional pode variar muito. Além disso, os países podem alterar suas legislações sobre política migratória a qualquer tempo. Atualmente temos assistido países como Estados Unidos, Alemanha, Itália, Portugal, França, entre outros, adotarem políticas mais restritivas, que podem ser usadas como exemplo de mudança na abordagem de suas políticas migratórias. Nesse contexto, apresentamos algumas definições que englobam uma variedade de tipos de movimentação, ajudando a entender que se trata de um fenômeno complexo, mesmo havendo alguns padrões comuns. O movimento de pessoas no espaço físico representa a essência da migração, sendo um tema inicialmente abordado por demógrafos e geógrafos.

Mas essa questão também possui uma dimensão econômica, uma vez que o migrante é visto como um trabalhador em um novo ambiente de trabalho, geralmente em situação de vulnerabilidade e exploração, ocupando uma posição marginal e inferior na estrutura social do país destino (Sayad, 1998). No entanto, observamos que, na doutrina, a mudança de residência é o principal fator desse fenômeno. De maneira geral, define-se migração como uma mudança definitiva ou temporária de residência. Esta definição não estabelece restrições relacionadas à distância percorrida, à natureza do ato ser voluntário ou involuntário, e não estabelece diferença entre migração internacional e migração interna. Ou seja, não existe entendimento com relação a tempo e espaço que possam ser o ponto de partida para o estudo do fenômeno migratório em relação a sua duração e distância (Lee, 980, p. 99).

Para a ONU, o significado do termo migrante é o seguinte:

> "Qualquer pessoa que deixa seu lugar de residência habitual para residir temporária ou permanentemente e por diversas razões, seja numa outra região no seio do mesmo país, seja em outro país, cruzando assim uma fronteira internacional, independentemente: do estatuto jurídico desta pessoa; do caráter voluntário e involuntário do movimento; das causas do deslocamento; da duração da estadia". [55]

Nas definições contemporâneas, aquelas que datam a partir de 1960, não se enfatiza a importância de manter os vínculos do migrante com seu local de origem nem se menciona a possível contribuição para o desenvolvimento do local de origem ou do novo destino, seja ao retornar ou ao se estabelecer em outro lugar que possa se tornar um novo ponto para emigração. Além disso, não é feita uma distinção clara entre migração voluntária e forçada[56]. Assim, a migração abrange tanto os movimentos motivados por questões econômicas, culturais, políticas, ambientais e emocionais, quanto aqueles que ocorrem sem a iniciativa do próprio

[55] https://www.un.org/fr/fight-racism/vulnerable-groups/migrants

[56] Deslocamento forçado: Situação Em que pessoas são obrigadas a deixar suas casas e regiões de origem devido a fatores como violência, violação de direitos humanos ou desastres naturais e mudanças climáticas.

migrante.

O texto “As Leis da Migração” (1885) foi pioneiro na literatura referente ao tema. A pesquisa de Ravenstein (1980) indica que a migração envolve o movimento de uma região para outra, podendo o destino ser próximo ou distante. Esse deslocamento pode ocorrer em etapas ou de uma só vez, com a intenção de se estabelecer, temporária ou permanentemente, no local de destino, visando a realização de atividades profissionais. Na maioria das situações, a motivação está vinculada à procura por emprego que ofereça um salário mais alto e assim poder proporcionar melhores condições de vida ao imigrante, se comparados com a situação anterior em seu país de origem. Em 1966, no artigo “Uma Teoria Sobre a Migração”, Lee (1980) amplia o conceito proposto por Ravenstein, afirmando que a migração pode ser uma mudança temporária ou duradoura, que ocorre a qualquer distância, podendo ser espontânea ou induzida, e pode acontecer dentro de uma mesma região ou atravessar fronteiras, enfrentando frequentemente algum tipo de barreira entre o ponto de partida e o destino. Lee (1980), analisando a obra de Raventein, observa que algumas características apontadas por ele são válidas ainda hoje, como, por exemplo, a predominância de motivos econômicos nas migrações com o intuito de melhorar a condição de vida, a escolha de grandes centros urbanos ou industriais como destinos preferidos pelos migrantes de longa distância, bem como a correlação positiva entre a evolução dos meios de transporte, de comunicação, o crescimento da indústria e comércio, que são fatores que promovem o aumento das migrações. Entretanto, é necessário observar que os autores reconhecem que não se pode exigir nas leis referentes a populações e a economia a mesma exatidão das ciências exatas, isso porque as variáveis têm naturezas diferentes e precisam ser assim consideradas.

Não existem restrições quanto à distância percorrida ou à natureza voluntária ou involuntária desse deslocamento, nem se faz distinção entre migrações internas e externas. Dessa forma, trazendo o exemplo para o contexto brasileiro, é possível imaginar que o deslocamento de um Estado da região Nordeste para um Estado da região Sudeste é considerado um deslocamento migratório; assim como a mudança de Caracas, na Venezuela, para a cidade do Rio de Janeiro também se configura como tal. Embora seja evidente que as circunstâncias e resultados dessas duas movimentações sejam bastante distintas, levando em consideração as rotas de deslocamento, o tempo e o custo da viagem. Por outro lado, nem todo deslocamento humano pode ser considerado um movimento migratório; vale lembrar que não estão incluídos os deslocamentos contínuos de nômades ou trabalhadores migrantes que não mantêm uma residência fixa por um longo período, nem as movimentações temporárias. Em suma, todo ato migratório envolve um ponto de partida, um destino e diversos obstáculos que eventualmente

surgem ao longo do caminho (Lee, 1980).

No processo migratório, existem “obstáculos intervenientes”, que são circunstâncias que, a depender do perfil do migrante, podem ou não ser motivo de atração. O Brasil pode ser citado como exemplo; o Sistema Único de Saúde e outros programas assistenciais, que têm o objetivo de reduzir a pobreza, garantir educação, saúde e promover a inclusão social, como o exemplo do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), podem ser decisivos no momento da escolha do migrante (Lee, 1980, p. 100). A distância, apesar de estar presente em todos os processos, não é o mais relevante. Ações como barreiras físicas (um exemplo é o muro erguido pelo governo norte-americano na fronteira com o México para impedir a entrada de imigrantes) e leis migratórias mais restritivas causam mais empecilhos que a distância. As dificuldades são as mesmas e, nesse caso, as características individuais seriam determinantes para a superação dos obstáculos. Outro exemplo é o valor gasto na viagem, possível para alguns, impossível para outros. Dessa forma, as respostas individuais frente a fatores tanto positivos quanto negativos que surgem ao longo do processo podem variar e podem ou não ser superadas. Assim, os migrantes não representam uma amostra aleatória de suas origens e, por isso, é inviável que os processos migratórios sejam isentos de seletividade. Ou seja, isso implica que a migração é um processo de deslocamento que envolve seleção, engajamento, percepção e escolha por parte do potencial migrante. Afinal, nem todos que têm o desejo de migrar, ou se sentem motivados, acreditam ter a capacidade de enfrentar os custos associados a essa mudança. Larry A. Sjaastad (1980), em seu artigo “Os Custos e os Retornos da Migração”, aborda a perspectiva econômica da migração levando em consideração o capital humano envolvido no processo. Ressalta que esses desafios incluem os custos da migração, os quais podem ser financeiros ou não.

Ao refletir sobre o fenômeno da migração, Paul Singer (1980) destaca que as reações individuais não devem se sobrepor à dimensão coletiva que o caracteriza. A migração teria origem em fatores históricos e institucionais, além de transformações estruturais e territoriais na economia. Singer entende que as migrações devem ser analisadas como parte de um fenômeno mais amplo, consideradas um processo social em que o foco não está no indivíduo, mas no grupo. Dessa maneira, o autor conecta de forma significativa as migrações e o processo de industrialização. As desigualdades regionais, globalmente consideradas, são fatores significativos que impulsionam as migrações associadas à industrialização e ao desenvolvimento econômico em países considerados destino para os migrantes. Singer discute as causas de repulsão que motivam as migrações: elas se dividem em fatores de desenvolvimento econômico e de estagnação nos países de origem dos migrantes.

Os fatores de mudança estão diretamente relacionados à implantação do processo de industrialização, o que possibilita a alguns condições para conseguir recursos para fazer a viagem. Nos países desenvolvidos, o processo ocorre de forma natural; a sociedade estaria pronta para as mudanças, enquanto nos países em desenvolvimento o processo de industrialização chega a um só tempo, causando grandes choques na estrutura social. O outro fator é a estagnação do setor econômico como elemento motivador dos fluxos migratórios. Entre os fatores de atração que influenciam os movimentos migratórios, a demanda por mão de obra é a mais relevante. O autor elabora três hipóteses para explicar por que muitos migrantes não conseguem se integrar ao mercado de trabalho: a desvantagem econômica, a falta de qualificação e o desequilíbrio entre a oferta e a demanda. A última hipótese é a mais defendida. A necessidade de mão de obra nas cidades é uma consequência do tamanho e da composição do produto gerado pela economia urbana do país destino.

O impacto das mudanças tecnológicas e seus efeitos socioeconômicos são muito mais acentuados em países em desenvolvimento. Nesses países, existe um "Setor de Subsistência" ainda forte que se transfere para a economia urbana na medida em que o desenvolvimento avança. Muitos imigrantes, que, uma vez na cidade, não conseguem lugar na economia formal, optam por uma economia urbana de subsistência que inclui os serviços domésticos, atividade de vendedor ambulante (camelô) e trabalho informal. Isso ocorre porque o fluxo migratório em direção às áreas urbanas é amplamente impulsionado por fatores de estagnação econômica nos países em desenvolvimento (Singer, 1980, p. 230 - 231).

A migração pode ser caracterizada por um processo através do qual os imigrantes estabelecem, no exterior, comunidades que tentam preservar suas culturas sejam elas, locais, regionais, nacionais, étnicas e religiosas. A presença de diásporas, com suas ações voltadas para os países de origem, faz com que a migração seja vista por alguns pesquisadores e nações como uma fonte significativa, real ou potencial, de contribuição ao desenvolvimento social, econômico e humano nos países de origem.

Segundo o Relatório Mundial sobre Migração de 2024[57], existem 281 milhões de migrantes globalmente, e o total de pessoas deslocadas atingiu um recorde de 117 milhões no final de 2022. O documento enfatiza que a migração internacional continua sendo um fator-chave para o desenvolvimento humano e o crescimento econômico, evidenciado por um

[57] https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2024-05/world-migration-report-2024.pdf

aumento superior a 650% nas remessas internacionais entre 2000 e 2022, que saltaram de 128 bilhões para 831 bilhões de dólares. Do total de 831 bilhões de dólares em remessas, 647 bilhões foram enviados por migrantes a países de renda baixa a média. Essas transferências financeiras podem representar uma parte considerável dos PIBs dessas nações e, no âmbito global, ultrapassaram os investimentos estrangeiros diretos nesses locais. Entretanto, é preciso observar que o relatório não aponta como as remessas de dinheiro são um dos principais pilares em prol da estabilidade sociopolítica de muitas nações. Isso por si só revela que, ao analisar os processos migratórios, deve-se tomar em conta como o migrante contribui em ambos os lados ao desenvolvimento cultural, social, econômico, tecnológico, técnico, político e intelectual, contribuindo, assim, na modernidade sociopolítica.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM), Agência da ONU para as Migrações, principal organismo intergovernamental no campo da migração, responsável pela elaboração do relatório, alerta que a desinformação e a politicagem em torno do assunto têm afetado o debate público. A OIM ressalta que, embora a migração seja uma parte essencial da trajetória humana, frequentemente é ofuscada por narrativas preconceituosas que tentam nos fazer crer que a migração é, no mínimo, uma ameaça. O Relatório Mundial sobre Migração tem como objetivo esclarecer mitos, oferecer uma visão crítica e incentivar ações importantes para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades relacionadas à mobilidade das pessoas.

> "O Relatório Mundial sobre Migração de 2024 ajuda a desmistificar a complexidade da mobilidade humana por meio de análises e dados baseados em evidência. [...] Em um mundo que enfrenta incertezas, compreender as dinâmicas da migração é essencial para a tomada de decisões informada e respostas políticas efetivas. Nesse aspecto, o Relatório Mundial sobre Migração permite avançar neste entendimento porque lança luz sobre as tendências que se mantém durante muito tempo e aos desafios que aparecem. [...] Esperamos que o relatório inspire esforços colaborativos para aproveitar o potencial da migração como um impulsionador para o desenvolvimento humano e a prosperidade global". (Amy Pope, Diretora-Geral da OIM, Daca/Genebra, 7 de maio de 2024).

A Tabela a seguir oferece uma síntese das principais estatísticas apresentadas na primeira versão (Relatório Mundial sobre Migração 2000), em comparação com a edição de 2024.

Tabela 1 – Principais fatos e números dos relatórios sobre migração mundial 2000 e 2024

Table 1. Key facts and figures from *World Migration Reports* 2000 and 2024

	2000 report	2024 report
Estimated number of international migrants	150 million	281 million
Estimated proportion of world population who are migrants	2.8%	3.6%
Estimated proportion of female international migrants	47.5%	48.0%
Estimated proportion of international migrants who are children	16.0%	10.1%
Region with the highest proportion of international migrants	Oceania	Oceania
Country with the highest proportion of international migrants	United Arab Emirates	United Arab Emirates
Number of migrant workers	–	169 million
Global international remittances (USD)	128 billion	831 billion
Number of refugees	14 million	35.4 million
Number of internally displaced persons	21 million	71.4 million

Sources: See IOM, 2000 and the present edition of the report for sources.

Notes: The dates of the data estimates in the table may be different to the report publishing date (refer to the reports for more detail on dates of estimates); refer to Chapter 3 of this report for regional breakdowns.

O sistema político da modernidade ocidental se caracteriza pela presença de Estados nacionais autônomos que coexistem em um contexto internacional de nações também autônomas, formando assim um sistema de relações entre Estados. A partir desse momento, a migração se torna conectada ao Estado, tornando difícil imaginar esse fenômeno fora desse contexto. Isso ocorre porque, se essa política não está presente logo no início quando o Estado exige determinada documentação para autorizar a entrada em seu território, é provável que o Estado se manifeste em outra fase desse processo, quando o país destino impõe regras para a permanência em seu território. Independentemente de sua escala, se interna ou internacional, e se suas políticas são restritivas ou não, a migração é influenciada pela ação dos Estados, tanto no passado quanto no presente. Essas ações se ancoram no princípio da soberania dos países.

Um caso peculiar, quando se trata de fronteiras, acontece no continente africano, onde as divisões ou fronteiras dos países foram impostas pelos invasores europeus, desconsiderando culturas e etnias que habitavam aquele território, resultando em divisão de diversos povos em diferentes países. Com isso, a presença de familiares em nações vizinhas facilita, muitas vezes, a imigração, como se as fronteiras impostas não existissem. De acordo com Ki-Zerbo, (2006, p. 39) "[...] o habitat africano sempre foi móvel, com incessantes partidas e chegadas. É preciso partir daqui para compreender o caráter absurdo das Fronteiras transpostas da Europa para a África - fronteiras rígidas, geométricas, artificiais e por vezes imaginárias".

Partindo da reflexão de Ki-Zerbo, fica claro que, neste caso, o conceito de migração não pode dar conta das realidades desses deslocamentos. Pesquisadores dos movimentos

migratórios com visão eurocêntrica dirão que esses deslocamentos, além dos limites das fronteiras políticas em direção às terras ancestrais, se prestam única e exclusivamente a atender a necessidade de sobrevivência. Não consideram os sujeitos e suas particularidades, ou desconhecem outras possibilidades ligadas à cultura das etnias envolvidas, como, por exemplo, os deslocamentos para realização de projetos pessoais, intelectuais, familiares ou ainda o retorno com finalidades ritualísticas e espirituais como a Grande Circuncisão[58]. Nesses casos, as nacionalidades, assim como os idiomas impostos pelos invasores, não importam; o que conta são as etnias e os dialetos praticados no caminho até o local ancestral no qual o encontro é realizado.

Em 2000, Amadou Kourouma, na obra "Alá e as crianças soldados"[59], descreve o personagem Birahima, uma criança que teve sua infância roubada, se transformando em um menino soldado. Ele falava várias línguas e, por isso, durante sua longa caminhada, era quase impossível perceber que já estava em outro país. Com isso, Kourouma expõe a porosidade das fronteiras impostas e, ao mesmo tempo, faz duras críticas aos seus efeitos perversos. Na prática, Birahima percebia a inexistência das fronteiras quando se tratava das línguas ao se comunicar com seus parentes nos país por onde vagava. Contudo, Kourouma faz uso desse personagem para mostrar como as nações estão sendo destruídas e as futuras gerações condenadas através dessa transformação: denuncia a doutrinação e o treinamento das crianças para transformá-las em matadores impiedosos de pessoas que não conheciam e não haviam lhes feito nenhum mal. Em alguns casos, os executados eram familiares e amigos. Matavam apenas porque foram treinados para matar.

Infelizmente, o mesmo romance, ao ser traduzido para o Brasil, em 2003, não foi bem entendido. Ora, bastava substituir para o contexto brasileiro, o menino Birahima da África Ocidental por um menino olheiro no mundo do tráfico em alguma favela ou morro das cidades brasileiras. O menino que é obrigado a trabalhar muito cedo para o tráfico de drogas para sustentar sua família tem sua infância roubada. Kourouma, apesar de descrever o cenário romanesco na África Ocidental está trazendo realidades universais. Voltando a Ki-Zerbo e a Kourouma, fica claro que não é sempre que os conceitos ocidentais podem dar conta analiticamente de determinados tipos de deslocamentos.

É frequente, na atualidade, famílias do Benim mandarem seus filhos para morar na casa

[58] A Grande Circuncisão é um encontro de homens já circuncidados. Esse caso específico acontece na Guiné Bissau no local conhecido como a "floresta sagrada"; é entendida como uma escola onde são ensinados modos de conduta para elevar o conhecimento e o espírito.

[59] Título original: "Allah n´est pas oblige". Tradução: "Deus não tem obrigação".

de parentes no Gana e voltar para casa dos pais apenas nas férias escolares. Com isso, aquela criança já vai dominar perfeitamente o inglês e o francês. Como também muitos pais da Guiné Bissau mandam seus filhos para estudar no Senegal, uma vez que este país tem reconhecidamente um sistema escolar de melhor qualidade. Essas práticas são um processo migratório ou a luta para a preservação dos laços parentais, das línguas maternas, das práticas culturais e espirituais? Ou ainda uma forma de resistência para contornar os efeitos perversos dos processos coloniais? Além disso, não podemos deixar de levar em conta que esses deslocamentos podem ser considerados uma maneira de aproveitar melhores condições econômicas de outros parentes da mesma linhagem.

Assim, um senegalês fula pode ter membros da mesma família na Gâmbia, em Guiné Bissau e em Guiné Conacri. O que pode indicar constantes deslocamentos e até mesmo fixação definitiva em um dos países citados, a depender das possibilidades de ascensão social e econômica que se apresentem. Isso quer dizer que, se os filhos e as filhas, nesse contexto, decidirem falar a língua ocidental imposta pelos invasores, haveria dificuldades de comunicação entre os parentes. Nesse contexto, a língua materna – a língua fula – passa a ser o elo para a comunicação e a transmissão das riquezas culturais e espirituais. É importante salientar que esta realidade não é uma especificidade da sociedade Fula.

Voltando ao relatório da OIM, vale ressaltar que a mobilidade transfronteiriça dentro de uma mesma etnia pode ocorrer juntamente com outros tipos de migração sem ligação de parentesco, incluindo movimentações de mão de obra, deslocados por motivos políticos. (Reiffen, 2017).

No âmbito interno, o Estado assegura o direito de livre deslocamento e residência para cidadãos e estrangeiros residentes regulares em qualquer parte do território sob sua jurisdição. Esse princípio é mencionado em documentos internacionais, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, no seu Artigo 13, 1.[60]

Dados do ACNUR referentes a 2024 indicam que o total de deslocados internamente (72,1 milhões) é superior ao número de refugiados[61] reconhecidos (27,1 milhões) e de solicitantes de refúgio (4,6 milhões) somados. Assim, a predominância numérica da migração interna, em relação à migração internacional, fica evidenciada. A migração interna pode ocorrer

[60] (DUDH) Artigo 13
1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

[61] Refugiado: pessoa que está fora de seu país de origem devido a temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados

por períodos curtos ou longos.

Quanto à migração internacional, é responsabilidade dos Estados conceder permissão para a chegada, entrada, permanência, regularização (quando a pessoa entra e/ou permanece de maneira irregular) naturalização ou deportação de estrangeiros. Assim, os Estados exercem controle sobre os movimentos de entrada e saída em suas fronteiras. A criação do passaporte, no início do século XX, possibilitou aos Estados um controle maior sobre a definição dos motivos para a mobilidade em seus territórios. Ou seja, o Estado detém a autoridade para estabelecer o status e as identidades de seus cidadãos e de estrangeiros. É evidente que existe uma base histórica que justifica a necessidade de estabelecer a nacionalidade como um direito, a fim de evitar que indivíduos fiquem desvinculados do Estado. Entretanto, é importante lembrar que, enquanto a nacionalidade é um direito reconhecido nos principais instrumentos de Direitos Humanos, ela também pode ser manipulada pelos Estados de maneira a promover a segregação (Galib, 2021). O direito à nacionalidade é entendido como um direito inerente ao ser humano e está positivado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) em seu artigo 15, 1 e 2.[62]

A principal característica que distingue as migrações internacionais de outras formas de imigração é que elas envolvem o deslocamento de um indivíduo entre duas entidades distintas, dois sistemas políticos diferentes. Nesse aspecto, pode-se dizer que as migrações internacionais são um fenômeno social, mas, também, essencialmente político (Reis, 2007).

Ao analisar o fenômeno da migração internacional, Sayad (1998) defende que este é dois lados de uma mesma moeda, pois representa simultaneamente um movimento de emigração e imigração. A forma como identificamos esse movimento depende se estamos nos referindo ao local de origem ou de destino, tendo o migrante como referência. O autor ressalta a importância de reconhecer que a imigração ocorre após a emigração, sendo esta última a etapa inicial do processo.

É importante destacar que Sayad trouxe excelentes contribuições para satisfazer nossa inquietação acadêmica, mas, apesar disso, algumas vezes é preciso apontar o que ele não disse. No seu texto “La malédiction”, publicado no livro organizado por Pierre Bourdieu, “La misère du monde”, o pensador mergulha no mundo dos argelinos que foram trazidos pela França para trabalhar nas indústrias automobilísticas, entre outras, a fim de reconstruir a economia francesa após a segunda guerra mundial. Sayad afirma que aqueles migrantes não trabalhavam para a

[62] Artigo 15
1.Todo ser humano tem direito a uma nacionalidade
2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

própria prosperidade, mas para garantir um futuro melhor para seus filhos e filhas. Entretanto, os descendentes desses migrantes se transformaram nos franceses e francesas das periferias em termos de cidadania, pois não foram plenamente incluídos na sociedade francesa. Isso fornece ainda mais elementos para apontar os limites da Declaração de 1789 ainda no século XXI. Como aquela França poderia dar lições às outras nações sobre a violação dos Direitos Humanos? Entretanto, foram esses os franceses, os não-brancos, deixados à margem da sociedade francesa, que vão mudar drasticamente os debates intelectuais. Acadêmicos e universitários, ao incluir nos debates temas como discriminação e racismo, começaram a apontar os limites institucionais e a desconexão entre os conceitos e as práticas dos princípios institucionais que orientam a república francesa: Igualdade, Liberdade e Fraternidade.

É fundamental enfatizar que migrar é um direito humano que foi assegurado em 1948 pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em seu Artigo 13, 2: "Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio e a esse regressar".

Não existe qualquer norma legal que garanta às pessoas que deixam seus países o direito de serem acolhidas por outra nação. Contudo, nos casos em que o refúgio é solicitado, os países que ratificaram a Convenção de Genebra de 1951 sofrem maior pressão para conceder acolhimento. Migrar não é um privilégio, mas sim um direito, e esse direito pode ser regulado de maneira autônoma por cada país na medida de conveniência e oportunidade. Neste momento, observamos que os Estados Unidos e alguns países da Europa não apenas estão limitando o reconhecimento da condição de refúgio, mas também discutem abertamente a possibilidade de eliminá-la em seus territórios.

Observamos que a não-concessão de refúgio àqueles que sofrem graves violações dos Direitos Humanos vai de encontro ao princípio da dignidade da pessoa humana. Ou seja, mesmo quando se trata de situações que visam proteger a vida, os pedidos de refúgio são analisados e o poder de decisão é do Estado demandado que, ao receber essa solicitação, deve decidir se a aceita ou não. É essa dinâmica que faz com que o debate se concentre mais na figura do imigrante do que na do emigrante internacional, isso porque a maioria dos problemas acontece na recepção do emigrante no país destino. A Advogada da Cáritas RJ levantou algumas alternativas utilizadas pelos imigrantes para conseguirem o status de refugiado:

"Então, muitos fazem o pedido de refúgio e tem de fato ali uma... a história se encaixa nas hipóteses legais. E outros não, mas fazem o pedido de refúgio porque ele é aberto a qualquer um, então, é possível você se documentar. E eu acho que tem uma terceira hipótese, que são pessoas que fazem o pedido de refúgio porque naquele momento não tem uma história compatível com as hipóteses legais, mas ao longo do tempo algo acontece no país de origem e eles não podem retornar."

O entendimento a respeito do significado do termo migração é, em boa medida, influenciado pelos interesses e pela visão dos Estados, que frequentemente alteram suas legislações para atender necessidades de ocasião sobre temas sociais, econômicos, políticos e culturais. Esses ajustes diminuem as chances de um consenso sobre o tema. Os países tendem a abordar e analisar a migração pela ótica interna, com isso, na prática, é possível encontrar uma legislação para cada país tratando do tema. Isso nos permite concluir que tudo irá depender do momento histórico e dos interesses mais relevantes para cada ocasião.

É importante sustentar que os pensadores trazidos não conseguem perceber que os processos de modernização civilizacionais sempre foram decorrentes dos movimentos migratórios voluntários ou forçados. Nayan Chanda (2011), em sua obra intitulada “Sem fronteira”, no primeiro capítulo, “O começo africano”, defende que os migrantes desse continente foram os primeiros seres humanos a povoar diversas regiões do planeta. Foram eles que lançaram as bases do primeiro processo de globalização civilizacional. A humanidade sempre buscou avanços. Foram, segundo o mesmo pensador, aqueles movimentos à procura de alimentos que motivaram os deslocamentos cujos sucessos se materializaram com novas invenções tecnológicas, transformações culturais, políticas, filosóficas e sociais. Ao deixarem suas terras de origem em busca de melhores condições de sobrevivência, esses indivíduos não apenas levaram produtos, ideias e tecnologias para diferentes lugares, possibilitando a domesticação de plantas e animais e propiciando um ambiente favorável à criação de estruturas que tornassem viáveis a formação de famílias, comunidades e Estados, eles ajudaram a consolidar a ideia de que o mundo é uma única comunidade. O saldo positivo dessas trocas, frutos dos deslocamentos, fica evidente quando constatamos que quase tudo que consumimos, bebemos ou usamos hoje tem uma origem diferente daquela onde encontramos esses objetos.

Contrariamente ao ensinado, que coloca a África à margem da história mundial, Chanda, e da mesma forma François-Xavier Fauvelle e Anne Lafont (2022), sustentam que deve haver drásticas mudanças de paradigmas e epistemologias para a verdadeira apreensão dos diversos processos modernistas civilizacionais tendo sempre o continente africano como ponto de partida.

No caso de Chanda, o diferencial deste conceito é a inexistência de centro e periferias. Diante disso, ele deixa claro que, sem os movimentos migratórios, as modernidades civilizacionais nunca teriam acontecido. Isso quer dizer que foram e continuam sendo os movimentos migratórios os motores que impulsionam as revoluções civilizacionais. Apesar da

distância temporal dos fatos históricos analisados entre Chanda e Eric Willians (2012), em sua obra “Capitalismo & escravidão”, percebe-se que os dois trabalhos defendem as mesmas perspectivas analíticas. Williams mostra, ao longo de sua obra, como a nossa modernidade civilizacional decorrente do capitalismo teve como pilares fundantes o tráfico e a escravidão. Isso quer dizer que foram os movimentos migratórios forçados de milhões de africanos adultos, adolescentes e crianças que tornaram possíveis os recursos monetários incalculáveis, fruto da comercialização dos corpos e da exploração da força de trabalho. Esse momento histórico feito de relações de dominação e violência, rejeição e revolta, mas também de interações em todos os níveis, da circulação de bens e ideias, de inovações e adaptações locais e de transformações globais, tornou possível a produção das bases impulsionadoras das revoluções políticas, industriais, culturais, medicinais, tecnológicas, técnicas, farmacêuticas, entre outras, dos mundos euro americanos em primeiro lugar.

Os trabalhos de Howard W. French (2024), Sylvie Laurent (2024) e Joseph E. Inikori (2002) seguem a mesma direção paradigmática e epistemológica proposta por Williams, ao recolocarem aqueles movimentos migratórios forçados como as bases tanto das vidas de luxos como das lutas pela sobrevivência que assistimos na contemporaneidade. Se entre os séculos XV e XIX, os migrantes oriundos do continente africano vinham acorrentados e amontoados nas entranhas dos navios negreiros, hoje os migrantes, sobretudo, oriundos do continente africano, fazem uso do avião. Mas fica uma questão: em termos comparativos, não terá sido o navio negreiro de ontem a ferramenta que pariu o avião usado nos dias de hoje?

E quanto aos migrantes que transitam nas diversas regiões do mundo atualmente, à procura de melhores condições de vida, em que eles e elas seriam diferentes de milhões de europeus que entre os séculos XV e XIX fugiam dos seus respectivos impérios absolutistas da Europa para as Américas? Não seria a chegada dos europeus às Américas, com suas consequências nefastas, os responsáveis por lançarem as bases do que viria a ser a migração moderna da qual fazem parte os africanos, sul-americanos e caribenhos que se transformaram na minha inquietação acadêmica? Se observarmos o trabalho já citado, sob a coordenação de Fauvelle e Lafont, é possível perceber que os autores sugerem a substituição dos monólogos artificiais relativos às Áfricas por uma história polifônica. Nesse sentido, cabe um questionamento: os movimentos migratórios forçados de africanos e africanas não seriam paradigma e epistemologicamente o ponto de partida analítico para a apreensão do tema proposto nesta tese? Isso é o que muitos pesquisadores, inclusive Sayad, perderam de vista.

3.1 **A complexidade do fenômeno migratório**

A imigração é um fenômeno social abrangente e milenar, sendo esta a única particularidade em que há consenso entre os estudiosos do tema. Assim, tratar do tema imigração significa considerar a sociedade em sua totalidade, abordando-o sob uma ótica histórica, que explora sua evolução ao longo do tempo, e sob uma perspectiva que analisa as estruturas e o funcionamento da sociedade em determinados momentos históricos (Sayad, 1998).

Historicamente, assim como na atualidade, a migração internacional, sempre apresentada com justificativas, não se limita a aspectos geográficos, étnicos, de gênero, idade, classe social, crenças religiosas, nível educacional ou desenvolvimento de um país. Em outras palavras, a migração é um fenômeno que afeta todos os indivíduos e qualquer lugar pode servir como ponto de partida, passagem ou destino, independentemente das condições econômicas. “Em qualquer área, existem inúmeros fatores que atuam no sentido de reter as pessoas dentro da própria área ou de atraí-las para si, e outras que tendem a expulsá-las” (Lee, 1980, p. 100). É possível afirmar, de maneira simplificada, que uma característica essencial da migração internacional é a presença de pelo menos três protagonistas do fenômeno migratório: em primeiro lugar, os imigrantes, seguidos pelas sociedades de origem e, por último, as sociedades de destino (Sayad, 1998). É importante destacar que a migração internacional tende a ser um processo coletivo entre as sociedades conectadas no processo migratório. Pode haver países de trânsito, pelos quais os migrantes passam, seja por períodos curtos ou longos, dependendo dos desafios enfrentados. Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades intergovernamentais, agências internacionais e corporações multinacionais são atores que devem ser levados em conta nas pesquisas sobre migrações internacionais. Esses agentes, muitas vezes situados entre as sociedades de origem e destino, buscam influenciar o processo migratório oferecendo toda ajuda possível ou apoiando a reintegração dos migrantes que retornam a seus países de origem.

Como exemplo, podemos citar a Cáritas que é uma associação civil independente, de direito privado, que opera com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, sem fins lucrativos, com caráter assistencial, e tem a função de apoiar os que se encontram em situação de vulnerabilidade atuando na acolhida, integração e proteção de migrantes e refugiados, por meio de projetos em diversas cidades do Brasil.

Ao examinar a literatura sobre o fenômeno da migração, verificamos que a migração considerada voluntária é frequentemente ligada à busca por emancipação, seja em relação a sair

da pobreza, a ficar livre da opressão social ou política, a busca por qualificação profissional ou por ascensão social, resumindo, a busca por um futuro mais promissor ou algumas vezes a preservação da própria vida:

"O motivo foi que em Angola, [...] Ela vivia em guerra civil, em guerra civil. Eu vi gente... Era mais miúdo, né? História, pessoas, fulano foi pra guerra, morreu, não sei o quê. Então, eu achava que era uma coisa absurda a gente ficar se matando entre a gente, entendeu? Sem objetivo nenhum. Aí eu falei: Não, não quero participar disso, vou emigrar, vou sair". (Imigrante Angolano, 45 anos, no Brasil há 27 anos).

A fala do imigrante angolano nos remete às guerras e aos conflitos armados que são uma das principais razões pelas quais muitas pessoas deixam seus países na África. Angola, após se declarar independente de Portugal, em 11 de novembro de 1975, amargou uma guerra civil que se estendeu por 27 anos. Seu território foi palco dos efeitos práticos da "Guerra Fria". O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), apoiado pela União Soviética com armas e treinamento das tropas, e por Cuba, que enviou uma enorme quantidade de combatentes, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), apoiada pelos Estados Unidos com envio de armamento e treinamento de combatentes, e pelo governo da África do Sul, travaram um conflito que em 27 anos deixou um número de vítimas fatais estimado entre 500.000 e 1.000.000 de mortos e mais de 4.000.000 de deslocados que abandonaram suas casas em busca de segurança. Aquela guerra não era somente uma guerra de independência, a mesma escondia também que naquela região se travava a mais sangrenta Guerra Fria, apesar do mundo acadêmico quase nunca mencionar isso.

Essa interferência externa no continente africano ocorreu no momento posterior à onda de descolonização pela qual passou esse continente após a Segunda Guerra Mundial. Com a retirada dos invasores europeus, nada é tão ruim que não possa piorar: Estados Unidos e União Soviética, buscando ampliar sua influência, forneceram armas, recursos financeiros e apoio logístico, travando em Angola, e em outros países do continente africano, uma "guerra por procuração". A busca por segurança, que em alguns casos significa preservar a própria vida, levou muitas pessoas a procurar abrigo em outras regiões ou mesmo outros países, como no caso do nosso entrevistado.

Um dos conceitos ligado à migração voluntária e explorado em pesquisas clássicas e contemporâneas[63] indica, de forma explícita ou implícita, que a pessoa se desloca com a intenção de melhorar sua condição de vida, seja de maneira imediata ou em um longo processo. Isso significa buscar ascensão social, e, na escolha do país destino, são levados em conta fatores

[63] Ravenstein, 1980; Lee, 1980; Sjaastad, 1980; Singer, 1980; Sayad, 1998; Portes 1999 e Galib, 2021.

como o valor do câmbio da moeda, o acesso a bens de consumo, as oportunidades de emprego ou a obtenção de formação educacional de qualidade, a possibilidade de investir em negócios em sua terra natal e o desejo de emigrar para ajudar familiares. Nesse aspecto, a migração é vista como uma chance de garantir dignidade, desenvolvimento humano e um maior trânsito nos espaços sociais da vida em sociedade. Ou seja, conseguir migrar, tendo em vista os custos envolvidos no processo, já destaca positivamente o indivíduo em sua comunidade, isto pode ser observado na comunidade senegalesa Mouride:

"Eu estou muito feliz, né? Porque, sabe olha aqui, você sabe que na minha país, se você sair da sua país para outro país, ele te dá uma credibilidade, né? As pessoas te dão muito respeito, né? Você está muito respeitado, né? As pessoas pensar que você está em outro nível, que você está ganhando muito dinheiro, né? E mesmo o seu futuro vai ficar bom. E você também, seu pensamento vai mudar. Vai mudar, porque quando você está no seu país, seu pensamento é muito diferente de quando você sai do seu país. Porque quando você sai do seu país, você sente que tem uma responsabilidade que está dentro de você." (Imigrante Senegalês, 24 anos, no Brasil desde fevereiro de 2025).

Em um breve comentário sobre a fala do imigrante senegalês, é possível afirmar que sua demonstração de felicidade se deve ao fato de ser um muçulmano mouride[64] e ter conseguido emigrar. Os fatores que determinam a emigração, na maioria dos casos, se relacionam com a melhoria das condições de vida, escapar da miséria, garantir segurança e educação, entre outros. Nosso entrevistado certamente busca alcançar esses objetivos, mas há uma diferença que o distingue dos demais. Kaly (2005), em sua tese de doutorado, destaca que os indivíduos islamizados são fortemente influenciados pelas práticas religiosas. Esse é o algo a mais, o elemento de distinção do nosso entrevistado. Todos os que seguem o Islã acreditam no mesmo Deus, Allah, e no mesmo profeta, Maomé, mas há particularidades. No caso do mouridismo, a especificidade fica por conta do marabuto[65] Cheikh Ahmadou Bamba Mbaké[66] (1853, Mbacke-Baol - 1927, Diourbel) e sua interpretação do Livro sagrado islâmico. A confraria mouride foi fundada no final do século XIX, no Senegal, por Ahmadou Bamba e pode ser considerada uma maneira de se opor aos invasores franceses sem fazer uso da violência. É nesse contexto de resistência que a confraria Mouride se expande e ganha contornos transnacionais. Assim, emigrar e fazer parte dessa corrente proporciona ao migrante reconhecimento e status entre os

[64] Mouride é todo aquele que segue o mouridismo, confraria que funciona sob princípios religiosos. Não é apenas a fraternidade mais importante no Senegal, mas é também a mais importante das irmandades sufistas na África Subsaariana.

[65] Marabuto - termo utilizado para indicar aquele que é uma liderança religiosa e política.

[66] Cheikh Ahmadu Bamba Mbaké (1850-1927) fundou a confraria Mouride e, como conhecedor profundo dos ensinamentos do profeta Maomé, se tornou um reconhecido líder religioso e espiritual.

membros da comunidade; essa característica se soma a todas as outras comuns aos migrantes.

Essa transformação, muitas vezes o sonho de uma vida, ocorre através do acesso rápido ao mercado de trabalho, mesmo que informal, ou pela obtenção de formação profissional. O sucesso em atuar nessas áreas significa acesso a capital financeiro, simbólico, político e cultural para o migrante. Porém, constatamos que alguns imigrantes internacionais enfrentam a cada dia maiores desafios para desempenhar suas funções como geradores de remessas e agentes de desenvolvimento em seus países de origem. Isto pode ser observado em nossa pesquisa, uma vez que 36,6% dos entrevistados não conseguem enviar dinheiro para seus familiares.

Nesse contexto, pode-se afirmar que migrar de forma voluntária implica em se deslocar com a expectativa de garantir, inicialmente, a própria subsistência; em seguida, ajudar a família, a comunidade e o país de origem, uma vez que as remessas de dinheiro aquecem o comércio e geram empregos. Ou seja, os benefícios da migração transcendem as vantagens que os migrantes podem obter individualmente.

A migração é, muitas vezes, vista como um fenômeno que leva os indivíduos a deixarem locais de maior opressão em busca de ambientes menos opressivos (Morokvasic, 2013). Entendemos que, nesse contexto, a migração pode ser considerada, também, como uma forma de emancipação, especialmente para as mulheres e a população LGBTQIA+, pois permite que os indivíduos desses grupos desfrutem de maior autonomia e liberdade ao manifestarem sua opção sexual; mesmo que isso não se concretize plenamente, uma vez que países com culturas mais ou menos rígidas podem influenciar na decisão de emigrar. Dessa maneira, é compreensível que se busquem países com legislação que proteja os direitos dessas minorias. E muitos imigrantes têm a percepção de que o Brasil tem leis que garantem, minimamente, os direitos dessas minorias.

Então, eu acho que [no Brasil] são pessoas que são muito bem organizadas quanto aos direitos. Porque, por exemplo, eu vejo que com referência à comunidade LGBT, tem direitos, você tem que respeitar eles. Não pode haver uma burla, porque você pode ser... (...) processado. (...) Em mi país, não tem isso. (...) Estamos muito atrasados nisso. A violência contra la mulher aqui és penalizada. Lá, as pessoas (inaudível) dinheirito e ficam atrasadas na violência. (Imigrante Venezuela, 35 anos, há 10 anos no Brasil).

A fala da Imigrante Venezuelana (mulher, branca, nível de escolaridade superior) expressa a situação de todos aqueles que, nas Américas, ajudaram a construir seus países e não são considerados cidadãos plenos, mas de segunda classe. No entanto, esses "cidadãos periféricos" são cidadãos de direito uma vez que estão legalmente inseridos na estrutura jurídica de seus países, mas permanecem à margem do poder com direitos básicos simplesmente negados ou mitigados (D'Andrea, 2022). Essa parcela da população, em termos quantitativos,

representa a maioria e estão mais suscetíveis a buscar novos espaços de existência.

Não importam as motivações para emigrar, seja para reunião familiar, por questões políticas, guerras, qualidade de vida ou qualificação profissional, entre outras. Todos os refugiados ou imigrantes são agentes econômicos, como força de trabalho, nos países em que são acolhidos, uma vez que suas necessidades diárias se assemelham às dos cidadãos do país destino em relação a trabalho, moradia, educação, saúde, liberdade e segurança.

Tanto a imigração quanto a emigração são vistas como benéficas, mesmo com os possíveis perigos que a "fuga de cérebros" pode representar para a sociedade de origem. Esse termo pode ser interpretado como um "fluxo de competências" ou uma "exploração de talentos", engendrada pela sociedade que recebe os imigrantes (Ferreira, 2017; Dassetto, 2019). No que diz respeito ao primeiro aspecto, ao discutir o saldo e a relevância atribuída à imigração, Sayad (1998) entende que, nesse sentido, o processo migratório só tem significado se a avaliação que mede custos e benefícios resultar em um balanço favorável aos dois lados. Em um mundo ideal, a imigração deveria trazer somente benefícios e, no melhor cenário, nenhum custo, tanto para o imigrante quanto para o país destino.

O foco principal da sociedade que recebe imigrantes deveria ser otimizar as vantagens, especialmente as econômicas, enquanto se esforça para minimizar os custos, especialmente os de caráter social e cultural que a presença de imigrantes pode acarretar (Sayad, 1998, p. 50). O que temos observado nas ruas da cidade do Rio de Janeiro é que muitos imigrantes com formação acadêmica superior em seus países não conseguem colocação no mercado de trabalho em sua área de formação, ou até mesmo em outra área no mercado formal, tendo como única alternativa o trabalho informal para garantir o mínimo para sobrevivência. É o caso do imigrante venezuelano que aprendeu a fazer pães e bolos e os vende nas ruas da cidade do Rio de Janeiro.

"No Brasil, eu sou padeiro, confeiteiro, porque quando eu cheguei a este país, infelizmente, meu diploma não era válido até que eu fosse revalidado. Mas uma pessoa que chega com a família, sem dinheiro, tem que conseguir sobreviver." (Imigrante Venezuelano, 62 anos, administrador de empresas, doutor em Pesquisa e Desenvolvimento, há 7 anos no Brasil).

Abrindo um parêntese em nossa análise, observamos que o perfil do Imigrante Venezuelano (homem, branco, nível de escolaridade superior) nos remete ao período no qual o Brasil adotou como política de Estado a seletividade em relação à admissão de imigrantes em nosso país. Essa política estava prevista em norma constitucional no artigo 121 da Carta Magna de 1934:

> § 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os

> últimos cinqüenta anos.
> § 7º - É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena. [sic] (BRASIL, 1934).

Com esse filtro, o país buscava o "imigrante ideal" (Koifman, 2012), aquele que representava a pureza. Havia a argumentação de que essa seleção seria vital para promover a eugenia da população e, ao mesmo tempo, zelar pela saúde do povo brasileiro. O país vivenciou um período com enorme apelo nacionalista aplicando uma política de controle seletivo, o que na prática pode ser traduzido em um sistema autoritário repleto de preconceitos étnicos, religiosos e culturais.

Retornando à análise, destacamos que, no que se refere ao país de origem, uma das principais vantagens é a redução da pressão no mercado de trabalho. As transferências financeiras que os emigrantes enviam para suas famílias são frequentemente destacadas pela literatura como outro benefício importante. Assim, esses imigrantes, com o envio de remessas financeiras, desempenham um papel significativo na transformação da realidade social e econômica de suas comunidades de origem. E isso retroalimenta a vontade de emigrar, já que existe a percepção de que o exterior, especialmente os países considerados desenvolvidos, está repleto de oportunidades, riquezas, abundância e prosperidade, em contraste com a situação dos países, onde esses benefícios estão ausentes, criando assim a cultura migratória.

Entretanto, com base na literatura, é possível afirmar que a migração traz benefícios tanto para os países que enviam quanto para aqueles que recebem imigrantes, embora também seja vista como uma atividade de risco para ambas as sociedades. Isso ocorre porque a saída dos imigrantes de seu país de origem pode acarretar perda de mão de obra, e a entrada descontrolada de imigrantes nos países destino é hoje uma das maiores preocupações dos governos dos países da Europa (Sayad, 1998; Ferreira, 2017). Essa dualidade justifica a sua classificação como um fenômeno temporário e a crescente necessidade de controle (Sayad, 1998), ao observar os imigrantes, as comunidades de origem e as de destino, mostra que aqueles que estudam a migração entendem esse fenômeno como algo transitório. Essa percepção gera uma ilusão sobre a natureza temporária da situação dos migrantes e estabelece uma conexão significativa entre migração e a ideia de provisoriedade, uma vez que o imigrante, ao deixar seu país, pensa em melhorar sua condição de vida e retornar, ou, no caso da imigração trampolim, quando se está temporariamente em um país enquanto se prepara para a nova etapa da viagem para o país inicialmente planejado.

Enquanto isso, o país de origem percebe esse imigrante como mero ausente (independente do tempo que permaneça longe). E, por fim, o país destino enxerga o imigrante como força de

trabalho e lhe atribui um status que o mantém em uma condição de transitoriedade enquanto estrangeiro, negando-lhe qualquer direito a uma presença reconhecida como permanente (ainda que essa permanência seja prolongada). Entendemos que a percepção de transitoriedade satisfaz o imigrante que sonha com o retorno, o país de origem que se beneficia com as remessas recebidas e com a possibilidade do retorno do compatriota e o país destino que percebe o imigrante como um elemento provisório e transitório, sendo sua presença caracterizada pela falta de direitos plenos, beneficiando a sociedade que recebe o imigrante, principalmente do ponto de vista econômico.

De maneira geral, as migrações podem ser classificadas como voluntárias ou compulsórias, como é o caso da Venezuela, pois o país passa por uma grave crise econômica, humanitária e política. Nesse país, atualmente, as instituições democráticas não funcionam. Isso afetou grande parte da população, gerando uma enorme onda migratória (Galib, 2021). Além dos fatores econômico, humanitário e político, as migrações podem estar ligadas a fatores familiares ou culturais, podendo ser temporárias ou permanentes. Essas movimentações incluem retornos e novos planos migratórios, impactando, mais uma vez, as sociedades de origem e destino. A transição do status do migrante entre diferentes tipos é comum, o que torna essa classificação mais relevante do ponto de vista analítico. Com o passar do tempo, a teoria da migração aborda tanto as ações de indivíduos, famílias ou comunidades quanto a análise das condições políticas, econômicas e tecnológicas que predominam globalmente.

3.2 **As teorias relativas à migração**

As teorias sobre migração têm como objetivo entender esse fenômeno histórico, considerando tanto as suas causas quanto suas consequências. Vamos analisar algumas delas. Essas teorias priorizam as estruturas sociais e econômicas (consideradas como “perspectivas macroestruturais”), a atuação dos migrantes (como as redes sociais, o transnacionalismo e o gênero) ou a intervenção do Estado, incluindo suas instituições e agentes envolvidos (Rea, 2021, p. 3, tradução nossa). A diversificação nas teorias migratórias se relaciona a diferentes níveis de análise: micro, meso e macro. Essa variedade de abordagens teóricas é valiosa, pois cada uma contribui para formar uma compreensão mais ampla do fenômeno da migração (Piché, 2013).

A diversidade de processos sociais que permeiam a análise da migração torna complexa qualquer tentativa de formular teorias unificadas e conclusivas. De maneira geral, a literatura ressalta algumas teorias como principais, entre elas: a economia neoclássica; a nova economia

da migração; a do sistema-mundo; a do mercado segmentado; a do capital humano; a teoria das redes sociais; a que aborda o gênero e a relacionada ao transnacionalismo, entre outras (Montaño, 2015; Sasaki e Assis, 2000; Rea, 2021).

Analisando uma variedade de investigações sobre migração, observa-se que, de modo geral, há um esforço entre os pesquisadores para separar as migrações nacionais das transnacionais, as de curta distância das de longa distância, assim como as migrações motivadas por questões políticas das que são impulsionadas por fatores econômicos, além de sugerir a distinção entre as migrações masculinas e femininas. É comum a tentação de diferenciar as migrações de indivíduos brancos (não-racializados) das migrações de grupos racializados, assim como entre os considerados "civilizados e desenvolvedores" e os vistos como "atrasados e ameaça ao progresso", ou até mesmo, o que se considera "risco migratório" (Morokvasic, 2013).

Vale destacar que racialização, enquanto termo acadêmico, foi primeiramente empregado por Frantz Fanon (2020), que, utilizando seu próprio exemplo, relatou os desafios de ver e ser visto como alguém de uma raça diferente, como um outro racial. Dessa maneira, a raça é um elemento que influencia de maneira significativa a posição das pessoas na sociedade, e ela acaba envolvendo o indivíduo de tal forma que sua vida passa a ser definida por essa característica. Essa marca está presente nos imigrantes, objeto desta tese, africanos, sul-americanos e caribenhos, todos marcados pela discriminação em maior ou menor grau por esse injusto fator de diferenciação.

"No começo foi um pouco difícil [...] porque me chamavam de colombiana, estrangeira, não me botavam, tipo: N., vem cá. N., me ajuda aqui. Eu sempre era tratada como estrangeira, tipo, me excluindo um pouco ali. Então no começo foi um pouco complicado, né? Porque querendo ou não a gente acaba se sentindo um pouco mal de ser taxado só de estrangeiro, como se definisse a gente, né?" (Imigrante Colombiana, 18 anos, há 10 anos no Brasil)

Apesar de a biologia ter desacreditado a noção de raças humanas, essa ideia continua a ser utilizada como fundamento para diferenciação e discriminação de diversos grupos de indivíduos no cotidiano. Vários estudos evidenciam que a raça, apesar de ser uma invenção criada pela pseudociência do século XIX, gera efeitos concretos no mundo real. Esses efeitos estão diretamente relacionados com exclusão, crueldade, segregacionismo, deportações e em alguns casos extremos com a eliminação. A racialização como causa também gera efeitos que se traduzem em aumento ou diminuição das oportunidades que as pessoas têm em diversas esferas. Assim, o termo "racialização" pode ser entendido como uma marca depreciativa atribuída a um grupo determinado de indivíduos e tem o objetivo de diminuir socialmente determinado grupo de indivíduos. Neste sentido, o termo ganha relevância, uma vez que ajuda

a entender como se formam as divisões sociais baseadas na raça, assim como os sentidos que a racialização, posta em prática, pode assumir e gerar consequências na vida de sujeitos racializados em alguns contextos relacionados, por exemplo, ao mundo do trabalho e da imigração (Fanon, 2020). Na prática, a aplicação desse conceito se presta a classificar pessoas e as incluir em segmentos tendo como padrão o fator racial. “Acima de tudo, uma das principais transformações antropológicas da nossa época é a divisão da humanidade em múltiplas frações de classes racialmente tipificadas” (Mbembe, 2020, p. 143).

Os modos como esses processos se desenvolvem e se transformam dependem do contexto histórico, cultural e social em que ocorrem. Assim, a ideia de “racialização” destaca a natureza social, processual e dinâmica das distinções raciais, além de evidenciar a continuidade das diferenças sociais entre os grupos e as hierarquias resultantes dessas distinções. O preconceito racial é uma opinião formada sobre alguém, baseada em ideias pré- concebidas e estereótipos relacionados a um grupo específico. Essas opiniões podem levar a atitudes de discriminação, como, por exemplo, achar que negros são mais violentos ou que imigrantes estão buscando vantagens de forma oportunista.

Aqui cabe uma reflexão para esclarecer o papel do “navio negreiro” (Rediker, 2011) na construção da modernidade. Foi ele, o navio negreiro, que “pariu” o negro como ser inferior. Não podemos esquecer que essas pessoas em suas cidades, nações ou reinos, inseridas em seus grupos étnicos, exerciam atividades tais como: medicina, tecelagem, pesca, política, etc. Eles, em sua essência e existência, se entendiam como seres humanos e, mesmo depois de sequestrados para as Américas, nunca tiveram dúvida de sua humanidade. Nessa “rodovia dos mares” (Rediker, 2011), as máquinas que se prestaram ao comércio de seres humanos transportaram aqueles que lançariam as bases de uma sociedade multiétnica e multirracial, combinando os conhecimentos que trouxeram consigo com os adquiridos nas Américas. Ao mesmo tempo em que pariu os africanos nas Américas, o navio negreiro trouxe com eles o elemento que viria estremecer as bases da sociedade colonial, ou seja, a possibilidade de convivência enquanto seres humanos, independentemente da cor da pele, sinônimo de uma sociedade multiétnica e inclusiva. A sociedade multiétnica e inclusiva permanece uma utopia porque a racialização permanece em nossa sociedade marcando os grupos mais vulneráveis e menos favorecidos.

Nesse sentido, entendemos que os movimentos migratórios podem ser enxergados sob dois aspectos, mas sempre com o racismo como premissa. Como dissemos anteriormente, o navio negreiro, entre os séculos XV e XIX, levou às Américas milhões de negros sequestrados e escravizados. No mesmo período, milhões de europeus também desembarcaram nas Américas

fugindo da miséria em busca de melhores oportunidades. Temos dois grupos de seres humanos, o mesmo recorte espacial e temporal. No entanto, o contexto histórico eivado de preconceitos será a base para se entender como a migração contemporânea está relacionada à hierarquização dos migrantes. Stephen Jay Gould (2014), em sua obra "A falsa medida do homem", faz uma análise crítica, ao examinar as normas aceitas na avaliação da inteligência, e nos leva a refletir sobre o impacto profundo que tais avaliações equivocadas têm sobre indivíduos e a sociedade como um todo. O autor expõe as falácias, os preconceitos e as injustiças inerentes ao campo dos testes de inteligência. Seus resultados apresentam uma visão reducionista e ignoram a complexidade da cognição humana, além de não reconhecer as diversas maneiras pelas quais as pessoas pensam e resolvem problemas, e efetivamente elimina a possibilidade de reconhecer a rica diversidade da inteligência humana. Gould trata da falácia em estabelecer hierarquia entre os seres humanos através dos resultados de testes de inteligência, mas, por analogia, entendemos que é possível estender sua análise para outros campos igualmente utilizados para estabelecer hierarquias entre os seres humanos, como por exemplo religião, sexo e a cor da pele, entre outros. A hierarquização dos migrantes estabelece valor e atribui maior ou menor aceitação, a depender do critério utilizado para estabelecer a diferenciação. Vamos agora apresentar um estudo de caso no qual um imigrante, trabalhador informal na cidade do Rio de Janeiro, jovem e negro teve o destino que certamente jamais imaginou. Em um contexto no qual estavam presentes racialização, racismo, preconceito e xenofobia. O resultado, infelizmente, foi a morte.

3.3 **A trajetória de Moïse**

Moïse Muegnyi Kabagambe nasceu na República Democrática do Congo, no ano de 1998. Chegou ao Brasil na condição de refugiado em 2011, aos 13 anos, acompanhado de três irmãos. Estudou no Colégio Estadual Compositor Maneceia José de Andrade, no bairro de Madureira, mas precisou interromper os estudos na segunda série do ensino médio para trabalhar e, assim, conseguir se manter ajudando no sustento de sua família. Desempenhou as funções de ajudante de cozinha e/ou garçom em restaurantes, lanchonetes e em alguns quiosques nas orlas. Residia com sua família em um dos apartamentos do conjunto de 63 "predinhos" de cinco andares no bairro de Barros Filho, onde podem ser encontrados não apenas parte da comunidade congolesa na cidade do Rio de Janeiro, mas africanos de várias nacionalidades.

Moïse e seus irmãos chegam ao Brasil enviados por sua mãe, Ivone Lotsove Lolo Lay. A

intenção era livrá-los da violência dos conflitos[67] na República Democrática do Congo, seu país de origem. Vieram em busca de segurança e acolhimento. Mas, ao invés de acolhimento, encontraram a face mais cruel e brutal da realidade brasileira, afinal, em nosso entendimento, também vivemos em um estado de guerra.

Quando chegou ao Brasil, Moïse certamente não imaginou encontrar irmãos que não se reconhecem. Afinal de contas, seu destino era o país onde 54% da população se declara negra. Aqui, durante aproximadamente 350 anos, chegaram milhões de escravizados oriundos da região onde, no século XIV, existia o reino do Congo, na África centro-ocidental. Hoje, nessa região, se encontram Angola, República do Congo e a República Democrática do Congo.

O Brasil concedeu à Moïse o status de refugiado em 2014. Isso significa dizer que, à exceção de votar e ser votado, ele tinha asseguradas as mesmas prerrogativas de qualquer cidadão brasileiro, entre elas o direito à educação, ao trabalho digno, à segurança e à vida. Mas esses direitos não foram garantidos a ele. Lembramos que a ausência da garantia desses direitos mínimos e essenciais não terem sido garantidos a Moïse não é uma exceção; observamos que, na prática, o Estado Brasileiro não é capaz de garantir esses direitos nem mesmo a seus cidadãos natos. Embora falasse quatro idiomas (português, francês, lingala e um pouco de inglês) e tivesse concluído o segundo ano do ensino médio, ele jamais conseguiu inserção no mercado de trabalho formal.

Acreditamos que, depois de algum tempo no Brasil, Moïse tenha se dado conta de que, ao longo da história, o Estado Brasileiro sempre tentou se eximir da obrigação de promover a reparação necessária à população negra. Negou e nega as consequências nefastas do período escravocrata, sem garantir dignidade e direitos à essa população. Promove até hoje políticas que, de alguma forma, retomam a elementos da escravidão e a sua violência. Essa manutenção oficial e deliberada das desigualdades sociais e raciais é uma das faces do racismo. Moïse veio procurar refúgio e proteção exatamente no Brasil, país que nunca pretendeu ser negro e que conhece muito pouco sobre as Áfricas, apesar da sua evidente africanidade. Promoveu uma falsa abolição e teve como política de Estado o embranquecimento da população com políticas de miscigenação racial (1888-1920). Adotou o mito da democracia racial propagando a ideia de que o Brasil é um país cordial e amigável e até hoje normaliza a violência policial, que elimina, em sua maioria, jovens negros.

[67] Muitas vezes a esses conflitos são atribuídas causas étnicas, mas, observamos que, na verdade, não há conflitos étnicos, mas sim outros interesses envolvidos. Sobre o tema, Ki-Zerbo diz o seguinte: “Há guerras que são apoiadas [...] por essas organizações e companhias mineradoras multinacionais. Por vezes, elas não hesitam em suscitar rebeliões para enfraquecer o país com o qual negociam [...], mas se não há rebeliões, elas ficam enfraquecidas para negociar”. Ki-Zerbo, 2006, p. 46.

No entendimento de Thomas Hobbes (2014), não havendo Estado, o homem viveria em um constante estado de guerra. Ora, esse entendimento pode ser também aplicado para as hipóteses onde o Estado exista formalmente, mas que experimenta a realidade factual de conflitos armados, na luta de todos contra todos, como hoje acontece em regiões da República Democrática do Congo. No Brasil, onde o Estado igualmente existe de maneira formal, entendemos que o estado de guerra no molde hobbesiano também se aplica, pois, quando o NREB[68] se mostra ausente para Moïse e seus iguais, ele entrega essa parcela da população de forma comissiva ou omissiva à sua própria sorte, expondo-as a todo tipo de violência. Na verdade, o congolês foi vítima da violência que atinge em sua maioria jovens negros, e, nesse caso, a nacionalidade não importa, mas sim a cor da pele e a condição social. Partindo dessa premissa, é possível comparar Moïse aos jovens das favelas e periferias cariocas.

A operação policial no bairro da Penha em 28 de outubro de 2025 é um exemplo da maneira como o Estado Brasileiro trata pessoas negras e pobres. Essa operação deixou evidente a presença de uma hierarquização de cidadania, indicou quem a polícia pode matar, além de ter evidenciado quem são aqueles nos quais o Estado decide não investir. A opção estatal é pela eliminação. É preciso levar em conta que existe uma aprovação de segmentos da população aos cíclicos banhos de sangue praticados pelo Estado. Foram divulgados apenas o número de mortos. Segundo o Estado, foi uma operação policial bem-sucedida. A apresentação desse resultado segue um protocolo cinematográfico, afinal de contas estamos tratando da possibilidade de votos para as próximas eleições. A abstração do número, 121 mortos, não nos permite enxergar uma realidade complexa, os mortos não foram apresentados como indivíduos: perderam sua identidade. Talvez para minimizar o fato de que, em sua maioria, fossem todos jovens negros. É mais fácil para a sociedade digerir apenas os números, pois a retórica dos Direitos Humanos apresenta pouca ressonância ao cidadão comum, confrontado diariamente com a crueldade que rege o universo do crime.

---

[68] O Necro-Racista-Estado no Brasil (NREB) é um conceito desenvolvido pelo Professor Wallace de Moraes que combina o NRE com o NCO. Nesse caso, ou o Estado não tem condições ou falta vontade política para atender às necessidades básicas daqueles que até hoje sofrem os efeitos do colonialismo. Sendo assim, ele acaba somente garantindo os interesses dos ricos, brancos e poderosos.
Os Necro-Racista-Estados (NRE) são aqueles que usam a força do militarismo, apoiados pelas igrejas cristãs e que, com o advento da modernidade, passaram a tratar indígenas e negros como sub-humanos.
A Necrofilia-Colonialista-Outrocida (NCO) é um conceito que tem por característica um singular desejo em matar negros, índios e seus descendentes, ou seja, aqueles considerados como "outros." Quando não se submetem às regras impostas pela modernidade, ficam sujeitos às prisões e à morte.

3.3.1 **República Democrática do Congo e Brasil**: ação globalizada do necro-racista-estado

O tratado de Berlim fez com que, entre os anos de 1885 e 1908, o que conhecemos hoje como República Democrática do Congo não passasse da propriedade particular do rei Leopoldo II da Bélgica. Nessa época, o marfim e a borracha eram as riquezas exploradas e, para assegurar a máxima eficiência na exploração, os belgas impunhavam castigos brutais àqueles que não conseguiam bater as cotas estipuladas: trabalhos forçados, tortura e amputação de membros dos filhos dos trabalhadores eram alguns deles. A República Democrática do Congo se tornou independente em 1960, de direito sim, mas não de fato, pois os belgas continuaram no controle manipulando a política e a economia daquele país.

O primeiro presidente foi Patrice Lumumba que, com ideias progressistas e nacionalistas, foi deposto, "sentenciado" pelos Estados Unidos, França, Bélgica e Inglaterra; sendo, logo após, assassinado. Na realidade, o objetivo era que o urânio da República Democrática do Congo não caísse nas mãos dos comunistas (União Soviética). Com o assassinato de Lumumba (1961), o país continuou a ser controlado pelos países ocidentais, via Mobutu Sese Seko, passando, então, a se chamar Zaire até 1997, quando o país passou a se chamar República Democrática do Congo. O presidente era um ditador e foi colocado no poder para defender e proteger os interesses do mundo ocidental. Os trabalhos de Charles Onana (2023 e 2025) fornecem elementos fundamentais para mostrar como o mundo ocidental reinventou sofisticadas correntes escravocratas para, assim, ter um controle total dos minérios indispensáveis para a nova fase do capitalismo. Para isso, como bem revela Patrick Mbeko (2016), o mundo ocidental começou a assassinar os líderes políticos que tentaram se levantar contra as novas formas escravocratas adotadas desde os anos 60 do século XX.

Adam Hochschild (1999) demonstra analiticamente como, no final do século XIX, o rei Leopoldo II da Bélgica conseguiu se apropriar de um território cuja produção da borracha vai revolucionar totalmente o capitalismo ao custo das vidas de mais de dez milhões de pessoas. Isso quer dizer que, desde aquele tempo, o território do rei belga já derramava sangue decorrente das riquezas da borracha. Na atualidade, a República Democrática do Congo ainda possui imensas reservas minerais: cobalto, cobre, diamantes e o coltan, conhecido como o metal de sangue. A exploração dessas riquezas tem sido, desde sempre, a causa da tragédia humanitária que assola o país há séculos. Diversos conflitos étnicos ocorridos desde 1997 já provocaram a morte de mais de 5.000.000 de pessoas. O pai de Moïse é uma dessas vítimas. Fugindo dessa realidade, cerca de 368.000 pessoas, como Moïse Kabamgabe requerem pedido de refúgio em países considerados por eles mais seguros, entre eles, o Brasil.

A República Democrática do Congo sofre de um mal que atinge a maioria dos países do continente africano: apesar de serem países formalmente independentes, continuam sob forte influência econômica e cultural das antigas metrópoles. Observamos que, na realidade, houve apenas uma mudança na forma de dominação. Durante a última década do século XX, a relação bipolar entre a antiga metrópole colonial e suas ex-colônias desapareceu, dando lugar a uma relação multilateral em todos os níveis. Organizações internacionais passam a intervir na África, entre elas o FMI (Fundo Monetário Internacional), a OMC (Organização Mundial do Comércio) e o Banco Mundial. Com isso, as potências coloniais europeias são obrigadas a cumprir as novas regras do jogo, determinadas por essas instituições e que nem sempre lhes são favoráveis. Observamos, também, uma outra forma de dominação, agora, os interesses de países como Inglaterra, França, Bélgica e China, entre outros, continuam representados através de suas multinacionais.

> Assim, hoje, há um novo tipo de partilha da África que não confessa seu nome, mas que se faz através da invasão capitalista, sobretudo financeira, nas diferentes zonas do continente. Isso mostra claramente que os povos não interessam em nada a essa gente. Há guerras que são apoiadas e sustentadas – o tráfico de armas incluído – por essas organizações e companhias mineradoras multinacionais. Por vezes, elas não hesitam em suscitar rebeliões para enfraquecer o país com o qual negociam, porque elas podem intervir quando há adversários – o que lhes permite fazer chantagem – mas se não há rebeliões, elas ficam enfraquecidas para negociar. (Ki-Zerbo, 2006, p. 46).

Nosso entendimento é de que nos dois países, República Democrática do Congo e Brasil, o estado de guerra está presente. No primeiro, temos um conflito étnico onde grupos armados lutam pelo domínio de partes do território e, neste caso, o Estado não se faz presente: é a luta de todos contra todos. No caso brasileiro, existe uma dissimulação, apregoamos ser um país de paz, tolerante, igualitário, onde os Direitos Humanos são respeitados, mas se trata de uma falácia. Na verdade, entendemos que nossa realidade é de um "estado de guerra à brasileira", que poderia ser comparado ao mito da democracia racial de Gilberto Freyre apregoada ao mundo, mas que nunca existiu.

Não há como encontrar abrigo em um país igualmente trágico como o Brasil, marcado por séculos de atrocidades e genocídios. Uma sociedade que é, mas não se reconhece, racista, em que 76% das pessoas assassinadas são negras[69], assim como 67% das mulheres mortas também são negras[70] e onde a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado[71]. Somos o quinto

---

[69] https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/06/18/homicidios-brasil-negros-vitimas-atlas.htm

[70] https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-sao-63-das-vitimas-de-feminicidio-no-brasil/

[71] https://observatorio3setor.org.br/genocidio-cada-23-minutos-um-jovem-negro-e-assassinado-no- pais/

país em número de feminicídios, o primeiro em número de assassinatos de homossexuais e pessoas trans. Certamente, não somos o país mais indicado para oferecer algum tipo de proteção às pessoas negras e a outras minorias que tentam escapar da guerra e da violência em seus países de origem.

Apesar de ser regido por leis que estabelecem proteção e direitos, o Estado brasileiro não consegue ou não quer garantir sua efetiva implementação. Moïse foi uma das vítimas deste Estado ausente.

3.3.2 **Os quinze minutos que ainda não terminaram...**

Quinze minutos: esse foi o tempo que a câmera de segurança do estabelecimento onde Moïse trabalhava registrou o crime do qual ele foi vítima. Ele foi imobilizado, teve as mãos e os pés amarrados às costas, foi agredido por cinco pessoas com chutes, socos, pedaços de madeira e um taco de beisebol, sem nenhuma chance de defesa. Sem socorro e sozinho em seu suplício não teve outra opção a não ser aguardar a morte. Mas o que motivou tamanha descarga de ódio contra Moïse?

Moïse trabalhou informalmente, por algum tempo, como garçom num quiosque, situado no bairro da Barra da Tijuca. No dia 24 de janeiro de 2022, ele foi ao quiosque com a finalidade de receber duas diárias que totalizavam R$ 200,00 (duzentos reais). Segundo familiares, com esse valor pretendia adquirir uma caixa de isopor, para comprar e revender bebidas e, desta forma, não precisaria mais trabalhar para outras pessoas, ou seja, continuaria na informalidade, mas pretendia fazer isso por conta própria. Quanta ousadia em cobrar o pagamento de seu trabalho sendo quem ele era, africano, negro retinto, refugiado e jovem, o NREB jamais iria permitir tamanha afronta.

Ele sofreu uma ação extremamente violenta, coletiva, e que contou com a participação ativa de um grupo de pessoas que se formou apenas para aquele ato. Não houve organização prévia. A ação aconteceu em um local público. Podemos perceber que houve naquele ato a intenção de deixar um exemplo para as pessoas que se comportam fora dos limites aceitáveis e estabelecidos por uma sociedade racista e xenófoba. Essa é a definição para linchamento.

As imagens das agressões sofridas por Moïse são estarrecedoras, mas constatamos que, durante o linchamento, assistido por várias pessoas, nenhuma delas tentou fazer com que a agressão cessasse. Isso diz muito sobre quem somos. E, como se não bastasse, depois de Moïse

estar morto ao lado do quiosque, a atividade comercial não foi interrompida. Não houve qualquer comoção. Alguns clientes, mesmo diante do corpo, continuaram a consumir os produtos servidos pelo estabelecimento sem nenhum constrangimento. Essas pessoas estão no "meltig pot" em que nossa sociedade se transformou: um tecido social violento e racista que ainda não está curado dos efeitos da escravidão.

O ocorrido com Moïse nos mostra que as vítimas de linchamento não são aleatórias. Os corpos preferencialmente atingidos refletem um repertório social a respeito de quem são os exterminá veis. É impossível dissociar o linchamento de Moïse de sua condição como imigrante africano, negro, pobre e jovem. Esses marcadores o colocam na posição mais baixa de nossa pirâmide social e, portanto, em condição de grande vulnerabilidade com sistemática negação de direitos, não só pelo Estado, mas também pela própria conjuntura das relações que o cercava.

Foram identificadas inicialmente três pessoas apontadas como autores das agressões contra Moïse. Após análise das condutas individuais dos participantes, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro denunciou as três. Eles foram julgados, e no dia 14 de março de 2025 dois foram condenados a 23 anos, sete meses e 10 dias de prisão e 19 anos, seis meses e 20 dias de prisão em regime fechado, o terceiro acusado recorreu da pronúncia[72] e aguarda julgamento. Interessante perceber que entre os agressores havia trabalhadores informais iguais a Moïse, mas que, mesmo assim, o enxergaram como "outro". Executaram uma ação irracional e extremamente violenta, censurável em todos os aspectos, mas admitida e estimulada pelo, então, governo de Jair Messias Bolsonaro.

Entendemos que existe nexo de causalidade entre a ação dos autores do linchamento contra Moïse e o NREB. E, neste caso, eles atuavam como sua "longa manus", isso porque, na medida em que aquele governo tinha como política o incentivo ao uso indiscriminado da violência, eles estariam implicitamente legitimados a fazê-lo. Esse episódio demonstrou, da maneira mais sombria, nossas controvérsias relativas a Direitos Humanos, justiça, e principalmente aquilo que se refere às concepções de cidadania em nossa sociedade.

Após o crime permanecer ignorado pelo grande público por cinco dias, uma pequena manifestação da comunidade congolesa provocou um congestionamento capaz de chamar a atenção da imprensa que, por sua vez, noticiou o homicídio. Não fosse por isso, morte de Moïse provavelmente se somaria às estatísticas oficiais: seria só mais um número. As manifestações

[72] A pronúncia existe apenas no procedimento do Tribunal do Júri e consiste na decisão do juiz que leva o réu ao julgamento em "júri popular". Art. 413 CPP**.** "O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação". (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008).

e protestos foram muito importantes para dar visibilidade a um cenário quase sempre invisível. Ao longo dos dias que se seguiram, diante da cobrança de organizações e de formadores de opinião, o caso ganhou visibilidade e gerou mobilizações, o que fez as investigações avançarem.

Não podemos dizer que a morte de Moïse é um caso isolado, porque são essas as experiências cotidianas vivenciadas por muitas pessoas que compõem as comunidades mais vulneráveis em nosso país. Da mesma forma, não podemos afirmar que esse caso romperá com práticas violentas, porque elas, infelizmente, fazem parte de nossa herança escravocrata e estão perpetuadas em nossa sociedade atingida pelo racismo estrutural. Quando observamos o cotidiano de imigrantes humanitários e refugiados, percebemos que suas rotinas são atravessadas por preconceito, com dificuldades em diferentes graus e inúmeros problemas sociais, como a moradia nas periferias e favelas na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, muitas vezes estão destinados a eles a informalidade e os trabalhos mais precários como o de Moïse Mugenyi Kabagambe. O direito dos refugiados está previsto em lei e é um dever humanitário. Ninguém nasce refugiado. As pessoas se tornam refugiadas na medida em que são afetadas por guerras e outras adversidades, que as levam a sair de seus países a fim de preservar suas vidas.

O racismo, a xenofobia, assim como outras formas de preconceito e discriminação, estão presentes na sociedade brasileira. Isso é fato. O combate a essas práticas deve ser um exercício diário de todos nós brasileiros e estrangeiros. A Constituição Federal garante a igualdade entre nacionais e não nacionais objetivando assegurar esses direitos, em seu artigo 5 º, XLI e XLII:

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
> XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;
> XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

E no artigo 1º, 4 da Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, promulgada pelo Decreto Nº 10.932, de 10 de janeiro de 2022 define a discriminação racial:

> Racismo consiste em qualquer teoria, doutrina, ideologia ou conjunto de ideias que enunciam um vínculo causal entre as características fenotípicas ou genotípicas de indivíduos ou grupos e seus traços intelectuais, culturais e de personalidade, inclusive o falso conceito de superioridade racial. O racismo ocasiona desigualdades raciais e a noção de que as relações discriminatórias entre grupos são moral e cientificamente justificadas. Toda teoria, doutrina, ideologia e conjunto de ideias racistas descritas neste Artigo são cientificamente falsas, moralmente censuráveis, socialmente injustas e contrárias aos princípios fundamentais do Direito Internacional e, portanto, perturbam gravemente a paz e a segurança internacional, sendo, dessa maneira, condenadas pelos Estados Partes.

Mas o direito à vida, à liberdade e segurança, a valorização da dignidade humana, a

prevalência dos Direitos Humanos, a não discriminação e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a execução desses direitos fundamentais em sua plenitude só será possível quando substituirmos a atual cultura da violência pela cultura de Direitos Humanos em nosso país.

O Brasil é signatário de tratados e convenções internacionais que tratam sobre Direitos Humanos, migração e refúgio. Há legislação específica para os refugiados, garantindo, entre outros direitos, uma acolhida humanitária e o repúdio à xenofobia, ao racismo e quaisquer formas de discriminação. Essas leis garantem direitos aos estrangeiros, tais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (art. 26); o Estatuto de Refugiados de 1951; o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados; a Declaração de Cartagena de 1984; o princípio da igualdade perante a lei e as garantias individuais a brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, nos termos do art. 5o. da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; as diretrizes da Lei 9.474, de 22 de julho de 1997, conhecida como a Lei do Refúgio, passando pelos princípios e garantias da política migratória brasileira, estabelecidos na Lei 13.445, de 24 de maio de 2017, (Lei de Migração). No entanto, a realidade nos mostra que ainda existem muitas dificuldades para a implementação destes dispositivos legais e, consequentemente, para a implementação de políticas públicas que efetivem o acesso a esses direitos.

Enfim, nosso objetivo é não esquecer Moïse, aquele que produziu, gerou valor, e não recebeu por seu trabalho. E, no exercício de seu justo e assegurado direito, foi punido. Nossa herança escravocrata foi novamente posta em prática. Propondo uma comparação, entendemos que o pelourinho esteve novamente montado, os golpes com pedaços de madeira e taco de beisebol substituíram a chibata, as cordas que amarraram Moïse substituíram os grilhões. Ele, com pés e mãos amarrados, foi "açoitado" impiedosamente até a morte. Considero que os quinze minutos de suplício de Moïse foram o epílogo no qual tudo seguiu sua ordem natural. Visto pela perspectiva do NREB, é possível mesmo que Moïse, nos seus últimos momentos, tenha sussurrado uma de suas palavras preferidas, mas já era tarde, *désolé*[73].

Todos os imigrantes são indivíduos que têm sonhos, expectativas e esperanças, mas, muitas vezes, esses sentimentos não são correspondidos. Para conseguir alcançar suas metas, eles precisam se submeter às leis dos homens e à burocracia. Essas variáveis são levadas em conta no momento de decidir de migrar. Esse desejo, muitas vezes coletivo, é o motor que faz iniciar o projeto migratório. E assim o imigrante se transforma em um ser diferente do que era,

[73] Tradução: Sinto muito.

não pertence mais exclusivamente ao país de origem e tampouco ao país destino, ou seja, passa a ser híbrido.

3.4 **A teoria neoclássica**

Larry A. Sjaastad (1962) aponta que uma das primeiras tentativas de compreender as migrações, nacionais ou internacionais, focou na tomada de decisão de cada indivíduo. No entanto, em seu estudo, Sjaastad enxerga a migração como um investimento em capital humano, que deve trazer melhorias na qualidade de vida e facilitar a entrada no mercado de trabalho para o imigrante. Por isso, ao decidir migrar, o indivíduo leva em conta tanto os custos financeiros quanto os custos emocionais e pessoais. Ele deve avaliar se os benefícios obtidos com a mudança compensam as despesas envolvidas no projeto migratório. Dessa maneira, a migração interna tem uma base econômica. Ele acredita que uma pessoa racional, antes de tomar a decisão de migrar, opera todas as comparações que envolvem custos financeiros, tais como despesas com moradia, transporte e alimentação, além de benefícios financeiros, como salários e remunerações. Também há custos não-materiais, como o impacto psicológico de deixar seu local de origem, ou a preferência pela nova localidade. Ou seja, o fator econômico deve ser levado em conta como uma prioridade; é como se tudo fosse colocado em uma balança e avaliado. Para ele, escolher migrar é uma questão de analisar se os benefícios superam os custos, considerando a migração como um investimento em habilidades e condições de vida que visam sempre melhorar a situação do indivíduo (Sjaastad, 1980).

As pesquisas de Ravenstein (1980)[74] e Lee (1980)[75] colocam o indivíduo como protagonista no fenômeno migratório. Nas duas abordagens, a própria pessoa opta por uma escolha lógica após comparar o local onde se encontra com o destino desejado. Lee, diferentemente de Sjaastad (1962), afirma que "a decisão de migrar nunca é completamente racional, sendo que para algumas pessoas a fundamentação racional é bem inferior à irracional [...]. Na verdade, nem todas as pessoas que migram chegam a tal decisão por si (Lee, 1980, p. 103). Ele continua e identifica elementos, denominados fatores de repulsão na origem e fatores de atração no local de destino, além de fatores intermediários que influenciam esse trajeto. A energia necessária para que a decisão de emigrar seja posta em prática deve ser suficientemente forte para superar a inércia que, de maneira natural, sempre se apresenta. A decisão de uma

[74] As Leis da Migração.

[75] Uma Teoria sobre a Migração, respectivamente

pessoa em migrar não se fundamenta, necessariamente, em informações precisas sobre o novo lugar. Isso nos leva a entender que não são apenas os aspectos objetivos, como por exemplo o fato do migrante saber que a economia do país X é melhor que a do país Y, também devem ser consideradas as percepções pessoais sobre os locais de origem e de chegada e, nesse caso, as redes de apoio construídas e mantidas pelos migrantes podem definir e impulsionar o movimento migratório.

O migrante enfrenta diversos desafios que podem variar em modo e intensidade entre os locais de origem e de destino; alguns podem ser facilmente superados, enquanto outros se mostram intransponíveis. Esses obstáculos podem ser tanto tangíveis, como barreiras físicas, quanto intangíveis, como normas legais que restringem o fluxo migratório. Os fatores que influenciam a decisão de migrar e o processo de migração podem ser classificados em quatro categorias: primeiro, os fatores relacionados ao país de origem; depois, os fatores ligados ao país de destino; em seguida, os obstáculos que podem surgir durante esse processo; e, por fim, os fatores pessoais de cada indivíduo (Lee, 1980). Há também as dificuldades apresentadas nos países que os migrantes escolheram como destino. Essas barreiras, muitas vezes são intangíveis, mas podem ser percebidas, como o idioma, algum eventual choque cultural, o preconceito racial, a xenofobia, a ausência de documentação ou a dificuldade em validar o diploma, o que impede o exercício de certas profissões para esses indivíduos, além das exigências informais impostas por empregadores, o que pode fazer do comércio informal, muitas vezes, a única possibilidade de trabalho. A escolha de migrar não é inteiramente lógica, pois, para algumas pessoas a motivação racional é muito menos significativa do que a emocional. De fato, constatamos que nem todo indivíduo que opta pela migração toma essa decisão de forma independente. Podemos citar o exemplo de uma imigrante nigeriana (39 anos, há 21 anos no Brasil) que nunca havia pensado em sair de seu país, mas quando sua mãe recebeu a visita de uma amiga que morava no Brasil, foi induzida a emigrar.

A perspectiva conhecida na literatura como teoria neoclássica é classificada como a teoria mais antiga e a de maior impacto e tem, ainda hoje, grande aceitação, uma vez que essa abordagem valoriza a liberdade de escolha do indivíduo e discute a questão do equilíbrio econômico, assim como o papel do trabalho nesse contexto. A abordagem neoclássica é entendida como uma análise comportamental, pois enfatiza as possíveis reações dos indivíduos que, ao emigrar, atendem às exigências do mercado capitalista (Brumes, 2013). Essa teoria aborda tanto o fenômeno do retorno quanto o de uma possível nova migração. Em relação à nova migração, a teoria neoclássica a enxergava como um sinal de fracasso do plano migratório inicial associado a uma integração insatisfatória no mercado de trabalho, fazendo crer que

seriam os migrantes em situação desfavorável que decidiam partir novamente. Entendemos que essa teoria apresenta lacunas, tendo em vista que são inúmeros os motivos para o retorno dos imigrantes, como por exemplo, o fato da economia do país escolhido ter "encolhido", casos de doença na família, a situação econômica ou política do país de origem ter se modificado, entre outros.

Uma das críticas feitas à teoria neoclássica é que "o tema do desenvolvimento é abordado a partir da perspectiva do destino, considerando-o como um espaço de progresso e melhoria das condições de vida em comparação com os locais de origem" (Montaño, 2015, p. 41, tradução nossa). Essa perspectiva concentra-se no cálculo individual e nas questões econômicas, "Na verdade, a teoria desconsidera o contexto social em que os cálculos individuais são feitos" (Portes, 2007, p. 23, tradução nossa). Em outras palavras, essa teoria enfoca na racionalidade do trabalhador migrante, deixando de lado as políticas de controle da migração, as migrações motivadas por laços afetivos e familiares, além de desconsiderar as migrações impulsionadas por fatores culturais, políticos ou as relacionadas ao meio ambiente. Também não leva em conta as migrações que não resultam de decisões conscientes de certos indivíduos, como grupos deslocados à força e pessoas impactadas por conflitos. Assim, embora essa racionalidade seja observada, ela não é suficiente para explicar os processos migratórios.

3.5 **A economia da migração:** uma nova perspectiva

A nova economia da migração surge 'como uma adaptação da teoria neoclássica' e, quando as comparamos, percebemos semelhanças em certos pontos e diferenças em outros. Tanto na nova abordagem quanto na teoria neoclássica, a migração é vista como uma decisão racional, motivada essencialmente por razões econômicas, em especial pelas condições financeiras adversas no local de origem. Diferentemente da visão neoclássica, a nova economia da migração não se concentra apenas no indivíduo e em suas decisões racionais, mas na família "ou outra unidade cultural de produção e consumo" (Montaño, 2015, p. 41, tradução nossa). Assim, ao estudar a teoria da nova economia da migração, percebemos que a decisão de migrar não é determinada apenas pela vontade individual, mas está inserida em contextos mais amplos, como grupos humanos, ou mesmo comunidades inteiras. Esses grupos atuam de forma colaborativa, buscando não apenas aumentar as oportunidades de renda, mas reduzir os riscos financeiros inerentes ao processo migratório.

Essa abordagem sustenta a existência de uma relação entre trabalho e desenvolvimento, levando em conta, no momento da decisão, variações salariais, remessas e movimentação de

produtos e informações. Essa perspectiva apresenta uma visão mais otimista sobre a relação entre migração "econômica" e desenvolvimento. Seu foco está nas causas e consequências da emigração nos locais de origem, sem destacar fatores que facilitam ou dificultam a migração e benefícios dos destinos escolhidos. No entanto, indica que a falta ou pouco desenvolvimento são fatores que impulsionam a migração. Ao considerar o aspecto coletivo do processo, essa abordagem ajuda a explicar a emigração dos africanos, sul-americanos e caribenhos para as Américas, o Brasil e, em especial, para a cidade do Rio de Janeiro, nosso recorte espacial.

3.6 **Teoria do mercado segmentado**

A teoria do mercado segmentado revela duas dimensões distintas. Segundo Rea (2021), o mercado de trabalho se divide em dois setores: o setor primário, que oferece postos para trabalhadores qualificados, com boa remuneração e com relativa estabilidade; por outro lado, o setor secundário é composto majoritariamente por trabalhadores menos qualificados e com baixa remuneração. Com essa dualidade, o mercado de trabalho nos países desenvolvidos revela uma demanda por mão de obra imigrante para os empregos do setor secundário, pois, conforme demonstram os estudos, o setor primário é destinado aos nativos, enquanto o secundário é ocupado pelos imigrantes (Portes, 1999; Montaño, 2015; Sasaki e Assis, 2000). A maior parte dos migrantes, como têm reiteradamente demonstrado os analistas da sociologia do trabalho, são empregados no setor secundário, ou até terciário, ou seja, setor de trabalho geralmente árduo e com baixa remuneração, ou mesmo na economia informal.

No setor primário, observa-se a predominância de capital intensivo, enquanto no setor secundário há uma maior presença de trabalho intensivo (Montaño, 2015). Essas observações indicam que o progresso observado nos países industrializados desencoraja a participação da população local no segundo e terceiro segmentos do mercado de trabalho, devido às razões mencionadas. Nesse contexto, Sayad (1998) argumenta que, nos países desenvolvidos, a melhoria na qualidade de vida, tanto econômica quanto cultural, resulta em um afastamento crescente da força de trabalho nacional de certas atividades, podendo até se estender a setores inteiros de emprego que são considerados degradantes e socialmente desvalorizados, além de uma redução progressiva da carga horária e da longevidade da vida profissional.

A justificativa para a contratação de imigrantes que aceitam desempenhar funções que não são desejadas pelos cidadãos locais é clara. Esses trabalhos, que muitas vezes são menosprezados, atraem imigrantes devido ao pagamento superior em comparação com seus países de origem (Montaño, 2015) e são, na maioria das vezes, sua única opção. Essa demanda

resultou na categorização de alguns empregos reservados aos imigrantes por serem perigosos, difíceis e desgastantes. Entendemos que uma melhor remuneração é sem dúvida um fator positivo, mas o parâmetro deve ser outro, ou seja, a comparação com a remuneração do imigrante nos países desenvolvidos, ou em desenvolvimento, deve ser com a média desse país e não com a de seu país de origem. Essa renda maior no país destino encobre a exploração, que fica mais evidente quando se trata de trabalhadores imigrantes que não tenham entrado no país de forma regular e atuam na informalidade. Ou seja, o migrante só é visto como importante para o mercado de trabalho se puder ser mais explorado que o trabalhador nativo. Dessa maneira, Morokvasic (2013) sugere que a baixa remuneração em um país com moeda mais valorizada pode ser vista como um "favor" concedido por nações desenvolvidas, especialmente aos migrantes oriundos dos países do Sul Global.

3.7 **A teoria do sistema mundo**

Comparando a teoria do sistema-mundo com a teoria do mercado segmentado, percebemos que ambas concordam ao afirmar que "sociedades avançadas realmente necessitam da mão de obra estrangeira para preencher posições de baixo retorno financeiro" (Montanõ, 2015, p. 42, tradução nossa). A teoria do sistema-mundo foi criada por Wallerstein (1974) para descrever o sistema capitalista global que se desenvolveu na Europa. Ele argumentou que este sistema é caracterizado por uma divisão internacional do trabalho que cria uma hierarquia entre centro, semiperiferia e periferia. Esta estrutura permite a maximização de lucros através da exploração econômica das regiões periféricas pelos países do núcleo. A teoria apresenta uma visão geral das relações internacionais, focando nas estruturas econômicas globais e nas formas de poder que influenciam o sistema mundial. A inovação está na economia como elemento principal das análises, mostrando como as desigualdades estruturais continuam acontecendo por meio da exploração econômica entre diferentes regiões do planeta. Assim, a desigualdade causada pela exploração econômica é um dos principais causadores dos atuais fluxos migratórios.

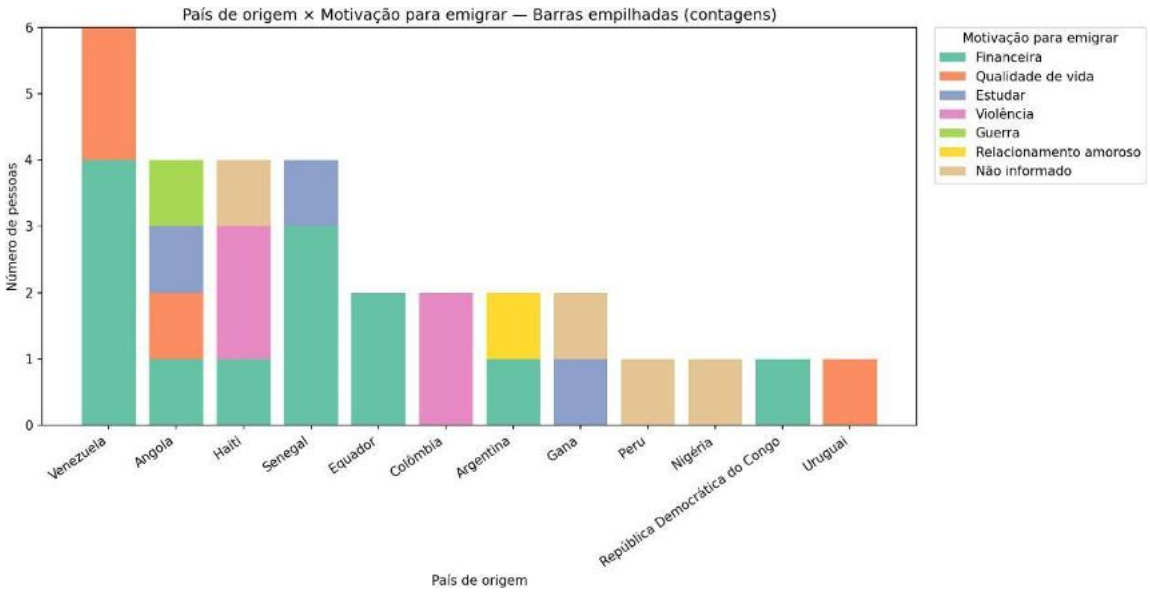
Nessa teoria, a migração é percebida como um fenômeno no qual as populações periféricas não capitalistas iniciam uma transformação compulsória ao entrarem em contato com as dinâmicas econômicas do capitalismo. Um dos efeitos do crescimento do capital denominado "multinacional" nos países periféricos é o reordenamento da cultura popular para se alinhar a padrões estrangeiros e a inserção de modelos de consumo que não correspondem à realidade e tampouco aos níveis dos rendimentos locais, ou seja, criam uma demanda por

consumo. Essa nova realidade oferece ao potencial emigrante uma primeira noção do que pode encontrar em sua vida fora do país e aumenta a percepção da distância que existe entre as condições em que vive e as novas possibilidades que se apresentam, aumentando a vontade de emigrar. Certamente esse contato não ocorreu de maneira neutra em termos de poder, pois a teoria abordada aponta que a migração é uma das consequências, e tem como causa a dominação das regiões centrais sobre as periféricas.

É possível afirmar que as teorias anteriores se apoiam predominantemente no componente econômico, atribuindo esse fator às causas migratórias. A pobreza e a falta de oportunidade de trabalho são frequentemente citadas como razões para a emigração, mas não são as únicas. As causas são variadas. Elas podem ser de natureza social (como a fuga de uma sociedade patriarcal) ou cultural (como a atração por imagens de sociedades percebidas como ricas). A evolução das migrações está intimamente relacionada ao avanço tecnológico, que facilita tanto a comunicação (TICs)[76] quanto o transporte, aumentando assim o fluxo migratório, o que, por sua vez, promove mais migrações. Além disso, o crescimento das migrações está vinculado ao processo de expansão do capitalismo, à globalização e à atividade das redes de apoio que oferecem suporte tanto para aqueles que ainda não iniciaram o processo e para os que já se encontram no país destino. O colonialismo imposto em várias regiões do mundo, que hoje são conhecidas como Sul Global, deixou de herança para essas populações a miséria e o atraso econômico, gerando escassez material e falta de esperança em um futuro melhor, o que pode levar as pessoas a migrarem, resultando em uma dispersão populacional (Hall, 2003).

[76] TIC é a sigla para Tecnologias da Informação e Comunicação, são instrumentos ou recursos tecnológicos. Essas ferramentas se tornaram parte da estrutura que é a base da vida moderna. São exemplos de TICs: a internet, redes de computadores, correio eletrônico, redes sociais e mensagens instantâneas como o WhatsApp, entre outras.

Gráfico 1 – País de origem X Motivação para emigrar



Fonte: elaboração própria

Como pode ser observado no gráfico acima, as razões para emigrar são variadas: a busca por uma vida com melhores perspectivas, a realização de sonhos, a construção de um futuro mais promissor, a vontade de poder prestar auxílio aos pais e proporcionar um futuro melhor para os filhos, a fuga de guerras e da violência, por motivos religiosos e até mesmo por causa de um relacionamento amoroso. Agora, é importante ressaltar que a maioria dos imigrantes entrevistados que se encontram na cidade do Rio de Janeiro e se dedicam ao comércio informal têm como objetivo a melhoria econômica. Eles reconhecem a impossibilidade de alcançar esses objetivos caso continuassem em seus países e fazem algumas críticas, como por exemplo:

"Trabalhava como professora de jornalismo lá, na Venezuela, e a paga era muito pouca. Não dava para comprar os alimentos mais básicos, tampouco para os pagos da luz, da água. Muito difícil o salário que você ganhava para pagar tudo o que tinha que pagar." (Imigrante Venezuelana, 35 anos, há 3 anos no Brasil).

De maneira geral, nossa pesquisa aponta que a vontade de emigrar é um sentimento amplamente compartilhado, principalmente entre os jovens. Percebemos que entre os imigrantes entrevistados existe uma cultura migratória: a ideia de que a conquista do sucesso e o futuro promissor dependem, obrigatoriamente, de buscar oportunidades fora de seus países.

A crença de que é necessário deixar o país para alcançar realizações é algo comum entre eles, mas não podemos esquecer de outros fatores envolvidos, como as questões políticas, guerras e pobreza que obrigam muitos deles a abandonarem seus países.

"Às vezes, não tínhamos nem para comer. Então, eu falava com a minha mãe. Eu vou trabalhar, eu vou juntar dinheiro e não vai faltar comida para nós. Eu queria remodelar a casa da minha mãe. Porque na casa que a gente morava, quando chovia, a água caía mais dentro do que fora. (risos) Então, eu falava para a minha mãe. Eu quero uma melhor vida." (Imigrante Equatoriana,

34 anos, há 14 anos no Brasil)

"Porque é um país onde não há trabalho, onde as pessoas estão morrendo de fome, onde não há oportunidades para os filhos, onde não há saúde, onde não há educação, onde não há nada. E você nem podia fugir, porque não podia... Quer dizer, tinha proibição de sair. Para conseguir a documentação, para chegar ao Brasil legalmente, foi todo um desafio." (Imigrante Venezuelano, 62 anos, há 7 anos no Brasil).

Observamos que muitos pensam em emigrar, tanto trabalhadores empregados quanto desempregados. Diante disso, é desafiador alterar essa mentalidade, especialmente considerando que os primeiros a partir frequentemente fazem remessas de dinheiro para os familiares, o que pode ser visto como sinal de sucesso, que muitas vezes são meramente ilusórios, uma vez que as dificuldades continuam como realidade. Assim, é indiscutível que os fatores econômicos desempenham um papel relevante, mas não são suficientes para explicar toda a complexidade dessa particularidade do processo migratório. O desejo de emigrar está conectado tanto à aspiração de realização pessoal e familiar quanto pelo prestígio social que isso pode trazer. Esse desejo geralmente se associa à vontade de encorajar ou auxiliar um familiar, que pode não ter inicialmente planos de migrar.

Embora não se pretenda esgotar a análise sobre os motivos que levam à saída e à entrada (repulsão e atração) dos imigrantes, é importante considerar a localização geográfica dos países de origem dos emigrantes e as possíveis rotas para a viagem, assim como as características sociais, políticas e econômicas desses países. Além disso, devemos levar em conta as políticas migratórias vigentes nos países de destino, assim como o contexto contemporâneo da globalização. Outro fator a ser considerado é o peso na formação da opinião da população global, em especial dos potenciais emigrantes. Quando as mídias enaltecem o Norte Global e alguns países em desenvolvimento, como o Brasil, se cria uma questionável atração para o sucesso, prosperidade e realização pessoal. Ao mesmo tempo, quando depreciam o Sul Global, disseminam o sentimento de repulsão, estimulando a imigração.

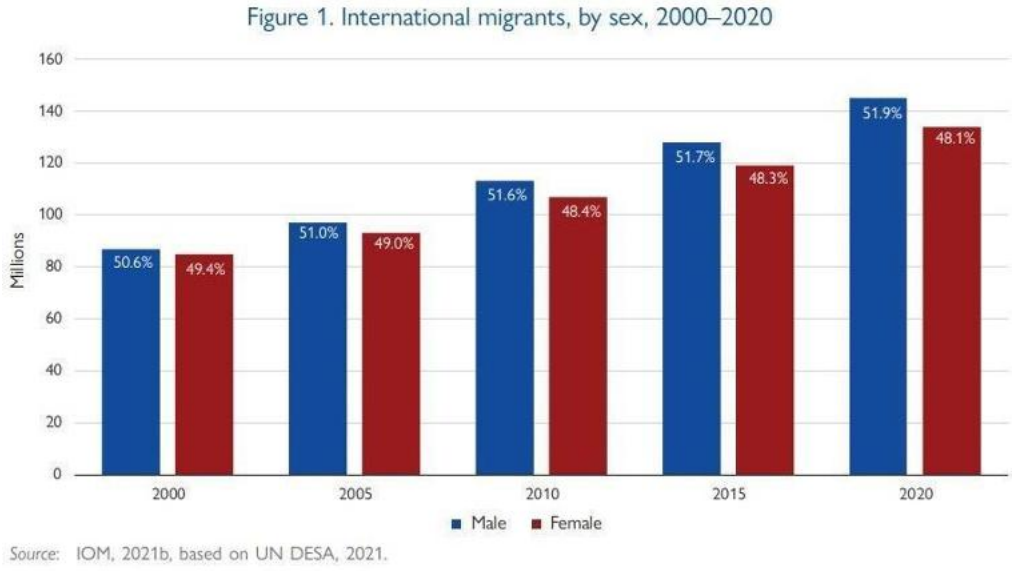
3.8 **Gênero e migração**

A introdução da temática de gênero nas pesquisas sobre migração não é uma novidade. A pesquisa de Ravenstein (1980) revela que, desde o início, a imigração de homens e mulheres esteve relacionada ao fator econômico. No entanto, com o passar do tempo, surgiram outras razões (perseguição política, guerras, questões ambientais, questões climáticas, entre outras) para justificar os movimentos migratórios. A questão laboral continua sendo um aspecto fundamental para os imigrantes independente do gênero. Em nossa pesquisa de campo nas ruas

do Rio de Janeiro, no que diz respeito às mulheres, os resultados apontaram que atualmente elas também migram por motivos políticos e sociais, assim como os homens.

Desde então o mundo deu muitas voltas e a realidade atual é outra. Nas últimas duas décadas, o equilíbrio entre homens e mulheres na migração internacional se tornou evidente. Em 2020, 3,6% da população global era composta por migrantes internacionais (OIM, 2021). Nesse ano, a proporção de mulheres migrantes alcançou 3,5% da população feminina mundial, enquanto a de homens migrantes ficou em 3,7% da população masculina. A nível global, essa ligeira diferença resultou em 11 milhões a mais de homens migrantes em comparação com mulheres na mesma situação. Ao se analisar os 135 milhões de mulheres e 146 milhões de homens migrantes em 2020, em comparação aos dados de 2019, observa-se um acréscimo de 5 milhões de indivíduos em ambos os sexos. De 2000 a 2020, o percentual da diferença entre homens e mulheres se manteve reduzido. O que pode ser observado no gráfico abaixo:

Grafico 2 – Migrantes internacionais por sexo (OIM, 2021)



Não é válido considerar que a migração feminina seja motivada por questões pessoais, privadas ou familiares, enquanto a migração masculina estaria ligada a fatores externos, sociais e econômicos. Isso pode ser observado nos exemplos encontrados nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, que apontam nesta direção. É o caso de uma Imigrante Colombiana (32 anos, mãe solo de 2 crianças, engenheira de sistemas), que tinha uma empresa de telecomunicações na zona rural e teve que emigrar porque tinha que “pagar um imposto para as organizações ao margem da lei, e aí, se a gente não paga, você corre ‘peligro’. Então, a gente era melhor fechar e procurar outro lugar”.

O estudo de Ravenstein (1980) foi publicado no final do século XIX e, somente um século depois, outro trabalho dedicado às mulheres migrantes foi realizado. Esta pesquisa teve o mérito de recolocar as mulheres na pauta dos estudos sobre migração, e assim retirá-las da invisibilidade. O trabalho, intitulado "Birds of passage are also women"[77], é considerado uma referência e resume pesquisas que contestam a separação entre migração por motivos matrimoniais e a migração laboral das mulheres.

Assim, é possível perceber que a participação feminina na migração, principalmente em relação à temática do trabalho, foi historicamente negligenciada nas investigações sobre o tema, com resultados que não retratavam a realidade e que destacavam o papel masculino nos estudos sobre migração. Isso levou a uma visão distorcida das mulheres migrantes como dependentes e passivas nesse processo, enquanto o trabalhador migrante masculino, tido como protagonista, foi tratado como o modelo universal.

Essa visão predominante até o final da década de 1970 e no início dos anos 1980 não reflete a contribuição real, tanto direta quanto indireta, das trabalhadoras migrantes, que são ainda mais vulneráveis quando comparadas com os trabalhadores migrantes, uma vez que, além de toda a opressão por conta da raça, cor e etnia (comum aos dois gêneros), a mulher migrante ainda sofre a discriminação de gênero.

Na pesquisa realizada, obtivemos dados que demonstram a força feminina na imigração e o fato de que muitas vezes a mulher assume o protagonismo no planejamento e execução do plano migratório. Observamos que, em alguns casos, a mulher emigrou sozinha, sem a figura do homem, tido, na maioria das vezes, como mantenedor. Em outros a mulher emigrou primeiro, se estabeleceu e construiu as redes de apoio para enfrentar os desafios. Um caso em especial nos foi relatado sobre uma peruana que veio sozinha para o Brasil, se estabeleceu, e somente em um segundo momento, o marido se juntou a ela.

3.9 **A teoria das redes sociais migratórias**

A perspectiva das redes sociais, como teoria relacionada à migração, surgiu na década de 1980, com o intuito de compreender os fatores que levam as pessoas a migrarem e as causas que garantem a continuidade do processo. Mas a relação entre redes sociais e o estudo da

[77] Birds of passage are also women. Tradução: As aves migratórias também são mulheres, obra escrita por Mirjana Morokvasic (1984), Trabalho publicado na 'International Migration Review' de 1984 (Rea, 2021; Morokvasic, 2008). A escolha do título da obra acontece ''em resposta à metáfora usada por Michael J. Piore (1979) relativa à imigração, entendida somente como a mobilidade de homens. Birds of Passage: Migrant Labor and Industrial Societies. Tradução: Aves de Passagem: Trabalho Migrante e Sociedades Industriais.

migração não é algo recente; na década de 1970, pesquisadores já investigavam os mecanismos das redes migratórias e o papel que familiares e amigos desempenhavam ao fornecer informações e suporte durante o processo migratório (Sasaki e Assis, 2000).

Brumes (2013, p. 22) descreve as redes sociais como "um fenômeno que envolve a criação de vínculos entre indivíduos conectados por laços profissionais, familiares, culturais ou emocionais". Podemos concluir que o conceito de redes sociais está intimamente relacionado ao de redes migratórias, ou seja, ao conjunto de conexões sociais que estabelecem vínculos entre comunidades de origem e de destino que acolhem os migrantes. Esses vínculos conectam tanto migrantes quanto não migrantes em uma intrincada rede de papéis sociais complementares e relações interpessoais. Além disso, ter a mesma unidade territorial como origem, é uma característica desse processo (Sasaki e Assis, 2000). Isso pode ser observado no relato do Imigrante Senegalês (66 anos, há 22 anos no Brasil) que mostra a importância das redes de apoio até mesmo para repor suas mercadorias no Rio de Janeiro ou enviar mercadorias para o Senegal, pois conta com a ajuda dos senegaleses que estão vindo para o Brasil ou indo para o Senegal para esse transporte. Nestes casos, toda a negociação no Senegal é feita através de videochamadas, onde é possível, para ele, ver, escolher as peças e negociar preços.

As redes sociais desempenham um papel crucial na vida dos imigrantes, atuando como fontes de recursos financeiros e informações. Não podemos esquecer que vontade e disponibilidade de nada adiantam para realizar a migração se os recursos (financeiro e informação) não existirem, e, nesse contexto, as redes sociais têm um papel importante. Assim, é possível entender que o planejamento, execução e a acolhida no país destino é facilitada pela existência e participação nas redes sociais. Em nossa pesquisa de campo, observamos que muitos dos imigrantes que optaram por partir são, na verdade, os que têm redes de contatos. Isso fica evidenciado na comunidade angolana da cidade do Rio de Janeiro:

"Aí me falaram e vieram e me receberam. Tipo, a pessoa liga para ele: "Olha, está vindo alguém de Angola..." Vão receber ele e vão dar orientação. Como é que funciona... Entendeu? Como é que eu posso fazer? Mostrar os caminhos, né?" (Imigrante Angolano, 45 anos, há 27 anos no Brasil)

A permanência e qualidade das redes sociais demanda cuidado. Elas não nascem de forma aleatória: são construções que podem se alterar ao longo do tempo, podem se expandir ou reduzir, e, assim, alterar a quantidade e/ou a qualidade, impactando positiva ou negativamente o resultado desejado pelo migrante. As redes sociais estão relacionadas com o capital social. O capital social refere-se ao conjunto de recursos que uma pessoa pode conseguir, seja material (dinheiro) ou intangíveis (informações), dentro de uma rede de relacionamentos. É importante esclarecer que o recurso financeiro, por si só, não constitui o capital social; ele é, na verdade, a

capacidade de articulação que o indivíduo possui quando a necessidade surge. Assim, a quantidade de capital social de uma pessoa está relacionada à amplitude da rede de relações que ela consegue efetivamente ativar, bem como ao capital que cada um dos seus associados possui individualmente (Portes, 1999).

A teoria das redes sociais migratórias sinaliza que os destinos mais atraentes para a migração não são, obrigatoriamente, os chamados países do Norte Global. Muitas vezes, os destinos são aqueles países onde os integrantes da rede possuem acesso a informações, têm um outro membro do grupo na região e avaliam que esses locais são mais adequados para imigração, pois proporcionam as oportunidades e benefícios desejados, além de resultar em menores custos e redução dos riscos relacionados à imigração.

"Um amigo que estava aqui. [...] Estava aqui em um seminário. "O Brasil está crescendo para caramba. Tem muito projeto do governo. Tem muito obra que tá... que tá levantando. Tenta pegar visto para o Brasil". Depois, eu pedi visto." (Imigrante Senegalês, 40 anos, há 9 anos no Brasil)

Através das entrevistas realizadas, observamos que muitas pessoas migram porque têm compatriotas ou familiares na cidade do Rio de Janeiro, o que permite conhecer as vantagens e desvantagens dos destinos (emprego, moradia, segurança, entre outras), assim como obter informações sobre: como e de onde partir, qual a melhor rota, onde se estabelecer, como e onde trabalhar e se adaptar ao novo ambiente. Isto facilita a tomada de decisão dos futuros migrantes. Isto pode ser exemplificado por uma Imigrante Venezuelana que, apesar de ser professora de jornalismo, não estava conseguindo se manter na Venezuela e, por conta disso, um amigo, que já havia imigrado para o Brasil, financiou sua viagem. Outro exemplo são os senegaleses da confraria Mouride que residem na cidade de Niterói, RJ. Essa comunidade passou a ser referência para os senegaleses que chegam ao Brasil. Passam a residir em Niterói, pois contam com uma rede de apoio e proteção que facilita sua adaptação no Brasil.

Essa opção por migrar influenciada por compatriotas ou familiares que já realizaram essa transição gera, muitas vezes, um efeito em cadeia. Isso pode ser observado no caso de uma Imigrante Venezuelana que relata que o esposo da cunhada de sua filha já estava no Brasil:

"Ele é português. Quando viu a situação na Venezuela, ele mandou buscar seu filho, porque estavam passando mal. Então, ele: 'Traga seu filho para cá, para ajudá-lo'. Porque todo o desastre que havia na Venezuela, tudo mal. Entonce, esse filho, ele trago a su mama, porque também não queria que su mama estivesse passando mal allá, e ele mandou procurar su mãe com su irmanita, uma menina. [...] Já tienem muitos anos ... 10 anos que vivem aqui. E luego, a mama dele é hermana de esposo de mi filha. Entonce, ele veio com mi filha e mi filho maior. Depois, mi filho maior tem su família. Ele trouxe a su esposa com su menino e la sogra, porque era una só filha. [...] Depois, mi outra filha menor também. Mi filha maior, ela disse a mi filha menor que também viesse, porque estava passando mal. Entonce, mi filho não estava estudando allá, e mi filha maior o mandou avocar também, para trabalhar ou estudar aqui. E assim uma

cadeia... [...] Entonce, luego nosotros, últimos fomos nosotros. [...] E também la madre de mi genro. Ele mandou buscar a su madre tambien.”. (Imigrante Venezuelana, 62 anos, há 3 anos e meio no Brasil).

A escolha de migrar pode ser feita de forma individual ou em grupo. Isso significa que a decisão pode partir de uma pessoa, de uma família ou de uma comunidade, mas sua execução depende da colaboração ativa dos membros da rede, tanto no local de origem quanto no destino, e até mesmo em um terceiro país, uma vez que essas redes tendem a ser mais densas e com grande alcance geográfico. Durante a pesquisa, foi possível perceber que no interior dessas redes sociais está presente a solidariedade. Entendemos que esse apoio mútuo se deve à incerteza que caracteriza a experiência de ser imigrante.

A relação entre as redes sociais e o conceito de capital social é semelhante à conexão que existe entre as redes e o transnacionalismo. Pode-se afirmar que as redes, especialmente as familiares, são importantes para o processo da migração transnacional. Observamos em nossa pesquisa que um parente imigrante, ao se estabelecer no país destino escolhido, assim que possível, auxilia com recursos financeiros e informações um outro familiar que ainda não tenha conseguido realizar a viagem, esse, assim que estiver estabelecido, se unirá ao primeiro e ajudará a um terceiro, e, assim, a rede se retroalimenta. O transnacionalismo está intrinsecamente ligado à migração internacional e, por consequência, na experiência migratória de africanos, sul-americanos e caribenhos. As redes sociais desempenham um papel essencial ao unir o futuro imigrante com a sociedade de destino, assim como para conectar indivíduos que já estão no exterior com seus familiares que permanecem em seus países de origem. Os migrantes costumam manter vínculos tanto com a sociedade de origem quanto com a sociedade de destino, reforçando a característica transnacional dos atuais fluxos migratórios.

3.10 **O transnacionalismo como teoria migratória**

Antes de tratar do transnacionalismo como teoria, cabe destacar a presença do “navio negreiro” atravessando todo esse processo. Na verdade ele fez mais que isso. Ao parir os africanos escravizados nas Américas, lançou as bases de uma sociedade multiétnica e multicultural, como já dissemos anteriormente (Redker, 2011).

A utilização da expressão "transnacional" não teve seu início nas pesquisas sobre migrações internacionais. O conceito de transnacionalismo é anterior ao século XX. Sua origem está vinculada à economia política e está intimamente associada a empresas privadas e grandes operações financeiras, que os Estados nacionais não conseguiam controlar, no último quartel

do século XIX. Ou seja, a expansão dessas empresas tem sido vinculada ao poder e à posse de capital em múltiplos países, à exploração de mercados locais, às exportações e transferências de mercado entre as divisões de suas próprias empresas e à contratação de funcionários em outros países através de suas subsidiárias. Hoje, o transnacionalismo se apresenta como uma perspectiva analítica aqui identificado com as práticas dos migrantes, suas redes sociais e as comunidades de parentesco relacionadas à migração internacional (Escudero, 2018).

> A perspectiva transnacional sobre migração (Glick-Schiller, Basch E Szanton Blanc, 1992; 1994) foi desenvolvida a partir de pesquisas realizadas predominantemente na segunda metade da década de 1980 entre os chamados novos imigrantes do Caribe, Índia e Ásia, que começaram a migrar para os Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970 durante um período de renovada migração nas cidades daquele país (Feldman-BIanco, 2015, p. 14, tradução nossa).

Apesar de ser importante reconhecer que o conceito não é recente, este transnacionalismo econômico e financeiro, que se relaciona com o mercado global e envolve governos e grandes empresas, não é o foco principal desta análise. O objetivo aqui é compreender como a literatura trata o transnacionalismo relacionado à migração com foco nos menos privilegiados e cujas dinâmicas englobam, além do espaço familiar, as organizações que ligam o país de origem a uma ou mais sociedades onde seus membros estão estabelecidos. No entanto, os migrantes não são os únicos protagonistas no fenômeno de transnacionalismo. Organizações não governamentais (ONGs) e ativistas locais, que lutam pelos direitos humanos, pela proteção ambiental e outras causas globais, também desempenham um papel fundamental na expansão de redes de apoio aos imigrantes, que, dessa maneira, ultrapassam fronteiras (Portes, 2005).

Na verdade, as ações humanas que conhecemos hoje como transnacionalismo já aconteciam antes do conceito ser criado. Reconhecer essas ações em uma perspectiva analítica facilita o avanço no estudo do tema, "se a vida transnacional já ocorria no passado, mas não era reconhecida como tal, a abordagem transnacional oferece uma nova perspectiva analítica que revela o que estava presente, mas era invisível até então" (Smith, 2003: 1 apud Portes, 2005, p. 3, tradução nossa). E é nesse ponto que essa teoria passa a dialogar com nosso tema, na medida em que, durante toda a pesquisa de campo, percebemos que os imigrantes entrevistados, ao mesmo tempo em que estabelecem relações na cidade do Rio de Janeiro, continuam mantendo vínculos com seus países de origem, consolidando as redes transnacionais.

A migração era considerada um processo que provocava rompimento definitivo com a sociedade do país de origem, levando ao abandono de antigos valores e a uma total assimilação cultural provocada pelo contato com as culturas predominantes dos países escolhidos pelos imigrantes. No entanto, a teoria do transnacionalismo evidencia o fato de que os imigrantes mantêm conexões fortalecendo laços familiares, econômicos, sociais, organizacionais,

religiosos e políticos que transcendem fronteiras, estabelecendo uma ligação entre o global e o local, além das sociedades de origem e de destino. (Sasaski E Assis, 2000). Isso pode ser exemplificado na fala do Presidente da UNAERJ (União de Angolanos e Amigos de Angola no Rio de Janeiro), Blaise Bernardo, que mantém uma ONG, a ASBEPE (Associação Beneficente Projeto Elíquia), em suas palavras: "Elíquia é uma palavra em kikongo, em dialeto, quer dizer esperança". Em relação ao trabalho da ONG, ele relata:

"Então, hoje em dia, essa ONG está há mais de 20 anos documentada aqui no Brasil. E atendemos mais de 400 crianças. Temos a base em Ramos, a sede em Ramos. Temos um polo, Gardênia Azul, tem outro polo na Vila do João, onde atendemos mais os filhos dos angolanos. Gardênia Azul e Ramos, é todo mundo. As crianças de sete anos até 15, demos reforço escolar, luta, apoio à informática. [...] Nossos filhos que estão nascendo aqui tinham que conhecer um pouco a nossa cultura."

E prossegue:

"Em Angola, através da necessidade escolar e em alguns pontos, mesmo projeto daqui que temos aqui no Brasil, conseguimos abrir em Angola, [...] É no Zango, Zango 3, onde atendemos mais de 400 crianças tudo 0800, lanches e a escola mesmo. [...] E, este ano, eu estive em Angola para poder abrir um posto médico para poder atender aquela necessidade, aquelas crianças. Por quê? Quando acontece qualquer coisa com uma criança, até levá-la do hospital é muito longe."

E esses imigrantes, na medida do possível, constroem e mantêm barreiras que blindam o máximo possível a essência cultural de suas comunidades. Dessa forma, o termo transmigrante significa aquele que tem raízes em um novo país, mas continua mantendo fortes e múltiplas conexões com seu país de origem. Isso é facilitado pela capacidade de reduzir tecnologicamente a distância temporal e espacial entre o país de origem e de destino, preservando vínculos com suas comunidades de origem, além de dar continuidade e reinventar suas tradições e práticas culturais (Click Schiller et al., 1995). Um caso que ilustra essa questão é de um Imigrante Senegalês (66 anos, há 22 anos no Brasil) que abriu uma microempresa de artesanato em madeira em sua terra natal. Com isso, seus familiares e outros moradores locais têm trabalho garantido, pois produzem e vendem seus produtos e ele tem garantido o artesanato étnico para vender nas ruas do Rio de Janeiro. De acordo com o Imigrante: "Depois da venda, são três partidas: uma partida para mim, uma partida para a gente que está fazendo esse trabalho, uma partida também para a matéria-prima, a luz, para fazer...".

Durante nossas entrevistas, por várias vezes, quando os imigrantes tratavam da situação política de seus países, passavam a sensação de que eles, desterritorializados, fazem parte de um Estado residindo em outro, como se pudessem estar em vários lugares ao mesmo tempo; se mostram sempre conscientes e atualizados dos fatos políticos de seus países e buscam preservar

ou modificar minimamente sua identidade, sempre tentando manter seus valores culturais, integrando-os aos praticados no dia a dia da cidade onde vivem e de onde retiram seu sustento através do trabalho informal. É como se os conceitos de nação, raça, trabalho e etnia, ao viajar, se modificassem e se redefinissem de forma permanente. Essas manifestações podem ser entendidas como um exercício diaspórico acontecendo nas ruas da cidade do Rio de Janeiro (Gilroy, 2012).

Em termos geopolíticos, é como se houvesse um aumento no número de entes federativos dos países de origem quando suas comunidades estão estabelecidas em outros Estados. É possível pensar em um décimo primeiro departamento no caso do Haiti, em uma vigésima segunda província para Angola e em um vigésimo quarto estado membro para a Venezuela, e assim sucessivamente. Acreditamos que a sensação de expansão desses Estados acontece quando eles levam suas "fronteiras" para dentro dos países onde se estabelecem. Entendemos que, de maneira implícita ou explícita, que à diáspora estão associadas ideias de: uma comunidade de migrantes que se estabeleceu em outro país, mas que permanece atenta a questões sociais e políticas de sua terra natal, abarcando aspectos de identidade nacional, política, étnica, cultural, regional ou local, além de várias formas de manutenção e restabelecimento de laços com suas origens. Assim, o transnacionalismo desses migrantes se apresenta com características culturais e sociais, embora também inclua aspectos econômicos e políticos. Um exemplo de que os imigrantes estão acompanhando o que está acontecendo em seus países de origem:

"Angola, votos... Sei lá... sei lá... Eleições? Nunca tem uma eleição livre. Até porque, pelo que nós sabemos, os votos e as eleições são sempre manipulados. As pessoas votam, mas quem vence é sempre o mesmo grupo." (Imigrante Angolano, 35 anos, há 6 anos no Brasil).

Analisando a fala do Imigrante Angolano, é possível perceber que ele faz referência à atual situação política de Angola, que desde sua independência, tem no poder o mesmo partido político. Desde 1975, quando Angola se viu definitivamente livre dos invasores portugueses, um único partido detém o poder, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA- o partido se declara social-democrata). Atualmente existe uma grande concentração de poder; o atual Presidente da República, João Lourenço, também é presidente do MPLA. Quando o entrevistado diz que não há eleições livres em Angola, ele se refere a uma "fraude sistêmica" nas eleições do país desde a Independência. Essa fraude não acontece apenas no dia da eleição, é um processo que acontece há várias décadas elaborado para beneficiar o partido que está no poder. Esse processo de manipulação inclui controle das instituições eleitorais e judiciais, aprovação de leis que beneficiam o partido, o uso de recursos públicos para a compra de votos,

intimidação e ameaça aos opositores e campanhas de desinformação para desacreditar os candidatos da oposição. Tudo isso faz com que haja uma perpetuação do partido MPLA no poder em Angola.

A transferência de recursos financeiros é uma das expressões de atividades transnacionais que mais se destaca nas investigações sobre migrações internacionais. Percebemos que, em muitos casos, esses valores têm importância significativa para o PIB dos países. A partir das informações a seguir e de nossa pesquisa de campo, é possível afirmar que a frequência do envio de remessas feitas pelos imigrantes não é uma regra, mas, acontece sempre que possível.

Hans Timmer (2010), Diretor de Perspectivas do Desenvolvimento do Banco Mundial:

> As remessas são uma fonte vital de apoio financeiro que aumenta diretamente a renda das famílias dos migrantes, as remessas levam a um maior investimento em saúde, educação e pequenas empresas. Com melhor acompanhamento das tendências de migração e remessas, os formuladores de políticas poderão tomar decisões bem-informadas para proteger e alavancar esse influxo maciço de capital, três vezes maior do que os fluxos de ajuda oficial.[78]

Verificamos que, entre nossos entrevistados, alguns conseguem enviar recursos para suas famílias regularmente, outros eventualmente e outros nunca conseguem enviar nenhum recurso e ainda alguns poucos recebem ajuda de suas famílias. Mas, é unânime a intenção de, no menor espaço de tempo possível, enviar dinheiro para auxiliar seus familiares em seus países de origem. Sendo assim, o imigrante, trabalhador informal nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, ao enviar sua remessa de dinheiro, inclui a cidade na lista das geradoras de recursos do PIB de seus países de origem.

"[...] criei alguns projetos que alguns irmãos meus levaram para lá. Que tiveram benefícios e que se refletiram tanto para eles quanto para mim também. [...] Eu levei muitas empresas brasileiras, sobretudo do Sul, para lá. Universidades... Fiz intercâmbios entre universidade pública de lá com algumas universidades lá no Sul. [...] Na área de agronegócio, na área universitária. [...] Gerou dinheiro, gerou frutos. Tanto para uns quanto para outros lá. E para minha família também. Tem um na área ambiental, que até um professor foi lá fez uma conferência aqui. Virou projeto de governo." (Imigrante Angolano, 47 anos, há 20 anos no Brasil, formado em Gestão de recursos humanos e em Direito, atualmente desempregado trabalhando no mercado informal)

3.11 **Migração e desenvolvimento**

A pesquisa revisada sobre a conexão entre migração e desenvolvimento econômico e social indica que essa discussão é relativamente recente e envolve controvérsias, mesmo que

[78] https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2010/11/08/remittances-developing-countries-resilient-recent-crisis

essa interação exista, embora não tenha sido reconhecida dessa forma, desde os períodos de colonização na América e na África. No final do século XX e no começo do século XXI, a conexão entre migração e desenvolvimento surgiu como destaque nas discussões acadêmicas. Antes de 1994, essa inter-relação não recebia a devida atenção por parte das nações desenvolvidas do hemisfério norte, diferentemente do que ocorreu nos anos 2000, quando importantes episódios relacionados à migração internacional, como o aumento da crise migratória, foram destacados. Eles também afirmam que a súbita preocupação com migração e desenvolvimento surge em um contexto de aumento do número de migrantes internacionais, sendo considerado resultado de fortes fatores econômicos e demográficos, tanto no Sul quanto no Norte Global, que são vistos como uma consequência inevitável da globalização e de uma nova percepção sobre os migrantes provenientes dos países do Sul Global, que passaram a ser percebidos como "problema" e "ameaça" à estabilidade, segurança e a qualidade de vida nos países do Norte Global. Assim, para evitar a entrada sem controle de imigrantes, se fez necessário implementar uma governança da migração, na qual os países que fornecem mão de obra (Sul Global) atuariam como "parceiros"[79] dos países do Norte Global, a fim de evitar ou diminuir, na medida do possível, o fluxo crescente de imigrantes que tentavam, e ainda hoje tentam, entrar nos países desse bloco. Nesse contexto, a abordagem promissora para os países do Norte Global foi associar a migração ao desenvolvimento. Em síntese, os autores indicam que são os países do Norte e as agências internacionais que têm promovido e comandado o novo debate sobre migração e desenvolvimento, cuja perspectiva "se limita a temas de segurança, controle do fluxo migratório, integração na sociedade de acolhida e remessas, consideradas as principais catalisadoras do desenvolvimento" (Castles y Wise, 2007).

O desenvolvimento ou sua ausência são causa da migração? Os migrantes contribuem ou prejudicam o desenvolvimento socioeconômico? Independentemente das respostas a essas indagações, a interação entre migração e desenvolvimento é relevante tanto para os países de origem quanto para os de destino. Seja como base para políticas internacionais, estratégia de ocupação de territórios ou ferramenta para atrair mão de obra, o conceito de desenvolvimento tem sido utilizado para a criação de políticas de migração tanto nos países de origem quanto nos de destino.

De acordo com Ferreira (2017), a conexão entre migração e desenvolvimento é

[79] Uma das formas de consolidar essa "parceria" foi feita pela União Europeia. Países africanos receberiam pagamento em dinheiro caso se comprometessem a barrar os migrantes que tentassem ingressar no continente europeu e, caso não conseguissem, o repasse monetário seria suspenso. Entendemos que essa política tem caráter coercitivo e neocolonial.

frequentemente subestimada, esquecida ou mesmo desconhecida, recebendo uma atenção menor por aqueles que estudam o tema. Essa interação, no entanto, remonta ao século XIX. Para os teóricos clássicos, "a migração era vista como um efeito do avanço do capitalismo, o qual ocorre através da industrialização, urbanização e movimentação populacional" (Sasaki e Assis, 2000, p. 3). Ao enfatizar os fatores de repulsão, as Nações Unidas, afirmam que:

> Os desequilíbrios econômicos internacionais, a pobreza e a degradação do meio ambiente, juntamente com a falta de paz e de segurança, com as violações dos direitos humanos e os variados graus de desenvolvimento de instituições judiciárias e democráticas, constituem, todos, fatores que afetam a migração internacional (Nações Unidas, 1994, p. 83).

O relatório das Nações Unidas define de maneira precisa as possíveis implicações da migração internacional quando tratamos da relação entre migração e desenvolvimento. Existem contradições que precisam ser levadas em conta:

> Uma organizada migração internacional pode ter impactos positivos tanto nas comunidades de origem como nas comunidades de destinação, com a provisão de remessas de dinheiro para as primeiras e de recursos humanos necessários para as últimas. A migração internacional tem também o potencial de facilitar a transferência de habilidades e de contribuir para o enriquecimento cultural. Todavia, a migração internacional envolve a perda de recursos humanos para muitos países de origem e pode resultar em tensões políticas, econômicas e sociais nos países de destinação (Nações Unidas, 1994, p. 83).

Por outro lado, o desenvolvimento nos países de origem não implica, obrigatoriamente, na interrupção da migração. A elevação do desenvolvimento socioeconômico costuma provocar, em curto e médio prazo, um crescimento na migração internacional. Isso ocorre devido ao aumento das expectativas em relação à qualidade de vida e ao aumento do acesso a recursos que possibilitam às pessoas considerarem a possibilidade de deixar seus países. E são esses, ainda, emigrantes que, por meios próprios ou com ajuda de parentes e amigos, conseguem recursos suficientes para fazer a viagem até a cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, a falta de recursos faz surgir a vontade de migrar e uma melhoria econômica no país de origem que, por menor que seja, possibilita, para alguns, a execução do plano migratório. Afinal, normalmente não são as pessoas mais pobres dos países em desenvolvimento que conseguem deixar seus países, uma vez que para realizar a viagem os migrantes necessitam principalmente de recursos financeiros. Percebemos que, entre os imigrantes entrevistados, os deslocamentos exigem custos com passagens aéreas, alimentação e, em alguns casos, transporte fluvial e terrestre para chegar no destino. Na realidade são os que possuem algum recurso financeiro ou recebem algum tipo de ajuda que conseguem colocar em prática o projeto migratório. Aqueles que enfrentam dificuldade extrema na execução do processo são frequentemente impedidos de sair de seus países (Portes, 1999; Ferreira, 2017).

Diversas pesquisas[80] indicam que, tanto no passado quanto atualmente, a dimensão econômica, intimamente relacionada ao desenvolvimento, tem sido uma das principais razões para o deslocamento de muitas pessoas ao redor do mundo. Em 2019, de um total de 272 milhões de migrantes internacionais, 169 milhões eram trabalhadores, representando 62% desse total (McAuliffe e Triandafyllidou, 2021). Essa situação não deve levar a uma ideia de que emigrar está automaticamente ligado à pobreza, como muitas vezes os países mais desenvolvidos pensam. Muitas pessoas acreditam que a imigração atual acontece porque homens e mulheres de países mais pobres (Sul Global) estão tentando fugir da pobreza em seus países, mas essa relação não é tão simples assim.

Na verdade, é muito difícil reconhecer com exatidão as razões que irão influenciar em cada indivíduo a decisão de migrar. Em muitos casos, são identificadas algumas das motivações que mais se destacam se levarmos em conta a resposta do todo ou da média de um grupo de pessoas. É irrelevante destacar as causas que fazem com que as pessoas permaneçam ou aquelas que as fazem emigrar, essas questões nunca serão entendidas em sua totalidade. Entendemos que os estudiosos do tema não têm essa resposta e tampouco as pessoas envolvidas diretamente no fenômeno da migração.

Os recursos financeiros provenientes de migrantes transnacionais possibilitam o aumento da renda e a melhoria qualitativa do padrão de vida dos seus familiares, principalmente nas áreas de necessidades básicas como alimentação, moradia, educação e serviços de saúde. Observou-se também um aumento nos investimentos em formação profissional ou em emigração de jovens e adultos, os quais são considerados estratégias para garantir um futuro mais promissor para as famílias. Com isso, é perceptível a conexão entre as remessas de migrantes e a diminuição da pobreza nos países em desenvolvimento, considerando esses fluxos como uma forma de "seguro social" (Ferreira, 2017). Ou seja, as remessas enviadas aos países de origem geram emprego e renda e servem como uma compensação para ausências, muitas vezes longas, de seus entes queridos. Quanto às comunidades, elas se beneficiam da possibilidade de obter financiamento para suas infraestruturas por meio de seus membros que residem no exterior, e assim o sistema se retroalimenta.

Hoje, muitas dessas movimentações são dificultadas por processos que excluem certos grupos, seja por questões de identidade ou por limitações territoriais. Esses obstáculos impedem que alguns grupos entrem ou permaneçam em determinados lugares, muitas vezes sob a falsa ideia de proteger a segurança ou preservar certas áreas. A xenofobia é um exemplo claro dessas

[80] Sayad, 1998; Morokvasic, 2013; Ravenstein, 1980; Sjaastad, 1980; Singer, 1980.

atitudes discriminatórias. Além disso, a modernidade trouxe novas formas de controle que não dependem mais apenas de diferenças de identidade, mas que atuam de forma mais profunda, ligadas às funções econômicas e às mudanças impulsionadas pelo capital.

Em um contexto geral, um número cada vez maior de pessoas deixa seus lugares de origem, de forma voluntária ou forçada, em direção a outros países. O imigrante é como um camaleão: se adapta a formas, condições adversas e tempos difíceis, levando em consideração ambições, expectativas e necessidades. Entretanto, o panorama que se apresenta neste quarto de século já vivido é diferente. Hoje, os temas climáticos e ambientais também estão na pauta das questões migratórias.

Na contemporaneidade observamos diversos processos excludentes de ordem identitária e territorial que impedem o acesso e/ou permanência de grupos específicos em determinados países pautados pelos falsos ideais de segurança e preservação. Europa e Estados Unidos da América a cada dia mostram sua face xenófoba aumentando e reforçando medidas para impedir o acesso de imigrantes. Ao mesmo tempo, a modernidade cunhou novas perversidades e mecanismos de controle que não mais necessitam estar ligados a uma ordem identitária, mas se fazem por abordagens relacionadas aos interesses econômicos e políticos, que se mostram em constante mudança. Os interesses de ocasião são a ordem do dia. Para escapar dessas armadilhas, os imigrantes buscam alternativas. Algumas vezes é possível ir para onde se quer, outras vezes o destino é o possível. E nesse momento a cidade do Rio de Janeiro passa a ser uma opção. Essa aventura será o centro da nossa análise no próximo capítulo.

Capítulo 4 - **Comércio informal na cidade do Rio de Janeiro: uma abordagem contemporânea**

Neste capítulo vamos tratar brevemente sobre a migração haitiana, sul-americana e africana e, posteriormente, procuraremos traçar o perfil dos imigrantes destas regiões que trabalham no mercado informal na cidade do Rio de Janeiro.

Falar destas diásporas se coloca ainda mais relevante em um cenário onde o Brasil deveria estimular o diálogo entre diferentes setores, incluindo governo, academia e sociedade civil, visando ampliar o entendimento sobre a realidade que reflete os efeitos da migração dentro do contexto da globalização atual. Esse debate se faz urgente para o desenvolvimento e a implementação de políticas e estratégias compartilhadas na gestão das questões migratórias, indo além de simples medidas de controle frente à complexidade dos fenômenos migratórios contemporâneos, como a migração internacional na Amazônia e em outras partes do Brasil. Sob essa perspectiva, a mobilidade emerge como um conceito central para analisar essa dinâmica transnacional, destacando a contínua circulação, os fluxos de deslocamentos, assim como as lógicas e os circuitos envolvidos nessa mobilidade.

Os fluxos migratórios atuais impactam de forma mais significativa indivíduos provenientes de países que enfrentam situação de vulnerabilidade econômica e social. Ademais, esses movimentos nos proporcionam a chance de aprofundar nosso entendimento sobre narrativas e contextos sociais que são complexos e relevantes. Ao refletirmos sobre a imigração haitiana para o Brasil, é essencial considerar certos elementos desse contexto para uma melhor compreensão desse fenômeno. Dentro desse cenário, é possível entender que a emigração antecede a imigração: é a sua origem, representa o início desse processo. Para entender esse fenômeno com maior amplitude, é preciso analisar esse movimento como um todo (Sayad, 1998). Essa perspectiva nos mostra a importância de explorar as várias maneiras de migrar, uma vez que esse fenômeno vai além de um olhar automático e simplista. O fenômeno da migração é mais que deixar um país e chegar a outro. Os movimentos migratórios contemporâneos são, em sua maioria, compostos por indivíduos de sociedades marginalizadas e frequentemente trazem à tona narrativas sociais e históricas bastante intrincadas.

4.1 **Breve relato sobre a imigração africana para o Brasil na contemporaneidade**

Os vínculos entre as nações africanas e o Brasil possuem uma longa trajetória no aspecto

cultural, econômico e populacional. Ao analisarmos o aspecto populacional, é possível concluir que a migração de africanos para o Brasil (considerando toda a violência do processo) não é algo novo, mas um processo que remonta a períodos históricos. O início das interações entre o Brasil e a África vem desde o século XVI, quando começou a imigração forçada de africanos de diversas nações para o Brasil, sob a condição de escravizados. Esse processo perdurou até o século XIX, terminando oficialmente com a assinatura do documento que concedeu liberdade aos então escravizados, a "Lei Áurea" de 13 de maio de 1888. Após a "libertação" dos escravizados e até a metade do século XX, observou-se, por um lado, uma interrupção nas relações entre o Brasil e os países da África Subsaariana e, por outro, o estabelecimento de vínculos comerciais com nações do Norte da África e com a África do Sul (Silva, 2011). Ou seja, nesse período o Brasil resolveu, como política de governo, ignorar a porção do continente africano que tem a relação mais significativa com a formação do povo brasileiro: as regiões leste, oeste e central do continente africano.

A mudança na política externa do Brasil ocorreu apenas na década de 1960, quando, durante a presidência de Jânio Quadros (1961), o país inaugurou suas primeiras embaixadas em nações africanas: Senegal, Gana e República de Camarões. Essa iniciativa possibilitou que o Brasil firmasse pactos de cooperação cultural em áreas técnicas com diversas nações da África Subsaariana, o que fez com que chegasse o primeiro grupo de africanos ao Brasil com o objetivo de aprimoramento profissional. Este grupo inicial chegou na década de 1960, era composto por seis estudantes provenientes de Senegal, Gana, República de Camarões e, a ainda colônia portuguesa, Cabo Verde. Posteriormente, com a criação do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), estabelecido oficialmente em 1965, houve um aumento significativo no número de estudantes africanos no Brasil em relação a esse primeiro grupo. Durante os anos de 1980 e 1990, além dos alunos, o trânsito de pessoas entre a África e o Brasil incluiu um número significativo de refugiados africanos que buscaram asilo em razão das perseguições políticas provocadas pelas guerras de independência ou pelas guerras civis que se seguiram. Esses refugiados provinham de nações como Angola, Moçambique, Congo, Libéria, Serra Leoa, entre outras (Kaly, 2007).

4.1.1 **As atuais rotas de migração entre os países africanos e o Brasil**

Atualmente, os fluxos migratórios estão se intensificando de forma geral, não apenas na tradicional migração das pessoas do Sul Global para o Norte Global, mas também entre nações do próprio Sul Global. Um exemplo disso é a crescente presença de migrantes africanos na

América Latina, especialmente no Brasil. Esse aumento transformou a África em um dos principais atores nas relações internacionais do Brasil; um fenômeno impulsionado pela presença de vínculos culturais, linguísticos e tratados bilaterais, conforme citado anteriormente, que remontam à década de 1960.

No decorrer dos anos, é possível observar a mudança nos padrões de migração de africanos no Brasil através dos dados do SINCRE (Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros) e SISMIGRA (Sistema de Registro Nacional Migratório). Baseado nestes dados, podemos observar que entre 2002 e 2012 a maioria dos africanos no Brasil eram de nações africanas lusófonas (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique), além de Nigéria e África do Sul. Esses imigrantes ficavam concentrados, inicialmente, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro; mas, aos poucos, vão se dirigindo, ainda que em menor número, para outras unidades da federação, como Minas Gerais, Paraná, Ceará e Rio Grande do Sul. Já nos dados de 2017, percebe-se mudanças nas nacionalidades, com o aumento significativo do número de senegaleses (2150) em comparação com os angolanos (1.251), os ganeses (685), os nigerianos (693), os bissau-guineenses (433), os democrático-congoleses (357) e os moçambicanos (333).

Importante destacar que nos dois primeiros governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) houve a implementação de uma política externa de aproximação e estímulo nas parcerias comerciais e em infraestruturas com os países africanos. O objetivo foi executar um forte alinhamento com os países do Sul Global e, dessa maneira, aumentar a cooperação entre os países do bloco e, ao mesmo tempo, destacar a posição do Brasil. Nessa nova ordem, o país se destacou como uma liderança, não apenas entre os países do Sul Global, mas também mundial. Mas não apenas isso, nessa iniciativa havia também a intenção de reavivar e fortalecer os laços culturais, sociais e humanos com o continente africano. A soma desses fatores ajuda a entender o Brasil como uma opção viável para a imigração de africanos no século XXI.

A análise dos dados de 2022 demonstra que a imigração africana para o Brasil continua consistente, com atenção especial aos números de imigrantes angolanos (4.708) que voltou a subir, seguido pelos nigerianos (1046), os senegaleses (607), os ganeses (362) e os democrático-congoleses (169). Como se observa, o Brasil continua sendo uma porta de entrada importante para esses imigrantes que continuam fazendo a travessia na busca por melhores oportunidades de vida e de trabalho.

A imigração de africanos para o Brasil continua no século XXI impulsionada por uma combinação de instabilidade política, conflitos armados e pobreza em diversos países, em especial na África Subsaariana. Os senegaleses migram motivados por questões econômicas: o

país atravessou uma crise econômica nos anos 1990 e ainda não se recuperou. Outro motivo é a violência. O conflito separatista na região de Casamansa gerou muitos deslocados. É mais um conflito no continente africano invisível ao mundo. Existe ainda a questão da valorização social daquele que emigra, já que esse reconhecimento criou entre os senegaleses uma "cultura da migração". Já os ganeses emigram basicamente por questões econômicas. O baixo desempenho da economia é responsável por uma taxa de desemprego de 32% entre os jovens. Os democrata-congoleses migram porque seu país atravessou uma grave crise política. Os conflitos armados provocaram o impressionante número de 6,9 milhões de deslocados internamente. Esses conflitos contribuem para o baixo desempenho da economia, o que agrava a pobreza. Assim, muitos emigram buscando melhores condições de vida para suas famílias. A emigração angolana tem como uma de suas causas a crise econômica, razão do alto nível de desemprego. Outro motivo é o conflito separatista na região de Cabinda. Os nigerianos migram devido à instabilidade econômica e aos conflitos armados no norte do país. O grupo terrorista Boko Haram, entre outros, com suas ações violentas, é responsável pelo deslocamento de milhões de pessoas. O reflexo da crise econômica pode ser expresso em números: entre os jovens com idade entre 25 e 34 anos de idade, um terço não consegue emprego.

É possível perceber que existem fatores comuns entre as motivações para a emigração dos africanos. A instabilidade econômica e os conflitos armados, herança do processo de descolonização que desestabilizou os países africanos. Certamente existem outros motivos, como, por exemplo, as missões religiosas e os acadêmicos, mas o maior número de africanos que emigram para o Brasil no século XXI são os filhos da descolonização.

4.2 **A imigração contemporânea de sul-americanos para o Brasil**

Os sul-americanos no Brasil formam uma comunidade cada vez mais expressiva. As crises econômicas, sociais e políticas que se sucedem no continente afetam as populações dos países da região e, com isso, observamos uma alternância entre os países com maior número de emigrações. Hoje, a Venezuela é o país no topo da lista das emigrações. Atualmente, os países sul-americanos passam por uma mudança sociodemográfica e migratória; a América do Sul, que até a década de 1960 era conhecida por receber imigrantes, se transformou em uma região de emigração desde então. Ao longo da última década, essa tendência se intensificou, colocando a região entre as que possuem as mais altas taxas de emigração no mundo (Altamirano, 2003). Vários tratados têm facilitado a migração de sul-americanos para o Brasil. Entre os mais

relevantes, destaca-se o Mercado Comum do Sul, conhecido como MERCOSUL[81]. Em 2009, foi estabelecido um pacto que facilita a residência para cidadãos dos países que fazem parte desse acordo que "fortalece o processo de integração e reflete o caráter regional de desafios comuns enfrentados pelas populações da América do Sul" (MERCOSUL, item 8). O pacto garante a movimentação de indivíduos na área, porém não se pode considerar uma política de circulação irrestrita, uma vez que a travessia de fronteiras não é permitida livremente. É importante ressaltar que os países integrantes do MERCOSUL têm uma história marcada por um intenso fluxo de pessoas, motivado por fatores econômicos, políticos ou turismo, entre outros.

Gráfico 3 – Mobilidade Global (IBGE, 2022)

[81] O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é um processo de integração regional conformado inicialmente pela Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, recentemente se incorporaram ao bloco Venezuela e Bolívia. A meta é estabelecer as bases para uma integração regional progressiva que assegure aos habitantes do subcontinente o direito de circular livremente, residir em qualquer um dos países que fazem parte dessas entidades, usufruir de direitos sociais e trabalhistas equivalentes aos cidadãos do país anfitrião, além de facilitar e padronizar a documentação, processos e procedimentos legais e administrativos (ElHajji, 2021).

O gráfico elaborado pelo IBGE, no Censo 2022, indica que, entre os anos de 2010 e 2022, houve um aumento significativo de estrangeiros residindo no Brasil: o número total passou de 592 mil para 1,0 milhão de pessoas, ou seja, em 12 anos houve um aumento de 70,3%. Outro ponto observado foi uma alteração quanto aos países de origem desses imigrantes. Houve um declínio da imigração europeia. E um aumento significativo dos países da América Latina, com 464 mil imigrantes. É possível observar uma predominância de pessoas nascidas na Venezuela, representando um total de 272 mil que ingressaram no Brasil pela fronteira de Roraima ou pelo Amazonas, em razão da grave crise humanitária deflagrada naquele país. O aumento dessa imigração intracontinental envolve, além da Venezuela, países como Bolívia (15.102 imigrantes), Colômbia (8.532 imigrantes), Argentina (7.264 imigrantes), Paraguai (5.743 imigrantes), Peru (3.429 imigrantes), Uruguai (3.003 imigrantes) e Equador (1.449 imigrantes), que se tornaram países de origem importantes na migração internacional para o Brasil. Como o nosso recorte espacial é o município do Rio de Janeiro, vamos contabilizar os números do Censo de 2022 para termos um panorama da presença dos imigrantes na cidade: Argentina (368 imigrantes), Colômbia (268 imigrantes), Peru (203 imigrantes), Equador (142 imigrantes), Uruguai (49 imigrantes), Paraguai (25 imigrantes) e Bolívia (22 imigrantes).

A América do Sul pode ser considerada um espaço migratório diferenciado, uma vez que a maior parte de seus imigrantes provém de outros países da mesma região. O subcontinente abriga cerca de 439 milhões de pessoas, o que equivale a 65.5% da população da América Latina e 50.5% do total de habitantes das Américas e se destaca pela sua rica diversidade cultural, étnica e linguística, resultado da herança indígena e dos africanos escravizados, ainda muito presente, e dos constantes fluxos migratórios provenientes de diversas partes do mundo. Nesse cenário, a mobilidade humana, especialmente a migração transnacional, desempenha um papel fundamental na diversificação e integração das populações e culturas globais. A diversificação ocorre na ótica da comunidade local que recebe os imigrantes, enquanto a integração se dá em um nível regional, motivada pela intensificação e consolidação das trocas de bens materiais e culturais entre sociedades e nações vizinhas ou adjacentes. Esse aspecto é particularmente significativo, considerando que uma das transformações mais importantes na dinâmica migratória transnacional atual é a nova orientação regional dos fluxos migratórios (El Hajji, 2021). Assim, é possível concluir que o aumento das migrações dentro da região é a causa da mudança na direção dos fluxos migratórios evidenciada com os resultados do Censo de 2022. Atualmente, as migrações Sul-Sul superam as do Sul direcionadas ao Norte Global. Alguns fatores ajudam a explicar essa inflexão: a proximidade linguística e cultural; a facilidade imediata de mobilidade entre os países; o bom momento da economia de alguns países da região

e o aumento das barreiras impostas à entrada de imigrantes pelos países do Norte Global.

4.3 **Breve relato histórico sobre a migração haitiana**

Falar dos haitianos é tratar de uma trajetória singular. Sua história e a mais recente diáspora os tornam diferentes no cenário contemporâneo, uma vez que emigrar ou imigrar é uma característica essencial da região caribenha, onde suas águas representam caminhos para diversas realidades, em vez de barreiras. Ou seja, no contexto haitiano, a insularidade não pode ser entendida como um obstáculo que impossibilite a emigração. O mar é uma possibilidade.

No contexto da imigração de haitianos para o Brasil, é fundamental analisar certos aspectos desse quadro para obter uma compreensão mais aprofundada da realidade.

A audácia dos haitianos no final do século XVIII (1791), que os levou a confrontar o domínio colonial francês, resultou em represálias cujos efeitos o Haiti enfrenta até os dias atuais, como os impactos de um embargo que se prolonga por mais de um século. Some-se a isso a crise humanitária em decorrência das dificuldades enfrentadas pelo país após o terremoto em 12 de janeiro de 2010 e as crises humanitárias que se seguiram, como o surto de cólera no mesmo ano, que resultou na morte de mais de 8.000 pessoas. Além disso, em 2012, os furacões Isaac e Sandy devastaram a nação comprometendo a agricultura, que é a principal fonte de subsistência da população e motor da economia do país. Essas catástrofes fizeram com que o Brasil concedesse aos haitianos visto com caráter permanente, amparado pela Resolução Normativa (RN) nº 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que "dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti".

Esses acontecimentos devem ser considerados quando constatamos o empobrecimento do Haiti. Eles reforçam o que é um fato, mas também atende a um processo de cunho ideológico. Por tudo isso, afirmamos que, a despeito do terremoto e das epidemias, o Haiti não é um país pobre, mas foi intencionalmente empobrecido para servir de exemplo a outros que pensassem em seguir seu caminho. Considerando esses aspectos e aplicando um olhar atento ao fenômeno da emigração e da mobilidade no contexto caribenho, especialmente no que tange ao Haiti, torna-se impossível simplificar esse movimento como uma mera fuga da pobreza. A emigração dos haitianos é também resultado da punição imposta pelo colonizador francês.

Estamos tratando do Haiti, ex-colônia francesa na qual uma revolução (1791-1804), promovida pelos escravizados, levou à expulsão dos colonizadores de São Domingos (nome da colônia antes da independência). Na colônia, que gerava uma das principais fontes de recursos

financeiros para a França com a produção de açúcar, os escravizados negros superavam em dez vezes o número de brancos. Essa foi a maior revolução de escravizados na história. Os ideais da revolução francesa, que defendiam liberdade, igualdade e fraternidade como condição basilar de existência, contaminaram positivamente as lideranças dos escravizados. Hazareesingh (2021) relata a trajetória de Toussaint Louverture, líder da revolução do Haiti, dando a ele o título de "o maior revolucionário das Américas". Esses revolucionários passaram a ser conhecidos como jacobinos negros (James, 2000). Eles, com a intenção de estabelecer um país autônomo que se alinhasse à França revolucionária em condições de igualdade, buscavam ser um "ponto de apoio" dos princípios revolucionários na América, mas o resultado não foi como o planejado. A conquista da independência ocorreu não com a ajuda, mas por meio de combates contra as forças francesas, inglesas e espanholas. No entanto, ao se levantarem contra a escravidão em um período em que os Estados Unidos, Cuba e Brasil mantinham sistemas escravocratas, a ilha caribenha rebelde se viu condenada ao atraso. Pagou e paga até os dias de hoje por sua ousadia. A monarquia francesa (Rei Carlos X) exigiu que a ex-colônia inicialmente pagasse 150 milhões de francos-ouro — quantia que foi posteriormente diminuída para 90 milhões — como indenização aos antigos proprietários franceses por danos causados pela Revolução Haitiana. O cumprimento dessa dívida, que perdurou até 1952, prejudicou gravemente a economia do Haiti, absorvendo uma parte significativa do orçamento nacional e impedindo o progresso do país (James, 2000). Importante destacar que foram as autoridades haitianas que financiaram Simon Bolivar com a seguinte condição: acabar com a escravidão na América Espanhola. Além disso, o Haiti era o ponto de refúgio de muitos líderes revolucionários de outras colônias no século XIX (Fischer, 2013). Desde então, os Estados Unidos e a Europa passaram a criar mecanismos para o isolamento do Haiti.

Hoje, são esses, os descendentes dos "jacobinos negros", os protagonistas da diáspora haitiana.

4.3.1 **As rotas da diáspora haitiana na contemporaneidade**

Para conhecer as recentes rotas que trouxeram os haitianos ao Brasil e, consequentemente, à cidade do Rio de Janeiro, é preciso falar de um contexto em que a região caribenha foi o palco inicial. As Guianas representam uma área significativa dentro do sistema migratório do Caribe, onde circulam mercadorias, objetos, moedas e pessoas por diversas razões, incluindo a proximidade geográfica, afinidades culturais, aspectos climáticos, geopolíticos e socioeconômicos. A partir das décadas de 1960 e 1970, a migração proveniente do Haiti se

intensificou nas Guianas. Cinquenta anos depois, após o terremoto que ocorreu em janeiro de 2010, os fluxos migratórios se tornaram mais intensos na região, com o Brasil emergindo naquele momento como uma alternativa de passagem rumo à Guiana Francesa e ao Suriname. Em 2013, novas trajetórias de migração surgiram, com alguns indivíduos optando pela República da Guiana como entrada ao Brasil pela fronteira com Roraima, na região norte do país, ou para seguir em direção ao Suriname e à Guiana Francesa.

A rota mais comum de migração rumo ao Brasil inicia-se na capital haitiana, Porto Príncipe, passando pela República Dominicana e avançando até o Panamá e Equador, por meio de voos. Depois disso, os haitianos seguem viagem por terra até o Peru ou a Bolívia, e seguem em direção ao Brasil, para os estados do Acre ou Amazonas. Todo esse percurso é marcado pelos mais variados tipos de violência, como exemplo citamos a atuação de grupos de coiotes cobrando valores entre U$$ 3.000,00 e U$$ 5.000,00 por pessoa pela travessia. Eles tiram vantagem dos haitianos em situação de vulnerabilidade, uma vez que grande parte desses imigrantes reúnem todos os recursos possíveis para custear sua jornada do Haiti ao Brasil (Delgado, 2017). Ainda como possibilidade de rota, as Guianas constituem um importante campo no sistema migratório caribenho. Em outra rota muito utilizada, os haitianos partem de Porto Príncipe em um voo para a República Dominicana, seguido por um outro para o Panamá e, em seguida, um terceiro para Quito, no Equador. A partir de Quito, os haitianos seguem de ônibus rumo à Colômbia e, por fim, chegam ao Peru, de onde se deslocam até a Tríplice Fronteira (Brasil, Colômbia e Peru) quando, então, ingressam no Brasil pelo município de Tabatinga no estado do Amazonas (Henderson, 2020). Uma vez em território brasileiro, a viagem até a cidade do Rio de Janeiro pode acontecer em várias etapas e utilizando os mais variados meios de transporte, tais como o fluvial, terrestre e aéreo.

Para os haitianos, o Brasil ainda é uma das portas de entrada para alcançar a Guiana Francesa. Esse é um dos caminhos possíveis, uma das etapas para obtenção dos vistos de entrada em países como Estados Unidos, Canadá ou França. Essa prática já foi muito mais intensa, mas, atualmente, com as fortes restrições impostas pelos países do Norte Global diminuiu significativamente. Assim, o Brasil não estava na ordem de prioridade da diáspora haitiana, mas a possibilidade de migrar para o Brasil surge como uma opção aos destinos tradicionalmente almejados. O Brasil passou a ter grande visibilidade se tornando um polo de atração para os haitianos, devido a alguns eventos: o Campeonato Mundial de Futebol Masculino em 2014, as Olimpíadas em 2016 e a presença de tropas brasileiras na coordenação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) que durou 13 anos, de 2004 a 2017. Além disso, no início da década de 2010, o Brasil atravessou um período de estabilidade econômica,

com a valorização do real em relação ao dólar e o aumento da demanda por mão de obra, principalmente na construção civil. Esses fatores atraíram muitos haitianos, o que pode ser demonstrado pelos dados de 2015 a 2024[82]: neste período deram entrada no Brasil 166.236 imigrantes haitianos, sendo que 2.060 imigrantes haitianos foram registrados na cidade do Rio de Janeiro no mesmo período. A política externa adotada pelo governo brasileiro de abertura, acolhimento e hospitalidade em relação aos haitianos foi determinante. Para eles, o Brasil seria um "paraíso racial", um lugar ausente de discriminação e racismo, doce ilusão. Com a atuação na missão de paz no Haiti, o Governo Brasileiro imaginava conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Isso não se concretizou, mas a missão no Haiti serviu como ensaio para o que viria ser a implantação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) na cidade do Rio de Janeiro.

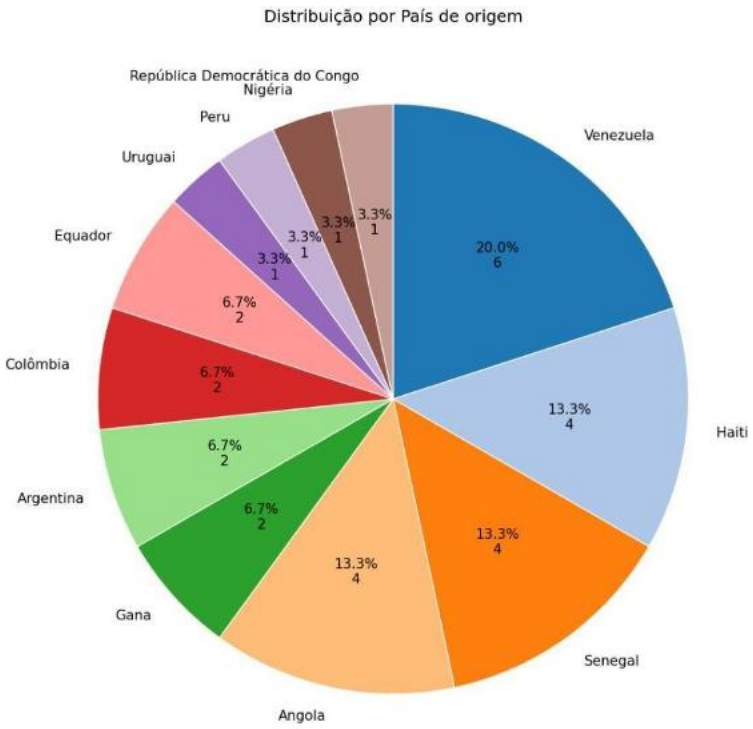
4.4 **Perfil dos imigrantes que trabalham no mercado informal nas ruas e feiras da cidade do Rio de Janeiro**

Procuraremos, através da análise do perfil social, identificar/conhecer as condições socioeconômicas dos imigrantes, as motivações para emigrar, os principais problemas enfrentados, as expectativas e como se apresenta a realidade no dia a dia enquanto trabalhador informal na cidade do Rio de janeiro.

O gráfico abaixo demonstra a origem dos entrevistados:

[82] https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincre-sismigra/

Gráfico 4 – Distribuição por país de origem



Fonte: elaboração própria

O gráfico acima indica os países que fizeram parte da pesquisa: do continente africano (Angola, Gana, Nigéria, República Democrática do Congo e Senegal); países sul-americanos (Argentina, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) e do Caribe (Haiti). Os países com mais entrevistados foram: a Venezuela com 20%, o Haiti, Senegal e Angola cada um com 13,3%. Coincidentemente, o maior número de venezuelanos entrevistados vai de encontro com os dados do Censo de 2022, que aponta o crescimento expressivo no número de imigrantes venezuelanos para o Brasil, decorrente da crise política na Venezuela.

> Observou-se mudança significativa na composição dos fluxos migratórios internacionais para o Brasil, marcada pelo expressivo crescimento da imigração venezuelana, que saltou de 2 mil indivíduos para 199 mil, consolidando a Venezuela como a principal origem de imigrantes no país. (IBGE, 2022)[83]

Esse aumento no número de imigrantes da Venezuela também foi citado pela Advogada da Cáritas que, inclusive, observa que houve fluxos com diferentes perfis:

"Entre 2017 e 2018, a gente teve uma mudança no perfil que é o que a gente vive até hoje, que é a mudança para o atendimento majoritário de venezuelanos. Então, com a entrada do Maduro no poder, a deterioração socioeconômica da Venezuela. A gente primeiro começa a receber, eu diria que uma classe média alta da Venezuela. Havia um voo direto, Caracas-Rio

[83] https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43816-censo-2022-numero-de-imigrantes-volta-a-crescer-pela-primeira-vez-desde-1960

de Janeiro. [...] Eu lembro que eram grandes engenheiros, responsáveis por algumas obras que já começaram a sentir que as coisas iam acontecer, funcionários públicos de alto escalão que não concordavam com o governo, começaram a ser perseguidos, estudantes militantes... E aí, logo depois disso, o fluxo venezuelano se mantém, e se mantém hoje como o principal fluxo de novas chegadas, mas há mudança no perfil. [...] A gente tem ondas de migração. E aí, nessa primeira onda, como eu disse, era uma migração de uma camada bem alta da sociedade. [...] Diminuiu, com muita gente ainda com ensino superior, mas eu diria que, na época, a gente já presumia que eles tinham [...] o ensino médio. [...] Essa foi uma segunda onda. Então, nem sempre tinha ensino superior, mas todo mundo com ensino médio. Todo mundo. E aí, as ondas continuaram, e a gente começou a receber pessoas com nível muito básico de educação. Então, de regiões mais empobrecidas, com pouco acesso à educação, que precisavam começar a trabalhar muito cedo, porque precisavam contribuir ali para casa".

E continua afirmando que:

"Atualmente, a Venezuela, eu diria que é o principal país de atendimento. 50% dos atendimentos são direcionados para venezuelanos. Mas, logo depois desse ano, Angola e Colômbia estão em segundo lugar empatados, praticamente um empate técnico de nacionalidades mais atendidas. Depois Cuba, Haiti e República Democrática do Congo."

Foram entrevistados imigrantes oriundos de 5 (cinco) países africanos e durante a pesquisa um Imigrante Ganês (45 anos, há 14 anos no Brasil) levantou a questão da homogeneização existente em relação aos africanos:

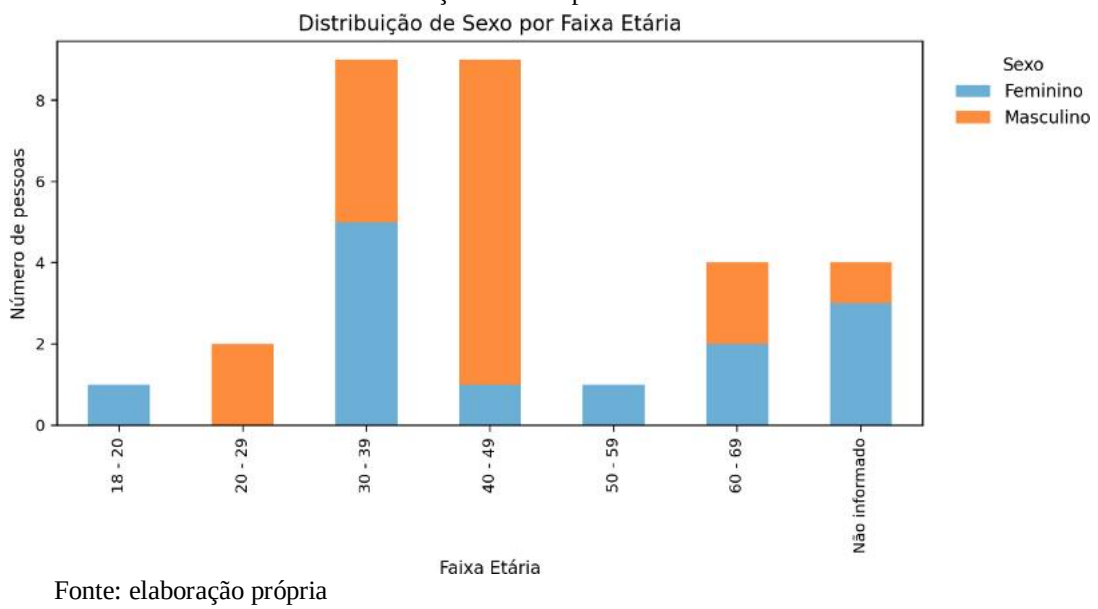
"Pra mim, só vocês juntam, nós tudo angolano, mas não... não... a nós tudo... preto vindo da África, a nós tudo... a nós tudo não angolano, não. Mas vocês juntam, nós tudo angolano, mas cada um tem o país dele".

"Só a única coisa eu tô falando. Eles não sabem. Se você falar, você ligando, amanhã vai continuar chamando você angolano, mas você não é angolano. Só isso. Mas eu acho essa não é maldade, não. Porque... Só és Angola só. Eu não sei se ensinaram vocês só o país da Angola nas escolas... ou assim, só esse que está na maioria Angola só que está na cabeça deles".

Segundo Sprandel (2013) essa generalização desconsidera as diversidades existentes entre os países africanos, suas diferentes visões de mundo, culturas singulares e sonhos em relação aos seus deslocamentos.

De acordo com os dados coletados, foram entrevistados 43,3% imigrantes do sexo feminino e 56,6% do sexo masculino e abaixo podemos observar a distribuição de sexo por faixa etária:

Gráfico 5- Distribuição de Sexo por Faixa Etária



Fonte: elaboração própria

A faixa etária com maior predominância do sexo masculino é no intervalo entre 40 – 49 anos, 26,6 %, enquanto o sexo feminino entre 30 e 39 anos, 16,6%. Mas, se considerarmos os dois sexos nos intervalos de 18-20 até 50-59 anos, observaremos que 73.3% dos entrevistados estão na faixa etária considerada economicamente ativa.

De acordo com Advogada da Cáritas, está havendo uma mudança do perfil etário dos imigrantes, pois começam a chegar um maior número de idosos:

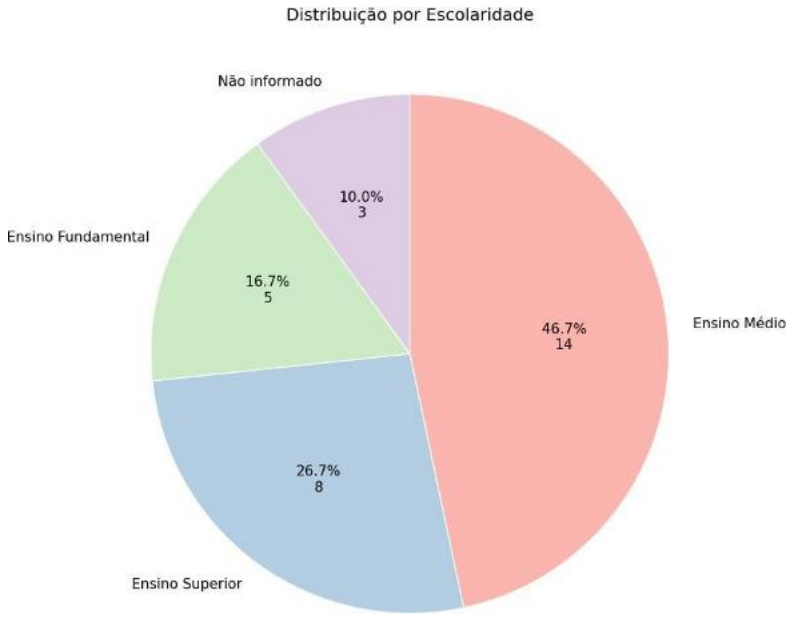
"[O que] não acontecia antes. Era muito raro você ter um idoso vindo da República Democrática do Congo para o Brasil. Imagina, mudar toda a vida dele já com 60 anos. Mas com a Venezuela, não. Então, como a Venezuela é um país próximo, com várias similaridades culturais, apesar do idioma ser diferente, ainda é mais parecido. Então, a gente viu um aumento grande de idosos, o que gera para a assistência uma demanda de BPC, [porque] aí a gente tem muitos idosos a partir de 65, sem nenhuma possibilidade de renda, uma dificuldade imensa de se inserir no mercado de trabalho formal. Se para um brasileiro é difícil, imagina para um imigrante que não fala o idioma. [...] É claro que a maioria ainda está naquela idade que a gente chama uma idade do adulto, entre 18 e 59 anos, uma idade produtiva, mas a gente teve um aumento do número de idosos também."

4.4.1 **Escolaridade**

No que se refere à escolaridade, observamos no gráfico abaixo que 46,7% têm ensino médio e 26,7% o ensino superior e, comparando os índices, esses são maiores do que os da

população brasileira que, de acordo com Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) Educação 2024, têm 31,3% com o ensino médio e 20,5% têm o ensino superior[84].

Gráfico 6 – Escolaridade



Fonte: elaboração própria

Se compararmos a escolaridade com o trabalho informal desenvolvido pelos entrevistados, observamos a queda em seus status socioeconômicos. Ou seja, muitos dos imigrantes entrevistados não conseguem trabalhar em atividades compatíveis com sua escolaridade. Isto pode se dar pela dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho em si ou, também, por preconceito, racismo e xenofobia por parte de alguns empregadores. Outra questão que se refere aos imigrantes que têm nível superior é que estes enfrentam grande dificuldade para a revalidação do diploma, pois é um procedimento de custo elevado e exige a apresentação de comprovantes que precisam ser solicitados, muitas vezes, pessoalmente nos países de origem; o que faz com que muitas pessoas desempenhem uma atividade produtiva aquém de sua formação, inserindo-se no trabalho informal. Em nossa pesquisa tivemos oito imigrantes que possuem nível superior, sendo que um fez a graduação e pós-graduação no Brasil e, dos outros sete, somente um conseguiu revalidar o diploma, mas ainda não conseguiu emprego na área.

"Sou administrador [...] homologado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (...) Homologuei meu diploma, ou revalidei meu diploma. Agora, o que eu estudei na Venezuela? Na Venezuela eu sou doutor. Doutor em Pesquisa e Desenvolvimento. Administrador, primeiro

[84] https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/205-da-populacao-brasileira-tem-nivel-superior-completo-diz-ibge/

estudo. Licenciado em Administração. [Fala também que]: No Brasil, eu sou padeiro, confeiteiro, porque quando eu cheguei a este país, infelizmente, meu diploma não era válido até que eu fosse revalidado. Mas uma pessoa que chega com a família, sem dinheiro, tem que conseguir sobreviver." (Imigrante Venezuelano, 62 anos, há 7 anos no Brasil)

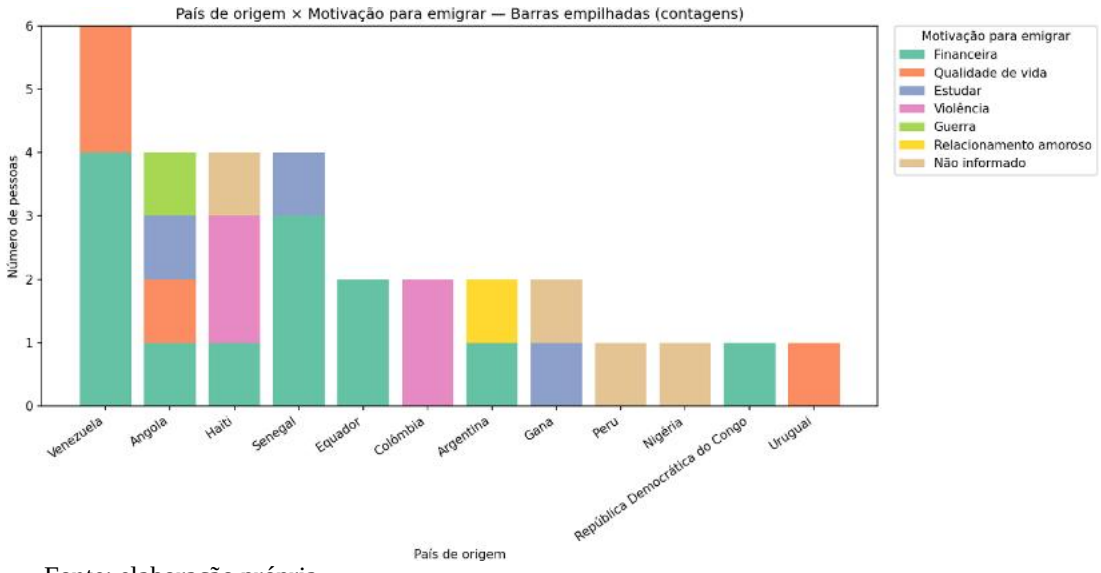
Ou seja, o imigrante com formação no Brasil e, até pouco tempo, estava empregado no mercado formal no sul do país, foi demitido, recebeu o seguro desemprego e, apesar de ter distribuído currículo em várias empresas, ainda não conseguiu colocação. Veio para o Rio de Janeiro, pois precisa renovar a documentação e dar entrada no processo de naturalização. Para se manter, vende roupas em um dos boxes no Centro de Comércio Popular da Rua Uruguaiana (Camelódromo).

"Eu me formei em... Gestão de Recursos Humanos. Fiz Direito também. E fiz uma pós... um MBA em Gestão e Desenvolvimento Empresarial. E agora estou no Rio há 6 meses porque eu perdi alguns documentos. E como vim para tirar naturalização, vim para o Rio porque tem consulado. Eu estava no seguro-desemprego. Terminou o meu seguro e estou agora fazendo uns bicos para me manter até... Hoje eu estou sem renda mensal. Trabalho com diária. (...) Em torno de 60 reais por dia." (Imigrante Angolano, 47 anos, há 20 anos no Brasil)

4.4.2 **Motivação para emigrar**

São muitas as razões para emigrar como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 7 – Motivação para emigrar



Fonte: elaboração própria

Uma das motivações para emigrar que se faz mais presente é a questão financeira. 43,3% dos entrevistados colocaram esta questão como sendo a principal. Mas observamos que essa está intimamente ligada à instabilidade política e econômica dos países de origem, como é o

caso da Venezuela.

"Trabalhava como professora de jornalismo lá, na Venezuela, e a paga era muito pouca. Não dava para comprar os alimentos mais básicos, tampouco para os pagos da luz, da água. Muito difícil o salário que você ganhava para pagar tudo o que tinha que pagar." (Imigrante Venezuelana, 35 anos, há 3 anos no Brasil).

"Porque é um país onde não há trabalho, onde as pessoas estão morrendo de fome, onde não há oportunidades para os filhos, onde não há saúde, onde não há educação, onde não há nada. E você nem podia fugir, porque não podia... Quer dizer, tinha proibição de sair. Para conseguir a documentação, para chegar ao Brasil legalmente, foi todo um desafio." (Imigrante Venezuelano, 62 anos, há 7 anos no Brasil).

Outro problema recorrente é a questão da segurança pública, tanto que, se juntarmos a motivação por violência e guerra, temos 16,6% dos imigrantes.

"Aí o parente ficava muito preocupado com a situação de segurança, e a gente é obrigado a deixar o país para buscar vida em outro lugar." (Imigrante Haitiano, 40 anos, há 11 anos no Brasil).

"Sim, eu tinha uma empresa de telecomunicações. (...) Porque eu estava na zona rural, e na zona rural já as pessoas tinham... a gente tem que pagar um imposto para as organizações ao margem da lei, e aí, se a gente não paga, você corre peligro. Então, a gente era melhor fechar e procurar outro lugar. (...) A gente tem que pagar ou pagar." (Imigrante Colombiana, NI anos, há 10 anos no Brasil).

"O motivo foi que em Angola, no momento que eu... Ela vivia em guerra civil, em guerra civil. Eu vi gente... Era mais miúdo, né? História, pessoas, fulano foi pra guerra, morreu, não sei o quê. Então, eu achava que era uma coisa absurda a gente ficar se matando entre a gente, entendeu? Sem objetivo nenhum. Aí eu falei: Não, não quero participar disso, vou emigrar, vou sair." (Imigrante Angolano, 44 anos, há 27 anos no Brasil).

Somente 10% dos entrevistados vieram com o objetivo de estudar, ou melhor, cursar universidade. Um deles se formou, os outros dois estão fazendo curso de proficiência em língua portuguesa para poderem iniciar seus cursos.

"Eu vim aqui para estudar. Para ganhar meu futuro. Para ganhar . . . Para ajudar também minha família depois, né? Porque eu acho que aqui no Brasil é o país de oportunidade para os estrangeiros. Porque quando você vai chegar aqui, você vai ficar tranquilo. Você vai conseguir ter um bom trabalho. E sua vida vai ficar tranquila." (Imigrante Senegalês, 24 anos, no Brasil desde fev/2025).

"Eu vim aqui no Bolsa. Com Bolsa do governo aqui do Brasil, né? Eu vim aqui para estudar no Bolsa. Mas eu tenho que aprender a língua português. Eu tenho que escrever. Eu tenho que escrever as provas. As provas chamadas [inaudível]. Eu já escrevi. Então, eu estou esperando os resultados para sair. [E continua] E o motivo que quando eu se formar aqui na universidade eu vou ter muitas oportunidades para trabalhar aqui e ganhar dinheiro para cuidar da minha família lá no meu país. (...) Quando eu já tenho um conhecimento aqui eu vou dizer eu vou voltar para o meu país para ajudar eles também, para fazer o que eu já ganhei aqui. Eu tenho esse ob... [objetivo]." (Imigrante Ganês, 27 anos, há 1 ano e meio no Brasil).

"Eu me formei em... Gestão de Recursos Humanos. Fiz Direito também. E fiz uma pós... u m MBA em Gestão e Desenvolvimento Empresarial. No sul do Brasil." (Imigrante Angolano, 47 anos, há 20 anos no Brasil).

Algumas universidades brasileiras possuem políticas específicas para o ingresso de refugiados, com isso, o processo de admissão é simplificado. Isso está fundamentado no Estatuto dos Refugiados (Lei nº 9.747/97) e na Lei de Migração (Lei nº13.445/2017) que asseguram o direito à educação para solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil. Mas existem convênios de algumas universidades brasileiras para o ingresso de imigrantes em geral.

Mesmo os que emigraram por outros motivos também relataram que fizeram curso de português através da Cáritas e do CRAI – RIO; alguns fizeram cursos na área da gastronomia e, com isso, tiveram nova profissão e vendem seus produtos em feiras; outros fizeram curso de empreendedorismo no SEBRAE e estão buscando regularizar os seus negócios e uns fizeram cursos para conserto de celular, entre outros. Ou seja, de uma forma ou de outra estes imigrantes estão se reinventando.

"Agora, nesse momento, estou fazendo um curso de cozinha criativa. Estou fazendo um curso pelo SEBRAE, empreendedorismo sem fronteiras. Estou fazendo um curso também de agente de brincar, porque a gente também trabalha com brinquedos." (Imigrante Venezuelano, 33 anos, há 10 anos no Brasil).

"Eu fui na universidade aprender português. Na universidade acerca do Maracanã. Curso de português. Por Cáritas." (Imigrante Venezuelana, 62 anos, há 3 anos no Brasil).

Uma motivação inusitada foi o fato de um imigrante argentino afirmar que a emigração se deu por um relacionamento amoroso que acabou não dando certo, mas o amor pelo Brasil fez com que permanecesse aqui.

"Então, eu vim morar pela primeira vez por um relacionamento. Não deu certo. Aí eu voltei porque me apaixonei pelo Rio, pelo Brasil. E para trabalhar, para crescer, né? Para ter um, um outro estilo de vida, né?" (Imigrante Argentino, 42 anos, há 14 anos no Brasil).

Como se observa, muitas são as razões para emigrar, mas todos tem como objetivo ter uma vida melhor e com mais qualidade.

Um fator que deve ser ressaltado é que quem emigra não é o mais pobre, porque este não tem como arcar com custos da viagem. Muitas vezes, a emigração se dá pelo incentivo de algum familiar que até ajuda financeiramente quando quem vai emigrar não tem os recursos suficientes.

4.4.3 **O Brasil como opção**

Por que o Brasil? As razões pelas quais escolheram o Brasil e não outro país para emigrar são muitas: a "facilidade" de conseguir o visto, principalmente por conta do visto humanitário para os haitianos e venezuelanos; o Acordo de Mobilidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o acordo do MERCOSUL para os países signatários e, sobretudo, a restrição de possibilidades de emigração para a Europa e EUA.

"Porque o Brasil é um país que a cultura dele é similar muito à cultura da África. A realidade, a socialidade é muito mais similar do cultura da África e da cultura do Senegal mesmo." (Imigrante Senegalês, 24 anos, no Brasil desde fev/2025).

"Assim, na realidade, a escolha do Brasil, normalmente o pessoal vai muito pra Europa, entendeu? Mas a escolha do Brasil foi uma escolha, assim, porque o visto de Portugal era um visto muito rejeitado." (Imigrante Angolano, 44 anos, há 27 anos no Brasil).

"Então, o Brasil dentro da Latinoamérica é a potência de Latinoamérica. E economicamente é um país muito mais estável do que a Argentina. A Argentina sempre tem crise econômica, né? O Brasil já teve em um passado, mas agora está bem mais estável quando virou potência mundial, né? Está entre as três potências, né? Então, tem essa estabilidade que a gente procura, né? Econômica, porque a gente é autônomo, né? Então, a gente trabalha por conta própria e quem é autônomo sofre mais as crises econômicas do país, né? (...) Mas tem um vínculo afetivo pelo qual eu vim pra cá, né? Por pessoas, né? Relacionamento e amizades e tal. Mas principalmente pelo trabalho mesmo." (Imigrante Argentino, 42 anos, há 14 anos no Brasil).

"Sim, porque no tempo da guerra, assim ... quando completassem os 18 anos, os rapazes eram obrigados a ir na guerra. Aí meus irmãos... Meu pai já começou a economizar, e antes deles terem 18 anos, aliás, eles tinham que sair de Angola, porque morreu muitos jovens, muito jovens. Então, meu pai mandou meu irmão mais velho aqui para o Brasil com um amigo nosso que trabalhava lá no hipermercado em Angola. Aí meu irmão veio para aqui, ficou naquele período que ele tinha que ir para a guerra, depois voltou para Angola e foi para Portugal. Aí meus dois irmãos gêmeos, antes de completarem os 18 anos, meu pai também mandou eles para aqui. E quando eles vieram para aqui, eu tive a oportunidade de vir visitá-los. Então, eu gostei do Brasil. E voltei para Angola, toquei a minha vida normal, aí eu separei do meu primeiro casamento. Quando eu separei do meu primeiro casamento, eu levei as minhas filhas da Angola para aqui para o Brasil. Aí eu vim com elas." (Imigrante Angolana, 50 anos, há 27 anos no Brasil).

"Pela potência que o Brasil é entre os países de língua portuguesa. É a maior potência. Portugal tem uma qualidade de vida boa, mas também é uma coisinha pequena. Mas em termos de potência, de possibilidades, de formação... formação a nível superior. Eu já era universitário lá em Angola. Já fazia a faculdade de Direito lá. Só vim concluir aqui. (...) O Brasil tem mais, digamos... Para o curso que me trouxe... o nicho do curso tem mais potencialidade do que o direito português. (...) O direito português é muito focado no direito romano. Aqui o Brasil criou uma matriz própria. Juntou várias vertentes do direito e fez a sua própria. Aqui tem a vertente anglo-saxônica, a romana que é a base. A anglo-saxônica, a germânica, né? A canônica, enfim... fez um mix e criou a própria matriz. Por essa diversidade de correntes jurídicas é que me trouxe aqui." (Imigrante Angolano, 47 anos, há 20 anos no Brasil).

"Sim, o Brasil, primeiramente, pela facilidade linguística, visto que Angola é um país que fala português, parece que o Brasil também fala português. Então, as coisas para mim estariam ou seriam mais fáceis, adaptação, linguística, tudo por aí. Por isso. Também, o Brasil é um país acolhedor. Com o pouco tempo que eu estou aqui, eu consegui constatar que o povo brasileiro é um povo extremamente acolhedor. O que você não tiver e o outro ter, facilmente eles te ajudam." (Imigrante Angolano, 35 anos, há 6 anos no Brasil).

"Porque não consegui pagar um passagem aérea para Portugal ou para a Espanha ou para outras partes. Eu vim para o Brasil primeiro porque é o país mais próximo." (Imigrante Venezuelano, 62 anos, há 7 anos no Brasil).

4.4.4 **Ajuda de familiares na imigração**

Em relação a receber ajuda de familiares ou amigos para conseguir emigrar, 53,3% dos imigrantes relataram que emigraram por meios próprios e 33,3% receberam algum tipo de ajuda.

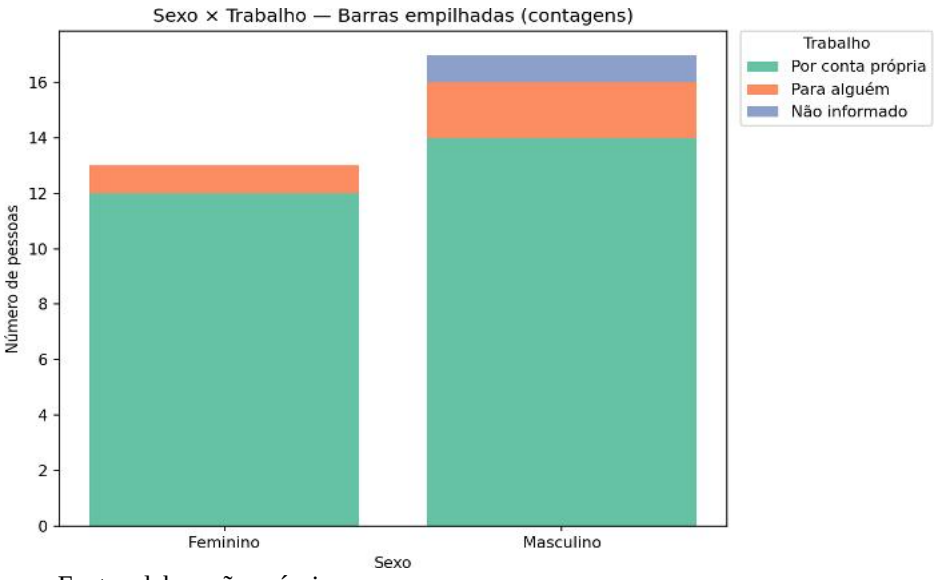
"Entonce, um amigo me ofereceu a oportunidade de vir para cá, pagou o meu passagem e falou assim: 'Se você quiser sair dessa situação, porque vai ficar pior, eu dou a mão para você'. Então, ele comprou a passagem para mim e eu cheguei aqui." (Imigrante Venezuelana, 35 anos, há 3 anos no Brasil).

"Parentes, parentes. Meu irmão aqui ajudaram, a minha tia, a família lá também ajudou." (Imigrante Angolano, 35 anos, há 6 anos no Brasil).

A ajuda prestada por familiares, muitas vezes, é decisiva no processo da imigração. Na rede familiar, assim como nas outras, cada indivíduo é como se fosse o elo de uma corrente. A família muitas vezes investe grande parte de seu recursos para financiar um parente a migrar. Aquele que migra porque foi ajudado tem o compromisso de, assim que for possível, ajudar os parentes e, em especial, aqueles que pretendem migrar.

4.4.5 **Trabalho**

Gráfico 8 – Sexo x Trabalho



Fonte: elaboração própria

Como pode ser observado no gráfico acima, a maior parte dos entrevistados trabalha por conta própria, mas existe uma outra forma de se colocar no mercado informal que é trabalhando para outra pessoa que são os donos das mercadorias e a remuneração é feita, geralmente, por diária ou por comissão de acordo com as vendas. São raros os que recebem salário mensal nessa modalidade.

"Hoje eu não tenho renda mensal. Hoje eu estou sem renda mensal. Trabalho com diária. [...] Em torno de 60 reais por dia." (Imigrante Angolano, 47 anos, há 20 anos no Brasil).

"Sim, eu trabalho [para] alguém. [...] Ele é de meu país." (Imigrante Ganês, 27 anos, há 1 ano e meio no Brasil).

Temos também o caso de uma imigrante equatoriana proprietária de alguns boxes no Centro de Comércio Popular (Camelódromo da rua Uruguaiana). Ela, por meio de um "contrato de gaveta"[85] alugou uma das barracas na rua Uruguaiana de um imigrante senegalês detentor da autorização[86] concedida pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Ele não está mais no

[85] Esse tipo de contrato tem como característica principal as informações sobre as partes contratantes, neste caso o valor do aluguel, e outras características do acordo, no entanto, não é oficializado perante os órgãos públicos, permanecendo de certa forma oculto, ou guardado em uma gaveta, daí a origem do nome. Esse tipo de contrato só produz efeitos entre as partes.

[86] "Autorização é o ato administrativo discricionário e precário pelo qual o Poder Público torna possível ao pretendente a realização de certa atividade, serviço ou utilização de determinados bens particulares ou públicos, de seu exclusivo ou predominante interesse, que a lei condiciona à aquiescência prévia da Administração, tais como o uso especial de bem público, o porte de arma, o trânsito por determinados locais etc. Na autorização, embora o pretendente satisfaça as exigências administrativas, o Poder Público decide discricionariamente sobre

Brasil, viajou para a França e hoje vive em Paris, exemplo típico de "imigração trampolim"[87]. A equatoriana emprega uma jovem imigrante mexicana para trabalhar nesta barraca. Exemplo do imigrante explorando outro imigrante.

"É ... trabalho com a senhora... pelo que... ela me faz o pagamento. [...] Meu salário é de... É 1.300. [Trabalho] pra alguém. Pra moça que... que ficava aqui a outra ocasião, quando você chegou. Ela, pra ela. Antes era o C. [...] Aluga pra ela." (Imigrante Mexicana, 24 anos, há 4 meses no Brasil).

Outra questão observada é que a grande maioria dos entrevistados sempre trabalharam no mercado informal no Brasil, 63,3%, somente 26,6% tiveram emprego formal em algum momento e 10% não responderam a essa questão.

Uma das dificuldades apontadas pela Advogada da Cáritas para o imigrante se inserir no mercado formal de trabalho pode se dar também pela:

[...] "Dificuldade do empregador de entender a questão de documentação. Então, o documento... O principal documento do solicitante de refúgio é uma folha de papel A4, né? Não é um documento que... um número enorme, nada parecido com o número de documento brasileiro. Aí alguns têm acesso a um RNM [Registro Nacional Migratório], mas esse RNM é temporário. E aí fala, mas eu vou contratar alguém que só tem residência de dois anos?"

Outro ponto levantado pela Advogada da Cáritas foi a questão do racismo e da xenofobia que ainda persiste na sociedade como um todo e se reflete no mundo do trabalho:

[...] "a gente viu que isso influenciava, por exemplo, na busca por trabalho. A gente recebeu muitos congoleses. [...] Eram pessoas com uma educação nível superior. Falavam inúmeros idiomas. [...] Aprendiam português rapidamente. Então, seriam ótimas pessoas pra você encontrar na sua empresa. Você ia ter uma troca cultural muito interessante. Mas pra quê? Trabalho manual pesado. Então, a gente recebeu: "Ah, não. É africano, a gente quer pra carga e descarga. A gente quer pra empregada doméstica". Então, ainda esse estigma. [..] É aquela mente da escravidão. Racismo estrutural, mente escravagista. E aí, a gente viu uma diferença quando os venezuelanos chegaram. Ou seja, muito parecidos na aparência com o brasileiro."

[...] "A pele é mais clara. Falando espanhol. Da América Latina. É claro que, sim, eles também sofrem xenofobia, não estou dizendo que não sofre. Mas não sofre aquele racismo do africano ligado à escravidão. [...] E aí, a gente conseguia para os venezuelanos empregos na área administrativa, entende? [...] É claro que ainda há ofertas absolutamente inaceitáveis. Mas havia uma aceitação maior de que eles ocupassem esses espaços que, quando a gente oferecia congoleses, não." (Advogada da Cáritas).

---

a conveniência ou não do atendimento da pretensão do interessado ou da cessação do ato autorizado, diversamente do que ocorre com a *licença* ou a *admissão*, em que, satisfeitas as prescrições legais, fica a Administração obrigada a licenciar ou admitir (Meirelles. 2003, p. 183-184).

[87] É aquela em que o migrante não consegue em um primeiro momento alcançar o país destino desejado, nesse caso a França. Ele migra para um país com políticas migratórias menos restritivas, como o Brasil, começa a trabalhar, prepara a documentação necessária e em um segundo momento consegue alcançar seu objetivo inicial

Ainda falando do trabalho formal, um dos imigrantes levantou a questão da diferença salarial que, muitas vezes, ocorre entre um trabalhador imigrante e um trabalhador brasileiro, mesmo quando desempenham a mesma função.

"Então, comecei a trabalhar aqui. E aqui varia muito. A maioria das pessoas, principalmente na construção civil, quando eles sabem que você é estrangeiro e não sabe de nada, eles se aproveitam dos direitos, não pagam, entendeu? Às vezes, quer pagar um salário menor do que os outros [...] Na época que eu cheguei, não tinha muito essa questão da fiscalização. Não era tão rigoroso como hoje em dia. [E continua] Você vê que, às vezes, na questão do pagamento, você fazia a mesma hora, a mesma hora extra que um brasileiro igual. Mas, na hora de receber, você recebia menos. [...] O pessoal, normalmente, ele vê, quando é estrangeiro, o que você falou, ele acha que já está te fazendo um favor, entendeu? Então, não quer te pagar o que você trabalha, não quer pagar igual os brasileiros. E tinha isso muito, porque também, antigamente, na época que eu cheguei no Brasil, não tinha aquela fiscalização, então eles se aproveitavam." (Imigrante Angolano, 44 anos, há 27 anos no Brasil).

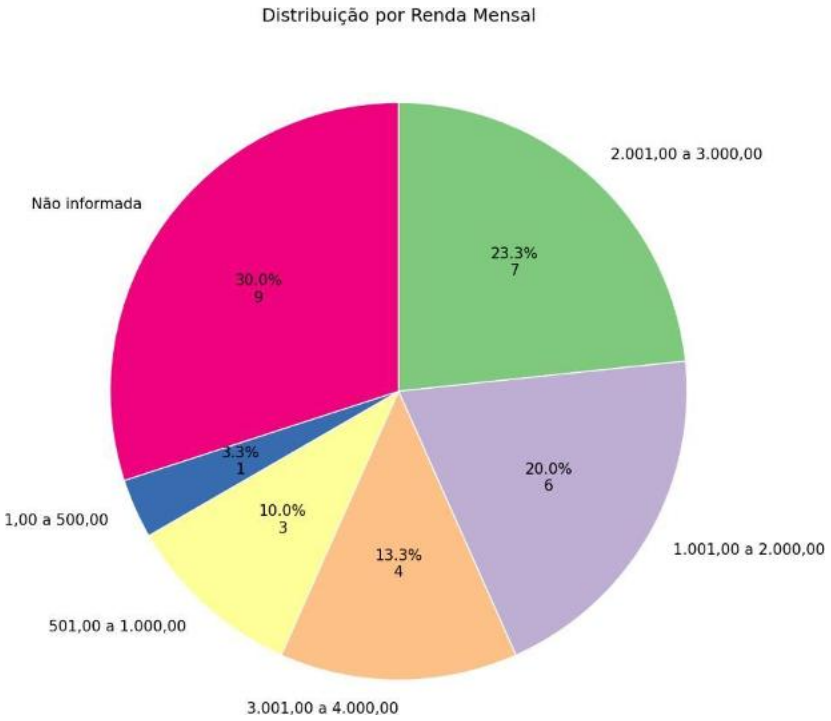
Diante da situação do mercado de trabalho no Brasil e especificamente na cidade do Rio de Janeiro, e por já estarem trabalhando por conta própria, observamos a vontade de alguns em empreender. E, para que isto se concretize, alguns procuram se capacitar e até mesmo se reinventar, encontrando uma nova profissão que possibilite obter renda e se manter. Ou seja, alguns entrevistados já não buscam mais o trabalho formal numa relação empregador/empregado. Há imigrantes que trabalham há anos no mercado informal e estão querendo ou estão regularizando os seus negócios. Isto tem sido feito com o apoio de instituições como o SEBRAE (que tem oferecido cursos sobre empreendedorismo para este público) e a FIRJAN (que tem oferecido cursos profissionalizantes). Com isso, alguns imigrantes já regularizaram os seus negócios e já são microempreendedores com MEI[88] e CNPJ.

"Sempre informal, né? Ou seja, a gente registrou, tem a marca registrada e tem o MEI. Então, por essa parte acho que é legal, né?" (Imigrante Venezuelana, NI anos, há 8 anos no Brasil).

[88] *MEI (Microempreendedor Individual) é a pessoa que trabalha como pequeno empresário/a de forma individual e, ao se formalizar, terá uma série de benefícios. É um modelo simplificado para formalizar autônomos e pequenos empreendedores, com limite de faturamento anual de R$ 81 mil. Ao se formalizar como MEI, o empreendedor passa a ter um CNPJ próprio, além da possibilidade de emitir notas fiscais e de ter acesso aos benefícios da Previdência Social (INSS).*

4.4.5.1 **Renda mensal**

Gráfico 9 – Distribuição por Renda Mensal



Fonte: elaboração própria

Conforme o gráfico acima, observa-se que a renda mensal entre os entrevistados é, em sua maioria, inferior a R$ 3.000,00 (três mil reais), sendo que quatro entrevistados recebem menos de R$ 1.000,00 (um mil reais) por mês. Observa-se ainda que 30% não informaram a renda, fato que já foi citado anteriormente de que geralmente nas questões que envolviam valores em dinheiro (como renda mensal e valor do aluguel) alguns se mostraram reticentes e preferiram não responder. É importante ressaltar que falar sobre renda é sempre muito delicado, muitas vezes a pessoa não quer declarar o quanto ganha e/ou até mesmo não sabe exatamente quanto ganha por mês, já que no trabalho informal o ganho é incerto e formado ao longo do mês ou, ainda, recebe pelos dias trabalhados que podem variar de um mês para o outro, isto sem falar que muitos não sabem informar a renda do cônjuge e/ou de familiares que contribuem para a renda mensal.

A baixa renda pode explicar também os poucos gastos com lazer. Isto faz com que muitos trabalhem mais para garantir o mínimo de sobrevivência e, para garantir a remessa de dinheiro para familiares que residem no país de origem.

"Não, mas eu não tenho momento de lazer, não. Eu trabalho todo dia, só chego em casa à noite e durmo. Eu não tenho tempo de lazer, não. Eu trabalho todo dia, de segunda a segunda." (Imigrante Angolano, 35 anos, há 6 anos no Brasil).

O trabalho informal apresenta particularidades e é preciso levá-las em consideração quando se trata da relação entre a quantidade de horas trabalhadas e o valor apurado na venda dos produtos. A possibilidade de trabalho dos camelôs está diretamente relacionada com algumas variáveis, por exemplo: as condições climáticas, as estações do ano e o número de possíveis clientes nas ruas. Ou seja, em um dia de sol, verão e nos meses de férias, há mais pessoas nas ruas. Isso significa mais vendas e consequentemente maior renda. No entanto, isso não significa que quando não é possível trabalhar nas ruas eles não trabalhem. Fazer compras para repor as mercadorias, aumentar a produção dos produtos a serem vendidos (bijuterias) e se dedicar às atividades domésticas também é trabalho. Assim, como na fábula de Jean de La Fontaine, o camelô, assim como a formiga, trabalha o máximo possível, porque ele sabe que algumas vezes não será possível ir às ruas. Em alguns períodos venderá mais e em outros menos. Isso explica as jornadas de trabalho excessivas em alguns períodos quando o imigrante trabalha por sua conta e a superexploração da força de trabalho quando ele trabalha para terceiros.

4.4.5.2 **Repressão**

Uma das preocupações de todos os trabalhadores que atuam nas ruas é a repressão do poder público. Atritos entre a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e vendedores ambulantes sempre aconteceram, são cíclicos. Um exemplo dessas repressões se deu há 50 anos entre a prefeitura e os camelôs, após a cassação da liminar que concedia licença de 90 dias aos vendedores ambulantes. Na esquina da rua do Ouvidor com o Beco das Cancelas, uma camelô cega resistia diante da investida da prefeitura e insistia em continuar vendendo seus produtos alegando o seguinte: “Não tem lei que me tire daqui. Não vou passar fome. Sou cega e tenho dois filhos”.

Imagem 3 – “Cegos querem vender” Diário de Notícias, 16 de janeiro de 1976

Debêntures

A Cia. Vale do Rio Doce lançou ontem, no Dresdner Bank, em Frankfurt, debêntures no valor de 70 milhões de marcos. O presidente do CVRD falou durante a solenidade.

Diário de Notícias

Rio, Sexta-Feira, 16 de janeiro de 1976 — Ano LXXXVI — Nº 27.130

Fundador: ORLANDO DANTAS

Telefones: 3540445 e 3547539
RUA DA CONSTITUIÇÃO Nº 11

O Tempo

Hoje, no Rio e em Niterói, tempo bom com relativa claridade, ventando. Previsão meteorológica de 8 horas, no Zona Norte. A máxima ontem chegou aos 29,1 e a mínima aos 21,1 graus.

Governo diminui a taxa do Imposto de Renda e favorece a classe média

A meta do governo federal é transformar o pagamento do Imposto de Renda em uma nova forma de poupança popular. Justamente com esse objetivo foram tomadas diversas providências pela Secretaria da Receita Federal, beneficiando sobretudo os contribuintes assalariados, que formam a maioria da classe média brasileira. Sem contar com a elevação acentuada do limite de isenção, que excluirá da categoria de contribuintes pagantes cerca de 850 mil pessoas. O novo IR está na página 6.

Simonsen não muda correção

Na reunião de posse da nova diretoria da Associação dos Diretores da Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento (Adecif), o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, manifestou-se contrário, no momento, à unificação da correção monetária, lembrando-a equivaler à correção cambial. Disse ele que a medida é muito ousada e mudaria as regras do jogo, mas o Governo só as modifica sempre que possa dar um passo à frente. (Página 6)

Simonsen explica que o Governo não mudará as regras do jogo

Poeira invade hospital

Os problemas do Hospital São Francisco de Assis e da Maternidade Thomaz Coelho Motta, na Avenida Presidente Vargas, já foram bem maiores. No início das obras do Metrô naquela área, houve interrupção do fornecimento de água, luz e gás. Agora, o maior problema é a poeira das obras, que está prejudicando o funcionamento de todo o aparelhagem elétrica do hospital, além de causar a perturbação do serviço de genética, que se baseia no cultivo de células humanas. Diante do Hospital São Francisco de Assis e da Maternidade Thomaz Motta, a poeira já é tanta que as pessoas só enxergam a rua depois de colocar um estratégico lenço no rosto, na tentativa de escaparem ao pó que domina toda aquela região. (P. 10)

Lenço no rosto é arma contra poeira

Mais 13 fábricas com macarrão contaminado

Supermassa, Petybon, Santa Amália, Gênova, Martiku, Aracy, Vallinhos, Vulcanis, Buitoni, Vera, Verbana, Reinassas e Cantina são treze marcas de massas alimentícias em cujas fábricas também foi verificada a contaminação de macarrões por fungos. Laudos do Instituto Adolfo Lutz atestam a irregularidade e juntam as treze fabricantes à Adria, até então o "bode expiatório" do escândalo dos alimentos contaminados. As fábricas, contudo, não sofrerão nenhuma punição, além da repercussão da notícia, Para o secretário de Saúde de SP, Walter Leser, "elas agora farão que melhorar o produto". (Pág. 5)

Guarda ferido evita assalto

Dois assaltos a banco, ontem. Um deu certo, outro não. Dois homens — um branco e outro negro — invadiram ontem pela manhã a agência do Banco Real, na Rua da Assembléia, 115-Q, renderam os funcionários e guardas de segurança, e levaram um malote contendo cerca de 300 mil cruzeiros, que havia sido entregue na agência bancária, pouco antes, por uma empresa transportadora de valores. Mas em Nilópolis, o gerente de segurança Wagner da Silva Neves conseguiu frustrar o quarto assalto à agência Bamerindus naquela localidade. Ele acionou o alarme, disparou sua arma e pôs em pânico os assaltantes, que o atingiram. O gerente, gravemente ferido, está no CTI do Hospital Souza Aguiar. (Página 14)

EUA e URSS se denunciam

O "Pravda", jornal soviético, critica ontem, duramente, o fracasso da reunião de cúpula da Organização da Unidade Africana, atribuindo-o às "pressões ostensivas sobre determinados grupos de estadistas africanos". Em Washington, um bilhete de Henry Kissinger à OTAN denuncia que uma das facções em luta já cedeu ao movimento liderado por Agostinho Neto, e revela, ainda, o envio de 200 milhões de dólares, pela União Soviética, para intensificação desse conflito. (Página 2)

No Pedro II, a antiescola

A deterioração da qualidade de ensino do Colégio Pedro II, a incapacidade de sua direção em implantar o Plano de Classificação de Cargos e os desmandos de sua diretoria-geral são fatores que justificam a intervenção do Ministério da Educação, ali, com a maior urgência. Um desses abusos é a utilização de carros e servidores do educandário para tratar de interesses evidentemente pessoais e do seu dirigente máximo. (Editorial na pág. 4 e nota na pág. 14)

Este cego, Rita José Pereira, só pára de vender se for preso

Cegos querem vender

Após a cassação de liminar que concedia licença de 90 dias a vendedores ambulantes, a fiscalização municipal destacou cem bem 80 homens para evitar que os camelôs voltassem a se instalar no centro. A repressão começou às 8 horas e 32 minutos, e por volta das 11 horas já não havia vendedores ambulantes nas ruas. Apenas um grupo de cegos reunia-se na esquina da Rua do Ouvidor com a Sete de Setembro, e Rita José Pereira continuava a apregoar suas mercadorias, dizendo: "Não tem ladrão que me tire daqui. Não vou passar fome. Sou cega e tenho dois filhos". (P. 9)

Brasil tenta o título olímpico

No futebol, apenas um título falta ao Brasil: o da conquista olímpica. E dia 21, contra o Uruguai, as emoções começam a tentar esta conquista, no Estádio do Arruda, em Recife. Enfrentando, até fevereiro, quatro adversários, além do Uruguai: Argentina, Colômbia, Chile e Peru. Destes, apenas os dois primeiros colocados pegarão as duas vagas da zona sul-americana para as Jogos Olímpicos, que serão realizados este ano na cidade de Montreal. (P. 16)

Multinacional na Gaio Marti

Os grupos internacionais continuam investindo o mercado brasileiro. Depois da Companhia Souza Cruz (multinacional), que adquiriu o controle acionário da cadeia Peg-Pag, agora é a vez da Gaio Marti. Fortalata Viegas, um dos elementos da cúpula da organização, já fechou negócio com um poderoso grupo francês, e a operação chega a 40 milhões de cruzeiros. Detalhe importante: metade do preço será à vista e em dinheiro. (Coluna Periscópio, página 4)

Edição de Hoje
24 Páginas

2 — Internacional
3 — Política
4 — Opinião
5 — Brasil
6 — Economia
7 — Geral
8 — Esportes
9 — Geral
10 — Carnaval
11 — Diversões
12 — Diversões
13 — Diversões
14 — Polícia
15 — Turfe
16 — Esporte
Suplemento Militar

Entendemos que essa repressão, muitas vezes, é resultado da pressão exercida pelos comerciantes regularmente estabelecidos. O exemplo mais recente é o que aconteceu na rua Uruguaiana, quando, em fevereiro de 2024, um “choque de ordem” da prefeitura retirou todos os camelôs da rua. Depois de muito embate, onde antes trabalhavam mais de 200 camelôs, apenas 75 foram autorizados a continuar seu trabalho no local. Os demais foram obrigados a buscar outros pontos da cidade para vender suas mercadorias.

“O movimento de resistência, com o apoio do MUCA (Movimento Unidos dos Camelôs)[89], se

[89] O Movimento Unidos dos Camelôs (MUCA) nasceu há 22 anos, após uma repressão violenta sofrida por uma camelô, ela resolveu que já tinha passado da hora dos camelôs se organizarem para lutar para serem reconhecidos como trabalhadores.

organizou: A gente foi para a rua, fizemos muita luta, fechamos a Presidente Vargas, fizemos vários atos e a gente conseguiu negociar com a prefeitura. E aí, esses 75 só ficaram porque o movimento foi para a rua brigar por direito." (Coordenadora do MUCA).

Imagem 4 - Jornal O Dia, 08 de março de 2024

Movimentação dos camelôs na Uruguaiana, esquina com Rua da Carioca, durante protesto

Reginaldo Pimenta/Agência O DIA

Esse é um exemplo de uma operação com repressão de grandes proporções, entretanto, no cotidiano dos camelôs, existe uma permanente tensão entre as forças de repressão da Prefeitura (Guarda Municipal) e os trabalhadores informais. O que pode ser observado nas falas dos entrevistados:

"É, eu vendia... Sapato. (...) vendi no chão aqui. Ah! Depois o guarda pegou três vezes." (Imigrante Ganês, 45 anos, há 14 anos no Brasil).

"Os guardas, eles já levaram minha banca." (Imigrante Ganês, 27 anos, há um ano e meio no Brasil).

"*Não, na hora que a gente trabalha... A gente que trabalha na rua assim, aí se... Toda hora [repressão], né? Agora que a gente trabalha legalizado aqui, não. Agora fica tudo tranquilo."* (Imigrante Angolano, 44 anos, há 27 anos no Brasil).

4.4.5.3 **Remessas monetárias**

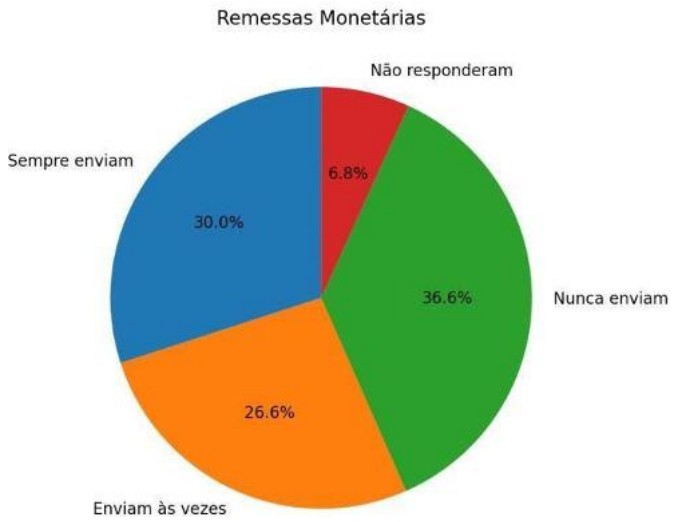
Outra forma de manter contato com os familiares no país de origem é através do envio e/ou recebimento de remessas de dinheiro. Essas remessas se destacam por sua importância em

termos de volume, frequência e impacto. Assim, as remessas monetárias, que consistem em transferências pessoais realizadas por imigrantes que vivem em um determinado país para outro, são essenciais para entender o fenômeno migratório na atualidade (Cavalcanti e Oliveira, 2022). No entanto, é importante observar que a necessidade do envio de remessas pode impactar muito na qualidade de vida dos imigrantes, pois o dinheiro que poderia ser investido em aumentar seu negócio (compra de maior quantidade e diversidade de mercadorias) é enviado para o país de origem com a finalidade, muitas vezes, de garantir a sobrevivência dos que ficaram ou não puderam emigrar. Mesmo que para isso tenham que trabalhar exaustivamente.

"As peruanas é porque elas mandam dinheiro pros familiares, pros pais, né, irmãos. Elas mandam pro Peru o dinheiro. Então, elas não param. [Elas] têm barraca na Carioca. Aí, no final de semana, a Carioca não tem movimento, elas vão para Copacabana. Aí, sábado e domingo, ela tá com a Copacabana. O dia inteiro, ela sai de manhã e volta à noite. É uma jornada de trabalho grande, muito longa. Cinco horas da manhã, ela sai daqui e retorna 10 horas da noite, 11 horas." (Integrante do MUCA).

Ao mesmo tempo, o envio de remessas pode ser positivo. Quanto ao volume de transferências financeiras realizadas pelos migrantes, há um impacto social e econômico nos países de origem que é altamente relevante. Em termos gerais, essas transferências de dinheiro são interpretadas como uma clara demonstração da manutenção dos laços que mantêm unidos os imigrantes a suas comunidades de origem. As remessas desempenham um papel crucial na definição e manutenção dos projetos migratórios, apoiando a criação e o fortalecimento de vínculos transnacionais entre familiares, facilitando o investimento em negócios, o acesso à educação, entre outros aspectos.

Gráfico 10 – Remessas Monetárias



Fonte: elaboração própria

De acordo com a pesquisa, em relação às remessas monetárias, como pode ser observado no gráfico acima, 30% fazem remessas todos os meses (ocorre principalmente entre os que têm filhos e mãe no país de origem) enquanto 26,6% mandam às vezes (quando sobra algum dinheiro), 36,6% nunca fazem remessas e alguns informaram que, às vezes, os familiares é que enviam dinheiro para eles.

"Não, não tem quando dá. De vez em quando, eu mesmo fico com fome para ajudar, porque meu filho precisa de mim. Minha irmã também. Todo mundo precisa de mim. A situação do Haiti hoje em dia, o negócio é difícil, ninguém está trabalhando." (Imigrante Haitiano, 40 anos, há 11 anos no Brasil).

"Porque eu ainda não tenho muito mais dinheiro. Ainda não mais dinheiro, mas como a situação lá é um pouco complicada, às vezes, sim, eu guardo um pouco de dinheiro. Quando eles me solicitam um pouco de... um problema, às vezes eu ajudo eles." (Imigrante Senegalês, 24 anos, no Brasil desde fev/2025).

"Eles mandam [dinheiro] para mim. (...) Isso porque eu tenho filhos e porque eu tenho fibromialgia. (...) Então às vezes não consigo trabalhar e eles mandam dinheiro para mim." (Imigrante Colombiana, NI anos, há 10 anos no Brasil).

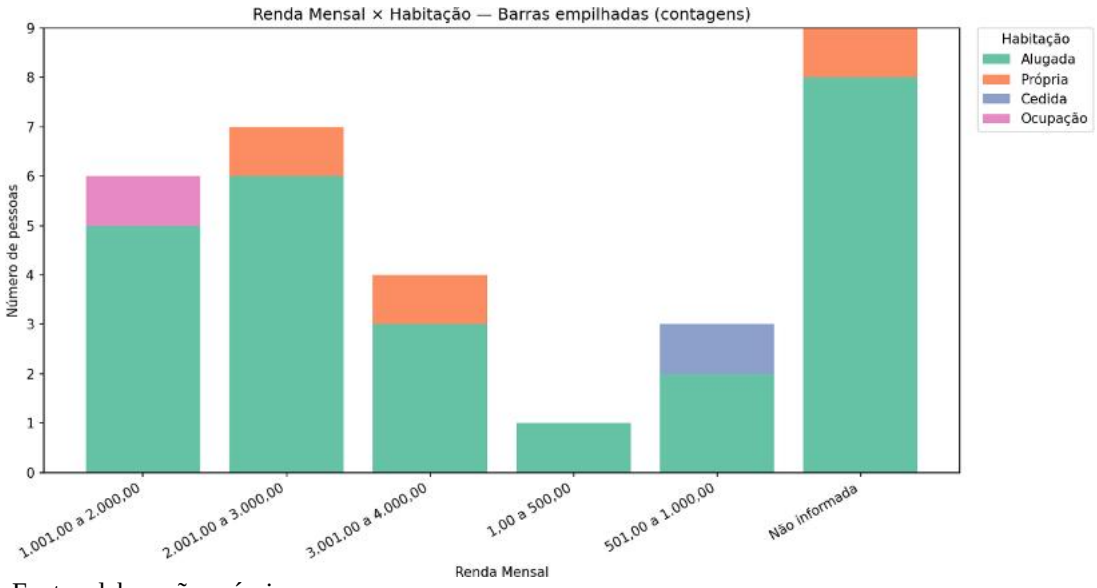
Essa questão da necessidade do envio de remessas para o país de origem é percebida até pelos brasileiros que convivem com estes estrangeiros:

"Então, as pessoas querem trabalhar todo dia. E aí, quando a gente fala dessas pessoas, né, imigrantes que estão aqui, essas pessoas vêm pra cá trabalhar pra mandar dinheiro também pra fora, né? Se manter aqui e a ajudar a família fora. Então, precisa trabalhar dobrado. As meninas [imigrantes peruanas] que trabalham... que moram aqui, eu pensei que quando elas viessem pra cá, elas iam dar um tempo no trabalho. Elas trabalham de segunda a segunda, né?" (Coordenadora do MUCA).

Como já foi citado no capítulo anterior, alguns imigrantes conseguem investir no país de origem. É o caso do imigrante senegalês que financiou a abertura de um centro de produção e venda de artesanato em sua cidade natal, pensando tanto no seu retorno como nos meios de sobrevivência de seus familiares que lá estão.

4.4.6 **Habitação**

Gráfico 11 – Renda Mensal x Habitação



Fonte: elaboração própria

Outro ponto observado, conforme o gráfico acima, é que os gastos com moradia comprometem grande parte da renda dos entrevistados, já que a maioria mora de aluguel e a maior parte da renda fica comprometida, uma vez que a média dos valores dos aluguéis é de R$ 908,57 e, dos imigrantes que declararam renda, 56,6% têm renda mensal de até R$ 3.000,00.

Em relação à condição de moradia, como se pode observar, 83,3% dos entrevistados residem em moradias alugadas, 3,33% residem em moradia cedida, 3,3% residem em uma ocupação (o proprietário já ingressou na Justiça a fim de reaver a posse do imóvel) e apenas 10% têm residência própria (2 são casados(as) com brasileiros(as) e têm o imóvel e outra imigrante venezuelana, o marido cubano tem trabalho formal).

"Aí eu falei para o meu esposo, eu vou ver se vou na Tenda, na oficina da Tenda. E falo que a gente, como é que faz para tentar construir uma casa, tudo isso aí. A gente conseguiu, sem entrada. E isso foi um sonho realizado porque eu vou na fé. Não tem dinheiro, mas vou na fé. E eles aprovaram porque o meu esposo trabalha de carteira assinada. E eles aprovaram e foi a melhor coisa." (Imigrante Venezuelana, NI anos, há oito anos no Brasil).

"Não, eu moro numa ocupação. Eu morava num ... Eu pagava aluguel, mas como eu trabalhava informal e depois fiquei sem emprego, então, tinha muita dificuldade e passei muita necessidade. (...) Aí uma colega me disse que tinha uma ocupação e que a pessoa já tinha falecido. Como eu tava a precisar e não tinha condição de pagar aluguel, ela me apresentou nessa ocupação e eu tô morando até hoje." (Imigrante Angolana, 50 anos, há 27 anos no Brasil).

Uma Imigrante do Uruguai utilizou do voluntariado para obter moradia e alimentação:

"Quando eu cheguei, eu fiz muito voluntariado. (...) Então, foi muito fácil para mim fazer uma troca de trabalhar por comida ou por teto. E aí eu fui conhecendo. Eu fui como, já me

facilitando mais, adaptando mais para depois passar a pagar um aluguel." (Imigrante Uruguaia, 32 anos, há 6 anos no Brasil).

Como forma de preservar a cultura e sentirem-se seguros, alguns imigrantes ficam circunscritos aos seus ambientes familiares, passando a morar próximos uns dos outros, como, por exemplo, os senegaleses mourides que, apesar de trabalharem na cidade do Rio de Janeiro, passaram a residir no Centro do Município de Niterói, criando uma associação para defender seus direitos e, ao mesmo tempo, ter um espaço de convivência; os Venezuelanos que têm uma comunidade relativamente grande no Morro do Banco, no bairro do Itanhangá, por conta da presença da ONG "Aldeias Infantis", ligada à OIM, que fez parte da Operação Acolhida[90] e os imigrantes eram direcionados para lá; e a comunidade angolana na Vila do João, no Complexo da Maré, que se formou principalmente a partir do fluxo migratório da década 1980, buscando refúgio e apoio de seus conterrâneos.

"A questão da familiaridade. Assim, pessoas da mesma nacionalidade, da mesma língua, com a mesma intenção, que é buscar um futuro. [...] Então, assim, tem uma trajetória muito similar que estão... e com um objetivo muito parecido, [...] que termina criando, na verdade, um vínculo de aproximação. Então, essa parte é muito importante e, para além disso, também tem uma questão muito mais afetiva, a questão do nacionalismo, de pessoas próximas da mesma língua, que termina aproximando as pessoas. É como eu trazer um pedacinho [do seu país]. Então, assim, a pessoa não perde 100% de suas raízes." (Coordenador II do CRAI-Rio).

Conforme relato dos entrevistados, apuramos que 76,6% têm família no Brasil, muitos trouxeram a família do país de origem, alguns têm filhos que ainda residem no país de origem e outros formaram família no Brasil, sendo 13,3% imigrantes casados com brasileiros.

Observando as famílias dos entrevistados, pudemos constatar que a experiência migratória possibilitou, também, a formação de famílias transnacionais. E isto se dá pelo fato de que, com a globalização, o mundo diminuiu e o tempo encurtou. O Imigrante não precisa mais se integrar completamente à sociedade do país destino. Com a globalização, surge a possibilidade de continuar a manter os laços com seu país de origem. Esses são os imigrantes transnacionais. As famílias transnacionais são aquelas nas quais os membros vivem separados em diferentes países, de modo permanente ou por longos períodos, e, mesmo assim, se mantêm unidos preservando os vínculos familiares. É uma realidade que cresce em um mundo globalizado, exemplo prático de novas possibilidades quando comparada à família tradicional

[90] A **Operação Acolhida** é uma resposta humanitária do Governo Federal Brasileiro para o fluxo migratório de venezuelanos, focada em **ordenar, acolher e integrar** esses migrantes e refugiados, principalmente através da realocação voluntária (interiorização) de Roraima para outras cidades do Brasil, oferecendo abrigo, saúde e oportunidades de recomeço, com apoio de diversas esferas do governo, Forças Armadas, agências da ONU e sociedade civil.

(todos juntos no mesmo espaço). A possibilidade de existência de famílias transnacionais foi facilitada pela utilização das ferramentas digitais; sua utilização minimiza as dores das separações, muitas vezes causadas pelas graves desigualdades sociais, políticas e econômicas presentes na atualidade.

Um exemplo de família transnacional é a de um imigrante haitiano que chegou no Brasil em 2015 e só depois que se organizou financeiramente trouxe a família (esposa e três filhos na época). Já no Brasil, teve mais um filho. Agora, pensando em melhores condições financeiras, a esposa foi trabalhar nos EUA e levou três filhos. Um dos filhos voltou para o Haiti e está morando com familiares. Apesar de estarem cada um em um país diferente (Brasil, EUA e Haiti), os vínculos não foram cortados e eles se mantêm conectados graças às TICs que possibilitam a conexão entre eles a qualquer momento apesar da distância que os separa. Observamos, na pesquisa, que todos mantêm contato com familiares no país de origem, principalmente através do *whatsapp*. Aqui vimos como as TICs facilitam esse contato e possibilitam esta "sensação" de estar aqui (país de destino) e lá (país de origem) ao mesmo tempo, a transmigração na prática. Mas constatamos, também, através das entrevistas, que em alguns países (ou em algumas regiões destes) a internet ainda não é acessível a todos além de ter um alto custo para aqueles que apresentam uma grande vulnerabilidade econômica.

"Agora está muito melhor, depois que inventaram o WhatsApp. Então, é como se eu estivesse em Angola. A gente se fala quase todos os dias, chamada de vídeo, apesar que lá tem dificuldade de dinheiro para comprar a internet; mas, graças a Deus, quase todos os dias eu falo com a minha família." (Imigrante Angolana, 50 anos, há 27 anos no Brasil).

Interessante ressaltar que alguns entrevistados que já emigraram há algum tempo, nas décadas de 1980 e 1990, falam das dificuldades de comunicação com o país de origem naquela época.

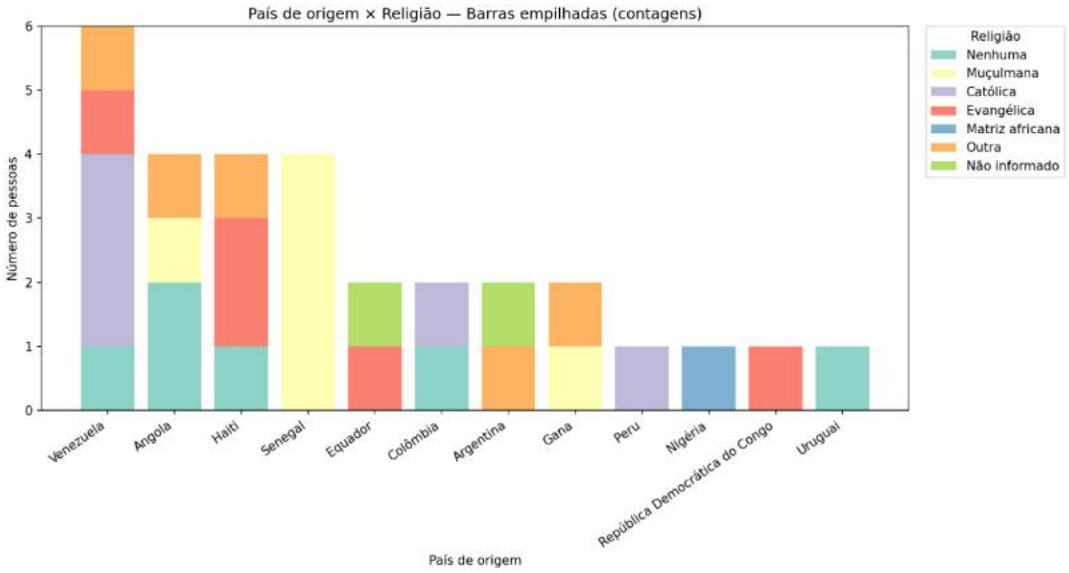
"Antigamente, quando eu cheguei, a comunicação era por cartas. Carta era... Se tivesse alguém de Angola a trazer a carta deles. Se tivesse aí eu mandava. Naquela época era única comunicação mais acessível, não? E tinha também os orelhões da Telemar. Só que não demorava muito. Você liga só a internacional, comprava, daqui a pouco, em um minuto, pum, acabou." (Imigrante Angolano, 44 anos, há 27 anos no Brasil).

Outra forma de manutenção dos laços com o país de origem pode ser demonstrada através do acompanhamento das manifestações culturais e políticas de algumas das comunidades de imigrantes abordadas nesta tese. Isso pode ser observado entre os imigrantes senegaleses mulçumanos mourides que, através de suas manifestações religiosas, mantêm vivas muitas tradições de sua cultura. Um outro exemplo foi observado durante a coleta de dados ao

frequentarmos as barbearias nas proximidades da Central do Brasil. Nesses locais é grande a presença de africanos de várias nacionalidades. Nossa intenção era, através de conversas, filtrar entre os clientes aqueles que atendessem ao perfil da pesquisa. Durante o tempo de espera para o atendimento, em várias oportunidades, presenciamos conversas nas quais temas como política e economia dos países do continente africano foram discutidos. Os temas mais atuais e sensíveis foram debatidos pelos africanos presentes no local; no debate, muitas vezes acalorado, os participantes demonstraram interesse e conhecimento sobre o tema.

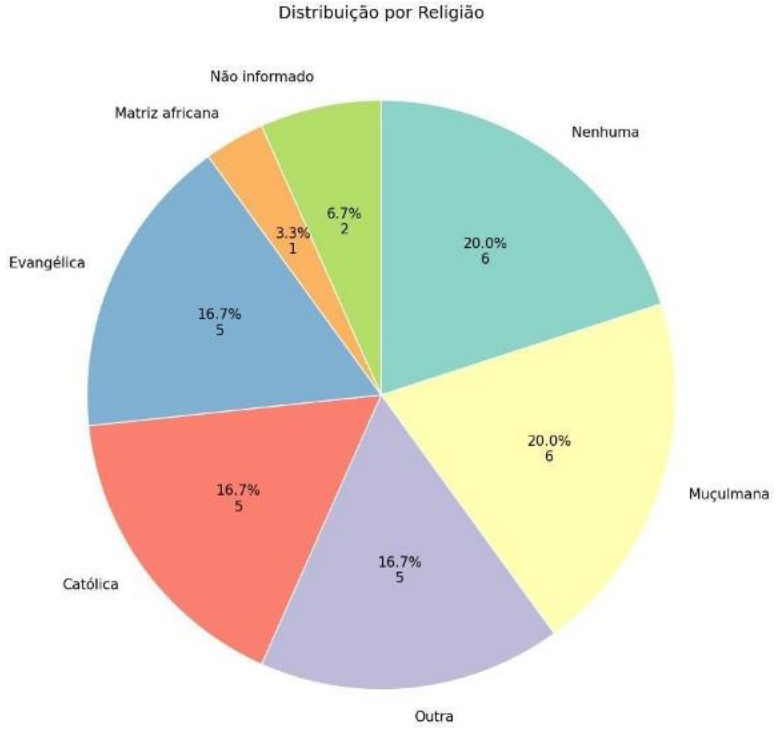
4.4.7 **Religião**

Gráfico 12 – País de origem x Religião



Fonte: elaboração própria

Gráfico 13 – Distribuição por religião



Fonte: elaboração própria

Quanto à religião, islamismo (20%), catolicismo (16,7%) e evangélica (16,7%) foram as vertentes mais recorrentes. Vale ressaltar que, apesar de termos 12 imigrantes oriundos do continente africano, somente um deles frequenta uma religião de matriz africana (candomblé) e um relata que acredita na ancestralidade africana.

"Minha família são muçulmanos. Mas, quando eu cheguei aqui... Na verdade, minha família são muçulmanos e Candomblé. Então... Eu sou meio indecisa. No momento, eu sou candomblecista ainda." (Imigrante Nigeriana, 39 anos, há 21 anos no Brasil).

"Sim, sim, na verdade eu não tenho uma crença religiosa, mas eu acredito nos que vieram antes de mim [nos ancestrais]. Se você me falar de Deus, eu não conheço Deus, nunca vi Deus, mas eu sei que eu vim de uma linhagem que são os pais dos pais dos pais dos meus pais. Eu sei que eu vim de lá. Então, eu acredito neles, em vez de acreditar no Jesus Cristo, que é europeu, sei lá o que, que não faz nem parte da minha linhagem, nem é da minha cor, não tem nada a ver comigo." (Imigrante Angolano, 35 anos, há seis anos no Brasil).

No caso dos haitianos, apenas um fez referência ao vodu (seu pai era líder espiritual), mas ele é evangélico (religião de sua mãe).

"O lado do 'vudu' do meu pai era de ajudar. Não era de fazer maldade. Era pra quem recebeu, tipo, uma maldição, pra ele tirar. Tipo, meu pai era um pai para o mundo inteiro. Até estrangeiros, americanos, franceses [...] todo vai lá." (Imigrante Haitiano, 40 anos, há 11 anos no Brasil).

Uma questão levantada por um imigrante muçulmano que trabalha vendendo mercadorias na praia foi a impossibilidade de realizar as cinco orações diárias (Salah) durante o dia.

"Na praia. Porque aqui não dá para fazer oração. Porque o que a gente está fazendo mesmo aqui é proibido, porque a gente não tem outro jeito. Porque a gente fala aqui... Você não pode ver o corpo da gente, não pode. Aqui você, todo mundo está nu. Você vai ver tudo. Porque a gente passa, a mulher e tudo passa." (Imigrante Senegalês, 66 anos, há 22 anos no Brasil).

4.4.8 **Comunidade unida**

No que se refere à questão da solidariedade entre os imigrantes, as respostas indicam que existem diferenças, tendo maior destaque de união as comunidades dos países africanos (principalmente angolanos), os haitianos e os argentinos.

"Porque aqui praticamente a gente [angolanos] torna-se família um do outro. Que normalmente quando acontece uma coisa, antes da tua família saber, são as pessoas mais próximas aqui que sabem, que tentam ajudar na medida do possível, entendeu? Depois é... acontece um problema... a pessoa está doente, o pessoal apoia, tem essa coisa." (Imigrante Angolano, 44 anos, há 27 anos no Brasil).

"A única coisa que os haitianos têm, são unidos. [...] Se um tem um problema, o outro defende, como está a situação, o outro possa ajudar." (Imigrante Haitiano, 45 anos, há 12 anos no Brasil).

"A gente se auxilia e se ajuda toda hora. Porque a gente, mas pra quem vem sozinho, que é o meu caso. [...] Não tem família aqui, não tem ninguém. Então, a gente faz uma... Cria esses vínculos aqui com as amizades argentinas também, pra ter essa... [...] O argentino tem esse costume, essa cultura, essa idiossincrasia de se cuidar um do outro, de auxiliar um no outro." (Imigrante Argentino, 42 anos, há 14 anos no Brasil).

4.4.9 **E a migração feminina nesse contexto?**

No que se refere à migração feminina, os avanços nas construções teóricas no campo das migrações internacionais fizeram com que essa temática saísse da invisibilidade. Antes, a migração feminina era sempre relacionada a questões pessoais, privadas ou familiares. Mas, na realidade, as mulheres migram pelas mesmas razões que os homens, por motivos econômicos e sociais. De acordo com a nossa pesquisa, foi possível observar o protagonismo das mulheres nos deslocamentos, que agora são motivados pelo objetivo de melhorar de vida e não apenas para reunião familiar, como se afirmava anteriormente. Isso pode ser observado pelo fato de 61,7% das mulheres afirmarem que emigraram sozinhas[91], sem companheiros, e 25% com filhos. Dessas imigrantes, somente 50% conheceram seus companheiros depois de já estarem

[91] Sendo que uma emigrou ainda criança (8 anos, na época).

no Brasil. Quanto à escolaridade, 46,1% delas têm ensino médio e 23% o ensino superior.

Esse processo da feminização das migrações também pode ser observado através do aumento no número de mulheres imigrantes no Brasil. E esse aumento decorre de um incremento nas migrações dos países do Sul-Global para o país (Tonhati e Macedo 2020; 2021). Portanto, se fazem necessárias políticas públicas que reconheçam a especificidade desta população imigrante e que ofereçam oportunidades de trabalho e proteção a estas mulheres.

Não podemos esquecer que a questão de gênero está intimamente ligada às desigualdades de classe, raça, etnia, status migratório e orientação sexual.

O comércio informal parece ser, muitas vezes, uma das estratégias para sobrevivência e, ao mesmo tempo, cuidar dos filhos, pois permite que a mulher faça o seu próprio horário de trabalho, adequando aos horários de escola dos filhos, além de possibilitar que levem os filhos para o trabalho nos horários em que não estão na escola. Isso demonstra ausência de políticas públicas (neste caso, creches e escolas em tempo integral) que possibilitem à imigrante trabalhadora conciliar o trabalho e suas responsabilidades familiares.

"Trabalho informal porque eu tenho filhos. Tenho dois meninos, um menor desde a idade. Então, a gente não tem amigos, não tem família... Tem que levar as crianças para a escola. E não dá para confiar nas crianças com nenhuma pessoa. Então, o trabalho informal me dá tempo para trabalhar e ficar atenta às crianças. (...) Eu sou mãe e cabeça da família, não tenho companheiro. Então, eu tenho que fazer tudo, trabalhar, pagar o aluguel, procurar a comida, ficar atenta às crianças. Então, ser informal me dá tempo para ficar com as crianças." (Imigrante Colombiana, NI anos, há 10 anos no Brasil).

De acordo com OIM - ONU Mulheres (2023), muitas vezes a impossibilidade de acesso a empregos mais bem remunerados faz com que, na falta de renda para suprir as necessidades básicas, essas mulheres se utilizem de estratégias como reduzir porções de comida, o que pode afetar a saúde e constituir um problema de segurança alimentar.

"A mãe de cabeça, a mãe, a mulher imigrante, adormece emocionalmente, porque é difícil sustentar uma família sozinha. (...) Imagina carregar essas pedras todos os dias, carrega a maleta, chega em casa, chora sozinha. Quem ajuda a mulher imigrante? Quem sabe o que está comendo a mulher imigrante? Como come a mulher imigrante? Como come uma mãe? Se uma mãe imigrante está pensando em o que dar para comer aos filhos. Aí dá para os filhos três colheres de arroz, três para o outro, e a mãe imigrante come o que sobra. Essa é uma pergunta importante. Que come a mulher imigrante? E como estão as emoções da mulher imigrante? Ela está adormecendo-se emocionalmente, em casa, chorando sozinha." (Imigrante Colombiana, NI anos, há 10 anos no Brasil).

"A maior dificuldade foi não ter uma casa e não ter um emprego. Foi a maior dificuldade que eu enfrentei, e também porque eu tenho filhos. Então, para poder... É. Então, já tinha época que não tinha para dar, mas eu tinha que correr para poder conseguir pagar aluguel. Eu preferia não dar comida nos meninos, mas para pagar o aluguel, porque o senhorio estava nos cobrando o aluguel, senão iam nos tirar fora de casa. Então, essa foi a maior dificuldade que

eu já passei na minha vida." (Imigrante Angolana, 50 anos, há 27 anos no Brasil).

Essas mulheres desempenham simultaneamente o papel de provedoras e mantenedoras de vínculos afetivos (o que é muito comum também na sociedade brasileira, sobretudo, nas periferias onde as mulheres são chefes de família).

Se observarmos a escolaridade das imigrantes entrevistadas, podemos concluir que elas têm qualificação para estarem empregadas no mercado formal com rendimentos maiores dos que recebem nas ruas. Mas os obstáculos para isso são variados: a dificuldade de revalidação de diploma, a questão do idioma, a saturação do mercado de trabalho, a falta de creches e escolas em período integral, entre outros.

Um ponto que também procuramos observar em nossa pesquisa era como se dava a divisão de tarefas em casa entre os entrevistados com companheiros e constatamos que, em sua maioria, as tarefas domésticas ficam circunscritas ao sexo feminino. Foram poucos os relatos que demonstraram uma divisão de tarefas:

"É, de vez em quando, de vez em quando, quando alguém tem o tempo... Tipo ontem, não tinha trabalho pra mim, ela tava trabalhando, eu limpei a casa, eu fiz comida. É assim, um ajuda o outro." (Imigrante Haitiano, 40 anos, há 11 anos no Brasil).

"Mi genro, o esposo de mi filha que está desempregado, entonce ele toca a cozinha." (Imigrante Venezuelana, 62 anos, há três anos no Brasil).

"Exatamente, tem esse projeto de casal de nova geração, né? Não tem essa questão de patriarcado, não. Cada quem faz de tudo. Lava roupa, quem puder, cozinha, quem puder, leva a filha da escola, quem puder. Tamo nessa, na parceria." (Imigrante Venezuelano, 33 anos, há 10 anos no Brasil).

Isso evidencia que a divisão de tarefas domésticas ainda é muito desigual. As mulheres continuam com a responsabilidade do trabalho doméstico e sobrecarregadas. Embora haja uma lenta mudança, a responsabilidade ainda recai sobre as mulheres e, até mesmo quando o homem faz algum trabalho doméstico, é mais no sentido de "ajuda" do que como sendo sua responsabilidade também.

4.4.10 **A relação dos imigrantes com as instituições públicas e privadas**

No que se refere ao atendimento das instituições, 36,6% afirmaram que receberam ajuda de alguma instituição (Cáritas, principalmente) enquanto 43,3% responderam que não receberam e o que nos causou estranheza foi que muitos dos que deram essa resposta participam da Feira Multicultural promovida quinzenalmente pelo CRAI-Rio e, mesmo assim, afirmaram

nunca ter recebido ajuda institucional.

"A primeira instituição que eu conheci foi Cáritas. Aí eles me orientaram sobre os trâmites de CPF. Pelo menos a parte mais básica que você tem que tener para poder transitar aqui em el país. Então, foi Cáritas, depois a OIM." (Imigrante Venezuelana, 35 anos, há três anos no Brasil).

"Quando eu cheguei aqui no Rio, quando eu cheguei aqui no Rio, consegui me enrolar com a gente de Cáritas, porque eu falei com os advogados. Eu não sabia que eu havia sido um perseguido político. Eu não sabia que eu era, era um desplaçado. Não sabia que era um migrante forçado. Eu vim saber que eu era um migrante forçado. Foi por toda essa explicação técnica que eles botaram para mim. E é verdade. Nós, os venezuelanos, não gostamos de migrar. Estava bem, mas tivemos que migrar porque não havia como sobreviver. [...] Então, eu estudei, graças à Caritas. [...] A Caritas me deu o financiamento para que eu estudasse padeira no SENAC. [...] Estudei gastronomia, panificação, e depois fiz confeitaria." (Imigrante Venezuelano, 62 anos, há sete anos no Brasil).

"[Só conheceu a partir da pandemia da COVID 19] Olha, eu recebi muita, recebi cesta básica, recebi roupa, recebi acompanhamento psicológico, orientação, visto que eu tenho um filho especial. [...] O consulado estava tudo certo, mas a Polícia Federal, minha documentação estava toda errada. Eles [CÁRITAS] me ajudaram a consertar a documentação, então, tudo certo." (Imigrante Angolana, 50 anos, há 27 anos no Brasil).

"Sim, agradecida com a Prefeitura por darmos esta oportunidade a "nosotros" imigrantes, de poder exibir o que "hacemos" e vender, levar os "realitos" para as nossas necessidades." (Imigrante Venezuelana, 62 anos, há três anos no Brasil)

"Agora, neste momento, tem a Prefeitura, que dá esses espaços de venda. Tem o SEBRAE, que proporciona cursos para imigrantes. Tem várias instituições que têm esse tipo de ajuda, né? Ajuda mais para você empreender, para você crescer." (Imigrante Venezuelana, 33 anos, há 10 anos no Brasil).

Um dos pontos mais relevantes no trabalho da Cáritas e do CRAI-RIO é buscar a garantia da segurança jurídica dos imigrantes, orientando-os sobre a regularização da documentação, sobretudo o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Esses documentos garantem aos imigrantes os mesmos direitos que os brasileiros, com exceção dos direitos políticos (votar e ser votado).

"Eu tive um apoio da Caritas. (...) Então, eu recorri exatamente por causa da minha condição. Depois que terminei o seguro- desemprego, fui para lá para ver se pegasse algum auxílio. Auxílio, sobretudo, na minha documentação, por causa da naturalização. Me deram um suporte muito forte. Deixei currículo, cadastraram meu currículo e indicaram para algumas entrevistas, né?" (Imigrante Angolano, 47 anos, há 20 anos no Brasil).

"Até que a gente achou Caritas. Que ajudou muito a gente. Ajudou a gente a procurar o Bolsa Família. Esses programas que poderiam ajudar a gente. Também ajudou a gente a fazer a tramitação do nosso refúgio e tudo mais para a gente ser conhecido." (Imigrante Colombiana, 18 anos, há 10 anos no Brasil).

Apesar do trabalho de determinadas instituições estar muito próximo aos imigrantes, observamos que muitos não as conhecem e, muito menos o serviço que desempenham.

'Não contei com a ajuda de nenhuma instituição [quando chegou ao Brasil], porque então eu não sabia. Eu não sabia que tinha instituição que ajudava, como por exemplo Cárita. Eu "subi" só na pandemia." (Imigrante Angolana, 50 anos, há 27 anos no Brasil).

As instituições religiosas também têm desempenhado um papel fundamental no apoio e acolhimento aos imigrantes. Isto pode ser observado nas falas de alguns imigrantes:

"Eu quando cheguei ao Brasil ... [...] Me refugiei na Igreja Católica. Com meus parceiros. Meus 'benefatórios'. E aí na Igreja, fui indicado para trabalhar com a gente em Globo. Como figurante." (Imigrante Venezuelano, 62 anos, há sete anos no Brasil).

[...] "quando a gente chegou, contou com a Igreja Batista, em Zona Norte. De ali a gente foi para Cáritas, para Cáritas. E eles ajudaram a gente com o idioma, com comida, com roupa, sapato e ... também uma ajuda econômica por três meses." (Imigrante Venezuelana, NI anos, há oito anos no Brasil).

"As pessoas são muito solidárias. Talvez a gente ajudando outro que não é senegalês... A gente ajudou eles. Recentemente tem um cara de Costa do Marfim de outro país chegar aqui no Brasil, não tem onde ele mora. Foi eu mesmo que levei ele. Há 4, 5 meses atrás. Ele está lá no nosso caso, na nossa Associação[92]*. Ele está morando lá, não paga aluguel, não paga comer, não paga nada. [...] Não é a primeira vez que a gente faz isso. [...] Não precisa que você seja senegalês ou outro país. Se você é africano, a gente ajuda. [...] A gente não conhece ele. Foi eu que levei ele lá mesmo. Achei ele na rua, levei ele. Até agora ele está lá."* (Imigrante Senegalês, 45 anos, há 9 anos no Brasil).

A Delegacia de Polícia de Imigração (DELEMIG) talvez seja a única instituição que todos os imigrantes e refugiados conhecem. É uma unidade da Polícia Federal (PF) responsável por serviços e fiscalização relacionados a estrangeiros no Brasil. Lá, é feito todo controle migratório: emissão e renovação de Carteira Nacional de Estrangeiro (CNE) ou RNM/RNE; autorização de residência e prorrogação de estada no Brasil; registro de estrangeiros e atendimento para processos de naturalização.

"Então, qualquer pessoa que queira vir ao Brasil para residir, independente da forma que for: reunião familiar, trabalho, e até mesmo a turismo, quiser ficar no Brasil mais tempo, é a gente faz esse controle aqui com a Delegacia" - relata o Agente da Polícia Federal.

4.4.11 **Políticas públicas de assistência social**

Em relação às políticas públicas de assistência social, que são os benefícios de transferência de renda como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa Bolsa Família (PBF) e benefícios eventuais como o Auxílio Emergencial (pago durante a pandemia do COVID-19), somente 16.6% relataram que receberam ou recebem algum tipo de benefício:

[92] Associação Dahira Nuru Dareyni da Comunidade Mouride do Estado do Rio de Janeiro.

"*Eu tenho, eu recebo um benefício do governo [Bolsa Família], 700 reais*." (Imigrante Angolana, 50 anos, há 27 anos no Brasil).

"Sim. A única ajuda que eu tive foram os auxílios emergenciais, no princípio da pandemia, depois cortou-se. Foi a única ajuda que eu tive do governo. Os auxílios emergenciais, só isso." (Imigrante Angolano, 35 anos, há seis anos no Brasil).

E, de acordo com relato da Assistente Social do CRAI-Rio, há uma grande demanda para busca por programas de transferência de renda nos atendimentos que realiza:

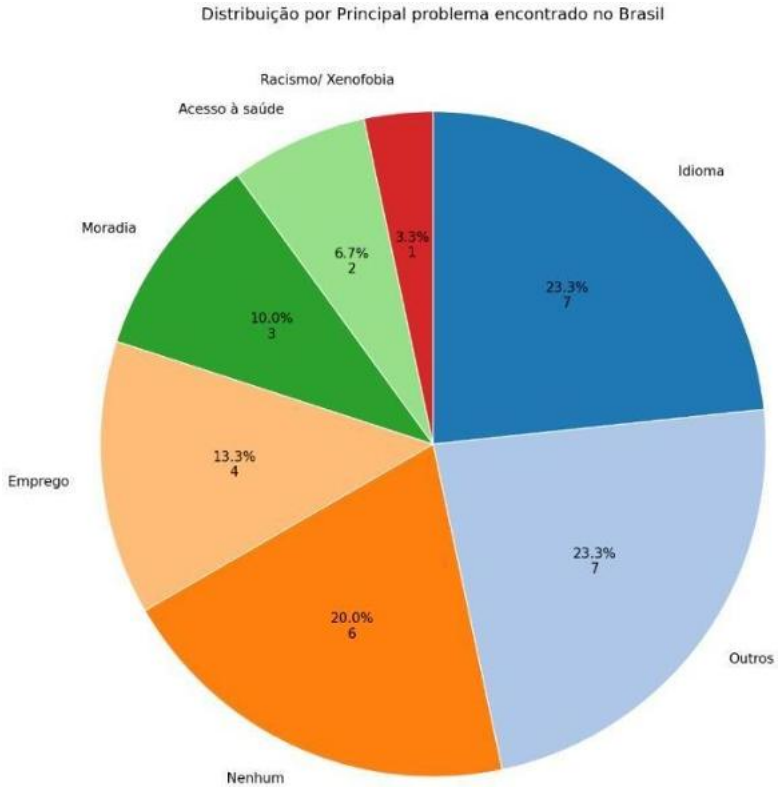
"E aí muitos procuram o CRAI justamente porque precisam acessar algum tipo de benefício para sair dessa situação de rua. [...] Então, a maioria dessas pessoas buscam a inscrição no Cadastro Único, para ter Bolsa Família e tal, para conseguir sair dessa situação de rua. [A maioria desses imigrantes são da América do Sul, principalmente argentinos e colombianos.] E aí essa migração, bem mesmo de andarilho, no sentido de pessoas que vão realmente pegando carona, caminhando muitos percursos."

Segundo o Coordenador I do CRAI-Rio, houve avanços na política e assistência aos imigrantes, mas tem muito ainda para melhorar:

"Eu sinto o seguinte, quando eu cheguei aqui, nada disso aqui existia. Então, eu consigo ter a percepção dos avanços das coisas que foram tendo aqui no Brasil, da questão migratória, política migratória, que antes era algo inexistente. A própria assistência aos imigrantes era muito resumida a Cáritas, entendeu? Hoje em dia já existem várias instituições, já existem comitês para se discutir isso. Os órgãos, as entidades já estão mais atentas a esse tema. Está ganhando um pouco mais de visibilidade. Não como deveria, mas a gente tem que entender que é um processo que, para se chegar a esse ponto, que ainda tem que se andar muito, já se apresenta uma grande melhoria."

4.4.12 **Principais problemas enfrentados pelos imigrantes**

Gráfico 14 – Distribuição por principal problema encontrado no Brasil



Fonte: elaboração própria

Como demonstrado no gráfico acima, um dos principais problemas que os imigrantes relataram que enfrentaram ao chegar na cidade do Rio de Janeiro foi o idioma e o interessante é que os de origem hispânica foram os que mais colocaram a língua como uma dificuldade. Achamos inusitado que dois imigrantes de origem angolana, portanto, falam português, também colocaram o idioma como uma dificuldade, uma vez que às vezes a mesma palavra tem significado diferente nos dois países.

"Para mim, pessoalmente, foi o idioma. Porque eu achava que ia chegar assim, ou a língua é bem parecida. Parecida, nada. Tem palavras, sim, que são parecidas, mas, na hora de entender de que está falando, no modo de gíria, a gente se perde. (...) Eu, na verdade, fiquei assim, surda no princípio. Depois que eu fiz os cursos com Cáritas, aí eu comecei a compreender, a falar um pouco e me comunicar." (Imigrante Venezuelana, NI anos, há 8 anos no Brasil).

"As expressões, não foi... mas, também é uma dificuldade, que você vai falar, o cara, pô, vocês falam muito rápido, fala mais devagar. Aí você fala uma expressão, que em Angola o significado é um, aqui é outro. Aí, tipo assim, isso lá a gente chama camisola... Aqui é camisa, blusa. Aqui chamam short, lá é calção. (...) então foi questão de língua, algumas expressões, foi questão de... o choque cultural que todo mundo tem, é normal." (Imigrante Angolano, 44 anos, há 27 anos no Brasil).

"O idioma. No começo, eu cheguei com nove anos. Eu cheguei a cursar o quarto ano. E eu não sabia falar português. Nada, nada, nada, nada. E eu sofri bullying, né? Por causa disso eu acabei sofrendo bullying. Os meninos, principalmente os meninos, não eram meninas, mas a maioria eram meninos, ficavam falando, gritando: Ah, volta para o seu país! Ah, está fazendo o que aqui? Não sabe nem falar e tal. Só que aí eu tive a sorte que minha professora, ela entendia um pouco de espanhol. Então, às vezes, ela falava: Pode ficar mais um pouquinho aqui hoje... Por exemplo, eu estudava de manhã. Aí acabou meio dia. E ela falava: Pode ficar até uma hora que eu te ajudo nas lições. Eu te ajudo a escrever. [...] Então, ela aliviou um pouco isso. Mas, mesmo assim, tinha aquele peso de, todos os dias, eles estarem lá falando para mim: O que você está fazendo aqui? Fala direito. Ah, não sei o que... Então, às vezes, eu tinha vergonha de falar. Eu acabava me fechando, não falava. Então, foi um pouco difícil para mim aprender o português por causa disso. Porque eu não tive apoio constante em conseguir aprender a língua, apesar de ter a minha professora." (Imigrante Colombiana, 18 anos, há 10 anos no Brasil).

Logo, a questão da barreira linguística se coloca como um dos principais desafios a ser enfrentado pelos imigrantes, tanto para comunicação, na adaptação e até mesmo ao sentimento de pertencimento à sociedade brasileira.

A dificuldade com a língua pode ser um obstáculo até mesmo para o acesso a serviços básicos. Isso pode ser ilustrado pelo caso de uma Refugiada Colombiana que relata que teve dificuldades para ser atendida na Clínica da Família. Fato que também foi relatado por sua filha, que muitas vezes acompanha a mãe nas compras por conta de sua dificuldade de comunicação.

"Eu, de verdade, tive discriminação na clínica da família. [...] Eu estava comendo um osso e se quebrou a minha moela. [...] O dente. Ela falou que isso não o cobria na clínica da família. Aí... [outra pessoa] ela ocasionou a mesma coisa e ela se encaminhou para que lhe fizeram o conduto. Aí, quando eu fui reclamar para ela, ela falou que não. Aí eu tive que assistir e tive que colocar uma queixa em Caritas Arquidiocese e eles enviaram uma carta para a clínica da família e ela conseguiu me atender. Então, ela tinha preconceito." (Imigrante Colombiana, NI anos, há 10 anos no Brasil).

"Porque o português dela [da mãe] não é muito bom. Ela fala o portunhol, né? Então, às vezes, as pessoas, mesmo dando para entender, elas falam que não dá para entender. Ah, fala mais devagar. Fala português. Está falando o quê? Está maluca? Sabe? Essas coisas assim que não têm muito a ver. Então, às vezes, eu tenho que acompanhar elas nos lugares. No hospital, que é na loja, que tem que comprar uma roupa, então, eu tenho que ir com ela. Enfim, para coisas, no geral, para eu falar por ela, porque ela sabe que, se ela for sozinha, ou ela vai ser mal atendida, ou vão se fazer de loucos e nem vão atender ela." (Imigrante Colombiana, 18 anos, há 10 anos no Brasil).

De acordo com os relatos acima, podemos constatar que, muitas vezes, os imigrantes são vistos de forma estigmatizada.

Outra dificuldade levantada pelos imigrantes é a questão de conseguir um emprego formal, por isso, alguns, pela questão da sobrevivência, acabam trabalhando no comércio informal. Uma vez nessa atividade, e agora sem a figura do patrão, muitos percebem que seus ganhos são maiores quando comparados ao trabalho formal, isso porque, para eles, imigrantes,

restam as vagas de menor qualificação e, consequentemente, menor remuneração.

(...) "a dificuldade, às vezes, de conseguir um emprego, é muito difícil. Assim, porque muitas empresas têm aquela dificuldade, não estão acostumadas a lidar com essa demanda de trabalhar com estrangeiro. Então, a facilidade que a gente encontra sempre, o primeiro emprego é na construção civil. Entendeu? Porque a comunicação, você já sabe o que tem que fazer, tem mais ou menos noção, então, facilita." (Imigrante Angolano, 44 anos, há 27 anos no Brasil).

Causou-nos surpresa que alguns imigrantes colocassem o acesso à saúde como um problema em um país que tem o Sistema Único de Saúde (SUS), que é referência mundial.

"Assunto da saúde. Aqui é um pouco difícil. Entendeu? Porque se você chegar numa clínica, aí se você não tem dinheiro pra ir numa clínica particular. Aí você quer fazer um exame, análise, se você tá passando mal, pra ver o que você tá passando. Você vai... Tem que morrer, depois vai enterrar, até que você encontrar o resultado dessa análise. Esse é o exame pra saber o que tá acontecendo." (Imigrante Haitiano, 45 anos, há 12 anos no Brasil).

"Em questão de saúde, às vezes um pouco complicado, principalmente no começo, porque a gente ainda não tinha nossos documentos aqui do Brasil, refugiados. Então, acabava demorando muito mais, porque tinha que entrar no sistema, aí botava a gente no finalzinho da fila. Aí teve aquele casinho de xenofobia, que se chegava um brasileiro, o botava antes da gente. Então, essa complicação ali. Hoje em dia é um pouco melhor, porque a gente já consegue ter o nosso documento, porém ainda é um pouco difícil. Fazer encaminhamento para fazer um exame, ou então, preciso do exame, sei lá, semana que vem, porque eu estou me passando muito mal. Dá para dois meses de exame, aí é um demorado mesmo. Mas a questão já é de saúde mesmo, em geral." (Imigrante Colombiana, 18 anos, há 10 anos no Brasil).

Mas, por outro lado, muitos elogiaram o SUS:

"Muita gente fala mal da ... SUS, né? Mas, em comparação de outros países... Tem muita coisa pra melhorar? Tem. Eu tenho um irmão que mora nos Estados Unidos, se ele não tiver com dinheiro, ele não tem atendimento. [...] Muitas vezes, em outros países, você tem que pagar por esse tipo de atendimento. Qualquer tipo de atendimento à saúde tem que pagar, entendeu? Então, eu não tenho nada a reclamar. Ah, tem que me melhorar? Tem. Mas ajuda bastante." (Imigrante Nigeriana, 39 anos, há 21 anos no Brasil).

"Acesso à saúde maravilhoso, ótimo." (Imigrante Argentino, 42 anos, há 14 anos no Brasil).

Mas acreditamos que o fato dos imigrantes colocarem o acesso à saúde como um problema, talvez se dê pela dificuldade da língua e também por práticas discriminatórias de alguns profissionais de saúde. Isso talvez se explique pelo fato de que somente em 2024 o SUS começou a discutir uma política nacional de saúde voltada para pessoas migrantes, refugiadas e apátridas. Em 2025, foi instituída a Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia – PNMRA (Decreto nº 12.657 de 7 de outubro de 2025) que orienta a inclusão desses grupos em políticas públicas, inclusive o SUS.

Os imigrantes deixam seus países buscando uma vida melhor e, quando perguntados sobre os principais problemas enfrentados na cidade do Rio de Janeiro, eles não citaram a questão da segurança pública, mas no decorrer das entrevistas essa questão surgiu em alguns momentos:

"O Imigrante Venezuelano relata que tem um espaço para produzir os pães e ele relata que: Todo mundo pergunta (...) Por que você não abre a porta {para vender}? Bom, porque eu abro a porta e sou gringo. Segundo, me vai cair a milícia. Se não me cair a milícia, então me vai cair... (...) os criminosos. (...) Se abrir, a milícia vai te cobrar. A milícia vai me chegar... Não, me vai chegar e me vai cobrar. E se eu não lhe pago, vai terminar sequestrando um menino. (...). A gente, os migrantes, somos vulneráveis sempre. Porque não conhecemos como é o jeito. A dinâmica do local. A dinâmica do local. Como as coisas funcionam." (Imigrante Venezuelano, 62 anos, há sete anos no Brasil).

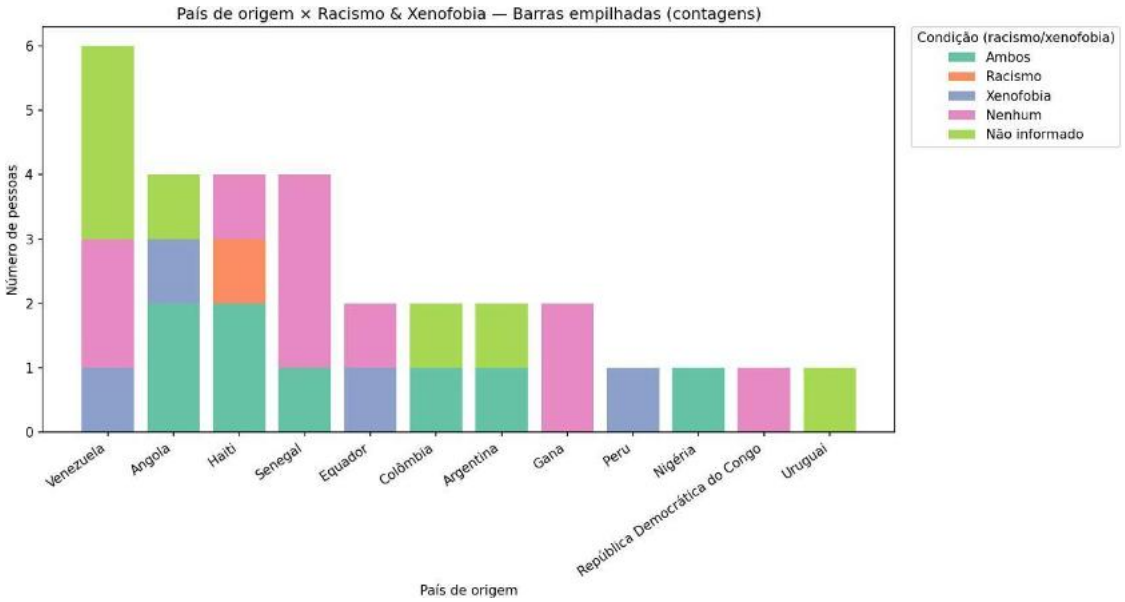
"Eu fui morar em um bairro onde tem tiros, onde a gente dizia que tinha bandidos em toda a rua. Então, era algo novo para mim. Foi um experimento." (Imigrante Colombiana, NI anos, há 10 anos no Brasil).

[O filho] "não consegue estudar por causa dos tiros de la comunidade. (...) Muitas falhas por causa dos tiros." (Imigrante Colombiana, NI anos, há 10 anos no Brasil).

"Então, aconteceu assim um evento muito feio na segunda-feira, eu morava na comunidade da Babilônia, aí tinha um enfrentamento entre a polícia e os traficantes. Um dos traficantes entrou dentro da minha casa, eu inconscientemente botei ele para fora, e o grupo do tráfico ficou puto, na verdade, pela atitude que eu tive. Mas foi inconsciente, eu não sabia como reacionar nessa coisa. Isso aconteceu segunda. Na quarta-feira, os traficantes chegaram em casa e me botaram para fora, depois de bater, ameaçar, botar uma arma na cabeça. Eu fui expulso da comunidade, não posso voltar para lá." (Imigrante Argentino, 39 anos, há 4 anos no Brasil).

4.4.13 **Preconceito, racismo e xenofobia**

Gráfico 15- País de origem x Racismo e Xenofobia



Fonte: elaboração própria

No que se refere ao racismo e à xenofobia, podemos observar que 43,3% dos entrevistados sofreram algum tipo de discriminação, sendo que destes 26,6% sofreram os dois tipos, 3,33% apenas racismo e 13,3% apenas xenofobia. 33,3% relataram que não sofreram nenhum tipo de discriminação e 23,3% não informaram se sofreram ou não. Os dados quantitativos dos dois últimos grupos chamaram nossa atenção. Ficamos surpresos ao constatar que, entre os dez entrevistados que afirmaram não ter sofrido nenhum tipo de discriminação (racismo e/ou xenofobia), sete são negros retintos (imigrantes da República Democrática do Congo, Gana, Senegal e Haiti), isso mesmo vivendo em um país reconhecidamente racista como o Brasil.

E quem são os principais agentes e locais de discriminação, de acordo com o relato dos entrevistados:

- **Os próprios companheiros de profissão, os camelôs**

"Sim, aconteceu. Por exemplo, aqui, se tu botasse assim banquinha, aí alguém aparece, às vezes, esse é meu lugar, vai para tua terra, porra. Aí também dói quando diz, mas só quero esse pedacinho para trabalhar. Mas tem outros caras, assim, vem, chegam, assim, querem pegar tudo para eles, aí falam isso. Muitas vezes falaram assim para a gente. Vai para tua terra! Porque você está aqui? Deveria ir para sua terra!" (Imigrante Peruana, 47 anos, há 15 anos no Brasil).

- **Os seguranças de supermercado**

"No Brasil tem. Dentro do supermercado. Dentro do shopping. Se você é negro, entra [inaudível], a gente de segurança vai te olhar pra caramba." (Imigrante Senegalês, 45 anos, há 9 anos no Brasil).

"O Brasil é um país extremamente racista. Razão pela qual um negro entrando num supermercado, num mercado aqui, já é motivo do guarda ficar atrás dele." (Imigrante Angolano, 35 anos, há seis anos no Brasil).

- **No próprio local de trabalho**

Esse caso é bem específico, pois trata da única imigrante entre os entrevistados que tem um emprego formal, mas também trabalha com a mãe em feiras com venda de artesanato. Ela descreve como era tratada no local de trabalho:

"No começo foi um pouco difícil [...]. E foi um pouco difícil, porque me chamavam de colombiana, estrangeira, não me botavam, tipo, N, vem cá, N, me ajuda aqui. Eu sempre era tratada como estrangeira, tipo, me excluindo um pouco ali. Então, no começo, foi um pouco complicado, né? Porque querendo ou não a gente acaba se sentindo um pouco mal de ser taxado só de estrangeiro, como se definisse a gente, né? Então foi um pouco complicado, mas aí com o tempo eles foram se acostumando já." (Imigrante Colombiana, 18 anos, há 10 anos no Brasil).

- **Nos serviços públicos em geral**

"Eu, de verdade, tive discriminação na clínica da família. [...] E, em ocasiões, quando vim para cá para as feiras, se incomodam quando se fala. Ou também fingem que não entendem a

gente. [...] Agora mesmo estou tendo também um inconveniente com a doutora. Cáritas já enviou uma carta e o consulado da Colômbia falou que esta semana vai enviar outra carta. Porque, na verdade, eu sei, todas as pessoas têm dificuldades com a saúde. Mas eu estou sofrendo por ser imigrante." (Imigrante Colombiana, NI anos, há 10 anos no Brasil).

Um Imigrante Angolano (44 anos, há 27 anos no Brasil) fala do desconhecimento e despreparo de profissionais no atendimento ao público estrangeiro:

[...] "quando tem documento estrangeiro, às vezes, a pessoa não sabe como lidar com você, porque é estrangeiro, entendeu? Fica sem saber o que fazer. Ah, mas esse documento não é daqui. [...]. Ah, mas o teu título do eleitor? Não, eu sou estrangeiro, eu não posso votar. Eu só posso ter CPF. [...] Então tem todo esse processo, que você às vezes se sente meio constrangido. [...] Não tem um setor adequado, que eles treinam. Toda vez que apareceu um estrangeiro, leva para o fulano, o procedimento é esse, ele vai atender. Depois que eles viram essa demanda, começaram [...] treinar pessoas específicas para poder atender. Senão você ficava nos questionamentos absurdos, você mesmo explicando, aí parece que a pessoa não está te entendendo."

A questão do racismo e xenofobia nos serviços públicos também foi relatada pela Assistente Social do CRAI-Rio no caso de um imigrante encaminhado para o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social):

"Ele percebia a pessoa olhando o encaminhamento e dando, assim, risada, como se... Ah, tipo: 'Lá vem o imigrante do CRAI' [...] 'Ah, por que eles tão mandando a pessoa pra cá?' E aí, ele relatou que ouviu da própria técnica, que se eu não me engano era assistente social, de falar pra ele, assim: 'Ah, por que você vem? Por que que você tá fazendo aqui no Brasil se você não tem nada? Por que você não volta pro seu país?' Tipo, assim, colocar ele num lugar de... ao invés de fazer o nosso trabalho, que é de acolher, orientar e, assim, fazer com que a pessoa tenha acesso aos direitos, aos benefícios, colocou ele num lugar de, assim: Você tá aqui... Você não era pra estar aqui, né?
E uma outra assistida também, que a gente acompanha ela há bastante tempo aqui. Ela tava com uma dificuldade em relação ao Bolsa Família que ela recebia, e aí foi bloqueada. [...] E aí no CRAS de referência dela, ela ouviu também da assistente social falando isso que: 'Ah, por que você não volta pro seu país? Por que que você tá aqui solicitando benefício?'"

A Assistente Social mencionou que, quando ocorrem esses casos:

"A gente relata pra coordenação, registra [...] pra que isso se transforme em algum tipo de orientação. A gente sempre que tá nessas outras instituições, a gente procura reforçar a questão do direito, a questão da possibilidade... da migração em si como um direito da pessoa tá aqui, né? [...] A gente não pode tratar com naturalidade essa fala de que: 'Ah, se a pessoa não tem nada, então ela não tem que vir pro Brasil? O que ela tá fazendo no Brasil se ela não tem nada?"

- **A própria polícia** (que é quem deveria defendê-los da discriminação)

"A polícia sempre parava. Ou as pessoas, às vezes, quando você pegava o ônibus, eles viam subir oito, sete pessoas, aí achavam que as pessoas iam assaltar, e ligavam para a polícia:

Acho que vamos ser assaltados. Entraram oito pessoas aqui, assim. Aí que dá para frente, né? Independente do trajeto, eles já falavam na hora, estava na direção daqui, aí vinha uma viatura parar, e subia para revistar as pessoas. Normalmente, só revistava a gente que subiu, entendeu? Não revistava todo mundo. Então, você via que a denúncia partia mesmo de alguns passageiros dentro do ônibus. E aí a gente se perguntava, se questionava... Porque aqui não se anda assim. No Brasil não se anda assim, não. Mais de dois já viram suspeita, como se fosse formação de quadrilha." (Imigrante Angolano, 44 anos, há 27 anos no Brasil).

- **E ainda há a discriminação por conta da opção sexual (homofobia) e racismo**

"Eu tive problema com um vizinho nordestino, cearense, que tratou o meu namorado de forma racista. Teve racismo por parte de uma família de cearenses. Aí tive que fazer um boletim de ocorrência. Aí quase tive uma situação de agressão. Homofobia, racismo e xenofobia. Tudo junto, numa família só. E esse foi o maior problema que eu tive, que eu tive que abrir um B.O. contra eles." (Imigrante Argentino, 42 anos, há 14 anos no Brasil).

"Preconceito por não falar bem português. Preconceito por ser homossexual. Preconceito por ser gringo, por ser imigrante." (Imigrante Argentino, 39 anos, há quatro anos no Brasil).

Esses relatos evidenciam o quadro de vulnerabilidade em que estão inseridos os imigrantes, além da diferença cultural e da língua, eles enfrentam preconceitos, racismo e xenofobia. "Quando o movimento migratório se dava a partir dos países que compõem o Norte global para o Sul, era mais aceito. Agora, quando o Sul global precisa que os países do Norte aceitem os migrantes, os refugiados, nós encontramos dificuldades, politização e xenofobia". (Jean Uema[93], em entrevista a RADIS).

De acordo com Sayad (1998), os países dominantes produziriam apenas estrangeiros e os países dominados, imigrantes. Há uma desqualificação conferida ao imigrante e, com isso, todo um estigma que o desumaniza.

> Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: Construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças. (GOFFMAN, 1891, p. 08).

"Mas, por exemplo, em coisas que falam... Ah, você se identifica parda, negro, não sei o quê. Fala parda. Ah, não, você é branca. Então, claro que não é o mesmo nível de racismo que pessoas negras acabam sofrendo. Mas a gente acaba meio que se sentindo mal ali, porque a pessoa fala: Não, você não é negra, você não é branca, você não é parda, você não é nada. Aí fica perdido ***o que eu sou****, né?"* (Imigrante Colombiana, 18 anos, há 10 anos no Brasil).

[93] Jean Keiji Uema - Secretário Nacional de Justiça (2024).

4.4.14 **A percepção do imigrante em relação ao Povo Brasileiro**

De acordo com a pesquisa, constatamos que a percepção, de modo geral, que os imigrantes têm em relação ao brasileiro é que se trata de um povo acolhedor, e que recebe a todos de braços abertos.

"Assim, a minha opinião do povo brasileiro é um povo muito acolhedor, entendeu? É acolhedor. [...] Não sei, devido ao histórico do Brasil, que é um país feito de imigrantes, então eu acredito que ele tem mais essa facilidade. O povo brasileiro é uma mistura, de imigrante e [inaudível], tem mais aquela facilidade." (Imigrante Angolano, 44 anos, há 27 anos no Brasil).

"O povo brasileiro em si é um povo que abraça, é caloroso... Já te conhece, já se sente família. Eu não tenho nada pra reclamar, entendeu? Como eu falei, tem meus irmãos que moram fora. Eles falam que o povo é mais frio, entendeu? Aqui pode ter pouco, mas tenta te abraçar com o pouco que tem, entendeu? São um povo calorosos, sim." (Imigrante Nigeriana, 39 anos, há 21 anos no Brasil).

"É um povo que não vive preocupado, sabe? Eles me transmitem tranquilidade, paz, sossego. É um povo que vive a vida, sabe? Na Colômbia, pelo que eu pouco me lembro da minha infância, eu percebia a pressão que as pessoas tinham, que tinham que trabalhar, que tinham que fazer isso, que não sei o que. Eles acabavam deixando a vida de lado, entendeu? Aqui no Brasil, você vê as pessoas ali no botequinho, curtindo uma cervejinha, um futebol. Tem o Flamengo, por exemplo, grande torcida. [...] Eles não estão presos somente no trabalho. Eles trabalham, claro. Eles fazem ali os deveres deles, mas eles não esquecem que eles têm uma vida, de curtir, ir para um botequinho, ir para um forró, ir para um samba." (Imigrante Colombiana, 18 anos, há 10 anos no Brasil).

No entanto, esse povo tido como acolhedor é o mesmo que, em algumas ocasiões, trata o imigrante com preconceito, racismo e xenofobia.

4.4.15 **Lazer e a integração com o Brasil**

O que observamos nas entrevistas é que entre os imigrantes a maioria não têm atividades de lazer e, quando elas existem, acontecem entre os familiares ou em eventos com membros da própria comunidade. Isso pode denotar que, mesmo estando no Brasil a algum tempo, a interação com a população local ainda é pequena. Apesar da maioria dos imigrantes afirmar que o brasileiro é um povo acolhedor, percebe-se que, de modo geral, há pouca interação social.

"Para falar a verdade, eu não tenho tempo de lazer. Porque eu tenho duas coisas que é um pouco complicado. Estudar e trabalhar. O tempo que eu deveria descansar, eu vou para a praia para ganhar um pouco. Porque o meu horário é um pouco mais saturado, muito mais complicado." (Imigrante Senegalês, 24 anos, no Brasil desde fev/2025).

"Eu jogo basquete aqui. [...] Tem em Niterói. Tem galera que joga lá. [...] Brasileiro. Só eu que sou senegalês." (Imigrante Senegalês, 45 anos, há nove anos no Brasil).

"*Só no domingo, de vez em quando, tenho um tempinho, eu vou num shopping com ela [esposa]. Ou a gente vai na casa de um amigo pra fazer algum churrasquinho juntos. Ou a gente vai assistir um filme no cinema."* (Imigrante Haitiano, 40 anos, há 11 anos no Brasil).

"Olha, eu não tenho folga. Sempre estou trabalhando. Só no domingo, mas já passo em casa arrumando a casa, lavando roupa, limpando, assim, tudo aqui." (Imigrante Equatoriana, 20 anos, há 14 anos no Brasil).

4.4.15.1 **Assimilação de hábitos dos brasileiros**

Quando perguntados se assimilaram algum hábito dos brasileiros, a maioria respondeu que sim. O que pode ser observado nas falas a seguir:

"Farofa no feijão. Esse é o principal hábito que eu adquiri aqui. O chinelo. No meu país é muito difícil você ir pra um banco de chinelo, por exemplo. Eu uso chinelo praticamente 24 horas. Hoje estou de tênis, né? Porque estou trabalhando, mas mesmo assim poderia ter vindo de chinelo sem problema nenhum. Acho que esse é outro hábito. Não só do Carioca, acho que do brasileiro em geral." (Imigrante Venezuelano, 33 anos, há 10 anos no Brasil).

"Alguns modos de falar, sim. Para me expressar, que me ajudam muito. E de comida? Feijão, eu gosto muito dele." (Imigrante Uruguaia, 32 anos, há seis anos no Brasil).

Mas alguns imigrantes afirmaram não ter adquirido nenhum hábito dos brasileiros, como por exemplo:

"Graças aos meus ancestrais, não. Eu sei... Eu tento ser eu mesmo. Eu não sou muito... Sei lá... De querer seguir os hábitos dos outros." (Imigrante Angolano, 35 anos, há seis anos no Brasil).

Este Imigrante Angolano, inclusive, adotou o nome de um de seus ancestrais no idioma KiKongo (língua Bantu ancestral) diferente do nome de batismo que é de origem portuguesa.

4.4.15.2 **A construção da identidade hifenizada**

A assimilação dos hábitos e da cultura dos brasileiros faz com que muitos desses imigrantes apresentem uma identidade hifenizada. O imigrante não precisa romper os laços com a cultura da sociedade de origem. Ele pode "negociar" o novo sentido do autorreconhecimento identitário sem a necessidade de romper laços, como citamos anteriormente. Desse modo, se torna possível reconhecer a influência dos traços culturais da cultura do país destino. Isso significa não haver a necessidade da utilização de padrões identitários exclusivos, essenciais ou excludentes. Ou seja, é possível ao indivíduo optar ou mesmo reconhecer, a nível de

pertencimento, a presença de duas ou mais pátrias em sua formação identitária. O imigrante pode estabelecer um território de pertencimento no qual não é mais necessário romper com a pátria do país de origem. Ele pode reconhecer o sincretismo e através da hifenização de seus traços identitários assumir sua nova identidade enquanto imigrante, por exemplo: senegalês-brasileiro, venezuelano-brasileiro, haitiano- brasileiro etc. O hífen não significa divisão, fragmentação, exclusão ou não pertencimento, agora o sinal gráfico é indicativo de riqueza cultural, flexibilidade e expressa a capacidade de navegar em um mundo que se mostra a cada dia mais globalizado.

"Eu me considero um angolano-brasileiro. Eu não posso dizer que sou totalmente angolano. Eu passei a minha parte da minha vida pela experiência que eu tenho mais aqui do que em Angola. Por quê? Em Angola a minha experiência foi, mas foi debaixo dos tetos dos pais. Aqui não. Aqui você vai ser teu pai, vai ser tua mãe, você vai ser responsável pelos teus atos. Então, aqui você já começa a ganhar uma outra mentalidade." (Imigrante Angolano, 44 anos, há 27 anos no Brasil).

"É Uruguaia e Brasileira. Mais Brasileira que Uruguaia. Quando eu me lembro da última vez que voltei, penso que... como falo, é difícil para mim ficar lá, quando já estou morando aqui, com todo esse jeito de morar, de ser assim. Eu vou lá e todo mundo é diferente." (Imigrante Uruguaia, 32 anos, há seis anos no Brasil).

"Eu fui para Angola em tempos. Eu já não me identifico em morar lá. Eu já estou mais aculturado cá e até por causa do meu filho, claro. Hoje eu me considero angolano-brasileiro." (Imigrante Angolano, 47 anos, há 20 anos no Brasil).

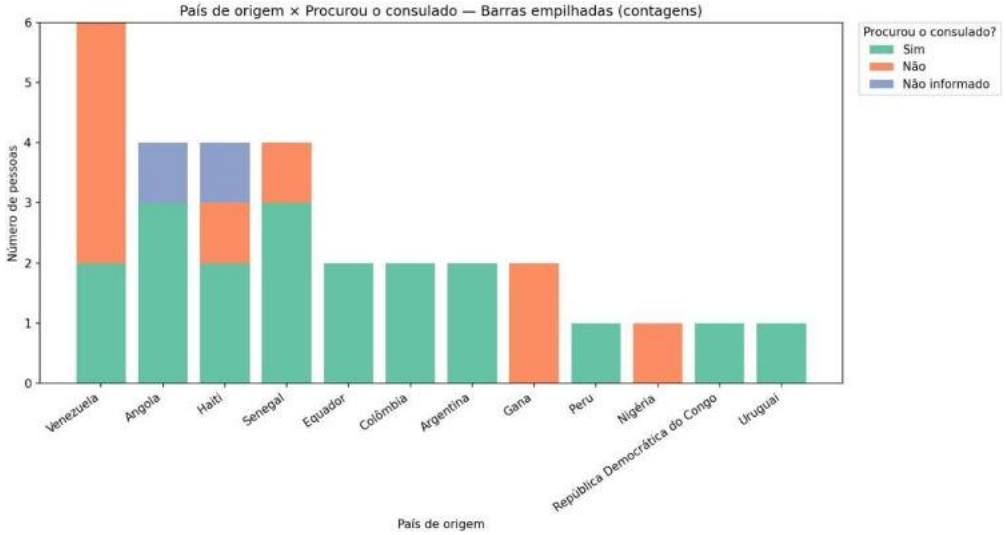
"Acho que eu tenho um pouquinho mais do Brasil em mim. Porque, como eu cheguei com nove anos, eu acabei pegando mais coisas do Brasil, da cultura do Brasil, do que da Colômbia. Porque eu quase não me lembro de muitas coisas, porque eu era muito nova. Então, eu acho que eu acabei pegando mais da cultura do Brasil e acabo me identificando mais com o país em si." (Imigrante Colombiana, 18 anos, há 10 anos no Brasil).

Entretanto, houve um caso que nos chamou a atenção, um imigrante relatou que prefere preservar a identidade angolana, reconhece a forte influência da cultura brasileira, mas, ao mesmo tempo, se reconhece como uma mistura de dois povos:

"Na verdade, eu sou angolano. Eu sou angolano, serei angolano e nunca deixarei de ser angolano. Mas nós estamos aqui no Brasil já há um bom tempo. Mesmo antes de chegar aqui, como eu vou falar... Eu já conhecia a cultura brasileira por meio das televisões, novelas, por aí fora. Então, se quando eu estava lá em Angola, eu não seguir, também não vai ser que eu vá seguir. Algumas coisas eu... A comida, a culinária não muda nada. Se você seguir a raiz da comida brasileira, a culinária brasileira, propriamente Bahia, tem a ver com a África. Maranhão tem a ver com a África. Pará... Por aí fora, porque é mistura de dois povos que são a África e os indígenas, ou seja, os povos originários. Então, tem muita similitude entre os dois. Então, dizer que sou angolano, dizer que sou brasileiro, é irrelevante. Eu sou a mistura de dois povos." (Imigrante Angolano, 35 anos, há seis anos no Brasil).

4.4.16 **Consulado**

Gráfico 16 – País de origem x Procurou o Consulado



Fonte: elaboração própria

Em relação aos consulados, 63,3% dos entrevistados disseram que procuraram os mesmos para resolver questões sobre documentação e 68,8% dos que foram atendidos afirmaram que ficaram satisfeitos com o atendimento, mas alguns entendem que o consulado deveria dar mais apoio aos imigrantes:

"Só quando eu fiz a documentação, no princípio. Que me facilitaram para ir fazer o CPF ou a residência também. (...) Mas poderia fazer outras coisas para integrar a nós que somos uruguaios aqui no Rio. Para nos juntar mais, para fazer outras coisas, né? Outras atividades, ajudar o empreendedor uruguaio, entendeu?" (Imigrante Uruguaia, 32 anos, há seis anos no Brasil).

"É coisa que a gente precisa muito para que nos ajude. Se uma pessoa faleceu, para que o corpo dele saia o mais rápido possível, e também ajudar no dinheiro, para que o corpo dele saia o mais rápido. Mas se uma pessoa faleceu, é nós mesmos que vamos participar para deportar o corpo lá no Senegal." (Imigrante Senegalês, 45 anos, há nove anos no Brasil).

"Sim, claro, deveria. Deveria, porque só está na Brasília. A gente está aqui no Rio, para ir lá tem que pegar avião. Então, não dá nem para fazer documentação porque tem que ser presencial. Então, online não tem como. Pelo menos online, pelo WhatsApp, que hoje em dia a tecnologia está bem avançada." (Imigrante Venezuelana, NI anos, há oito anos no Brasil).

Importante ressaltar que todos os venezuelanos entrevistados não tiveram contato com o consulado, porque em 2020, no Governo Bolsonaro, a embaixada em Brasília e os consulados foram fechados. Em 2023, somente a embaixada em Brasília reabriu, e a distância e os gastos com a viagem têm dificultado o acesso da população venezuelana imigrante.

Como pode se observar, a relação dos imigrantes com os consulados se restringe à questão documental, eles não têm conhecimento de nenhum trabalho no sentido de agregar as comunidades.

4.4.17 **Retorno ao país de origem e naturalização**

Quando perguntados se já voltaram ao seu país de origem, 56,6% responderam que retornaram, enquanto 43,3% não retornaram.

[Voltei] *"Uma vez só. Porque a passagem estava bem pesada, bem caro. Uma passagem dava quase 12 mil reais. 12, 15 mil reais para gastar só para viajar. Porque meu pai faleceu. Eu fui enterro do meu pai e depois voltou."* (Imigrante Haitiano, 38 anos, há 10 anos no Brasil).

No que se refere à questão de retornar definitivamente ao seu país de origem, 23,3% responderam que desejam retornar, 50% afirmaram que não querem retornar, 23,3% não sabem e 3,33% não responderam.

"Eu acho que depois que você vê tantos direitos, tantas boas coisas que o seu país ainda precisa avançar neles, você diz assim: "O que eu vou fazer para lá?" Seria você ir para trás." (Imigrante Venezuelana, 35 anos, há três anos no Brasil).

Acreditamos que o retorno definitivo ou não ao país de origem está ligado à questão da naturalização, uma vez que 33,3% dos entrevistados que não pretendem retornar ao país de origem já se naturalizaram ou estão em processo de naturalização e 13,3% manifestaram o desejo de fazê-lo, enquanto 53,3% não expressaram a vontade de se naturalizar ou não responderam. As principais razões apontadas pelos imigrantes para se naturalizar foram: a questão política (a possibilidade de poder votar) e o direito de fazer concurso público:

"Porque também você com a nacionalidade você tem mais, como posso dizer, mais direitos em relação... Você pode votar, participar de concurso público, entendeu? Já não tem muito aquela questão de ir a certos lugares, quando tem documento estrangeiro, às vezes a pessoa não sabe como lidar com você, porque é estrangeiro, entendeu? [...] Ah, mas esse documento não é daqui. [...] Ah, mas o teu título do eleitor?" (Imigrante Angolano, 44 anos, há 27 anos no Brasil).

"Ah, essa questão de documentação que eu te falei, tá me dando muita dor de cabeça. Porque eu queria fazer o concurso na área de saúde. Eu sou técnica de enfermagem, formado. Mas tem que estar naturalizado pra poder fazer." (Imigrante Nigeriana, 39 anos, há 21 anos no Brasil).

4.4.18 **O sentimento de ser imigrante**

Alguns entrevistados relataram qual o sentimento em ser um imigrante na cidade do Rio de Janeiro:

"Que somos muitos e todos felizes no quanto de satisfeitos. Porque não estamos perdidos pela vida, sem nenhum sentido. Estamos todos orientados. Porque tem essa ajuda, tem essa orientação. A saúde aqui você pode acessar. Pode acessar todas as informações. Você tem direito aqui. Ajuda econômica, ajuda de comida." (Imigrante Uruguaia, 32 anos, há 6 anos no Brasil).

"Quando você é imigrante, você também tem um cor. Mas ser imigrante, para mim, é um privilégio. Porque você... Consegue, às vezes, tirar a força interior que você não conhece. Você

desenvolve outra parte, não é? Consegue tirar outra parte, além de que tem diversidade de conhecimento. Você vem e mistura o que trazia com a cultura de a cá." (Imigrante Colombiana, NI anos, há 10 anos no Brasil).

[...] "porque quando você chega a um lugar onde a gente não tem desconhecimento e não é humano, aí você já não faz parte. Então, eu digo, às vezes, desculpa o que eu vou falar, às vezes as pessoas de cor falam: Ah, é que quando um é de este cor escuro, a gente tem muita dificuldade. Mas a gente não sabe que o imigrante não precisa ter um cor na pele. Ou só ser imigrante já também tem dificuldade. Então para mim é como ter um cor na pele." (Imigrante Colombiana, NI anos, há 10 anos no Brasil).

"Mas, assim, como imigrante é muito difícil até você se encaixar, não é? Além do preconceito para você conseguir emprego, para você conseguir uma casa para alugar, para você pagar o aluguel, é muito difícil. O emprego também é muito difícil. Imigrar... Imigrar é qualidade de vida melhor, mas a imigração é muito difícil." (Imigrante Angolana, 50 anos, há 27 anos no Brasil).

"Como imigrante, bueno... Tudo 'nuovo'. Para nosotros foi difícil. Primeiramente pelo idioma. E tivemos que deixar tudo. Tivemos que deixar nossa casa, nossas amizades. Para empreender. Por exemplo, meu marido quase não sai porque ele não conhece o idioma, não tem amigos aqui. Entonce, passa mandando mensagem aos sus familiares, aos sus amigos." (Imigrante Venezuelana, 62 anos, há três anos no Brasil).

"No começo, quando era pequena, eu me sentia um intruso, sabe? Tipo, alguém que não deveria estar aqui. Como se a minha existência no Brasil fosse errada, como se realmente eu não tivesse que estar aqui. E isso foi influenciado pelo bullying que eu sofri na escola. Mas, hoje em dia, depois de tantos anos, depois de conseguir lidar, aprender o português, me acostumar melhor com o Rio de Janeiro, eu me sinto parte do Brasil, sabe? Eu sinto que o Brasil é uma casa, como eu falei, eu me sinto parte do Brasil. Eu sinto que as pessoas não me olham mais de cara torta, que eles já me aceitam melhor, que eu sou parte da comunidade." (Imigrante Colombiana, 18 anos, há 10 anos no Brasil)

4.4.19 **Expectativas para o futuro**

Outra questão que surgiu durante as entrevistas foram as expectativas e planos dos imigrantes para o futuro, como por exemplo:

"Eu vim aqui para estudar. Para ganhar meu futuro. Para ganhar... Para ajudar também minha família depois, né? Porque eu acho que aqui no Brasil é o país de oportunidade para os estrangeiros. Porque quando você vai chegar aqui, você vai ficar tranquilo. Você vai conseguir ter um bom trabalho. E sua vida vai ficar tranquila." (Imigrante Senegalês, 24 anos, no Brasil desde fev/2025).

"Eu adoraria ter meu local. Tipo, botar um negócio aqui seria para mim ótimo. Adoro cozinhar, adoro trazer a comida, os sabores do meu país para aqui. E eu só não conheço. Ter um negócio onde eu possa chegar para mais pessoas." (Imigrante Argentino, 39 anos, há 4 anos no Brasil).

"O plano para o futuro. Meu plano para o futuro, todo dia que estou pensando é esse. Trazer minha família junto comigo. Eu não vi faz 13 anos. [...] Para manter a loja e mandar para eles. Porque o dólar é muito alto. E aí eu comprei essa loja parcelada. Deus me dá o poder, me

ajuda. Aí se dá para trazer eles, eu vendo essa loja para trazer eles. Eu comprei um terreninho de três mil reais também. Onde eu morava na favela. Estou fazendo um barracão. Se eles chegar, porque é a casa da minha mulher. Para não haver confusão, entendeu? Estou lutando. Cada merreca que entrou e botei lá. Comprei dois tijolos. Comprei mais três tijolos. Comprei um saco de cimento. No domingo não estou fazendo nada. Vou botar mais tijolos para quando eles chegarem para ter um lugar para dormir." (Imigrante Haitiano, 40 anos, há 11 anos no Brasil).

"Como eu disse, uma segunda chance mesmo. Tipo, conseguir estabelecer uma vida aqui. Viver mais sossegado, mais tranquilo, porque na Colômbia era um pouco mais complicado. Aqui ainda é, né? Por causa da situação informal que minha mãe tem e eu também não consigo muito ajudar com o meu salário, né? Então, é um pouco difícil, mas é mais sossegado do que seria na Colômbia. [...] Bom, eu espero algum dia conseguir me estabelecer melhor financeiramente, né? Para poder começar a minha faculdade e me formar na administração e conseguir um posto bom que me dê uma renda boa para eu conseguir me estabelecer mesmo de fato, e conseguir ajudar a minha mãe e meu irmão." (Imigrante Colombiana, 18 anos, há 10 anos no Brasil)

4.4.20 **Trabalho análogo à escravidão**

Um ponto que surgiu nas entrevistas com profissionais de instituições que trabalham com imigrantes é sobre a questão do sobre trabalho análogo à escravidão.

O trabalho escravo contemporâneo[94] é caracterizado pela submissão de pessoas a condições degradantes, jornadas exaustivas, trabalhos forçados ou restrição de locomoção por dívidas. A pessoa é retirada de seu ambiente, de sua cidade e até de seu país. Os aliciadores, homens e mulheres, são, na maioria das vezes, pessoas que fazem parte do círculo de amizades da vítima ou de membros da família. As propostas de emprego que fazem geram na vítima perspectivas de futuro, de melhoria da qualidade de vida. Na realidade, o trabalhador é submetido à exploração, sem a possibilidade de deixar o local por causa de dívidas, violência física ou psicológica (ameaças) ou outros meios usados para manter a pessoa trabalhando. Há casos em que os documentos pessoais são retidos pelo empregador, e o trabalhador se vê impedido de deixar o local. É caracterizado, ainda, por uma jornada exaustiva de trabalho que compromete a saúde e a segurança do trabalhador. Muitas vezes, dívidas são criadas relativas aos gastos com transporte, alimentação, aluguel e ferramentas de trabalho que são cobrados do salário do trabalhador fazendo com que ele permaneça endividado. Outro ponto é o ambiente de trabalho e alojamento insalubres ou perigosos, sem acesso a necessidades básicas como água potável, alimentação ou instalações sanitárias dignas, isto sem falar dos maus tratos e ameaças físicas e psicológicas. Ou seja, é uma grave violação de Direitos Humanos que restringe a

[94] Redução à condição análoga a de escravo, artigo 149 e tráfico de pessoas, artigo 149-A, ambos previstos no Código Penal Brasileiro.

liberdade do indivíduo e atenta contra a sua dignidade.

Nesse aspecto, tem sido dada atenção especial à população de imigrantes equatorianos na região da Rua Uruguaiana, procurando identificar pessoas que são vítimas de tráfico humano. Muitas vezes, o aliciamento é feito por outro conterrâneo que faz a proposta de trabalho ainda no Equador, com falsas promessas salariais e de condições de trabalho, mas, na realidade, a intenção é que eles trabalhem no mercado informal (venda de artigos piratas, em sua maioria), sem nenhuma garantia e sem documentação. De acordo com o Coordenador do CRAI-Rio, "a população imigrante que tem mais dificuldade para a documentação migratória são os equatorianos, porque não querem acessar pelo medo que é colocado pelos próprios conterrâneos." Com isso, a pessoa não tem como sair porque está sem a documentação migratória. Ela não "existe" no Brasil, já que não deu entrada regular, ficando numa situação de vulnerabilidade.

Segundo o relato do Coordenador do CRAI-Rio, esta situação foi descoberta porque:

"[...] uns colombianos que conseguiram sair daquele grupo. [...] eles ficaram trabalhando, e eles vendo que não estavam recebendo nada. Eles fugiram do local de espaço onde eles estavam ficando juntos, fugiram e foram até o CRAI. Aí a gente fez a articulação. Eles declararam. Eles fizeram denúncias e tudo [...] Aí foi que a Polícia Federal, juntamente com o Ministério Público do Trabalho, conseguiram dar um andamento, um encaminhamento para ver como é que estava".

Esses imigrantes equatorianos, em sua maioria, residem na área central da cidade, na Gamboa e próximo à Rua Uruguaiana, em prédios sem condições dignas de moradia.

De acordo com o relato da Advogada da Cáritas, esse aumento do fluxo migratório de equatorianos tem a ver com o crescimento exponencial da violência no Equador e o aprofundamento da pobreza, além da entrada de grupos relacionados ao narcotráfico, vindos da Venezuela e da Colômbia. Com a aproximação do grupo de narcotraficante Trem de Arágua da Venezuela e de grupos da Colômbia, houve o aumento do escoamento de cocaína pelos portos do Equador. Isso aprofundou a questão da violência. A Cáritas tem acompanhado alguns casos de trabalho análogo à escravidão. "Eles vêm com a promessa de trabalho e acabam entrando nessas redes de trabalho escravo mesmo".

O Agente da Polícia Federal entrevistado afirma que, em todas as operações relacionadas à mão de obra análoga à escravidão, sempre tem uma pessoa do próprio país que é o responsável de fazer a contratação e até mesmo a manipulação de criar uma bolha de conhecimento no que se refere aos direitos para poder ter os imigrantes trabalhadores sob controle. Os agenciadores dificultam a informação, sobretudo, em relação à regularização da documentação. Eles criam a

dificuldade para que o imigrante continue irregular e sem direitos, para eles se beneficiarem pagando salários mais baixos (quando paga), não recolhendo impostos porque não tem carteira de trabalho, etc. O imigrante não recebe um salário digno, ele não tem INSS, não tem direito a nada.

Todos colocam que essa é uma população muito fechada, muito restrita só entre a comunidade equatoriana, o que dificulta a aproximação. Mas as organizações que trabalham com imigrantes têm se mantido atentas para auxiliar e proteger caso surja alguma denúncia de exploração de trabalho.

***

Em suma, o perfil socioeconômico do imigrante trabalhador informal na cidade do Rio de Janeiro, é representado por homens e mulheres, com idade que varia entre 30 e 49 anos, sendo que 73,4% possui o ensino médio completo e/ou superior e têm a questão financeira como principal motivação para emigrar. Mas, devido à dificuldade de ingressar no mercado de trabalho formal (por conta da falta de oportunidade de emprego), a dificuldade de validação de diplomas, racismo e xenofobia acabam sendo empurrados para o trabalho informal como estratégia de sobrevivência e para o provimento de necessidades de seus familiares em seus países de origem.

Com o aumento da emigração dos países sul-americanos, sobretudo da Venezuela, constatou-se uma mudança do perfil do imigrante, que antes eram geralmente homens e que emigravam sozinhos para, só depois de estabelecidos, trazerem seus familiares; houve uma feminização da emigração e, consequentemente, o aumento do número de crianças, jovens e idosos imigrantes nos movimentos migratórios no país, ou seja, agora a família emigra junto.

Houve um deslocamento das rotas migratórias, devido às restrições impostas à entrada de imigrantes na Europa e nos EUA. Assim, as migrações, antes direcionadas ao Norte Global, sofreram uma inflexão para o Sul Global. Neste cenário, o Brasil surge como opção por ser uma das economias mais pujantes da região e pelos inúmeros acordos (MERCOSUL, CPLP, vistos humanitários – caso do Haiti e da Venezuela, entre outros) que colocam o país como um destino atraente no cenário da imigração contemporânea.

Neste contexto de intensificação da imigração para o país, fica o alerta de estarmos atentos, pois a informalidade e a “liberdade” das ruas podem mascarar os possíveis casos de trabalhos análogos à escravidão.

Considerações finais

No capítulo 4 já foi feito um apanhado dos resultados da pesquisa. E os dados falam por si. Por isso, nessa conclusão vamos focar mais na análise crítica sobre algumas questões enfrentadas pelos imigrantes. Ao analisar a **"Imigração contemporânea de africanos, latino-americanos e caribenhos na atividade do comércio informal na cidade do Rio de Janeiro"** estabelecemos contato próximo com imigrantes de continentes e países diversos. Isso significa estar próximo de culturas, grupos etnolinguísticos e religiões diferentes que convivem na cidade do Rio de Janeiro entre 1980 e 2025. Mulheres e homens com faixa etária entre 18 e 69 anos. Negros, indígenas, pardos e brancos, várias formas de autodeclaração. Esses sujeitos, muitas vezes sem se dar conta, fazem parte de uma grande "família diaspórica". Nosso foco analítico incidiu nas ressignificações identitárias e nos caminhos diaspóricos percorridos, sempre considerando uma dupla dimensão: o ser migrante (enquanto outro, aquele que carrega em si a marca da diferença) e a atividade do comércio informal nos espaços possíveis da cidade.

O contato com esse movimento diaspórico tornou possível conhecer essas pessoas, seus processos e estratégias de sobrevivência. Mas não somente eles, a atividade investigativa alcançou os profissionais, que, por conta de suas atividades, atendem os imigrantes em suas demandas. Isso ajudou no entendimento das necessidades, expectativas e aflições desses sujeitos.

Ao analisar de forma sistemática as ressignificações identitárias dos africanos, latino-americanos e caribenhos em seus respectivos processos diaspóricos, foi possível chegar a elementos-chave que marcam de maneira dolorosa a vida dessas pessoas, o que, em alguns casos, os fez redefinir seus horizontes, modos de viver e existir. Destacamos o encontro (algumas vezes quase que uma descoberta) com a alteridade racial e cultural em um cenário no qual o preconceito, a discriminação racial, de gênero e a homofobia estão presentes.

A convivência somada à busca investigativa nos permitiu iluminar padrões e formas de interação desses sujeitos na sociedade carioca, mesmo levando em conta as dificuldades enfrentadas na adaptação e integração. Os resultados da pesquisa revelam padrões e formas de interação nos quais os imigrantes, em sua maioria, enfrentam o racismo e discriminações étnico-raciais. Esses preconceitos, muitas vezes, são praticados pela população e agentes públicos cariocas.

Um dos principais desafios da temática da imigração é a questão das políticas públicas. A política migratória é uma política nacional, mas que engloba estados e municípios. São nas cidades que estes imigrantes vão morar e reconstruir suas vidas. Portanto, faz-se urgente que

estados e municípios pensem e/ou repensem suas políticas de acolhimento e programas sociais voltados para esta população.

Um grande desafio para os órgãos públicos e organizações da sociedade civil que trabalham com a população migrante é fornecer visibilidade ao trabalho desenvolvido, fortalecendo a articulação entre os órgãos possibilitando "a construção de estratégias de acolhimento, proteção e inclusão socioeconômica [criando] uma rede de apoio mais eficiente [...] e preparada para responder às necessidades das pessoas migrantes."[95]

Na medida em que haja políticas públicas que reconheçam as contribuições das pessoas imigrantes, garantindo e ampliando seus direitos e apoiando para que consigam ter uma vida com dignidade, todos serão beneficiados - tanto os migrantes quanto as comunidades que os acolhem. O que pode possibilitar, muitas vezes, que esses imigrantes saiam do mercado informal, favorecendo o crescimento dos negócios e contribuindo para o desenvolvimento local, já que a informalidade, muitas vezes, é impulsionada pelas dificuldades de acesso ao mercado formal de trabalho.

Existem muitos imigrantes vivendo em situação de vulnerabilidade, fato confirmado nas entrevistas com profissionais que trabalham diretamente com a população migrante que citam a questão do aumento do número dessas pessoas em situação de rua e, também, a questão de migrantes em trabalho análogo à escravidão. Por isso, é importante a articulação entre o Governo Federal, os Estados e as Prefeituras para pensarem políticas públicas que atendam essa população desde a sua chegada ao país e em todo o processo até que se estabeleçam em segurança na sociedade.

Na cidade do Rio de Janeiro, temos o CRAI-Rio - um equipamento público vinculado à Secretaria de Direitos Humanos e Igualdade Racial da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro - que pretende garantir o atendimento especializado para imigrantes, refugiados e apátridas em situação de vulnerabilidade no Município, com o objetivo de promover inclusão, proteção e cidadania desta população, por meio de escuta qualificada, apoio e articulação com serviços públicos essenciais. Esse equipamento foi um avanço no sentido de oferecer um espaço próprio para pensar as questões e políticas relacionadas à imigração. Neste espaço, são oferecidos serviços com foco na orientação sobre a regularização migratória e acesso aos direitos sociais e encaminhamento aos serviços sociais. A população migrante é atendida por profissionais multilíngues e alguns também são imigrantes, o que é um avanço se pensarmos que uma das

[95] https://brazil.iom.int/pt-br/news/governo-de-minas-gerais-e-oim-lancam-portal-migracao-em-movimento

maiores dificuldades apontadas pelos imigrantes na pesquisa foi a dificuldade com o idioma. Sem falar, também do relato de um imigrante sobre a dificuldade de funcionários em órgãos públicos em entenderem sua documentação (RNE) e exigindo, por exemplo, o título de eleitor.

Mas há a necessidade de que os órgãos públicos e organizações da sociedade civil que trabalham com a questão migratória tenham maior visibilidade para chegar a um número maior de imigrantes, uma vez que a maioria destes desconhece as instituições que podem lhe dar alguma orientação e suporte, com exceção da Cáritas-Rio, que esteve nos discursos de todos os que em algum momento tiveram algum auxílio institucional.

Na questão de uma maior aproximação com a população migrante, de acordo com o Secretário de Direitos Humanos e Igualdade Racial, há um projeto de implementar o CRAI-Rio itinerante para ir onde o imigrante está. Mas, para que haja realmente um avanço na qualidade do atendimento das reais necessidades da população migrante, é preciso pensar que o atendimento aos imigrantes é um processo intersetorial, portanto, a articulação com outras secretarias de governo (Emprego e Renda, Habitação, Assistência Social) se faz necessária para a garantia de um atendimento mais qualificado. Outro ponto importante é que os dados coletados nos atendimentos das instituições não sirvam somente para estatística: que os mesmos sejam compilados a fim de produzir informações sobre a população atendida de forma a subsidiar a formulação de políticas públicas e a melhoria do atendimento.

Há a necessidade de que os profissionais que trabalham com o público migrante sejam qualificados para respeitar as especificidades de gênero, raça, etnia, orientação sexual, etarismo, religião e, sobretudo, no atendimento às mulheres e à comunidade LGBTQIA +. Assim, devem ser criados protocolos de atendimento que fortaleçam as práticas de acolhimento e respeitem as especificidades destes públicos.

Durante nosso trabalho de campo, quando visitamos a Delegacia de Migração (DELEMIG-PF) observamos que os atendentes não falavam outros idiomas além do português. Os atendentes são o primeiro contato do imigrante com o órgão público. Isso gera, na prática, dois tipos de imigrantes atendidos: os que podem pagar os serviços dos advogados especializados em imigração e os outros. Observamos que os que podiam pagar eram todos imigrantes de nacionalidades europeias e os que estavam desassistidos eram africanos e sul-americanos. Isso é um exemplo de discriminação que poderia facilmente ser resolvida com um atendimento multilíngue e mais humanizado, uma vez que muitos imigrantes chegam em situação de vulnerabilidade e a agilização na obtenção da documentação por parte deles pode possibilitar o acesso a empregos formais, aos programas sociais, garantindo aos mesmos dignidade e qualidade de vida (trabalho, educação e moradia). Não há mais espaço para a

indiferença diante dos fluxos migratórios e das crises humanitárias. Já passou da hora de se ter uma abordagem humanitária com ações que respeitem a dignidade humana e contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

No que se refere à integração e interação com a população local, apesar de sempre colocarem o povo brasileiro como acolhedor, as poucas atividades de lazer dos imigrantes entrevistados acontecem, muitas vezes, entre os familiares ou entre a própria comunidade. Isso pode ser percebido pela "criação" de algumas comunidades de angolanos e venezuelanos, na cidade do Rio de Janeiro, e dos senegaleses muçulmanos mourides, na cidade de Niterói. Só que, muitas vezes, nesse desejo de preservar a sua cultura e crenças para não perderem sua essência, acabam não interagindo com a diversidade cultural da população local. Com relação aos mourides, destacamos o ineditismo no registro desse grupo e sua atividade no nosso recorte espacial (Município de Rio de Janeiro).

Outro ponto que pode estar dificultando a integração dos imigrantes e a população brasileira é a imagem, muitas vezes negativa, que é veiculada nos meios de comunicação. Sobretudo, quando se fala da imigração na mídia europeia e americana, dando ênfase na ideia de uma "crise humanitária" passível de destruir os modos de vida atuais nos países destinos, gerando medo e xenofobia (Bauman, 2017). Isso pode causar um efeito de afastamento da população local em relação aos imigrantes.

Desta forma, a experiência do imigrante em seu país de residência, frequentemente temporária, é marcada por uma integração social incompleta, resultando em uma sensação de não-pertencimento total e privação de uma cidadania plena (Sayad, 1998). Por isso, há a necessidade de se criarem espaços de convivência e de troca entre os imigrantes e a população carioca.

De acordo com as palavras da Diretora da OIM Maria Moita[96]:

"Países de toda a América Latina e do Caribe têm observado que a migração é uma fonte de crescimento econômico, além de criatividade e dinamismo. Os resultados deste estudo demonstram claramente que, quando os governos ampliam as oportunidades para migrantes por meio da regularização e da integração, toda a sociedade se beneficia."

Grande parte dos imigrantes trabalha no mercado informal por conta dos obstáculos estruturais que dificultam a entrada no emprego formal e por conta das dificuldades de acesso ao crédito ou a serviços financeiros formais. Isso possibilitaria que muitos imigrantes que participaram da pesquisa pudessem formalizar e expandir os seus negócios, já que alguns expressaram o desejo de fazê-lo.

[96] Diretora Regional da OIM para a América Latina e o Caribe.

Respondendo à questão principal: Como e de que maneira acontecem os reordenamentos identitários de africanos, latino-americanos e caribenhos? Acreditamos que o processo se inicia ainda no país de origem. Mas, para justificar nossa resposta, precisamos levar em conta alguns fatores. O primeiro deles é o fato de a cultura brasileira estar presente no continente africano há muito tempo. Um exemplo são as novelas, produtos exportados repletos de cultura brasileira inoculados no continente, principalmente, mas não apenas, nos países lusófonos. Outro exemplo são as igrejas evangélicas brasileiras que se espalharam há muito tempo pelo continente africano; elas ajudam a construir a ideia de Brasil no imaginário das populações do continente africano, isso sem falar no uso das TICs. Nesse último caso, vamos ampliar a base espacial, uma vez que sua utilização acontece de forma global, mas, sem dúvida, considerando as populações envolvidas na pesquisa, a cultura brasileira mais influencia do que é influenciada. A presença desses imigrantes africanos, latino-americanos e caribenhos, oriundos de diversas nacionalidades e múltiplas culturas na cidade do Rio de Janeiro, ao procurarem se adaptar à cultura brasileira (carioca) nos fez refletir em suas trajetórias entre e intra-continentais. Nesse caminho, encontraram semelhanças e diferenças buscando uma unidade. Isso acontece simultaneamente a um processo de permanente transformação e ressignificação como na tradução cultural proposta por Hall (2006). Assim, em seus deslocamentos, esses imigrantes carregam dentro de si suas culturas, religiões, música, culinária, dança, ideias e ideais. Ou seja, modos de ser e estar pelos espaços onde passam. E, nesse caminhar diaspórico, assimilam traços de outras culturas, dos países destino ou dos imigrantes de outras nacionalidades com os quais dividem o mesmo espaço e, nesse processo, se moldam, transformam e, ao mesmo tempo, negociam e ressignificam suas identidades, cosmovisões e maneiras de ser e existir.

Como vimos no capítulo IV, o perfil socioeconômico do imigrante trabalhador informal na cidade do Rio de Janeiro é representado por homens e mulheres, com idade entre 30 e 49 anos e com bom nível de escolaridade. Mas, devido às dificuldades enfrentadas ao emigrar (falta de oportunidade de emprego, dificuldade de validação de diplomas, racismo e xenofobia, entre outros) encontram no trabalho informal nas ruas uma possibilidade de sobrevivência.

Com as restrições impostas à entrada de imigrantes na Europa e nos EUA, houve uma mudança de eixo nas rotas de migrações para o Norte Global que passam a ser direcionadas para o Sul Global. Com isso, o Brasil surge como opção e há um aumento do número de imigrantes sul-americanos, sobretudo, da Venezuela. Isso trouxe uma mudança de perfil do imigrante, a feminização da emigração, e o aumento de crianças, jovens e idosos imigrantes.

Nesse contexto de intensificação da imigração para o país, fica o alerta de estarmos atentos, pois a informalidade e a “liberdade” das ruas podem mascarar, como no caso dos

imigrantes equatorianos, os possíveis casos de trabalho análogo à escravidão.

Terminamos com a comparação feita pela representante do MUCA:

“**Os camelôs são os escravos de ganho dos nossos tempos”.**

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO. 1997.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Proletários e Escravos**. "Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872: *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, 1988

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo / Benedict Anderson; tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai:** a África na filosofia da cultura. Rio de janeiro: Contraponto, 2016.

ARAÚJO, Carlos Eugênio Eduardo Moreira de (org.) et al. **Proletários escravos:** universos e paisagens do Rio de Janeiro oitocentista / Organizadores: Carlos Eduardo Moreira de Araújo, Lucimar Felizberto dos Santos, Marcelo Mac Cord e Flávio dos Santos Gomes primeira – 1. ed. - Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2022.

ARENDT, Hanna. **As Origens do Totalitarismo.** Tradução Roberto Raposo. 3ª Reedição. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. Rio de Janeiro: Globo, 1984.

AZARIAN, Reza e PETRUSENKO, Nadezda. **Historical Comparison Re-considered. Asian Social Science**, v. 7, n. 8, p 35-48, 2011.

BARROS, José D'Assunção. **História comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BAUMAN, Zigmunt. **Estranhos à nossa porta**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

_____**Globalização:** as consequências humanas. Tradução Marcus Penchet. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

_____**Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2021.

_____**Confiança e medo na cidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BLOCH, Marc. Para uma História Comparada das Sociedades Europeias. In: **História e Historiadores.** Lisboa: Teorema, 1998, pp. 119-150.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Traduzido por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOMTEMPO, Denise Cristina; SENA, Kananda Beatriz Pinto. **Migração Internacional de Africanos para o Brasil e suas territorialidades no Estado do Ceará.** Vitória: UFES, 2021.

BOURDIEU, Pierre. Prefácio. In: SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

_____**La misère du monde**. Editora Seuil: Paris, 1993.

BURKE, Peter. **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

_____Métodos e modelos: comparação. In: **História e Teoria Social**. São Paulo: EditoraUNESP,2002. p. 39-46.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Márcio de. As entradas e saídas das remessas monetárias no contexto das migrações internacionais no Brasil, 1995-2021. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2022**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e SegurançaPública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

CAVALCANTI, Leonardo; BOTEGA, Tuíla; TONHATI, Tânia e ARAUJO, Dina(Org.). **Dicionário Crítico de Migrações Internacionais.** Brasília: Editora da UnB, 2017.

CAVALCANTI, Leonardo (Org.). **Dossiê Imigração Haitiana no Brasil:** Estado das Artes.

CAVALCANTI, Leonardo et al**.** (Org.) **A imigração haitiana no Brasil:** características sociodemográficas e laborais na região sul e no Distrito Federal. Brasília, DF: OBMigra https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes-obmigra/Livro_V3_sumario_atualizado.pdf acesso em 02/01/2025

CÉSAIRE, Aimé. **Textos escolhidos:** a tragédia do rei Christophe: discurso sobre o colonialismo: discurso sobre a negritude. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

CHANDA, Nayan. **Sem fronteira**. Editora Record: Rio de Janeiro, 2011.

COGO, Denise. **Cidadania comunicativa das migrações transnacionais:** usos de mídias e mobilização social de latino-americanos (Brasil). Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais. Universitat Autònoma de Barcelona, 2012.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos.** São Paulo: Editora Dandara, 2022.

DA SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

DELGADO, Ana Paula Teixeira. A tutela dos imigrantes haitianos no Brasil: em busca de novas alternativas às políticas Migratórias. In: PINTO, Eduardo Vera-Cruz; PERAZZOLO, José Rodolfo; BARROSO, Luiz Roberto; SILVA, Marco Antonio Marques da; CICCO, Maria Cristina de (coords.). **Refugiados, Imigrantes e Igualdade dos Povos.** São Paulo: Quartier Latim, 2017, p. 211-216.

DE MORAES, Wallace. As origens do necro-racista-Estado no Brasil – crítica desde a perspectiva decolonial & libertária. **Revista Estudos Libertários**, ISSN 2676-0619, Rio de Janeiro, 2020, vol. 2, n. 06, p. 5-27.

DETIENNE, Marcel.**Comparar o incomparável.** São Paulo: Ideias e Letras,2016.

DIEME, Kassoum. **Casankoolu no Brasil e no Canadá:** migrações e contribuições ao desenvolvimento humano na Casamansa. Tese de Doutorado. UNB, 2024.

DOUZINAS, Costas. Os paradoxos dos Direito Humanos. Anuário do Núcleo interdisciplinar de Estudos e Pesquisa de Direitos Humanos da UFG. **Pensar os Direito Humanos:**desafios à educação nas sociedades democráticas. V. 1, n. 1, 2011.

DUSSEL, Enrique. 1492, **El encubrimiento del otro-Obras Selectas XVIII**- 1ª ed. Buenos Aires: Docência, 2012.

ELHAJJI, Mohamed. Rio de Janeiro – Montreal: Conexões transnacionais /Ruídos interculturais (Brasil). **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais.** Universitat Autònoma de Barcelona, 2012.

ENDERS, Arnelle. **A história do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Gryphus, 2009. FANON,

Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARIAS, Juliana B. **"Greve nas Marinhas:** protestos, tradições e identidades entre pequenos lavradores, quitandeiras e pombeiros (Rio de Janeiro, século XIX). ArtCultura (UFU), v. 11, p. 35-55, 2009.

FAUVELLE, François-Xavier e LAFONT, Anne. **"L´Afrique et le monde:** histoires renouées - De la préhistoire au XXI e siècle. Editora La Déecouverte: Paris, 2022.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Deslocamentos, Desigualdades e Violência do Estado. **Ciência e Cultura**, volume 67, 2015, pp.20-24.

_____**Múltiplas Camadas de Tempo e Espaço:** A construção de classe, etnicidade e nacionalismo entre imigrantes portugueses. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, Portugal,volume 38,1993, pp.193-224.

_____**Reiventando a Localidade**: Globalização Heterogênea, escala da Cidade e a incorporação desigual de Migrantes Transnacionais. Horizontes Antropológicos, volume 31,2009, pp.19-50.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Entre-vistas:** abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1994.

_____. **História, tempo presente e história oral.** Rio de Janeiro: Editora Topoi, dez. 2002.

FICO, Carlos. História do Tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. In: **Varia História**, CIDADE n. 47 v. 28, 2012.

FISCHER, Sibylle. Bolivar in Haiti: Republicalism in the revolucionary Atlantic. In: **Haiti and Americas**. Edited by Carla Calargé, Raphael Dalleo, Luis Duno-Gottberg, AND Clevis Headley. Mississipi: University Press of Mississipi, 2013.

FLAMARION, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Editora Campus, 1997.

FREDRIKSON. M. George. **Racism:** a short history. Princeton Classics, Nova Iorque, 2002.

FRENCH, Howard W. Noires origines. **L´Afrique et la création du monde moderne**. 1471-1945. Editora Calmann Levy: Paris, 2024.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GAMBA, João Roberto Gorini. **Teoria Geral do Estado e ciência política.** São Paulo: Atlas, 2021.

GERSON, Brasil. **História das ruas do rio**. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana Editora, 1965.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e Dupla Consciência.** Editora 2017.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas, Sinais.** São Paulo: Companhia das Letras,1989, p.143-179.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e SANTOS, Flávio**. Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2018, p. 367-373.

GOMES, Flávio dos Santos; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Por uma cronologia atlântica. In: **Dicionário da escravidão e liberdade**. SCHWARCZ, Lilia Moritz, GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). São Paulo: Cia das Letras, 2018, p.427-439.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. Editora WMF Martins Fontes: São Paulo, 2014.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, ISSN 0102-6992, Brasilia, 2016, vol. 31, n. 1.

_____. El concepto de "racismo" in Michel Foucault y Frantz Fanon: **teorizar desde la zona del no-ser?** Tabula rasa, ISSN 1794-2489, Bogotá, 2012, n. 16, p. 79-102.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. A questão multicultural; A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnia; e pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e medições culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. Quem precisa de identidade? In: TADEU SILVA, Tomaz (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 103-133.

HANDERSON, Joseph. Diáspora. **As dinâmicas da mobilidade haitiana no brasil, no Suriname e na Guiana Francesa.** Tese de doutorado: Museu Nacional Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

_____. **O sistema migratório haitiano nas guianas**: para além das fronteiras. Diálogos, Maringá-PR, Brasil, v. 24, n. 2, p. 228-258, mai./ago. 2020.

_____. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HAZAREESINGH, Sudhir. **O maior revolucionario das Américas.** A vida épica de Toussaint Louverture. São Paulo: Zahar, 2021.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da história**. Brasília: Editora UNB, 1995.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HOBBES, Thomas. **Leviatã,** ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Editora Martin Claret, 2014.

HOBSBAWN, E. J. A outra história - Algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick. A Outra História. **Ideologia e Protesto Popular nos séculos XVII a XIX.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988, p. 18-33

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**. O breve século XX. São Paulo: Cia. Das Letras, 2017.

_____. **Sobre História**. São Paulo: Editora Companhia de Bolso, 2012.

HOCHSCHILD, Adam. **King Leopold's Ghost**: A Story of Greed, Terror, and Heroism in Colonial Africa. Boston: Mariner Books Classics, 2020.

HUNT, Lynn Avery. **A invenção dos direitos humanos:** uma história. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **The French Revolution and human rights:** a brief documentary history. Boston: Bedford Books of St. Martin's Press, 1996.

INIKORI, Joseph E. Africans and the industrial revolution in England. Study. In: **International trade and economic development**. Editora Cambridge University Press: Londres, 2002.

IVO, Isnara Pereira e JESUS, Jose R. G. de. Escravidão, negros africanos e Santo Isidoro de Sevilla. **Revista Dimensões**, ISSN 2179-8869, Vitória, 2019, v. 43, p. 28 – 62, julho – dezembro.

JAMES, C.L.R. **Os jacobinos negros.** Toussaint L´Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2000.

JUSTINO, David Manuel Diogo. **Os imigrantes angolanos no rio de janeiro:** Um Perfil Sociodemográfico. Dissertação mestrado em Ciências Sociais, UERJ,2002.

KALY, Alain Pascal. **Medo, Vergonha, Necessidade e Protagonismo:** Os Meninos de Rua em Salvador/BA-BRASIL e em Dacar/SENEGAL. Tese de Doutorado, UFRRJ: Rio de Janeiro, 2005.

KALY, A. À procura de oportunidades ou desembarque por engano. In: PAIVA, Odair da Cruz (Org.). **Migrações internacionais:** desafios para o século XXI. São Paulo: Memorial do Imigrante, p. 97-142, 2007.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

KOCKA, Jürgen. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnacional Turn. **Radical History Review**, número .91, pp. 62-90.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal:** O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto [original: 1979], 2006.

KOUROUMA, Ahmadou. **Alá e as crianças soldados**. Estação Liberdade: São Paulo, 2003.

KRENTZ, Débora. A relação colonial e a luta pela libertação nacional em Albert Memmi e Franz Fanon. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, 2020, ISSN 2238-0620, vol.9, n. 23, p. 118-129.

LANGA, Ercílio Neves Brandão. **Diáspora africana no Ceará no século XXI:** ressignificações identitárias de estudantes imigrantes. Tese de Doutorado, UFC, 2016.

LAURENT, Sylvie. **Capital e race.** Histoire d´une hydre modern. Seuil: Paris, 2024. LE

GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990 [original: 1984].

LIMA, Roberto Leonardo de Araujo. **Moïse kabagambe:** os quinze minutos que ainda não terminaram. Revistas de Estudos Libertários, vol. 5, n. 13, p. 157-184, ISSN 2675-0619, UFRJ: Rio de Janeiro, 2023.

LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida: historiografia africana feita por africanos. In: **Actas do Colóquio Construção e ensino da história da África**. Lisboa: Linopazes, 1995.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. **De reino traficante a povo traficado:** a diáspora dos courás do golfo do Benin para Minas Gerais. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

MAIER, Charles. **La historia comparada.** Studia historica. Historia contemporánea, n. 10-11, p. 11-32, 1992-1993.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Pensamento crítico desde a subalternidade:** os estudos étnicos como ciências descoloniais ou para a transformação das humanidades e das ciências sociais no século XXI. Afro-Ásia, 2006, 34, p. 105-129.

MALMESBURY, Thomas Hobbes de. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

MARTINELLI, Maria Lúcia (orgs). **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo. Veras Editora. 1999.

MATTOS, R. LOBO, C. A formalidade e a informalidade dos trabalhadores Latino-americanos no Brasil: uma comparação entre os dados da RAIS e as bases do censo demográfico de 2000. In: **IV Congresso da Associação Latino-americana de População**. Havana, Cuba, de 16 a 19 de novembro de 2010.

MBEKO, Patrick. Objectif Kadhafi: 42 ans de guerres secrètes contre le Guide de la Jamahiriya arabe libyenne. Paris: Éditions Libre-Pensée, 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Rio de janeiro, Arte e Ensaios, Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, 2016, n.32 p. 123-151.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Melhoramentos, 2003.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade está longe de ter sido superada, logo, a descolonialidade deve prosseguir.** São Paulo: Museu de arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 2019.

MIRANDA, Eduardo. Epistemologias dos odus e decolonialidade afro-brasileira. **Revista Estudos Libertários,** ISSN 2675-0619, Rio de Janeiro, 2022, vol. 04, n. 11, p. 28-40.

NERY JÚNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria. **Constituição Federal comentada e legislação constitucional**. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2017.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Da Aethiopia à África: as ideias de África, medievo europeu à idade moderna. **Revista de história e estudos culturais**. Uberlândia, 2008, v. 5, n. 4, outubro/novembro/dezembro.

OLIVEIRA, A. T. R. de. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 34(1), 2017, p. 171-179. https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0010

ONANA, Charles. **Holocauste au Congo.** L´Omerta de la communauté internationale. La France complice? Paris: Artilleurs, 2023.

_____. **Quand l'Afrique bascule:** Pourquoi les Africains rejettent la France et l'Occident. Paris: Artilleurs, 2025.

Plumelle-Uribe, Rosa Amelia - **La férocité blanche**. Des non-blancs aux non-aryens. Génocides ocultés de 1492 à nos jours. Paris, Albin Michel, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.); **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas; Buenos Aires; CLACSO; 2005, p. 117-142.

REDIKER. Marcus. **O navio negreiro**: uma história humana. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REIS, João J. A Greve Negra de 1857. **Revista USP**, v. 18, p. 6-29, 1993 **Revista Périplo.** Brasília: UnB,2017.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008.

ROEDEL, Hiran. **Do mito de Cam ao racismo estrutural:** uma pequena contribuição ao debate. Projeto AFRO-PORT: Afrodescendência em Portugal [FCT/PTDC/SOC-ANT/30651/2017]. Lisboa, 2020, n.02, p. 01-19.

SANTOS, Boaventura de Sousa. 1998. **La Globalización del derecho:** los nuevos caminos de la regulación y la emancipación. Bogotá, Colombia: IlSA; Universidad Nacional de Colombia. [Acesso em 27 maio 2024]. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/La_globalizacion_del_derecho_Los_nuevos_caminos_de_la_regulacion_y_la_emancipacion.pdf.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 637.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTUCCI, Jane. **Cidade rebelde:** as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças.** Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Teorias raciais**. In: Dicionário da escravidão e liberdade. SCHWARCZ, Lilia Moritz, GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). São Paulo: Cia das Letras, 2018, p.403-409.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência:** discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, 2013

SEIGEL, M. ¨Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn¨. **Radical History Review**, número 91, 2005. p. 62-90.

SEVERINO. Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História*:*** novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico:** a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; COSTA, L. F. L; MACEDO, M. Refúgio em Números, 6ª Edição. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, 2021, DF: OBMigra.

SILVA, Tomaz Tadeu da; Stuart Hall; Kathryn Woodward. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVEIRA. Renato. **Os selvagens e a massa papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental.** Afro-Asia. Campinas: UNICAMP, 1999, n. 23, p. 87-144.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História*:*** novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SOARES, Carlos Eugênio Libano; GOMES, Flávio dos Santos; Farias, Juliana Barreto. **No labirinto das nações:** africanos e identidades no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros:** identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STEPAN, Nancy Leys. **"A hora da eugenia**". Raça, gênero, e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

TEDESCO, J. C.; MELLO, P. **Senegaleses no Centro-Norte do Rio Grande do Sul:** imigração laboral e dinâmica social. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, capítulos XI, XII e XV.

_____. **Costume em Comum*:***estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. A formação da classe operária inglesa. Vol. I – **A árvore da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, prefácio.

TONHATI, Tania Mara Passarelli; MACÊDO, Marília de. **Os impactos da pandemia de Covid-19 para as mulheres imigrantes no Brasil:** mobilidade e mercado de trabalho. Sociedade e Estado, Brasília, v. 36, n. 03, p. 891-914, 2021. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/42674/1/ARTIGO_ImpactosPandemia%20de%20Covid-19.pdf

TOSI, Giuseppe. **Direitos humanos:** história, teoria e prática. João Pessoa: Editora UFPB, 2004.

VEYNE, Paul Teorias, tipos, conceitos, In: VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história.** Brasília: Editora UnB, pp.97-115.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos:** dos séculos XVII a XIX. Tradução Tasso Gadzanis. São Paulo: Corrupio, 1987.

WILLIANS, Eric. **Capitalismo & escravidão**. Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2012.

ZIMMERMANN, B; WERNER, M. Pensar a História Cruzada**:** entre empiria e reflexividade. **Textos de História**, vol. II, n.1-2, p.83-127.

ARTIGOS EM JORNAIS

AVILA, Carlos Domínguez. Caravanas de migrantes: o fim da crise ou a crise sem fim? Folha de São Paulo, São Paulo, 11/03/2021, disponível em https://www1.folha.uol.com.br/colunas/latinoamerica21/2021/03/caravanas-de-migrantes-o-fim-da-crise-ou-a-crise-sem-fim.shtml Acesso em 14/01/2025

ELHAJJI, Mohammed. América do Sul: um espaço migratório regional 'quase perfeito'. Folha de São Paulo, São Paulo, 20/03/2021, disponível em https://www1.folha.uol.com.br/colunas/latinoamerica21/2021/03/america-do-sul-um-espaco-migratorio-regional-quase-perfeito.shtml Acesso em 13/01/2025

RODRÍGUEZ, Dardo Justino. Leis americanas inaplicáveis para a América Central. Folha de São Paulo, São Paulo, 02/03/2021, disponível em https://www1.folha.uol.com.br/colunas/latinoamerica21/2021/03/leis-americanas-inaplicaveis-para-a-america-central.shtml Acesso em 14/01/2025

SALES, Bruna. PF vai investigar morte de imigrante de Gana retido em aeroporto de SP. Metrópoles, São Paulo, 13/09/2024, disponível em https://www.metropoles.com/sao-paulo/pf-vai-investigar-morte-de-imigrante-de-gana-retido-em-aeroporto-de-sp Acesso em 23/12/2024

SITES CONSULTADOS

https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2024-05/world-migration-report-2024.pdf Acesso em 06/03/2025

https://www.census.gov/newsroom/press-releases/2024/population-estimates-characteristics.html Acesso em 06/03/2025

https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/acnur-deslocamento-global-atinge-novo-recorde-e-reforca-tendencia-de Acesso em 19/01/2024.

https://brazil.iom.int/pt-br/news/relatorio-mundial-sobre-migracao-de-2024-revela-ultimas-tendencias-e-desafios-mundiais-para-mobilidade-humana Acesso em 19/01/2024.

https://www.iom.int/fundamentals-migration Acesso em 19/02/2025.

https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2024/02/6801164-camelos-dizem-que-proibicao-de-ambulantes-na-uruguaiana-nao-resolve-a-criminalidade.html Acesso em 21/04/2025.

https://www.atlasdochao.org/ponto/porta-do-nao-retorno/ Acesso em 19/03/2024.

https://www.frstrategie.org/en/programs/observatoire-du-monde-arabo-musulman-et-du-sahel/fulani-people-and-jihadism-sahel-and-west-african-countries-2019. Acesso em 20/02/2024.

https://iqaraislam.com/o-sacrificio-do-carneiro-atraves-de-profetas Acesso em 20/02/2024.

https://oestrangeiro.org/wp-content/uploads/2014/10/diasporas-migrac3a7c3b5es-tics.pdf Acesso em 05/03/2024.

https://pgl.gal/o-wolof-lingua-materna-do-senegal/ Acesso em 15/01/2024.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Sufismo Acesso em 15/01/2024.

https://whc.unesco.org/en/list/26 Acesso em 18/02/2025.

https://www.jusbrasil.com.br/noticias/policia-federal-barra-entrada-de-haitianos-sem-vistos-em-tabatinga/2566072 Acesso em 20/12/2025.

https://g1.globo.com/jornal-nacional/video/haitianos-enfrentam-dificuldades-apos-chegarem-ao-brasil-1762828.ghtml. Acesso em 20/12/2025.

https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1541 Acesso em 04/01/2026.

https://brazil.iom.int/pt-br/news/migrantes-venezuelanos-impulsionam-economia-da-regiao-em-mais-de-us-10-billhoes-por-ano#:~:text=Cidade%20do%20Panam%C3%A1%2C%2018%20de,OIM%2C%20a%20Ag%C3%AAncia%20da%20ONU Acesso em 18/12/2025.

https://www.nepo.unicamp.br/wp-content/uploads/2024/09/migracoes-e-refugio-temas-emergentes-no-brasil.pdf Acesso em 20/02/2024.

https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-brasilia-por-ocasiao-da-xxiii-conferencia-sul-americana-sobre-migracoes Acesso em 21/12/2025.

https://geoverdade.com/2021/03/22/america-do-sul-um-espaco-migratorio-regional-quase-perfeito/ ACESSO EM 21/12/2025

https://www.ufrgs.br/migracidades/wp-content/uploads/2023/01/Migracidades%E2%80%93RiodeJaneiro.pdf ACESSO EM 21/12/2025

https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2024-08/pub2023-079-l-mgi-rio-de-janeiro.pdf ACESSO EM 21/12/2025

file:///C:/Users/berna/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Alain%20Pascal/disserta_klaureano_2017.pdf Acesso em 21/12/2025.

https://www.worldometers.info/pt/demografia/demografia-de-america-latina-e-caribe/ ACESSO EM 21/12/2025

https://www.mercosur.int/pt-br/comunicado-conjunto-dos-presidentes-dos-estados-partes-do-mercosul-e-estados-associados/ ACESSO EM 21/12/2025.

file:///C:/Users/berna/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/MERCOSUL%20CIRCULA%C3%87%C3%83O%20DE%20PESSOAS.pdf ACESSO EM 21/12/2025

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43816-censo-2022-numero-de-imigrantes-volta-a-crescer-pela-primeira- vez-desde-1960 Acesso em 21/12/2025.

https://geoverdade.com/2021/03/22/america-do-sul-um-espaco-migratorio-regional-quase-perfeito/ ACESSO EM 22/12/2025

https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/itemlist/category/51-sincre Acesso em 09/01/2026

https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/RELAT%C3%93RIO_ANUAL/Relat%C3%B3rio_Anual_2022_-_Vers%C3%A3o_completa_01.pdf Acesso em 09/01/2026 p.139 a 157 Remessas

https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdfAcesso em 10/01/2026 Trabalho Informal

https://www.acnur.org/br/media/convencao-relativa-ao-estatuto-dos-refugiados-1951 Acesso em 15/01/2026.

BRASIL: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 23/12/2024

BRASIL: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm Acesso em 23/12/2024

BRASIL: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm Acesso em 23/12/2024

BRASIL:https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/retorno-do-brasil-ao-pacto-global-para-migracao-segura-ordenada-e-regular. Acesso em 23/12/2024.

BRASIL:https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/retorno-do-brasil-ao-pacto-global-para-migracao-segura-ordenada-e-regular. Acesso em 23/12/2024.

BRASIL: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Acesso em 20/01/2026.

BRASIL: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12657.htm

Acesso em 02/01/2025

https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/ Acesso em 23/12/2024.

https://lbs.adv.br/artigo/o-brasil-e-a-revogacao-do-pacto-global-para-migracao-segura-ordenada-e-regular/#:~:text=O%20Pacto%20Global%20para%20Migra%C3%A7%C3%A3o,%C3%A0%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%2C%20incluindo%20o%20Brasil.Acesso em 23/12/2024.

https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/perguntas-frequentes/o-que-e-o-microempreendedor-individual-mei/o-que-e-mei Acesso em 15/01/2026.

https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/RELAT%C3%93RIO_ANUAL/Relat%C3%B3rio_Anual_2022_-_Vers%C3%A3o_completa_01.pdf Acesso em 19/01/2026.

https://lac.iom.int/sites/g/files/tmzbdl626/files/documents/2023-03/OIM-ONU-MUJERES-Genero-migracion-tareas-del-cuidado.pdf Acesso em 19/01/2026.

https://worldmigrationreport.iom.int/what-we-do/world-migration-report-2024-chapter-6/current-context-feminization-migration-growing-global-gender-gap-migration Acesso em 19/01/2026.

https://worldmigrationreport.iom.int/what-we-do/world-migration-report-2024-chapter-2/international-remittances Acesso em 19/01/2026.

https://revistapesquisa.fapesp.br/a-nova-posicao-do-brasil-no-mapa-das-migracoes-internacionais/ Acesso em 23/12/2024.

APÊNDICE

Roteiro de entrevistas aplicado aos imigrantes que trabalham no comércio informal na cidade do Rio de Janeiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE HISTÓRIA – IH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA -PPGHC

Resumo: O objetivo da presente pesquisa é realizar o estudo do fenômeno urbano histórico contemporâneo: imigração espontânea e a ocupação do comércio de rua informal e autônomos, especialmente de imigrantes africanos (angolanos, congoleses e senegaleses), latino-americanos (equatorianos e bolivianos) e caribenhos (haitianos) para cidade do Rio de Janeiro nos últimos 30 anos. Buscamos entender – entre vários aspectos – os movimentos de construções de novas identidades, a transmigração (entendida aqui como estar entre dois lugares), a chamada imigração "trampolim" (usar o Brasil como forma de alcançar outros países), a questão do lazer, trabalho, da exclusão sócio-racial e dos espaços (territórios de moradia, trabalho e cultura) criados por diversas comunidades imigrantes africanas, latino-americanas e caribenhas no Rio de Janeiro, no final do século XX e as primeiras décadas do XXI. Esse trabalho tem como um dos objetivos dar visibilidade aos grupos envolvidos na pesquisa e, quem sabe, contribuir para subsidiar políticas públicas voltadas para os imigrantes.

IDENTIFICAÇÃO:

1- NOME: _____
2- COR ou raça: _____
3- Telefone / e-mail: _____
4- Sexo: ( ) masculino ( ) feminino ( ) outros _____
5- Estado civil? _____
   5.1- Caso seja casado (a), seu cônjuge emigrou com você? ( ) Sim ( ) Não
6- Em que ano você chegou ao Brasil? _____
7- Qual seu país de origem? _____
8- Em qual cidade morava antes de vir para o Brasil? _____

EDUCAÇÃO:

1- Qual seu grau de instrução? _____
2- Você está estudando no Brasil? ( ) Sim ( ) Não
   2.1-Se sim, o que? _____

TRABALHO:

1- Em que você trabalha no Brasil? _____
   1.1- Trabalho: ( ) formal ( ) informal
2- Tem mais de uma fonte de renda? ( ) Sim ( ) Não
   2.1- Se sim, qual? _____
   2.2- Renda mensal? _____
3- Profissão/ocupação que exercia em seu país de origem? _____
   3.1- Renda mensal no país de origem: _____
4- Como você é tratado por seu empregador? _____
   4.1- E pelos companheiros de trabalho? _____
5- Caso more com alguém, essa(s) pessoa(s) trabalham? ( ) Sim ( ) Não
   5.1- Se sim, como vocês dividem as despesas da casa? _____

LAZER:

1- O que você faz em seus momentos de lazer?

INSTITUIÇÕES:

1- Alguma vez você já procurou o consulado do seu país? ( ) Sim ( ) Não
   1.1- Se sim, foi atendido de forma satisfatória? _____
2- Você acredita que o consulado do seu país poderia ajudar mais? ( ) Sim ( ) Não
   2.1- De que forma?
3- Quando você chegou contou com ajuda de alguma pessoa ou instituição?

   3.1- ( ) Sim ( ) Não Qual? _____
   3.2- No momento, você recebe alguma ajuda? ( ) Sim ( ) Não
   3.3- De onde? _____

HABITAÇÃO/ MORADIA:

1- No Brasil, você veio direto para o estado do Rio de Janeiro ou foi primeiro para outro estado/cidade? ( ) Sim ( ) Não
   1.1- Se sim, qual? _____
2- Atualmente, você mora em que cidade? _____
   1.1- Se no Rio de Janeiro, em qual bairro? _____
3- Você mora com mais alguém? ( ) Sim ( ) Não Quem/quantas? _____
   3.1- Você conhecia essas pessoas antes de chegar ao Brasil? ( ) Sim ( ) Não
   3.2- Onde as conheceu? _____
4- Descreva o local onde você mora e onde morou desde que chegou ao Brasil?
   4.1- Caso more com alguém, como se dá a divisão de tarefas? _____
5- Valor do aluguel: _____
6- A comunidade de seu país que reside no Rio de Janeiro é unida? Existe solidariedade entre os membros? _____

RELIGIÃO:

1- Tem religião? ( ) Sim ( ) Não
   1.1- Se sim, qual? _____
   1.2- É a mesma de seu país de origem? ( ) Sim ( ) Não
   1.3- Se não, qual era sua religião no país de origem? _____

EMIGRAÇÃO / EXPECTATIVAS:

1- Quais motivos o fizeram emigrar? _____
2- Você já conhecia algum outro imigrante que veio para o Rio de Janeiro antes de você? ( ) Sim ( ) Não
   1.1- Se sim, quem? _____
3- Antes de vir para o Brasil, qual meio de comunicação você utilizou com parentes ou amigos que já estavam aqui? _____
4- Essa comunicação foi importante para você decidir vir para o Brasil? ( ) Sim ( ) Não
   A facilidade de comunicação ajudou na sua decisão? ( ) Sim ( ) Não
5- Você veio com a sua família? ( ) Sim ( ) Não
   5.1- Se não, qual foi a reação de sua família quando soube que você viria para o Brasil? _____
   5.1.1- Onde está sua família agora? _____
6- Você já voltou ao seu país? ( ) Sim ( ) Não

   6.1- Se sim, quantas vezes? _____
7- Alguém ajudou você a vir para o Brasil? ( ) Sim ( ) Não Quem? _____
8- Por que você escolheu o Brasil e não outro país? _____
   5.1- O que esperava encontrar/expectativas? _____
   5.2- O que o Brasil significa para você? _____
9- Quais seus planos futuros? _____
   14.1- Faz reserva de dinheiro para atingir o objetivo? _____
   14.2- Você manda dinheiro para os familiares que ficaram em seu país? _____
10- Pretende fixar residência definitivamente no Brasil? ( ) Sim ( ) Não
   10.1- Se sim, o que precisa acontecer para você ficar definitivamente aqui? _____
   10.2- Se não, tem planos de retornar a seu país de origem? ( ) Sim ( ) Não
      10.2.1- Se sim, o que pretende fazer quando retornar a seu país? _____
      10.2.2- Se não, para onde pretende ir? _____ Quando? _____

FAMÍLIA:

1- De quantas pessoas é composta sua família aqui no Brasil? _____
2- Você tem filhos? ( ) Sim ( ) Não
   2.1- Quantos? _____
   2.2- Eles vieram com você? _____
   2.3- Como foi a vinda deles para o Brasil? _____
   2.4- Quem toma conta deles enquanto você está trabalhando? _____
   2.5- Caso seu (s) filhos estejam no Brasil, onde eles estudam? _____

2.6- Como tem sido o desempenho deles na escola? _____
2.7- Houve dificuldades de adaptação? _____
3- Com que frequência você se comunica com sua família? _____
3.1- Através de quais meios? _____

VIDA NO BRASIL:

1- Qual sua opinião sobre o povo brasileiro? Qual sua opinião sobre o Brasil? _____
2- Como você é tratado pelas autoridades no Brasil? _____
3- E como é tratado pela população em geral? _____
4- Você assimilou algum hábito dos brasileiros? ( ) Sim ( ) Não
4.1- Se sim, qual? _____
5- Quais são suas maiores dificuldades enfrentadas no Brasil? _____
6- Qual o principal problema encontrado no Brasil?
( ) emprego
( ) moradia
( ) legalizar sua situação
( ) acesso às escolas
( ) acesso à saúde
( ) racismo / xenofobia
( ) outros _____
7- No Brasil existe racismo / xenofobia? ( ) Sim ( ) Não
7.1- Você já foi vítima de outro preconceito? ( ) Sim ( ) Não
7.2- Se sim, quando, onde e como aconteceu? _____

- Existe alguma questão que não tenha sido abordada e que você gostaria de falar?